



Comissão Nacional de Presbíteros

# **PRESBÍTEROS DO BRASIL**

## **CONSTRUINDO HISTÓRIA**

**instrumentos preparatórios aos  
Encontros Nacionais de Presbíteros**



COMISSÃO NACIONAL DE PRESBÍTEROS

# PRESBÍTEROS DO BRASIL CONSTRUINDO HISTÓRIA

Instrumentos preparatórios  
aos Encontros Nacionais de Presbíteros



Revisão  
Carlos Roberto Codorniato

© PAULUS – 2001  
Rua Francisco Cruz, 229  
04117-091 São Paulo (Brasil)  
Fax (11) 5579-3627  
Tel. (11) 5084-3066  
[www.paulus.com.br](http://www.paulus.com.br)  
[editorial@paulus.com.br](mailto:editorial@paulus.com.br)

ISBN 85-349-1873-2

## PRESBÍTEROS DO BRASIL CONSTRUINDO HISTÓRIA

O Brasil está comemorando os 500 anos da chegada dos portugueses a esta terra. Ao longo de tantos anos, sua história foi marcada por muitos Presbíteros. Desde a chegada do Fr. Henrique de Coimbra até nossos dias, muitos e muitos Presbíteros deram sua vida na história da Evangelização no Brasil. Presbíteros profetas, libertadores, conscientizadores, santos. Outros nem tão santos. Somos parte de um povo e da Igreja contextualizada na história em movimento.

O presente volume quer ser uma síntese de um pequeno espaço de tempo, a partir de 1985 até os nossos dias, registrando os passos de um caminho que se vai delineando segundo objetivos propostos, projetando um futuro de maior consciência do Ser Presbítero.

Estes instrumentos preparatórios aos Encontros nacionais de presbíteros exprimem enorme riqueza de cunho espiritual e pastoral para a vida do Presbítero. Redigidos em épocas e contextos diferentes, por autores diferentes, quase sempre em mutirão, falam em sua essência do que é perene na vida do Presbítero, sem desprezecer o contexto existencial por que estão passando a sociedade civil e a Igreja da qual somos uma parte. Portanto, é livro de Presbítero feito para Presbítero.

Concretizamos assim o sonho de muitos articuladores e assessores dos encontros nacionais de terem em um só volume todos os instrumentos preparatórios até aqui editados.

A Comissão nacional de presbíteros tem como objetivo articular os Presbíteros em todo o Brasil, oferecendo

elementos para maior convivência em seus presbitérios particulares. No 8º ENP isto apareceu configurado como Pastoral presbiteral. Uma idéia já latente em outros tempos e encontros.

Em nossos presbitérios nenhum de nós escolheu trabalhar juntos. Não tivemos oportunidade de enamorarmos e de nos escolhermos uns aos outros. Estamos, porém, inseridos num mesmo campo de trabalho e somos responsáveis pela evangelização neste território onde habitamos e, por designação de nosso Bispo, exercemos o ministério presbiteral. Com certeza cada um de nós escolheu sim se consagrar a Deus no serviço ao povo como sacerdote. Escolheu sim estar nesta diocese e aí ser o sinal da presença do divino em meio ao povo.

Dai podemos perceber as resistências que naturalmente há entre nós e as dificuldades de convivência que temos em nossos presbitérios.

Considerando um a um, penso que somos todos bons: boas pessoas, com intenção reta, com propósitos sadios, com objetivos nobres na causa que abraçamos.

As vezes nos sentimos cansados, isolados e não recompensados por tanto esforço e dedicação no pastoreio... "Levanta-te e come, porque o caminho é longo..." (1Rs 19,7).

Comer a Palavra de Deus, comer o Pão sagrado... mas também comer da solidariedade, principalmente entre nós que estamos na mesma missão e identificados com o mesmo ministério no mistério da presença do divino no humano.

De tudo o que já se conversou, sobre o qual se refletiu e partilhou, podemos já esboçar uma definição do que é, ou deve ser a Pastoral presbiteral:

É o grande grito dos Presbíteros do Brasil que, em todos os rincões, sofrem as mesmas carências e lutam com as mesmas esperanças.

Quer ser espaço de liberdade para o Presbítero, onde, com naturalidade e segurança ele possa se manifestar, expondo suas angústias e sonhos para ser mais conforme o projeto de Jesus Cristo.

Quer ser espaço afetivo de lazer e repouso onde o tempo esteja em sintonia com o coração, e os corações possam pulsar num ritmo semelhante, seguros da festa que vai acontecendo.

Quer ser, assim, lugar do Espírito, onde, nos sussurros e gemidos, cada Presbítero possa se enlevar e promover a tão sonhada unidade, respeitando a diversidade de dons, carismas e sentimentos.

Quer ser sinal de Ressurreição para o Presbítero em todas as situações de sua vida: sofrimento, doença, perseguição, festa, alegria, velhice,... estar em comunhão.

Será possível realizar isto? "O sonho que se sonha só pode ser pura ilusão, mas sonho que se sonha juntos...".

Ao reler estes "livretos" que iluminaram os Encontros nacionais percebemos que a idéia de comunhão, de colegialidade, de unidade está presente e sempre buscando oferecer jeito melhor de viver e ser Presbítero: pessoa cidadã, mestre espiritual, líder formador de consciência para a transformação social em busca de sociedade justa e solidária.

Que Deus recompense a todos que colaboraram oferecendo seus dons e talentos para construir este espaço de Vida Presbiteral. Agradecemos aos incentivadores deste projeto: às comissões anteriores com seus respectivos presidentes, bem como aos assessores e Bispos acompanhantes deste processo.

Pe. Pedro Felix Bassini - Pres. da CNP

Brasília, 4 de agosto de 2001  
Festa de S. João M. Vianey - Dia do Padre

## ABREVIATURAS

- CDC - *Código de Direito Canônico*, 1983
- Cat. Trad. - *Catechesi tradendae* (Exortação apostólica do papa João Paulo II, 1979)
- DP - *Documento de Puebla* (Conclusão da III Conferência geral do episcopado latino-americano, 1979)
- DGAP - *Diretrizes básicas da ação pastoral da Igreja no Brasil* (83 - 86)
- EN - *Evangelii nuntiandi* (Exortação apostólica do papa Paulo VI, 1975)
- LE - *Laborem exercens* (Carta encíclica do papa João Paulo II (pp, 1981)
- LG - *Lumen gentium* (Constituição dogmática do concílio ecumênico Vaticano II, 1964)
- PO - *Presbyterorum ordinis* (Decreto do concílio ecumênico Vaticano II sobre a vida e o ministério dos presbíteros - 1965)
- PPB - *Pronunciamentos do papa João Paulo II no Brasil*, 1980
- RH - *Redemptor hominis* (Carta encíclica do papa João Paulo II, 1979)
- SC - *Sacrosanctum concilium* (Constituição do concílio ecumênico Vaticano II, 1963)
- VMPPV - *Vida e ministério do presbítero. Pastoral vocacional* (Doc. da 19ª Assembléia geral da CNBB, 1981)
- T. B. CF/85 - Texto-base da Campanha da Fraternidade, 1985

**1º Encontro Nacional de Presbíteros**  
Itaici (Indaiatuba-SP), 21 a 25 de outubro de 1985  
CNC - CNBB

**O PRESBÍTERO NA IGREJA,  
POVO DE DEUS,  
SERVIDORA DO MUNDO**

*“O grande serviço que a Igreja  
presta ao mundo e aos homens  
é a evangelização.”*  
(Doc. de Puebla, 679)

PRESBÍTEROS DO BRASIL  
CONSTRUINDO HISTÓRIA

INSTRUMENTOS PREPARATÓRIOS  
AOS ENCONTROS NACIONAIS DE PRESBÍTEROS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Comissão Nacional de Presbíteros

Presbíteros do Brasil construindo história : instrumentos preparatórios aos encontros nacionais de presbíteros / Comissão Nacional de Presbíteros. São Paulo : Paulus, 2001.

ISBN 85-349-1873-2

1. Presbíteros : Brasil - História I. Título.

---

01-5301

CDD 253.0981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Presbíteros : Teologia Pastoral : História - 253.0981

## APRESENTAÇÃO

*A Comissão nacional do clero (CNC) vem refletindo, ano após ano, dentro da CNBB, sobre os problemas e perspectivas da vida e do ministério dos presbíteros. Essa reflexão tem sido parte integrante do esforço global da Igreja no Brasil na busca de fidelidade à sua missão evangelizadora. Participando da caminhada de toda a Igreja, o ministério presbiteral foi-se delineando sempre mais, como serviço diretamente comprometido com a evangelização, dentro de Igreja fortemente comunitária. Os últimos encontros anuais da CNC giraram em torno desses temas. Objeto de reflexão dentro da realidade atual do povo brasileiro e à luz da opção preferencial pelos pobres, constituem, aliás, o eixo das Diretrizes Gerais da Igreja no Brasil.*

*Visando à ampla participação, a CNC se propôs desencadear um processo sistemático que ajudasse os presbíteros a participarem dessa reflexão, indo ao encontro, inclusive, a um desejo constatado nas bases e colhido pelos representantes regionais. Para possibilitar isso e garantir representatividade no momento de colher os frutos da reflexão, a CNC tirou um tema e marcou um Encontro nacional com a participação de, ao menos, um membro de cada presbitério diocesano. "O Presbítero na Igreja, Povo de Deus, servidora do mundo" é o tema proposto. O Encontro nacional pretende ser o ponto de chegada de amplo processo de reflexão, assumido pelos*

*presbíteros em nível individual (como profunda revisão de vida) e em nível grupal, dentro dos presbitérios diocesanos. As comissões regionais deverão, de algum modo, recolher o mais significativo dessas reflexões, para que sua riqueza chegue ao Encontro nacional e daí seja remetida novamente às bases.*

*Para todo esse processo, a CNC oferece o presente texto como instrumento de trabalho. Ele se compõe de quatro partes: a partir da missão evangelizadora (1ª parte) e passando pela visão de uma Igreja comunitária e toda ministerial (2ª parte), chega-se ao específico do ministério presbiteral (3ª parte). Na última parte propõe-se dois roteiros de questionamentos para ajudar a reflexão individual ou em pequenos grupos e o debate em nível diocesano e regional.*

*A CNC entrega este texto a todos os irmãos presbíteros do Brasil, confiando na ação do Espírito que nos ajudará a todos a reavivarmos a chama que nos foi transmitida pela imposição das mãos (2Tm 1,6) e a prestarmos, com mais lucidez e coragem, o serviço do evangelho a que fomos chamados.*

Pe. Manoel Henrique

São Paulo, quarta-feira de cinzas,  
20 de fevereiro de 1985

## 1. EVANGELIZAÇÃO

### 1.1. Tomada de consciência

Nos últimos decênios, a Igreja no Brasil tomou consciência de que a evangelização é o centro e o coração de sua existência.

Progressiva e firmemente, a atenção e o interesse dos leigos, agentes de pastoral, padres e bispos, foram se deslocando das questões intraeclesiais para as interrogações que a realidade atual da vida humana e do mundo propunha à Igreja.

Assim, em face dos desafios da realidade, a Igreja foi descobrindo a extensão e as implicações de sua missão no momento atual. E vem dando passos significativos nesta caminhada que já a levou a assumir perfil diferente do que possuía antes do concílio Vaticano II.

A pastoral de manutenção fortemente cultural e sacramentalista, própria de igreja de cristandade, foi ultrapassada pela pastoral progressivamente missionária. A provocação veio, especialmente, da tomada de consciência do "drama de nossa época", a ruptura entre o evangelho e a vida (cf. EN 20), que no Brasil se consubstancia no espetáculo escandaloso de o maior país católico do mundo apresentar distribuição de renda das mais iníquas, com imensas conseqüências de marginalização e miséria.

A consciência das dimensões desta miséria levou a Igreja a ultrapassar a pastoral assistencialista e entrar decididamente no campo da promoção social. Igualmente, a consciência progressiva das causas estruturais da miséria e da marginalização impulsiona a pastoral a considerar criticamente os dinamismos próprios dos processos sociais, econômicos e políticos que as provocam e mantêm. Assim, a Igreja se sente chamada cada vez mais a assumir a missão profética de denúncia das situações iníquas e de anúncio dos valores do Reino, para a construção de nova sociedade, mais justa e fraterna (cf. DGAP 65-71).

Tudo isso conduziu a Igreja a sensível mudança de seu lugar na sociedade. Primeiramente, trocou o papel de parceira do poder político, com vista a possível benefi-

cio do povo, pela busca de papel autônomo e lugar próprio na sociedade. Em segundo lugar, a Igreja foi-se aproximando cada vez mais do povo pobre e marginalizado, posicionando-se decididamente a seu lado na luta por sua libertação.

Ao mesmo tempo, a Igreja modificava sua atitude em face de outras igrejas, religiões e momentos, abrindo-se a ecumenismo mais atento ao diálogo e à cooperação. Internamente, renova também — à luz dos passos dados no campo da evangelização e, especialmente, da “opção preferencial pelos pobres” — sua catequese e sua liturgia.

Do mesmo modo, experimentou forte crescimento da dimensão comunitária e participativa. Isso se manifesta, com intensidade crescente, na ampliação do espaço oferecido à atuação dos diversos membros do povo de Deus, na organização mais comunitária da pastoral e na própria reestruturação das bases da vida eclesial, através da renovação paroquial e do surgimento das CEBs. As comunidades eclesiais de base apresentam um fruto altamente significativo da caminhada da Igreja no Brasil, pela primazia que nelas tem a evangelização, pela encarnação efetiva nas condições de vida do povo, pela experiência de solidariedade e participação comunitária.

Esta caminhada da Igreja no Brasil não foi feita em descompasso com as demais Igrejas. O concílio Vaticano II, os sínodos dos bispos e documentos como “*Evangelii nuntiandi*” atestam a existência do mesmo sopro do Espírito na Igreja do mundo inteiro. Medellín e Puebla comprovam a inserção do Brasil na caminhada da Igreja na América Latina.

Tantas mudanças não se realizam ordenada e pacificamente, nem se fazem sem riscos, sofrimentos e perdas. Elas igualmente não se realizam com o mesmo grau de intensidade e lucidez nas várias igrejas e até nos diversos setores dentro de uma mesma igreja. Modelos diver-

sos de igrejas, frutos de distintas eclesiologias, passam a conviver com maior ou menor grau de tensão. Igualmente essa mesma tensão, dependendo de circunstâncias objetivas e de posicionamento das pessoas, pode ser vivida em sentido positivo ou negativo.

De qualquer maneira, quem quer que olhe para a Igreja no Brasil, hoje, certamente não verá uma Igreja tranqüilamente voltada para si, consumindo-se numa dimensão introspectiva indiferente à realidade socioeconômica política e cultural do povo brasileiro em seu processo atual de transformação.

## **1.2. O primado da evangelização**

Como resultado da caminhada que acabamos de evocar, a Igreja vive hoje profundamente marcada pela consciência da primazia da evangelização. A "Evangelii nuntiandi" expressa bem isso, quando atribui à Igreja da época pós-conciliar aquela tríplice interrogação fundamental:

- "O que é feito, em nossos dias, daquela energia escondida da boa nova, suscetível de impressionar profundamente a consciência dos homens?"
- Até que ponto e como essa força evangélica está em condições de transformar verdadeiramente o homem deste nosso século?
- Quais os métodos que hão de ser seguidos para proclamar o evangelho, de modo a que sua potência possa ser eficaz?" (cf. EN 4).

À Igreja contemporânea foi dada a alegria de poder recolher com renovado vigor e aplicar para si a palavra do Senhor Jesus: "Devo anunciar a boa nova do reino de Deus... para isso é que fui enviado" (Lc 4,43; Rm 11 e 12).

Ao definir suas Diretrizes gerais da ação pastoral, a Igreja no Brasil não hesitou em começar, retomando a figura do Senhor em seu afã missionário, a "andar de cidade em cidade, a proclamar, sobretudo aos mais pobres... o alegre anúncio da realização das promessas e da aliança feitas por Deus: tal é a missão para a qual Jesus declara ter sido enviado pelo Pai" (DGAP 1; cf. EN 6).

Evangelizar constitui a razão de ser da própria Igreja, sua identidade mais profunda. Para isso ela existe: para realizar sua irresistível vocação de introduzir no mundo valores do Reino. É aí que encontramos a semente da grandeza maior do Vaticano II, da "Evangelii nuntiandi", de Puebla, de Medellín. É aí que encontramos igualmente o fio condutor de toda a atividade e do magistério da CNBB, bem como do esforço dos planos de pastoral e do trabalho diário de incontáveis agentes de pastoral nas cidades e no campo.

Evangelizar é a vocação da Igreja, dizia EN 14; Puebla acrescenta: "É sua maior alegria". Apesar das perseguições que a evangelização sofre, ela é fonte daquela alegria e esperança que animam a Igreja pós-conciliar no continente latino-americano e no Brasil, especialmente nas comunidades dos pobres.

O dinamismo da evangelização leva a Igreja à alegria do despojamento, à capacidade de sair de si, de renunciar aos privilégios, para redescobrir o mistério da encarnação. No sentido profundo, a Igreja assume alegrias e esperanças, lutas e sofrimentos dos homens. Mais do que isso, descobre, à luz da encarnação, "a unidade indissolúvel entre o humano e o divino na história". A realidade histórica, pois, inserida no mistério de Jesus Cristo, não pode mais ser vista com olhos meramente seculares, mas com os olhos da fé. Depois que Deus uniu a si a história humana, nunca mais nos será lícito separar Deus das experiências humanas. Não se poderá mais pro-

clamar uma doutrina sem uma vinculação com o universo humano; nunca se poderá apresentar uma análise da realidade sem mostrar que na sua profundidade pulsa o coração do próprio Deus, de sua justiça e de seu amor. Assim, "devemos apresentar Jesus de Nazaré compartilhando a vida, as esperanças e as angústias do seu povo e mostrar que ele é o Cristo crido, proclamado e celebrado pela Igreja" (DGAP 28).

A evangelização leva igualmente a Igreja a dar prioridade à proclamação da Palavra, que deve penetrar e cortar a fundo a consciência individual e coletiva, "modificando os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida" (EN 19). À luz da Palavra, a Igreja repensa os modelos de vida da humanidade, mas igualmente seus próprios modelos de convivência, de organização e ação.

Evangelizadora como é, a Igreja começa por se evangelizar a si mesma... por uma conversão e renovação constantes, a fim de evangelizar o mundo com credibilidade. Todos, hierarquia, religiosos e leigos, em atitude permanente de escuta e de abertura, são levados a um "sério compromisso com aquilo que foi reconhecido como autenticamente evangélico nas diferentes situações históricas" (cf. DGAP 10).

Nesta conversão, a Igreja se volta especialmente para os pobres, que reconhece como portadores privilegiados de grande potencial evangelizador, porque destinatários preferenciais da missão de Jesus (DP 1142) e, muitas vezes, portadores dos valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus (DP 1147). Ainda a Igreja se edifica pelo testemunho do Evangelho levado às últimas conseqüências pelos mártires e perseguidos que ressuscitam hoje, na América Latina, a bem-aventurança dos perseguidos pela

justiça e dos que derramaram o sangue pelo Reino (cf. Mt 5,10-12; DP 92,265).

Uma Igreja que quer viver o primado da missão é, enfim, uma Igreja que se entrega à força transformadora do Espírito. É ele quem guia pastores e fiéis na obra de anúncio do Reino. É o Espírito quem permanentemente unge a Igreja, a comunidade, marcando-a para a missão, a partir dos pobres (Lc 4,18). É no Espírito que a Igreja encontra força e sabedoria para superar os obstáculos. É ele quem a guia, ajudando-a a discernir, nos sinais dos tempos, os apelos à vinda do Reino.

Fiel à sua missão permanente de anúncio do evangelho e atenta aos sinais dos tempos e aos apelos de Deus na história, a Igreja vive nessa tensão, que a questiona continuamente e a impele para frente. Sobre as exigências da missão da Igreja neste momento histórico, à luz das dimensões permanentes da evangelização, interrogar-nos-emos agora.

### **1.3. Dimensões permanentes**

A evangelização é realidade complexa, que abrange várias dimensões e ultrapassa as definições que dela acenam apenas um ou outro aspecto (cf. EN 17). Sem pretender esgotar todos os aspectos ou dimensões da evangelização, podemos, de início, propor uma descrição articulada em quatro pontos:

1. evangelizar é, antes de tudo, retomar aquele movimento iniciado por Jesus que tem como objetivo imediato anunciar a boa nova (evangelho) do reino de Deus;

2. evangelização é também, indissolivelmente, o testemunho de vida da comunidade dos que crêem no evangelho, nele inspiram sua existência e celebram sua fé e sua esperança pelos sacramentos;

3. evangelização é também a ação transformadora do mundo que busca modificar as estruturas econômico-sociais e culturais, visando à edificação de uma sociedade inspirada nos valores do Reino que, em sua plenitude, é realidade escatológica, que ultrapassa as conquistas históricas e parciais da humanidade;

4. evangelização, conseqüentemente, é denúncia das situações, formas e instituições que se opõem ao Reino, que são fruto do pecado e da injustiça, que esmagam a dignidade e a esperança do homem.

A evangelização é, portanto, como também mostrou a *Evangelii nuntiandi* (nn. 30-31), intrinsecamente ligada à libertação do homem, não reduzida a um projeto histórico e temporal, mas tendendo para a libertação integral que só se realiza na salvação em Cristo (cf. EN 34-35; DGAP 45-55).

As dimensões da evangelização podem ser descritas, também, de outra forma. É natural que, em face dos desafios típicos de cada época, a Igreja tenha acentuado, ora um aspecto, ora outro de sua ação.

A partir das comunidades do Novo Testamento, vários teólogos cristãos distinguem quatro dimensões da ação eclesial:

- o *kerygma* ou proclamação do evangelho (que assume várias formas: do anúncio missionário à catequese, à exortação pastoral etc.);
- a *koinonia* ou realização de diversas formas de comunhão e vida fraterna entre os que aderiram ao evangelho;
- a *liturgia* ou celebração do culto de louvor a Deus e da roda da comunidade em comunhão com ele;
- a *diakonia* ou serviço prestado aos necessitados, e outras formas de cooperação dos cristãos na edificação de uma sociedade mais humana.

Em época recente, a pastoral tradicional, quase exclusivamente intra-eclesial, concebida como cuidado dos pastores para com o rebanho, foi questionada pela redescoberta da necessidade da evangelização. Nesse contexto, foram formuladas seis "linhas" de ação pastoral, acolhidas no *Plano de pastoral de conjunto da Igreja no Brasil* (1965-70). Elas receberam, ultimamente, formulação mais rigorosa, concebendo-as como "dimensões" para evitar o perigo da concepção inorgânica, que separaria cada linha das outras. Nenhum aspecto da pastoral ou da evangelização subsiste e se sustenta isoladamente, mas apenas pode efetivamente realizar-se como "dimensão" de um conjunto mais amplo. Estas dimensões da pastoral e da evangelização são seis:

- comunitária e participativa;
  - missionárias
  - catequética;
  - litúrgica;
  - ecumênica e de diálogo religioso;
  - profética e transformadora
- (cf. DGAP 79-102).

Esse modo de entender as "dimensões" quer superar debates, às vezes estéreis e particularistas, sobre o primado de um ou outro aspecto da ação evangelizadora. Nem a catequese, nem a liturgia, nem a ação profético-transformadora podem, de per si, reivindicar superioridade sobre as outras dimensões. Ao contrário, dever-se-á dizer que existe mútua implicação entre todas elas. Não há nenhuma ação da comunidade eclesial que não repercuta de algum modo na catequese ou na liturgia, como não se concebe catequese ou liturgia que não tenham dimensão comunitária, missionária, ecumênica, profético-transformadora.

O primado da evangelização e a atenção aos "sinais dos tempos", aos novos apelos e questionamentos que a

história faz surgir, estas, sim, podem exigir — em determinado contexto — a acentuação de um aspecto ou dimensão da ação pastoral da comunidade eclesial. A partir daí, outros aspectos podem e devem ser questionados. A ação sempre será desafiada e estimulada por essa dialética entre o que é permanente (e, às vezes, rotineiro) e o que é novo e imprevisto, urgente e improporcionável.

#### 1.4. Opções prioritárias

Consciente das dimensões permanentes da evangelização, o evangelizador procura, igualmente, discernir com a ajuda do Espírito os sinais dos tempos; procura também reconhecer as prioridades e urgências da ação eclesial e, atento aos apelos que o momento histórico lhe faz, abrir-se ao serviço do mundo.

Quais são as prioridades ou opções preferenciais da evangelização na atual conjuntura?

A luz dos documentos de Puebla e da CNBB, interpretando a tomada de consciência das Comunidades eclesiais na América Latina e no Brasil, impõem-se algumas opções fundamentais:

1) A situação estruturalmente desigual e injusta a que está submetido o povo leva a Igreja a crer que é sua missão explicitar, com urgência, *o amor preferencial de Deus pelos pobres*. É imperativo da própria autenticidade evangélica, como diz Puebla: "A evangelização dos pobres foi para Jesus um dos sinais messiânicos e será também para nós sinal de autenticidade evangélica" (DP 1130).

2) Os jovens se caracterizam como os portadores do papel dinamizador de todo o corpo social. Neste momento em que a sociedade está a exigir transformações mais profundas, a Igreja vê, com alegria e esperança, a possi-

bilidade de que se realize a vocação histórica da juventude, que é a camada preponderante em nosso continente e país. E "apresentar aos jovens o Cristo novo, como único Salvador, para que, evangelizados, evangelizem e contribuam, como em resposta de amor a Cristo, para a libertação integral do homem e da sociedade, levando vida de comunhão e participação" (DP 1166), é prioridade inquestionável para a Igreja.

3) Nos últimos anos cresceu assustadoramente entre nós o número de conflitos por causa da terra. Somente em 1984 foram registrados 116 mortes de camponeses na luta pela terra. Essa violência no campo, somada à miséria, à fome e ao desemprego que assolam as cidades, "têm raízes mais profundas no regime fundiário que reclama urgente e autêntica reforma agrária" (T.B. CF/85, nº 25). A terra é dom de Deus para todos os homens e à Igreja cabe esse anúncio profético, para que se realize urgentemente sua justa distribuição (DP 492).

4) A classe trabalhadora continua sendo o alvo principal da exploração da sociedade capitalista. "Solidária e comprometida, como Cristo, com a causa dos mais necessitados, a Igreja apoiara os trabalhadores em seu esforço para se organizarem livremente e criarem sempre novos movimentos de solidariedade dos homens do trabalho, e procurará suscitar sempre, entre todos os homens, a solidariedade com os homens do trabalho e com os desempregados" (DGAP 240; cf. *Laborem exercens*). Evangelizar o mundo do trabalho é tarefa prioritária num sistema que privilegia o capital em detrimento do trabalho.

5) Outro desafio que se impõe à eficácia evangelizadora da Igreja é sua presença nas grandes concentrações urbanas, nas quais os homens se tornam massa anônima e as diferenças são escamoteadas. A pastoral das favelas, dos cortiços e dos sofrendores de rua são respostas que a Igreja vem dando aos problemas dos grandes

centros urbanos, que aguardam outras múltiplas iniciativas pastorais.

Outras opções ou prioridades pastorais podem ser discernidas dentro destas principais (menores abandonados, índios, negros, mulheres...) ou além delas, segundo as exigências da evangelização em regiões ou setores específicos. Uma opção importante, já assinalada pelo Documento de Puebla, como sua terceira escolha (cf. DP 1206-1253), impõe-se no atual momento de mudança da situação política brasileira e do projeto de uma nova Constituição. É o empenho da Igreja e dos cristãos na construção de uma sociedade pluralista, que garanta possibilidades efetivas de participação a todos os cidadãos. Em face desse desafio, a Igreja tem particularmente a responsabilidade de:

- cuidar para que não fiquem excluídos do processo de construção da nova sociedade justamente os mais fracos e oferecer seu apoio aos que, sem este, talvez não conseguiriam condições de participarem e defenderem seus direitos;

- alertar contra propostas demagógicas e reformistas que não atacam a raiz dos verdadeiros problemas, limitando-se a pôr remendos novos em panos velhos;

- aprofundar, cada vez mais, as exigências da justiça e da fraternidade, pois a Igreja deve tornar presente além dos progressos da sociedade humana — o ideal de um Reino, diante do qual toda concretização histórica é imperfeita.

## **1.5. Fidelidade à missão**

Concluindo o capítulo sobre a evangelização, vale a pena retomar alguns questionamentos, que muitos se propõem, em relação à atuação da Igreja na sociedade.

A primeira questão, muito freqüente hoje, diz respeito aos limites da ação da Igreja. Até onde vai a missão específica da Igreja? Quando ela ultrapassa sua competência e se intromete no campo de outras instituições?

A questão está mal proposta, quando existe a pretensão de limitar o campo da evangelização. De per si, o evangelho tende a penetrar todo o homem e todos os homens, toda a sociedade e toda a cultura. A objeção pode nascer de uma concepção da sociedade ocidental, predominante durante séculos, segunda a qual Igreja e mundo constituem dois campos rigorosamente distintos ou, pelo menos, distinguíveis. Nesta visão, que julgamos incorreta, a evangelização tornar-se-ia uma função interna da Igreja, quase um assunto de sacristia. Ao contrário, no contexto da sociedade pluralista, a evangelização pode e deve ser entendida como a proclamação de uma mensagem de Deus, revelada em Cristo, e o testemunho de uma opção de vida, que se oferecem à adesão livre de pessoas e comunidades. Evangelizando, a Igreja assume, ao mesmo tempo, uma atitude profética — radicalmente convicta da verdade divina daquilo que proclama — e uma atitude de diálogo, no pleno respeito da convicção do outro. Em outros termos, a Igreja evangeliza quando se põe objetivamente em atitude de serviço e renuncia ao uso do poder para impor sua fé, como em contextos de “cristandade” ou de aliança com o Estado.

Por outro lado a própria dinâmica da fidelidade ao evangelho leva os cristãos a se empenharem na transformação da sociedade e na busca de resposta aos seus problemas urgentes. Esta atuação que brota da fidelidade à missão, pode levar também a formas de dispersão dos cristãos ou de afastamento das “fontes”, onde alimentam sua fé. Mais profundamente como foi lembrado, os cristãos não escapam à condição de pecadores, e a própria Igreja precisa permanentemente de conversão, de se deixar novamente

evangelizar. Nasce daí um movimento dialético, pelo qual a comunidade eclesial — cuja razão de ser é a missão, a evangelização, o serviço do mundo — precisa também se reunir, se reorganizar, reencontrar e aprofundar sua identidade, sem fugir dos desafios do mundo.

De que forma a comunidade eclesial pode abrir-se realmente à evangelização? Como pode permanecer fiel ao evangelho em suas estruturas e em sua ação? São estas interrogações particularmente urgentes no momento. E é a partir delas que continua a nossa reflexão.

## 2. POVO DE DEUS, COMUNIDADE QUE EVANGELIZA

Não existe evangelização, no sentido pleno da palavra, senão onde há uma comunidade que evangeliza (cf. DGAP 59). “Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, eu estarei no meio deles”, diz Jesus (Mt 18,20). “Que eles sejam um e assim o mundo creia que tu, ó Pai me enviaste” (Jo 17,21). Por isso, o povo de Deus é “povo trazido à salvação para tornar conhecidas as maravilhas” do Senhor (1Pd 2,9; cf. EN 13).

Queremos mostrar a responsabilidade comunitária do povo de Deus na evangelização (2.1) e a divisão de tarefas ou ministérios que ela exige (2.2).

### **2.1. Não há evangelização sem comunhão**

Não há evangelização sem comunidade evangelizadora. Não há evangelização sem comunidade que, por sua própria estrutura e vida, seja anúncio do evangelho. Não

há evangelização, se a comunidade evangelizadora não é marcada pelos traços da "Nova Aliança".

A "Nova Aliança" constitui a essência do Novo Testamento, que dela toma o seu nome e que relata a constituição, em Cristo, do novo povo de Deus. O que os profetas anunciaram, em Cristo se realiza. No Pentecostes, diz Pedro, citando Joel: "Deus derrama seu Espírito sobre todos... homens e mulheres, jovens e velhos profetizam" (cf. At 2,17). Assim se realiza também a profecia de Jeremias: "Eles serão o meu povo... e ninguém precisará instruir seu próximo ou seu irmão, porque todos me conhecerão, grandes e pequenos — diz o Senhor" (Jr 31,34).

O dom do Espírito é recebido mediante o batismo. Por isso, os batizados podem proclamar: "Não há judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher: todos somos um em Cristo Jesus (cf. Gl 3,28). E onde está o Espírito do Senhor aí está a liberdade (1Cor 3,17). "Para ficarmos livres é que Cristo nos libertou" (Gl 5,1).

Esta liberdade não está a serviço do egoísmo, mas aceita uma única escravidão: a do amor, do serviço fraterno (cf. Gl 5,3). "Cada um segundo o dom que recebeu, consagre-se ao serviço dos outros, como bom administrador da graça de Deus" (1Pd 4,10). Embora haja diferença de dons ninguém tem o direito de se pôr acima dos outros. "Não queirais ser chamados rabi... ou pai, nem mestre; porque não tendes senão um mestre, e sois todos irmãos" (Mt 23 8-10; cf. Cat. Trad., 8).

A comunidade cristã, se não quiser negar em sua estruturação interna o Evangelho que proclama, deve ser exemplo de liberdade, respeito mútuo, solidariedade, fraternidade. Assim pode ser fermento de sociedade nova (cf. DP 273; DGAP 64). Não é mera questão de organização interna da Igreja. O que está em jogo é questão de teologia. É a própria imagem de Deus a ser revelada ao mundo. Se Deus é comunhão, se a Igreja se origina "de

Trinidade" (cf. LG cap. I), as estruturas eclesiais devem expressar de algum modo um reflexo da igualdade e comunhão que reina entre as pessoas divinas. A própria vida social, econômica e política deve ser marcada pela comunhão (cf. DP 215). De outra forma, corre-se o risco de propor uma imagem de Deus e uma forma da Igreja que parecem inspiradas não na fé, mas naquela heresia que colocava o Pai acima do Filho e do Espírito, destacando uma hierarquia mais que a comunhão.

O Vaticano II afirma o primado da comunhão e do mistério divino sobre as estruturas jurídicas e históricas que devem expressá-lo. Nesse esforço de tradução do transcendente no jurídico, o novo *Código de Direito Canônico* afirma a existência de "verdadeira igualdade" entre todos os fiéis na Igreja (cf. c. 208). Todos cooperam segundo seus dons, na construção do corpo de Cristo (c. 208), promovendo o crescimento da santidade na Igreja (c. 210), trabalhando pela evangelização, para que o anúncio da salvação chegue a todos os homens (c. 211), manifestando suas opiniões sobre o bem da Igreja (c. 212), fundando associações (c. 215), tomando iniciativas apostólicas (c. 216).

Esses direitos/deveres, recentemente formulados, não encontraram ainda adequada regulamentação. Para se tornarem efetivos, exigem a superação da mentalidade que predominou durante muitos séculos, na eclesiologia e na mente de pastores e fiéis. Segundo esta mentalidade, a Igreja se dividia — na prática, senão em teoria — em duas classes nitidamente separadas: o clero e o laicato. Apenas a primeira, o clero, tinha a plenitude dos direitos na Igreja. A segunda, a dos leigos, achava-se, como foi dito, na condição de estrangeiros num país alheio: respeitados, sim, em seus direitos civis, mas sem chance de participarem ativamente da vida pública, de ocuparem cargos, de manifestarem opiniões ou influírem nas decisões que contam. Expressão típica desta situação é a iden-

tificação ainda comum da Igreja com a hierarquia ou com o clero ou ainda a dificuldade de fazer aceitar que "os leigos também são Igreja".

Muitos passos já foram dados para superar esta situação e devolver a dignidade e responsabilidade a todos os fiéis, sobretudo à grande maioria dos leigos, marcados por este nome, que indicava a condição de estranhos, despreparados e incompetentes para participarem ativamente da missão da Igreja. Também o novo Código abre uma brecha na antiga separação entre clérigos e leigos, permitindo a estes últimos que assumam "ofícios" eclesiais (c. 228). Mas, indubitavelmente, resta muito a fazer para que a "verdadeira igualdade" e a "participação ativa" na missão da Igreja se tornem efetivas para a maioria dos fiéis.

Diante disso, é preciso aprofundar e difundir uma correta eclesiologia, que não pensa a Igreja como sociedade "desigual", irreparavelmente dividida entre clero (ou sacerdócio) e laicato, mas como comunidade de irmãos em que se manifesta a pluralidade de carismas e ministérios. Uma Igreja-comunidade missionária em que, em princípio, todos podem e devem exercer um ministério. Nela as diversas comunidades locais são a base da Igreja que, em todos os níveis, se constrói como comunhão de comunidades.

É preciso, sobretudo, aprofundar e difundir as práticas eclesiais ou pastorais que impulsionam a caminhada das comunidades rumo à eclesiologia correta e à efetiva co-responsabilidade, participação, fraternidade. De modo particular, é preciso progredir nas formas de *participação*, até mesmo indo além dos modelos propostos que, muitas vezes, limitam excessivamente a comunidade e inibem a iniciativa dos fiéis. Apenas uma participação ativa dos fiéis no planejamento, na execução e na avaliação das atividades, com influência real sobre as decisões,

pode fazer de nossas comunidades agentes e testemunhas da evangelização (cf. também DGAP 61-62).

Esta participação que manifesta o direito-dever de todos na missão da Igreja e a dignidade de todo batizado não exclui antes exige uma diversificação e pluralidade, pela qual cada um traz à comunidade a sua contribuição específica e insubstituível. Mas entre a dignidade comum e o "ministério" ou carisma de cada um há uma hierarquia, tão felizmente expressa por santo Agostinho: "O que eu sou para vós atemoriza, o que eu sou convosco me conforta. Para vós eu sou bispo, convosco sou cristão. O primeiro título é o de encargo recebido, o segundo é graça. O primeiro indica perigo; o segundo, a salvação" (*Sermo* 340; cf. também LG).

## **2.2. A participação de todos nas tarefas da evangelização**

A comunidade assume, solidariamente a missão evangelizadora. A fraternidade e a igualdade entre seus membros são um testemunho evangélico essencial, especialmente em face duma sociedade desigual, injusta, que privilegia poucos e oprime muitos.

É preciso, portanto, preservar, acima de tudo, estes valores e estas atitudes. O bem da comunidade, contudo, exige também — quando a participação conjunta de toda a comunidade não é possível — uma divisão de tarefas entre seus membros. Critério básico dessa distribuição são as necessidades da própria evangelização. Em função disso, serão considerados a vocação e os dons ou carismas de cada cristão ou de grupos, movimentos etc.

Do encontro entre exigências da evangelização, condições e necessidades da comunidade eclesial e dons ou carismas, que o Espírito suscita em cada um dos cristãos, surgem os ministérios. Ministério é todo serviço pres-

tado à obra da evangelização, na comunidade eclesial ou no "mundo". Não há um modelo único de organização dos ministérios. Em princípio, cada comunidade se provê dos ministérios de que precisa para evangelizar e para servir ao mundo, acolhendo as indicações do Espírito. Isso se verifica particularmente nas comunidades do Novo Testamento, que apresentam grande criatividade e pluralismo de soluções. Ao mesmo tempo, a busca da comunhão e cooperação das comunidades locais suscitaram rapidamente ministérios comuns, a serviço de toda a Igreja. Por diversos motivos, o pluralismo inicial foi excessivamente empobrecido ao longo dos séculos. Apenas algumas formas de ministério sobreviveram. Na Igreja ocidental, os ministérios foram, aos poucos, reduzidos ao ministério hierárquico, por sua vez entendido de forma restrita como ministério sacerdotal. O Vaticano II procurou restabelecer a primazia do ministério profético, de anúncio do evangelho ou da Palavra, e ressaltar a tríplice dimensão — profética, sacerdotal e pastoral — de todo ministério. Além disso, redefiniu o episcopado e o presbitério, restabelecendo o diaconato permanente, revalorizou os carismas e o sacerdócio comum dos fiéis e, principalmente, operou aquela inversão da eclesiologia, que restabelece o primado do Povo de Deus e o caráter ministerial da hierarquia (cf. cap. II e III).

A partir daí, foi revalorizada a vocação comum de todo cristão, como vocação à santidade e à participação ativa na missão da Igreja. Acentuou-se o movimento de redescoberta dos ministérios e o desenvolvimento de estruturas ministeriais adequadas às necessidades das Igrejas locais (cf. para o Brasil, VMPPV, especialmente, 133 a 178). A diversificação dos ministérios e sua dinamização a serviço da evangelização é tarefa que, apesar dos grandes progressos realizados, ainda se encontra na fase inicial. Não é possível, nem conveniente, propor modelos

acabados de estruturas ministeriais para as nossas comunidades. Alguns critérios, porém, devem permanecer firmes. Antes de tudo, como o próprio nome indica, o ministério deve ser exercido como serviço. Trata-se de exigência irrenunciável da evangelização. O Novo Testamento é extremamente insistente em lembrar aos cristãos dos primeiros tempos e a seus líderes, como a nós que o lemos hoje, o exemplo de Cristo, Servo de Deus e servidor dos irmãos. Deve-se concluir que não há evangelização e testemunho autêntico de Cristo, quando o ministério perde o seu caráter de serviço. Autoritarismo, ambição, formas demasiadamente humanas de exercer a autoridade não evocam — nem para a comunidade eclesial, nem para os de fora — a figura autêntica daquele que quis estar em nosso meio como "Aquele que serve" (cf. Mc 10,45; Lc 22,27). O Novo Testamento inspira atitude de humildade e de vigilância. Muitos dos primeiros ministros não escaparam à tentação de se servirem de sua função na Igreja para dominar, ou não souberam evitar outros abusos (cf. 1Tm 3,3; 1Jo 4,1; 2Jo 10). Uma advertência é dirigida, também, aos que presidem a eucaristia (cf. Lc 22 24-27). Lucas insere na última ceia aquela disputa dos apóstolos a respeito do primeiro lugar, que deve ter acontecido em outro contexto (cf. Mc 10,35-45; Mt 20,20-28). Analogamente, João coloca na última ceia o gesto de Jesus que lava os pés dos discípulos (cf. Jo 13,1-16) e o apresenta, explicitamente, como modelo para os apóstolos.

O espírito de serviço não deve ser interpretado subjetivamente pelo ministro como mera intenção de servir. A boa intenção é louvável e necessária, mas insuficiente. O que o ministro deve procurar é dispor-se objetivamente em atitude de serviço em face da vontade de Deus e das necessidades da comunidade. A radicalidade dessa disposição e o rigor dessa exigência estão bem evidenciados no antigo hino a Cristo, que Paulo cita aos Filipenses

(2,6-11). Cada um se torne "escravo" dos irmãos; cada um humildemente considere os outros superiores a si. Não devemos temer afirmarmos com vigor que o ministro da comunidade eclesial não se põe, como qualquer autoridade humana, acima de seus irmãos, mas abaixo deles, como seu servo. E se alguém quiser exercer o ministério com mais perfeição ou plenitude, deverá ter por ambição, como Agostinho ou Gregório Magno, ser "servo dos servos de Deus".

Não se trata apenas de evitar os perigos mais óbvios da ambição ou da vaidade pessoal. Nem apenas de evitar os perigos, já assinalados, de corporativismo e burocratização de uma classe de ministros da Igreja (o "clero"). Trata-se especialmente de evitar aquele deslocamento gradual e sutil, muitas vezes inconsciente, pelo qual a pessoa do ministro se posiciona, aos poucos, no lugar que deveria ser ocupado pela palavra de Deus, pelos sacramentos ou pela Igreja. O ministro deve ser o primeiro a se manifestar, permanentemente, como discípulo à escuta da Palavra e obediente à vontade de Deus.

A atitude de discípulo e servidor, a exemplo de Cristo, se manifesta também concretamente no lugar que ele escolhe na sociedade. O ministro do Evangelho não pode deixar de estar do lado dos pobres e de aprender com eles a prática da simplicidade e do serviço (cf. DP 1141, 1147). Ele deve vigilar para conservar sua liberdade a serviço da evangelização, evitando deixar-se prender pelos interesses ou pelas ideologias dos poderosos.

Enfim, para orientar o exercício do ministério o critério supremo que, de algum modo, resume todos os outros é que o ministro faça crescer a comunidade — sua consciência, seu dinamismo, sua responsabilidade — e não a torne passiva e acomodada. O bom pastor não é aquele cujo nome está em evidência, nem mesmo aquele que é muito estimado e amado por aquilo que faz, mas

aquele que faz a comunidade encontrar a plenitude da vida. Para ele, como para todo cristão, o ideal evangélico permanece o da mão esquerda que não sabe o que faz a direita (cf. Mt 6,3).

Concretamente, o ministro deve pôr-se a serviço da caminhada da comunidade, e não impor-lhe sua própria vontade. Isto vale particularmente para o ministro que, às vezes, animado por generoso zelo missionário, chega de fora. Ele não pode cair no engano de pensar que, sozinho, está certo e tem direito de determinar, de fora, o rumo da comunidade. O que pode trazer é o enriquecimento, às vezes muito grande, ou um questionamento e até uma correção a propor, para que a comunidade se conscientize e assuma.

Em geral, é preciso que o exercício do ministério seja feito com a participação da comunidade, diretamente ou através de órgãos representativos.

Ordinariamente, as grandes decisões serão tomadas por assembleias ou órgãos colegiados, após ampla consulta e debate aberto. Todos, de algum modo, devem ter possibilidade de participarem das decisões que concernem a todos.

Os ministros cuidarão da execução dessas decisões e de um trabalho permanente de evangelização e de serviço, dentro dos rumos assumidos co-responsavelmente pela comunidade. E continuarão a valer-se, periodicamente, da colaboração de conselhos ou órgãos afins no planejamento e avaliação do seu próprio serviço à comunidade.

A multiplicidade de comunidades, grupos, movimentos, associações, iniciativas e tarefas, que se encontram na Igreja local a serviço da evangelização, exigem a coordenação. Trata-se da forma de ministério que adquire especial relevância teológica, enquanto contribui para manter, dinamicamente, a comunhão entre as comunidades e entre estas e a diocese e a Igreja universal. Por

isso, é confiado geralmente aos ministros ordenados e particularmente, aos presbíteros.

Depois da descrição dos ministérios em geral, a atenção se volta, agora, ao papel específico do presbítero no ministério eclesial a serviço da evangelização.

### 3. O PRESBÍTERO A SERVIÇO DA EVANGELIZAÇÃO E DO POVO DE DEUS

Para reconhecer melhor sua vocação e responsabilidade nesta hora, o presbítero procura a compreensão lúcida do seu papel específico na Igreja, Povo de Deus, à luz da teologia e da grande tradição eclesial (3.1), e das condições concretas que determinam o exercício do seu ministério na atualidade (3.2).

A partir destas indicações fundamentais, abre-se espaço para a reflexão pessoal e o debate com os irmãos presbíteros, na busca de um amadurecimento das opções pastorais e pessoais (4).

#### 3.1. O ministério específico do padre

As recentes e profundas mudanças, em nível de teologia e de práticas pastorais, parecem ter ofuscado em muitos a consciência do papel específico do presbítero na Igreja. Embora o impacto mais dramático dessa "crise de identidade" pareça ter sido superado (cf. VMPPV 13-30), ainda sente-se a necessidade de aprofundamento e de síntese da teologia do ministério presbiteral (cf. DP 660). Na linha da síntese que Puebla deseja, lembramos os itens

seguintes, que parecem fundamentais para compreender o ministério presbiteral:

- O ministério presbiteral está associado, desde sua sistematização no século II, ao ministério episcopal. Não pode ser compreendido fora de uma estrutura eclesial, em que a Igreja local ou particular se edifica, sob a guia do Espírito, pela Palavra e os sacramentos (RH 20), sob a direção do bispo e do seu presbitério (cf. SC 42 PPB 29 n. 3). Também o ministério presbiteral é, por sua natureza, o ministério de um corpo ou colegiado — o presbitério. Ninguém se torna presbítero, senão pela incorporação à ordem presbiteral, e ninguém pode exercer autenticamente o ministério presbiteral fora da comunhão com o presbitério (cf. RH 5).

- O ministério presbiteral é dom ou graça conferido pelo sacramento da ordem para a evangelização e para a edificação da Igreja, como mostra — desde a *Tradição apostólica* de Hipólito (séc. III) — o rito litúrgico da ordenação. Nesse rito, está claramente expressa, também, a incorporação ao presbitério e a participação da comunidade na escolha do ministro. Isto significa que não existe um “direito” da pessoa a se tornar presbítero, mas uma “vocação” (no sentido original da palavra = chamado) da comunidade eclesial, presidida pelo bispo, para que alguém se torne, pela ordenação, ministro ou servidor da mesma comunidade.

- O presbítero, assim ordenado, tem por função, em face da comunidade da qual é enviado, representar a pessoa de Cristo, enquanto é ele que convoca a Igreja (ecclesia = convocação!) e a envia em missão. Assim, a comunidade eclesial deve, na pessoa do presbítero, que age *in persona Christi* (LG 28; PPB 15, n. 4), continuamente reavivar sua fé e sua adesão àquele que a chamou a viver na esperança do Reino. Ao mesmo tempo, a comunidade

encontra, na pessoa do presbítero, a presença do Cristo servidor (PPB 15, 5), que cuida de seus irmãos e amigos e com eles partilha o pão da Palavra e da eucaristia. Na presidência da eucaristia e na administração dos sacramentos, a função de representante de Cristo recebeu tal destaque que, durante séculos, a teologia viu nisso a essência do sacerdócio ministerial.

- A função de representante de Cristo não separa o presbítero da comunidade dos fiéis, dos quais permanece irmão (cf. PO 9). A edificação do Corpo de Cristo é tarefa comum, pela qual todos os fiéis são co-responsáveis. O presbítero é o “presidente” da comunidade, alguém que não absorve ou monopoliza as múltiplas funções e os diversos serviços necessários à evangelização e à vida comunitária, mas que os coordena e impulsiona. Quanto mais exercer essa função em espírito de serviço e comunhão, tanto mais o presbítero será efetivamente — para a comunidade — sinal daquela unidade e comunhão que têm por origem o próprio Cristo e, com ele, o Pai e o Espírito.

- Na edificação da comunidade e na sua animação missionária, a serviço da evangelização, o presbítero não pode ser representante de Cristo, senão mediante sua inserção na Igreja. Daí decorre a sua responsabilidade em face da tradição apostólica: ele deve garantir à comunidade a comunhão com a fé dos apóstolos, não como mera conservação do passado, mas como atualização viva, no contexto do presente e dos novos desafios que a história traz. E daí decorre a responsabilidade em face da comunhão com as outras comunidades locais, com a Igreja diocesana e seu bispo, com a Igreja universal, que o presbítero deve promover em sua comunidade.

À luz das indicações acima, baseadas no Concílio Vaticano II e na grande tradição eclesial, o específico do ministério presbiteral não deve ser procurado em tarefas

que a Igreja tenha reservado unicamente ao padre (mesmo se isso, em medidas diversas, sempre aconteceu). Pois, basicamente, todos os fiéis são chamados a participar do ministério sacerdotal, profético e pastoral. Mas sim, procurado na autoridade e na função de direção que a Igreja atribui ao presbítero pela ordenação sacramental, invocando sobre ele o "espírito de governo e de conselho".

O povo, aliás, mesmo quando não sabe formular exatamente as razões teológicas dela, reconhece essa função e autoridade do presbítero. A relevância dessa função na Igreja é tão grande que ainda leva o próprio povo a identificar a Igreja com os "padres".

### **3.2. Crise de um modelo e novas alternativas**

O exercício concreto do ministério presbiteral passou por diversas transformações, desde as mais antigas, quando o presbítero assumiu tarefas antes reservadas ao ministério episcopal (como a presidência da eucaristia, a pregação, a reconciliação pública dos pecadores...), até as mais recentes por todos conhecidas.

A teologia tridentina do sacerdócio e as mudanças sociais, cujas raízes se confundem com a própria "Idade média", levaram a uma acentuada separação de clero e laicato, que hoje nos aparece teologicamente inaceitável e pastoralmente prejudicial. Junto com ela, desenvolveu-se um modelo pastoral centrado nos cuidados que um presbítero, o pároco, prestava a uma comunidade relativamente pequena, de poucas dezenas de famílias ou algumas centenas de "almas". No Brasil, apesar das dificuldades que, sobretudo a partir do século passado, foram encontradas para dispor de clero numeroso, e este modelo tridentino que se tentou implantar, com várias limitações, ele deixou à margem grandes faixas de catolicismo

popular. Porém, onde a Igreja desenvolveu seu esforço pastoral, o essencial do modelo permaneceu: uma pastoral centrada no presbítero (modelo, aliás, que é o único, até hoje, que muitos conhecem).

Esse modelo, contudo, além de sofrer outras críticas, recebeu um rude golpe nos últimos vinte anos, que viram a relação padre/fiéis diminuir em quase 100%. Em outras palavras: proporcionalmente ao número de habitantes, o número dos padres é hoje pouco mais da metade do número do início dos anos 60. Por isso, o número mínimo de fiéis de que um padre deveria cuidar, como pastor, passou de 6.000 para mais de 10.000. Na realidade, em muitíssimos casos, os párocos cuidam sozinhos de paróquias com 15, 20, 30 mil habitantes ou mais. Mesmo que o número de ordenações continue crescendo, mesmo duplicando o número atual de ordenações, serão necessários mais de vinte anos para voltarmos à situação (já difícil) de 1960. Além disso, é evidente que as rápidas e profundas mudanças culturais tornam absurdo pensar na restauração de um sistema pastoral de outros séculos.

É, portanto, claro o caminho do ministério presbiteral, para responder aos apelos da sociedade e às necessidades da Igreja, bem como para evitar o desgaste e a frustração de presbíteros sobrecarregados de tarefas e desconfiados quanto à eficácia de seus esforços. O caminho é o que propomos à reflexão e ao debate neste documento: o reencontro do primado da evangelização e a concentração do ministério presbiteral na dinamização de uma comunidade eclesial toda ministerial e toda evangelizadora.

Tomar um novo caminho, ou prosseguir a caminhada já iniciada para ir além do conhecido e abrir novas trilhas, exige do presbítero também mudança interior, profunda, nova "espiritualidade". Será espiritualidade do "êxodo", porque somos chamados a servir o povo de Deus em caminhada ou travessia para nova sociedade. Será

espiritualidade pascal, marcada pelo mistério da morte e ressurreição, do doar a vida para reencontrá-la (cf. Mc 8,35; Mt 16,25; Jo 12,24). Uma espiritualidade da libertação do povo, a caminho da Terra prometida.

Um traço fundamental da "espiritualidade" do presbítero será a unidade entre sua vida e seu ministério (cf. PO 14). Aliás, toda espiritualidade autêntica abrange a totalidade da existência da pessoa. A caridade pastoral unifica no presbítero seu ministério, sua piedade, suas opções pessoais.

Ele buscará a santidade exercendo "sincera e incansavelmente" suas próprias funções de presbítero (cf. PO 13).

Numa perspectiva que dá primazia à evangelização, o presbítero terá uma espiritualidade dinâmica, missionária; espiritualidade que procura ativamente pessoas, grupos e setores da cidade dos homens que precisam ouvir de novo o anúncio do Evangelho. Nisso o presbítero se identificará com o impulso evangelizador que animava Jesus ("Para isso eu vim", Mc 1,38) e lhe impedia de se deter num pequeno círculo. Lembrar-se-á também que a evangelização exige a santidade do evangelizador, cujas características Puebla vê em: "sentido da misericórdia, firmeza e paciência nas tribulações e perseguições, alegria de a pessoa saber que é ministro do evangelho (cf. DP 383).

A espiritualidade do presbítero estará marcada pelo amor aos pobres e por uma opção voluntária pela pobreza evangélica (DP 1148-1152). A opção preferencial pelos pobres é sinal de autenticidade da evangelização, a exemplo do próprio Jesus; mas é também, no contexto da sociedade atual, testemunho contra a idolatria do dinheiro e o materialismo consumista.

A espiritualidade presbiteral é igualmente espiritualidade de serviço, segundo o modelo do Cristo servidor dos irmãos porque Servo de Deus (Mc 10,45; Jo 13,12-16). Esta atitude é fundamental no contexto da atual ca-

minhada da Igreja, que procura despojar-se de formas demasiadamente humanas de poder e devolver a todos os cristãos o espírito de serviço à comunidade e à evangelização, para tornar-se “Igreja toda ministerial”.

A espiritualidade do presbítero será, mais ainda, comunitária e fraternal (cf. PO 9). Se outras épocas e escolas de espiritualidade acentuaram a separação do presbítero com relação ao “mundo” e à condição de vida dos “leigos”, o momento atual da evangelização e da Igreja acentua a necessidade de que a solidariedade e a fraternidade de todos os fiéis, e dos presbíteros no meio deles, recebam o destaque maior.

Enfim, esta espiritualidade não será nem sólida nem dinâmica e libertadora, se ela não tiver à sua base uma experiência pessoal do Deus vivo (cf. DP 693). A espiritualidade — que abrange toda a vida da pessoa — não pode se restringir a práticas externas ou a rotinas impostas pelo ambiente.

A busca da vivência e do aprofundamento desta espiritualidade é também tarefa a se fazer durante a caminhada: “É caminhando que se abrem caminhos”.

## 4. ROTEIROS PARA REFLEXÃO E DEBATE

### 4.1. Roteiro para reflexão pessoal e/ou em grupo

#### 1. *Sobre a evangelização*

- 1.1. Como você, presbítero, viveu a caminhada da Igreja nos últimos vinte anos, e quais os acontecimentos que mais o marcaram pessoalmente?

1.2. *A evangelização deve estar em primeiro lugar para o presbítero:*

- como isso se exprime em sua vida e ministério?
- quais os obstáculos pessoais que encontra para dar prioridade à evangelização?

1.3. Quais as suas opções preferenciais em termos de evangelização? Como chegou a essas opções?

1.4. Que atuação estão merecendo, de sua parte, as opções pastorais da Igreja no Brasil, mencionadas neste Documento?

1.5. Que postura está assumindo como presbítero, frente ao atual momento político e aos desafios da sociedade brasileira?

## *2. Sobre a comunidade evangelizadora*

2.1. O que você fez para despertar a co-responsabilidade dos membros da sua comunidade e ampliar a participação deles? Que iniciativas promoveu e quais organismos ajudou a criar?

2.2. O que tem feito para promover a criação e diversificação de ministérios em sua comunidade?

2.3. Como tem vivido a co-responsabilidade pastoral em sua Igreja particular? Como se integra seu trabalho na Pastoral orgânica ou de conjunto?

2.4. Que atitudes concretas tem assumido para vivenciar a comunhão e a participação, com seu bispo e seus irmãos presbíteros?

2.5. O que tem feito com relação ao culto divino e à celebração dos sacramentos, visando a fazer de sua comunidade um povo sacerdotal?

2.6. Quanto de seu ministério tem sido dedicado à animação das CEBs ou à renovação da paróquia, no sentido de torná-la cada vez mais comunitária e missionária?

2.7. O que tem feito para que sua comunidade assuma as diversas dimensões de evangelização e as situações novas ou particularmente desafiadoras?

### 3. *Sobre a vida presbiteral*

3.1. O que aconteceu de novo, em sua vida e ministério, que expressa a vivência da igualdade e fraternidade com todos?

3.2. Quais são as verdades existenciais, as "idéias-forças" que lhe dão ânimo entusiasmo, alegria de viver, constituindo, assim, a mística de sua vida?

3.3. O que tem feito para integrar o exercício do ministério e a oração em sua vida, fazendo da caridade pastoral a fonte de sua espiritualidade?

3.4. Que expressões concretas assume em sua vida a prática do ministério como SERVIÇO à comunidade?

3.5. Evangelizar exige liberdade. Quais são suas escolhas e atitudes:

- no que se refere ao lugar social, onde se situa (ambiente que frequenta, pessoas com quem se relaciona, amizades que cultiva etc);
- no que se refere ao cultivo e aprimoramento de sua personalidade humana;
- no que se refere às ideologias;
- no que se refere ao seu relacionamento afetivo;
- no que se refere ao uso dos bens e do dinheiro;
- no que se refere a outros afazeres?

3.6. Que tipo de presença e atuação tem tido diante dos conflitos sociais?

3.7. Faça um discernimento pessoal de como tem empregado sua vida e seu tempo:

- quanto tempo tem dedicado às dimensões permanentes da evangelização (sacramentos, catequese etc...);

- quanto tempo tem dedicado aos desafios pastorais e áreas novas da evangelização?
- quanto tempo tem dedicado à formação de agentes de pastorais?
- quanto tempo tem dedicado à administração?
- quanto tempo tem dedicado à sua formação permanente?
- quanto tempo tem dedicado a cursos ou dias de estudo?
- quanto tempo tem dedicado à oração?
- quanto tempo tem dedicado à leitura pessoal?
- quanto tempo tem dedicado a férias e lazer?

#### **4.2. Roteiro para reflexão na diocese regional**

1. A evangelização é a primeira preocupação no planejamento e ação pastoral da sua diocese?
2. Você reconhece no planejamento de sua diocese sintonia com a Igreja do Vaticano II, de Puebla e do Brasil?
3. O planejamento diocesano se realiza participativamente?
4. Como funcionam, em sua diocese, os organismos de participação do Povo de Deus: Assembléia Diocesana, Conselho de Pastoral nos vários níveis?
5. Há outros sinais concretos, em sua diocese, da ampliação efetiva da participação de todo o povo de Deus em suas estruturas e decisões?
6. Qual tem sido o esforço de sua diocese para a diversificação de ministérios nas comunidades?
7. Qual tem sido a posição de sua diocese diante dos conflitos sócio-políticos?
8. Quais os critérios de sua diocese para distribuição de tarefas entre os presbíteros?

9. Quais as estruturas de apoio de sua diocese para a vida e ministério dos presbíteros?
10. Quais as formas de convivência e de associação (grupos, movimentos etc.) que têm ajudado os presbíteros?
11. O que sua diocese tem feito para a formação permanente dos presbíteros?
12. Qual a importância real e a influência do Conselho de Presbíteros (CPD)?
13. À luz da reflexão pessoal sobre a primeira parte deste roteiro, quais são os problemas do ministério e da vida dos presbíteros, cuja solução só pode ser encaminhada em nível diocesano, regional e nacional?
14. Gostaria de propor outros assuntos para debate no Encontro Nacional de Presbíteros?

**2º Encontro Nacional de Presbíteros**  
Itaici (Indaiatuba-SP), 20 a 25 de outubro de 1987  
CNC - CNBB

**SER PADRE:  
NOVOS DESAFIOS PARA UMA  
VOCAÇÃO QUE PERMANECE**

## ROTEIRO

1. Recomenda-se, antes de tudo, a *leitura* pessoal do documento. Durante a leitura, cada um deveria confrontar o texto com sua própria experiência de vida e anotar os pontos discutíveis ou sobre os quais desejaria um esclarecimento.
2. O Conselho Presbiteral Diocesano deveria promover *um encontro em* que o documento fosse debatido. Se houver tempo, *dever-se-ia* prever quatro momentos de trabalho (um para cada uma das partes do documento). Os participantes exporiam seu ponto de vista e o grupo, com a ajuda de um coordenador e de um secretário, elaboraria um relatório para a Comissão Regional do Clero e esta para a CNC, em Brasília, DF, destacando somente os pontos principais que *deveriam ser* aprofundados no 2º ENP e os pontos que julga imprescindíveis acrescentar.
3. O Conselho Presbiteral Diocesano deveria também refletir sobre *o que pode fazer* para oferecer aos presbíteros da diocese meios e oportunidades de formação permanente melhor, e de desempenho do ministério pastoral mais adequado às exigências da comunidade eclesial e mais atento à pessoa do presbítero.

## APRESENTAÇÃO

*A Comissão Nacional do Clero (CNC) convoca para 20-25 de outubro de 1987, em Itaici, SP, o 2º Encontro Nacional de Presbíteros (2º ENP).*

*Para que o 2º ENP possa constituir um momento significativo na caminhada dos padres católicos no Brasil — um momento de partilha e de lucidez, à escuta do Espírito que fala pelos sinais dos tempos ao seu povo e aos seus pastores — deve ser precedido por encontros diocesanos e regionais. Neles os presbíteros de todo o país poderão expressar seus anseios e encaminhar suas propostas, elegendo seus representantes para o 2º ENP. Esta reflexão e elaboração de propostas, em nível diocesano e regional, surge em primeiro lugar da experiência singular e insubstituível de cada um, mas será transformada em compromisso comum somente se for comunicada e partilhada, dialogada, discutida, situada num quadro mais amplo, confrontada com as questões que transcendem as pessoas e situações locais, para afetar toda a sociedade e a Igreja.*

*O texto que oferecemos é um simples subsídio. Para esta reflexão, quer principalmente constituir um roteiro para o confronto de cada um com as questões que nos tocam a todos e que nos condicionam de um modo ou de outro, mesmo quando disso não temos ainda consciência nítida. É para estimular esta tomada de consciência que oferecemos aqui algumas proposições, fruto da refle-*

*xão de muitos e redigidas por um pequeno grupo de assessores da CNC.*

Pe. Manoel Henrique de Melo Santana

Presidente da CNC

São Paulo, quarta-feira de cinzas,

4 de março de 1987.

## 1. MUDANÇAS NA SOCIEDADE E NA CULTURA

1.1. A sociedade atual se caracteriza de um modo especial por mudanças rápidas e profundas. A observação é, hoje, mais do que óbvia. Boa parte da geração dos padres atuais pode lembrar-se de ter experimentado pessoalmente um mundo notavelmente diferente. Muitos podem até experimentar a desagradável sensação de terem sido educados para um mundo que já desapareceu e de não terem condições de se adaptarem ativamente às novas formas de exercício da profissão, de prática do relacionamento humano, de comportamento ético, de vivência religiosa, de exercício de cidadania e de educação política. Uma confirmação da desorientação que as mudanças trazem para muitos e da complexidade e imprevisibilidade do mundo de amanhã é a experiência de previsões diferentes sobre o nosso futuro. É objetivamente difícil dizer para onde vai o mundo, ou o país, não apenas pela liberdade dos homens, mas também e principalmente pela dependência de inúmeros fatores.

1.2. É inútil, por conseguinte, interrogar-se sobre o futuro? É perda de tempo? É buscar no desconhecido uma luz para iluminar o nosso presente, que conhecemos ao menos um pouco?

Apesar de sua dificuldade e precariedade, um exercício de reflexão sobre as tendências fundamentais da nossa sociedade não é inútil. É, antes, necessário para conseguir um mínimo de lucidez, que dê perspectivas e orientação à nossa caminhada. Também se, continuamente, deveremos nos interrogar sobre o nosso rumo, e corrigi-lo à medida que nosso horizonte se tornar mais amplo e novas realidades aparecerem ao nosso olhar.

A Igreja, por sua parte, não se subtrai a esta tarefa de discernimento e de orientação, que encontrou uma expressão privilegiada no Concílio Vaticano II e, particularmente, na constituição *Gaudium et spes*, sobre a Igreja no mundo de hoje. Retomando uma indicação de Jesus no evangelho (cf. Mt 16,2-4; Lc 12,54-56) o Concílio procura discernir os "sinais dos tempos" (cf. GS 4 e 11) e, através deles, definir o rumo de sua caminhada na história.

Hoje, vinte e cinco anos após a abertura do Vaticano II (11-10-1962), a tarefa de observar os "sinais dos tempos" se faz de novo necessária e urgente. É o que nos lembram o papa João Paulo II e o último sínodo dos bispos (1985), que em seu relatório final constata: "...os sinais do nosso tempo são, em parte, diversos daqueles do tempo do Concílio, com angústias e ansiedades maiores" (cf. Relatório final, parte II, D, 1).

**1.3. O presbítero, querendo compreender melhor sua missão e discernir as formas mais adequadas para realizar em novo contexto sua vocação permanente, tem razões particulares para interrogar-se sobre os "sinais dos tempos".**

De fato, na história da Igreja católica, desde o final da época antiga é ao "padre" ou presbítero que é confiada essencialmente a liturgia e a pastoral. Os outros ministérios perdem, ao menos nas paróquias e comunidades locais, quase totalmente sua função ou simplesmente desapare-

cem. Até o papel do episcopado é, por muitos aspectos, obscurecido. O nome de "sacerdote", atribuído tanto ao presbítero quanto aos bispos, oculta as diferenças (muito mais nítidas na Igreja antiga) e faz do "padre" o verdadeiro representante da Igreja. O desenvolvimento histórico posterior identifica ainda mais a Igreja com a sua hierarquia, com o clero. Somente às vésperas do Concílio Vaticano II volta novamente a se impor a convicção de que os leigos também são Igreja, convicção que está longe de ter penetrado profundamente a consciência dos católicos.

As opções pastorais tomadas pela Igreja católica após o concílio de Trento (1545-1563), e nem sempre rapidamente difundidas a partir de então, contribuíram para marcar de modo característico a figura e o papel do padre católico na sociedade. Até o Vaticano II durante cerca de quatro séculos, o presbítero ou sacerdote católico foi marcado por hábitos que o distinguiam nitidamente dos fiéis comuns, os "leigos", a começar pela característica batina negra (ou "veste talar").

No contexto de uma concepção sacral da sociedade, acentuava-se o caráter "sagrado" do sacerdócio e sua distinção com relação ao mundo leigo ou profano. "Tal distinção trazia consigo distribuição desigual de poder dentro e fora da Igreja, entre os membros do 'clero' e os 'leigos': Ao clero competiam, largamente, privilégios civis e políticos."

**1.4.** Não é fácil descrever de modo conciso e objetivo o conjunto das mudanças sociais e culturais que levaram à alteração profunda das sociedades ocidentais e dos países católicos, entre os quais o Brasil. Certo é que tais mudanças levaram, de fato, a modificar a posição do padre na sociedade, modificação que a Igreja procurou orientar a partir do Concílio.

Levando em conta as aquisições mais recentes, procuraremos descrever as mudanças e tendências da socie-

dade que mais concernem ao papel do presbítero. Sabemos que a análise desses fenômenos não está isenta de condicionamentos ligados ao ponto de vista dos observadores e às ideologias que predominam. Também constatamos que os mesmos fenômenos atingem em medida diferente os diversos setores da sociedade, manifestando-se mais intensamente nos setores "modernos" ou "emergentes", criados por mudanças recentes, do que em ambientes "tradicionais".

Ainda lembramos que esta análise histórica não significa um juízo de valor, baseado em critérios filosóficos ou teológicos, que avalia positivamente todo o passado e negativamente todo o presente, ou vice-versa. A análise procura constatar, compreender, estabelecer relações; não aprovar ou desaprovar.

1.5. Para compreender as atuais mudanças sociais e culturais do Brasil e suas perspectivas para o futuro próximo, é preciso relacioná-las com um longo e amplo processo de transformação das sociedades ocidentais modernas, que coincide com o desenvolvimento do capitalismo. O capitalismo subtrai a economia ao domínio de outras esferas da sociedade e a torna um fim em si mesma. Contribui, com isso, para acabar com a sociedade tradicional, que tinha como eixo a religião. A sociedade moderna pode ser vista como sujeita a um processo progressivo de "secularização", isto é, de autonomização de esferas da sociedade anteriormente subordinadas à religião. Após a economia, é o pensamento filosófico que se torna autônomo (com o Iluminismo ou Racionalismo do século XVIII). No século XIX, é a estrutura política, o Estado, que se seculariza e se separa da Igreja. Finalmente, no século XX, mais acentuadamente nas últimas duas décadas, é o próprio costume, o comportamento do povo, que se seculariza e se torna independente das normas religiosas.

O processo, embora com diferenças notáveis de tempo e de modalidades, concerne a todos os países cristãos, protestantes e/ou católicos, na Europa e nas Américas. O Brasil não está fora disso.

1.6. Este processo (chame-se ou não secularização) não leva necessariamente ao desaparecimento da religião (segundo a hipótese do positivismo), nem à diminuição rápida de sua influência. Leva, isto sim, a um deslocamento da religião na sociedade. Leva da religião-eixo da sociedade (como na "cristandade" medieval, ou no Brasil colonial do "Padroado") para a religião particular, pessoal ou familiar ("privatização da religião"). Confirmam-no vários fatos: não apenas a manutenção da prática religiosa, em níveis muito altos, em países economicamente avançados (como os Estados Unidos), onde a religião se adaptou eficazmente à economia contemporânea, mas também o chamado "retorno do sagrado" em países ou situações de onde parecia ter-se afastado. Deve-se, contudo, advertir que o "sagrado" pode hoje adquirir sentido muito diferente, de "compensação" daquele do passado. Ao lado do despertar de movimentos religiosos, também a religiosidade popular, herdada da sociedade tradicional, continua a resistir e a mostrar surpreendente vitalidade (alguns autores, porém, acreditam em rápido enfraquecimento da religiosidade popular nos próximos anos, por falta de apoio oficial).

1.7. No contexto de mudanças sociais e culturais que acabamos de evocar muito brevemente, no mundo ocidental, nos últimos anos, e em medida crescente também no Brasil contemporâneo, tem-se acentuado e difundido uma mentalidade individualista que parece ser, de um lado, o prolongamento ou o resultado de uma ideologia liberal que acompanha a formação do mundo moderno desde a sua origem e que, de outro lado, está es-

tritamente ligada ao dinamismo característico do estágio atual da economia capitalista, que incentiva o consumo. A sociedade contribui assim intensamente para que o indivíduo busque a "satisfação imediata do desejo", o prazer, com o risco não apenas de hedonismo materialista, mas de enfraquecimento da personalidade e do eu, mantido em estágio de imaturidade, de narcisismo, de incapacidade de assumir sacrifícios e compromissos duradouros. Justificativa e orientação neste sentido, desvincilhada radicalmente da ética tradicional e da versão corrente da moral cristã, vem da psicologia ou, mais exatamente, de uma interpretação vulgar, amplamente espalhada pelos MCS, de algumas afirmações, nem sempre corretamente entendidas, das ciências humanas.

Esta mentalidade, que certamente apresenta aspectos fortemente negativos, do ponto de vista ético, psicológico e social, não deixa, contudo, de reforçar uma exigência positiva em si mesma: a valorização da pessoa, a busca da "realização pessoal. Esta exigência também questionou agudamente, talvez mais clamorosamente nos anos imediatamente posteriores ao Concílio (1966-1969), e questiona hoje, talvez mais sutil e difusamente, o presbítero, por muito tempo determinado pelo seu papel social e pelas exigências da instituição eclesiástica, que descobre a dimensão da sua liberdade e da sua realização pessoal (para uma visão mais matizada da ideologia moderna da liberdade, veja-se a recente *Instrução Liberdade cristã e libertação*, n. 5-19).

1.8. A sociedade brasileira atual continua marcada pela extrema desigualdade, pelos contrastes e conflitos. De um lado, há uma economia capitalista bastante desenvolvida, embora fortemente dependente; de outro lado, há um fraquíssimo desenvolvimento social. Isto sugeriu

a imagem de dois países, um de capitalismo avançado e outro de miséria e subdesenvolvimento convivendo no Brasil. Na realidade, não se trata de coexistência ou justaposição, mas de relação profunda, em que um "país" explora e marginaliza o outro, ao mesmo tempo em que procura ocultar a verdadeira natureza desta relação e manter a ilusão de que, quem quiser, pelo esforço e o trabalho, pode ocupar um lugar no país do bem-estar. Não se deve esquecer que a presente crise econômica, determinada pela pressão do capitalismo internacional (dívida externa), poderá trazer sério agravamento da situação social e econômica, especialmente das classes mais pobres.

Do ponto de vista do regime político, a recente mudança deixa dramaticamente aberta a questão de conquistar realmente um novo espaço democrático e encaminhar reformas sociais profundas ou continuar, sob nova roupagem, velhas práticas. O que muda é o esquema de sustentação das minorias poderosas: antes, através de um aparato militar e do autoritarismo político, que tinha a vantagem de colocar com mais clareza as coisas e de levar a Igreja para a oposição ao regime; agora, através de um aparato ideológico e de um pluralismo partidário, que pode ocultar o mesmo conservadorismo e a mesma limitação da liberdade real da maioria dos cidadãos.

Os meios de comunicação social assumem um papel especialmente relevante no contexto atual como instrumento para esconder as contradições, oferecendo gratificações simbólicas e mantendo a ilusão de um acessível mundo do bem-estar.

A própria Igreja experimenta a sua fraqueza em face aos grandes MCS, e a informação sobre a vida eclesial, além do âmbito paroquial, até entre os fiéis, é veiculada e condicionada pelos *mass media*, cujo controle é exercido por uma ideologia ou em função de interesses que nada têm a ver com a ética cristã. Antes, esses mesmos meios

se fazem muito freqüentemente instrumentos de divulgação de uma cultura "enlatada" e importada.

*(Sobre esse assunto, podem-se reler com proveito os números 1063-1095 do doc. de Puebla.)*

**1.9.** Em conexão com essas mudanças, intensificou-se nos últimos anos não apenas o processo de urbanização, mas a difusão da cultura urbana em toda a sociedade brasileira. Nos últimos vinte e cinco anos, a população rural se manteve basicamente estagnada, enquanto a população urbana passou de 30 para 100 milhões aproximadamente. A atual geração conserva ainda, também na metrópole, traços profundos da cultura rural. Mas vão crescendo rapidamente tanto as novas gerações, crescidas no contexto do mundo urbano e do consumismo, quanto a penetração da mentalidade urbana no próprio interior do país, atingido através dos meios de comunicação social pelos modos de pensar, os valores e as aspirações do ambiente urbano. O processo de urbanização facilita a difusão da "secularização" e do individualismo, solapando as estruturas sociais e comunitárias da sociedade tradicional.

O fenômeno exige extrema atenção por parte da Igreja, estruturada durante séculos em função da civilização rural, mas ainda mal aparelhada para os desafios do mundo urbano.

**1.10.** As recentes mudanças sociais e culturais contribuíram também para revelar em sua complexidade e pluralismo o campo religioso brasileiro, já marcado pela presença de tradições diferentes (catolicismo, protestantismo, espiritismo, cultos afro-brasileiros, religiões orientais...) e pelas mudanças profundas da própria Igreja católica.

Sociologicamente, reconhecem-se duas tendências principais de acomodação da religião às atuais condições socioeconômicas e culturais.

A primeira é a tendência ao individualismo e ao subjetivismo. A própria dinâmica da sociedade empurra a religião para a esfera da roda particular e familiar do indivíduo. Este pode então optar para assumir — de um mundo religioso pluralista, diferenciado — aqueles elementos que, subjetivamente, julga mais úteis para construir sua própria experiência religiosa, seu mundo. Estes elementos — por analogia com a lógica do mercado, da sociedade de consumo — podem-se adquirir segundo o gosto individual, junto a agências ou instituições religiosas diferentes. As pessoas que se colocam nesta atitude não obedecem mais à coerência de uma ortodoxia, de uma doutrina correta de uma Igreja. (Um fenômeno religioso como a umbanda se aproxima desta mentalidade, reduzindo ao mínimo a doutrina comum, multiplicando as possibilidades de escolha dos que a procuram, misturando elementos de tradições diferentes e originalmente incompatíveis.) É claro que o laço social que une a pessoa à instituição religiosa se torna muito frágil. A pessoa se torna mais um consumidor de bens ou produtos religiosos do que membro de uma comunidade, com compromisso duradouro. A degradação da religião à comercialização do sagrado é fácil. O amplo uso de rádio e televisão pelas “novas” religiões facilita o processo do individualismo e do subjetivismo: não há mais, diante da TV ou do rádio, o fiel, mas o espectador ou o ouvinte. Para atingir o maior número, o programa religioso de rádio ou de TV deve evitar acentuar as diferenças, para oferecer a todos uma mensagem que toque poucas verdades fundamentais ou, mais ainda, uma experiência ou emoção que se baseie nos sentimentos comuns.

A segunda tendência, aparentemente oposta, mas igualmente condicionada pela cultura dominante, é a tendência que encontra sua expressão radical na “seita”. O termo é aqui tomado sem conotações negativas, para in-

dicar o movimento religioso que, numa sociedade pluralista, geradora de incertezas, em lugar da solução individualista (em que cada um, no máximo, fabrica a sua própria religião), escolhe a solução alternativa de nova sociedade. A "seita", como o nome diz, separa-se (ou tenta separar-se) da sociedade em que nasceu, para criar um mundo à parte, com o menor contato possível com os outros. Neste mundo novo, geralmente coeso e dirigido, o indivíduo encontra uma experiência de certeza, de segurança, de ordem, de solidariedade, de fraternidade.

Está a salvo da desordem da sociedade terrena e pode nisto ver uma antecipação da salvação eterna. A seita tende naturalmente para o "fundamentalismo", isto é, para uma interpretação literal e simplificada da doutrina. Não tolera, porém, pluralismo interno. Quando aparecer uma divergência, a solução será geralmente a expulsão. O que gera nova seita e explica a multiplicação delas. (No caso brasileiro, são particularmente os movimentos pentecostais que tomaram o caminho do sectarismo; mas traços sociológicos de comportamento em parte semelhante encontra-se também em grupos católicos, sejam tradicionalistas, sejam progressistas.)

**I. II.** A Igreja católica, porém, ao menos na sua expressão mais significativa — as diretrizes gerais da ação pastoral estabelecidas pelo episcopado —, procura claramente ir além das duas tendências mencionadas, para empenhar-se em um esforço amplo e difícil, de transformação da própria sociedade. Firmada em orientação que encontra seus princípios no Vaticano II (cf. *Gaudium et spes*) e mais explicitamente nos documentos de Medellín e Puebla, a Igreja no Brasil considera que sua missão, essencialmente religiosa, não dispensa a participação no esforço de construir uma sociedade democrática, cujas estruturas não tenham como resultado a opressão e a

miséria da maioria, nem o reforço do egoísmo e individualismo das minorias privilegiadas.

Essa interpretação de sua missão a leva a dar continuidade à catequese e à pregação do evangelho, à celebração da liturgia, à prática da caridade, ao desenvolvimento de sua organização interna, mas também a pronunciar-se sobre os problemas como reforma agrária, solo urbano, menor abandonado, Constituinte e, em suma, à busca de sociedade mais justa e fraterna. Tudo isto questiona os antigos equilíbrios, tanto dentro da Igreja, como nas relações com a sociedade, suscitando reações diversas, ora de entusiasmo ou apoio, ora de decepção e resistência. Inclusive aumenta o número das questões opináveis e até das atitudes menos acertadas e dos erros de avaliação por parte das comunidades eclesiais e de seus pastores. Desafios e riscos aumentam com a novidade e complexidade de aspectos que as mudanças na sociedade brasileira apresentam.

**1.12.** No contexto dessas mudanças, também o lugar do presbítero na sociedade e na Igreja não poderia deixar de ser modificado. Numa sociedade que tenha a religião como eixo, seu lugar é central. Numa sociedade em que a religião é, fundamentalmente, questão de opções pessoais e subjetivas, o lugar do presbítero depende muito mais das opções efetivas tomadas pela comunidade eclesial e do desempenho pessoal do próprio padre. Portanto, é lugar muito mais sujeito a variações. Em linhas gerais, pode-se apontar como tendência, no Brasil, a passagem da situação de cristandade para a redescoberta do primado da evangelização e da atitude missionária (cf. documento de preparação do 1º ENP, *O presbítero na Igreja, povo de Deus, servidora do mundo*, parte 1). Sociologicamente, isto também significa passagem de uma posição privilegiada na sociedade para a busca de solida-

riedade com os pobres e as classes populares. Pessoalmente, a transição implica conversão, busca de novo equilíbrio. Pois a mudança de lugar social e a acentuação da missão evangelizadora têm exigências no plano das atitudes pastorais e humanas — basicamente diferentes da antiga postura num mundo sacral. Segundo esquema tradicional, de fato prevalecente na época tridentina e até o início dos anos 60 do nosso século, o presbítero era, antes de tudo, o sacerdote, o liturgo que celebrava os ritos sagrados, que a instituição eclesiástica procurava distinguir e até separar visivelmente da comunidade dos fiéis. Agora, sempre mais, a exigência da evangelização, numa sociedade em mudança, onde a fé deve ser novamente *inculturada*, pede ao presbítero que se insira profundamente nas condições de vida dos homens do seu tempo e desempenhe o papel de anunciar o Evangelho e edificar uma comunidade cristã em formas inéditas, em continuidade com as raízes do passado, mas sem modelos preestabelecidos.

A própria evolução da teologia do presbiterato dá testemunho dessa busca e aponta a direção em que o ministério presbiteral pode avançar.

## 2. EVOLUÇÃO DA TEOLOGIA DO PRESBITERATO

**2.1.** O concílio de Trento e a teologia que se inspirou em sua doutrina desenvolveram de forma coerente uma concepção do ministério presbiteral que se revelou firme e eficaz durante quatro séculos. Ela contribuiu para o surgimento na Igreja de numerosas e extraordinárias figuras de santos sacerdotes, assegurando ao

mesmo tempo serviço pastoral de boa qualidade às comunidades dos fiéis.

O que não pode ser ignorado, numa avaliação correta, é o contexto histórico que tornou possível a realização do ideal tridentino do sacerdócio católico. Sem esta consciência histórica, pode-se tomar a concepção tridentina pela própria essência do presbiterato, ignorando seus limites e desconhecendo outras expressões igualmente legítimas do ministério presbiteral, em particular aquelas da Igreja antiga. Pode-se até pensar que a modalidade tridentina do ministério teria condições de continuar num contexto histórico totalmente diferente.

**2.2.** O concílio Vaticano II teve consciência nítida da necessidade de repensar o exercício do ministério presbiteral e traçou diretrizes neste sentido, às vezes de forma até polêmica com relação à prática dominante. Não elaborou, contudo, uma nova teologia do presbiterato, talvez porque este não tenha chegado a se tornar tema central das suas reflexões. Na doutrina do Concílio, de qualquer forma, é notável a ampliação da visão do ministério, introduzida a partir do modelo dos *Tria munera* de Cristo: profético, sacerdotal e régio ou pastoral. Este esquema é aplicado a toda a Igreja, levando à revalorização do sacerdócio comum dos fiéis e de sua participação também no múnus profético e pastoral de Cristo. Quanto ao presbítero (termo mais preciso e específico do que sacerdote), por analogia com o ministério apostólico e episcopal, o Concílio chega a dar prioridade ao ministério da Palavra, como atuação da dimensão profética e missionária (cf. PO 4). Do primado da evangelização (e não mais do culto, interpretado segundo uma concepção sacral, que acentuava a distância para com os fiéis), decorre que o presbítero deve tornar-se próximo da condição comum daqueles aos quais deve anunciar o evange-

lho e educar a fé (cf. PO 9), pois “há muitas formas de exercer o ministério da Palavra”, mas elas dependem das “necessidades dos ouvintes” (PO 4b).

**2.3.** Os anos pós-conciliares mostraram que a crise do modelo anterior era profunda e que o Concílio contribuíra para acelerar seu desfecho, muitas vezes dramático do ponto de vista pessoal. Enquanto isso, a elaboração de novo modelo de ministério demorava. Embora estas dificuldades tenham causado forte impacto e muitos sofrimentos, em uma perspectiva histórica mais ampla e objetiva, elas não são surpreendentes. Muitos esqueceram ou ignoraram que o próprio modelo tridentino do sacerdócio não foi implantado sem resistência e num dia. Até onde as reformas de Trento foram aplicadas rapidamente, a reforma do clero não se deu antes de duas ou três gerações. No Brasil mesmo, somente no século XIX o modelo tridentino se impôs amplamente.

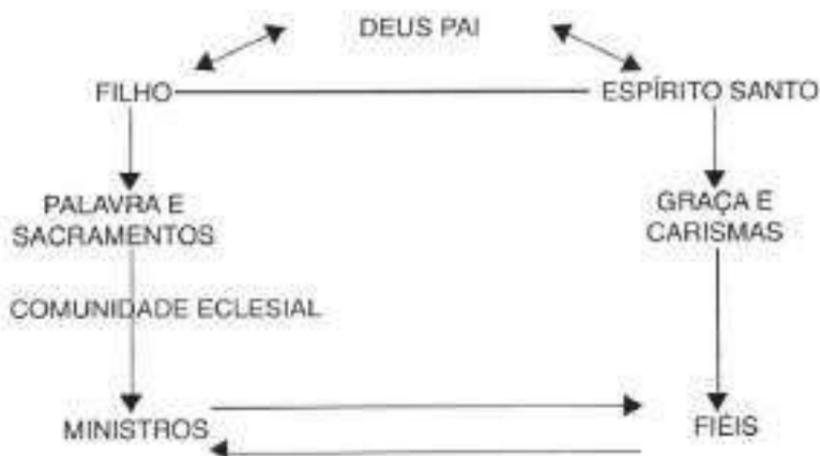
Também o debate teológico após o Vaticano II mostra que o Concílio abriu — e não concluiu — a reflexão sobre o ministério presbiteral no contexto do mundo contemporâneo. A revalorização do sacerdócio comum (após séculos de silêncio a respeito dele) levou à preocupação de definir melhor o *específico* do ministério presbiteral, dando-lhe fundamento claro. A produção teológica dos anos 60 busca o fundamento do presbiterato em relação imediata com Cristo. Os grandes nomes da teologia européia Ratzinger, Schlier, Von Balthasar — vêem no presbítero um “sinal” de Cristo Pastor ou de Cristo enviado do Pai. O magistério, até o sínodo dos bispos de 1971 e além, insiste na analogia entre ministério hierárquico e Cristo cabeça do Corpo, que é a Igreja. Esta perspectiva, porém, não foi defendida com novos argumentos após 1970 e perdeu rapidamente terreno em favor de nova perspectiva mais acentuadamente eclesiológica, hoje as-

sumida pela maioria dos teólogos europeus e latino-americanos. Em poucas palavras: o ministério presbiteral tem seu fundamento em Cristo, mas através da mediação da Igreja.

2.4. O fundamento de eclesiologia correta forneceu-o a próprio concílio Vaticano II que, superando os limites da eclesiologia "societária" e até da teologia do Corpo místico, recuperou a natureza teândrica e a origem trinitária da Igreja (cf. LG. cap. I). Também Puebla assumiu de forma original e eficaz a eclesiologia conciliar e fundou na comunhão trinitária sua proposta de "comunhão e participação" na Igreja e na sociedade.

A brevidade exigida por este documento nos obriga a simplesmente evocar, de forma esquemática, os traços essenciais desta visão da Igreja e do ministério.

Como ponto de partida, tomamos o esquema seguinte:



O esquema evoca os aspectos fundamentais da estrutura eclesial:

- a Igreja tem origem na missão do Filho, Jesus Cristo, do qual vêm a Palavra e os sacramentos, e na missão do Espírito Santo, que está na origem dos dons dados aos fiéis (assim a Igreja manifesta sua dimensão cristológica e sua dimensão pneumatológica);

- a Igreja tem suas fontes na Palavra e no carisma; ela não é dona da Palavra e do carisma, mas é constituída por eles;

- na comunidade da Igreja, gerada pela Palavra e pelo carisma, há fiéis e ministros (bispos, presbíteros, diáconos); eles são mutuamente ordenados e participam, segundo sua condição específica da única missão da Igreja.

**2.5.** Dentro da estrutura eclesial, é possível especificar mais o papel do ministério ordenado. Ele não é gerar a Igreja (como em algumas "teologias" que identificavam de forma imediata, talvez simplista, Cristo = bispo ou padre). Também não é celebrar os sacramentos, embora — como veremos — também esta função deva ser assumida pelos ministros ordenados. O papel específico do ministério ordenado (especialmente de bispos e presbíteros; não discutimos aqui o diaconato) é garantir a unidade da comunidade eclesial na fidelidade à tradição apostólica (que transmite a Palavra autêntica de Cristo ou de Deus).

(Note-se que, contrariamente a teologia tridentina que pensava o presbítero a partir da noção de sacerdote [e tendia a reduzir o bispo a sacerdote com poder maior de jurisdição], a teologia do Vaticano II pensa o presbítero a partir do bispo e das atribuições tradicionais [antigas] do ministério episcopal. Por isso tratamos juntamente ministério episcopal e presbiteral.)

A demonstração detalhada da tese não é possível aqui, mas brevemente podem ser lembrados os principais argumentos dos teólogos:

- *histórico* — o ministério episcopal-presbiteral surge após a morte dos apóstolos, no final do NT, exatamente na busca de garantia de fidelidade à tradição apostólica;

- *formal* — a garantia da apostolicidade explica melhor as outras funções atribuídas ao ministério ordenados;

- também a *liturgia* da ordenação (hoje é restaurada com base na "Tradição apostólica" de Hipólito) aponta neste sentido.

Em suma, o ministro ordenado aparece como alguém que, dentro de uma Igreja-comunidade e comunhão de comunidades, está a serviço *da unidade*:

- da própria comunidade enquanto tal (diocese, paróquia etc.);

- dessa comunidade com as outras comunidades e o conjunto da Igreja universal;

- dessa comunidade com a Igreja apostólica (não no sentido de mera fidelidade ao passado, mas de continuação viva de sua missão, de atualização da tarefa evangelizadora).

**2.6.** É oportuno explicitar algumas implicações ou conseqüências dessa visão de ministério presbiteral, a fim de mostrar melhor sua coerência, seu alcance e as pistas que abre para a vida e a ação pastoral.

Em primeiro lugar, esta visão pode ser aproximada da concepção e dos modelos de organização dos ministérios que emergem do Novo Testamento. Aliás foi um estudo mais rigoroso do Novo Testamento, especialmente do ponto de vista histórico, que contribuiu notavelmente, após o Concílio, para a elaboração de nova teologia dos ministérios. Embora não se trate de repetir hoje mecanicamente modelos de organização eclesial do século I, pode-se e deve-se buscar fidelidade essencial aos elementos fundamentais da eclesiologia neotestamentária. Esta fi-

delidade é certamente mais profunda e mais consciente na atual teologia do presbiterato do que na teologia tridentina do sacerdócio. Não apenas a linguagem é mais fiel (por exemplo, usa-se presbítero, como no Novo Testamento, e não sacerdote, termo que o Novo Testamento aplica ao Cristo ressuscitado, mas não aos ministros cristãos). A própria substância da teologia atual encontra a base no Novo Testamento: o primado da evangelização; o conceito especificamente cristão de culto; a garantia da unidade e a apostolicidade da Igreja; a estrutura carismática e ministerial de toda a comunidade eclesial.

2.7. Em segundo lugar, deve-se salientar que numa correta visão eclesiológica, o ministério ordenado (episcopal e presbiteral) não detém o monopólio do ministério, como de fato acontecia na Igreja pós-tridentina. (O próprio ministério diaconal, o diaconato permanente, fora suprimido. Os fiéis leigos eram pensados como objeto da pastoral de bispos e presbíteros, dos quais tinham direito a receberem "os bens espirituais" [cf. *Código de Direito Canônico* de 1917, Cân. 682]).

A Igreja toda é carismática e ministerial. O ministério ordenado é um dos ministérios, mais exatamente: é o ministério da síntese da unidade (mas não é a "síntese dos ministérios"! ). Esta eclesiologia está bem fundamentada no NT, no próprio Concílio, na estrutura sacramental da Igreja (veja, inclusive o documento n. 20 da CNBB, *Vida e ministério do presbítero — Pastoral vocacional*, parte II). Também foi um elemento de consenso na preparação e nas conclusões do 1º ENP. O que falta ainda — seja na vida das comunidades eclesiais, seja na formulação do direito eclesiástico — é a prática decorrente dessa eclesiologia, que desde o Concílio penetra sempre mais profundamente na consciência do povo cristão. Falta ainda, em grande parte, apesar dos progressos feitos no cam-

po dos ministérios confiados aos leigos, ampla participação dos leigos nas decisões da Igreja e na evangelização do "mundo". Dois desafios principais (que serão objeto, possivelmente, da reflexão do próximo sínodo dos bispos) se apresentam: 1) uma teologia da atuação da Igreja no mundo, que se inspire na dimensão "secular", histórica, característica dos leigos, a qual foi subestimada e relegada a plano secundário pela teologia dos clérigos, que restringiam demasiadamente a missão da Igreja ao seu aspecto cultural e sacral; 2) uma diversificação da própria organização dos ministérios que promova efetivamente maior participação de todos os leigos, inclusive das mulheres, nas questões decisivas da evangelização e da vida eclesial, superando também a escassez de ministros ordenados, que caracteriza a situação da Igreja em nosso país e em muitas regiões. Somente uma Igreja "toda ministerial" — não apenas de nome, mas de fato — permitirá que o ministério presbiteral assuma plenamente sua função específica e contribua para a edificação da Igreja na "comunhão e participação".

2.8. A perspectiva eclesiológica do ministério ordenado sugere também um modo específico de entender as funções proféticas, sacerdotal e pastoral do padre (e do bispo), as quais — de outro lado — não são exclusivas dos ministros ordenados. Também os leigos são chamados a desempenhar papel profético, pastoral e sacerdotal (cf. LG 34, 35 e 36; AA, 6, 7 e 8). Mas estas funções assumem características específicas para o ministério ordenado:

— O ministério da Palavra tem a primazia (cf. PO 4; LG 25, para o bispo). É a Palavra que suscita a fé e a comunidade eclesial, e os ministros ordenados estão, antes de tudo, a serviço da evangelização, da pregação do evangelho. O ministério da Palavra tem, inevitavelmente, também o aspecto de denúncia do pecado, das estru-

turas injustas do "mundo", e a dimensão "política", enquanto apontam para os fundamentos de nova sociedade (cf. *Evangelii nuntiandi*, 29-31). Os ministros da Palavra terão também autoridade (especialmente, nas questões doutrinárias, o papa e os bispos, o concílio) para definir, na hora da dúvida, em que se deve crer. Mas o ministério ordinário não consiste em definir ou corrigir, e sim em gerar e alimentar a fé de uma comunidade, que também participa ativamente do serviço da Palavra.

— O ministério "régio" ou "pastoral" significa, para o presbítero (e para o bispo), que deve dedicar-se — como o bom Pastor — ao cuidado da comunidade que contribuiu a criar pela pregação da Palavra. O título de "rei" ou de "pastor" não deveria ofuscar a essência do ministério, que é serviço, a exemplo de Cristo. A preocupação legítima de definir a "jurisdição dos pastores na Igreja não deve reintroduzir sutilmente os modelos da autoridade civil na realidade eclesial, onde não deve ser assim... (cf. Mt 20,25-28 e também 23,1-12: Quanto a vós, não permitais que vos chamem 'Rabi'... 'Pai'... 'Guias'...").

— O ministério sacerdotal do presbítero (e do bispo) se distingue essencialmente do sacerdócio de todos os fiéis. Mas procuremos entender bem a distinção. Antes de tudo, é importante lembrar que o sacerdócio de Cristo é "novo", é diferente do sacerdócio antigo. É sacerdócio existencial, baseado na oferta da própria vida (não é rito, e a Igreja não continuou os ritos antigos). Na Igreja o sacerdócio de Cristo continua e se atualiza de duas maneiras: pela oferta da vida dos cristãos (e é o sacerdócio comum, de todos, que também o presbítero deve praticar em primeiro lugar) e pelos ritos sacramentais que representam e atualizam os gestos de Cristo (e aqui os ministros ordenados têm papel único e insubstituível de presidentes da celebração, papel que difere "essencialmente e não por grau" — isto é, se situa em plano diferente — do sacerdó-

cio comum dos fiéis). Assim o ministério sacerdotal do presbítero se insere profundamente no ministério sacerdotal de toda a Igreja e na celebração ritual dos sacramentos, especialmente da Eucaristia. O presbítero não "faz o sacrifício" mas oferece, em Cristo, uma comunidade toda sacerdotal, que celebra autenticamente a Eucaristia porque nesta também se oferece a si mesma. (Não está em discussão o valor objetivo de uma celebração eucarística de um ministro indigno; somente se quer enfatizar que, por sua própria natureza, a Eucaristia não quer simplesmente evocar o sacrifício de Cristo, mas suscitar a oferta real da vida dos fiéis em comunhão com ele.) A presidência da Eucaristia aparece como consequência de toda a missão do presbítero (ou do bispo): aquele que convoca a comunidade pela Palavra e a serve como pastor, também a preside no seu ato sacerdotal supremo.

**2.9.** É oportuno também explicitar as implicações desta visão do ministério presbiteral para a *espiritualidade e a vida* do presbítero.

Antes de tudo, nesta visão que acentua no presbítero o ministério da Palavra e, ainda antes, o testemunho de cristão que ele deve dar, é a fé que aparece em primeiro lugar. (Certamente o primado da fé não vai contra o primado da caridade; apenas acentua que a caridade do presbítero deve ser cristã, marcada pela imitação de Cristo, do Jesus servidor, Messias pobre e Messias dos pobres...). Numa visão ritualista do ministério sacerdotal (visão que desejaríamos superada), o importante era celebrar os ritos. Em certo sentido "cumpridas as obrigações", celebrados os ritos segundo as rubricas, o padre podia considerar-se satisfeito. Numa visão desse tipo, no fundo, é sobretudo a "forma" que conta. Mas a visão que tem a fé como centro é mais exigente. Liga intrinsecamente o testemunho da fé do ministro ao exercício do seu ministério.

Sem testemunho, não há realização plena do ministério, mesmo se os ritos foram devidamente celebrados. A nova visão acentua o conteúdo, sobre a qualidade do ministério.

**2.10.** Em segundo lugar, a visão "eclesiológica" do ministério presbiteral acentua a dimensão intersubjetiva da fé. No plano objetivo, a unidade da fé (ou a fidelidade à fé apostólica, que é a mesma coisa) garante-a a Palavra de Deus escrita, pela Bíblia. (Aliás, todo ministério da Palavra só pode estar submisso à Escritura, em função dela). Mas o que faz falta, o que deve ajudar a estabelecer um vínculo de unidade entre os fiéis (cada um enriquecido pela graça, pelos dons do Espírito) e a Palavra, é o ministro. (Veja o esquema sobre a estrutura da Igreja). O ministro ordenado, "apostólico", padre ou bispo, está a serviço da comunhão dos cristãos entre si: está a serviço da dimensão intersubjetiva, quer dizer, da comunicação entre as pessoas, na comunhão eclesial.

Historicamente, foram possíveis outras maneiras de entender o papel do ministro ordenado. Não se pode negar certa legitimidade a outras "teologias" e a outras práticas pastorais, que fazem do ministro — por exemplo — uma espécie de "ícone" (ou sacramento) de Cristo e que acentuam, em função disso, sua distância com relação ao povo. (Uma opção deste tipo se encontra em certas formas de teologia oriental e com fundamento diverso, mais moralista que teológico, na espiritualidade pós-tridentina). Mas de outro lado não se podem negar os fortes argumentos em favor daquela visão apostólica e pastoral que não separa o apóstolo (bispo, presbítero...) de sua comunidade. Basta pensar em Paulo ou em Agostinho! É a opção feita pelo Concílio Vaticano II, que se inspira em Agostinho (LG 32) e em Paulo (PO 8, sobre trabalho manual) e quer um presbítero, com relação aos leigos, irmão entre os irmãos (PO 9),

**2.11.** Em terceiro lugar, a visão "eclesiológica" do ministério ordenado ressalta o caráter colegial deste ministério. Contra as teorias e práticas individualistas, que isolam o presbítero e o imaginam sozinho entre o povo e Deus, a visão apostólica e verdadeiramente tradicional do ministério ordenado põe em evidência que bispos e presbíteros, nos respectivos níveis, são membros de um único colégio ou corpo e portadores do mesmo ministério, servidores de idêntica missão. O ministério eclesial é tarefa eminentemente coletiva, comunitária. A colegialidade não é acidente extrínseco e dispensável, mas dimensão constitutiva de um ministério que queira testemunhar o Deus-Trindade, o Deus-Comunhão. Em outras palavras: uma forma individualista de conceber e exercer o ministério ordenado trai a sua própria essência.

A colegialidade é a única solução realista para que o ministério presbiteral possa desempenhar hoje sua missão. Não se trata, pois, de voltar ao modelo antigo de presbitério, que em suas origens — durante três ou quatro séculos — agiu apenas colegialmente, sem que nenhum presbítero assumisse individualmente a responsabilidade por uma comunidade eclesial. Trata-se de pensar o ministério presbiteral numa Igreja local ou particular, na complexidade de suas exigências e tarefas, não como obra que cada presbítero deva assumir sozinho por inteiro, mas como empresa que o presbitério assume co-responsavelmente com o bispo, através de uma repartição de tarefas que procura aproveitar os dons de cada um em função do objetivo comum, reforçando e não dispersando os esforços de todos. Isto supõe, evidentemente, não apenas mudança de mentalidade, no sentido do diálogo e da comunhão, mas também o funcionamento efetivo de mecanismos jurídicos e institucionais que permitam a participação de todos nas

decisões. Cabe aqui, em particular, um papel importante ao bispo, como servidor da unidade do presbitério e da Igreja local. Também neste campo deve ser redescoberta e atualizada a tradição antiga, que exige *nihil sine episcopo*, mas também ao mesmo tempo *nihil sine presbyterio* (Inácio de Antioquia) e "nada sem ouvir o povo" (são Cipriano).

**2.12.** A reflexão teológica atual não aponta, portanto, para um único e bem-definido modelo de presbítero, como aquele que no século passado podia-se encontrar nos quatro cantos do mundo: formado com os mesmos manuais de teologia, rezando a mesma missa e o mesmo breviário em latim, trajando a mesma batina em Roma ou no centro da Europa, na Índia ou na África, na América do Norte ou do Sul.

A caminhada da Igreja e a reflexão teológica apontam para um presbítero "servidor do povo de Deus", que se adapta às exigências específicas da comunidade eclesial a que serve, sem perder a fidelidade à sua vocação apostólica, que o torna sinal da universalidade da Igreja e do dinamismo com que ela vem caminhando na história desde Cristo e os apóstolos.

Apontam para presbítero profundamente identificado com a Igreja "servidora do mundo", cuja missão essencial é anunciar o evangelho a todas as gerações e fazer com que ele penetre, como fermento na massa, na sociedade e na cultura. Por isso, um presbítero profundamente empenhado neste trabalho profético e criativo, voltado para o futuro, a partir do chão do presente; um presbítero identificado com o espírito do Êxodo e da Páscoa, consciente de estar a caminho, disposto a avançar com seu povo em direção à Terra, da qual Deus nos suscitou a esperança.

### 3. ESPIRITUALIDADE E FORMAS DE VIDA DOS PRESBÍTEROS

Diante das mudanças socioculturais e eclesiais que acabamos de considerar, como pode situar-se o presbítero? Quais as formas de vida e as atitudes pessoais que deve assumir? Isto significa principalmente perguntar por sua postura espiritual diante dos novos desafios. A espiritualidade presbiteral, porém, tem como fundamento a espiritualidade cristã e eclesial.

#### 3.1. A espiritualidade cristã, fundamento da espiritualidade presbiteral

Característica do concílio Vaticano II é a afirmação do primado da vocação comum de todos os batizados e de sua participação na única missão da Igreja de Cristo. Daí decorre o relevo que o Concílio dá à condição do povo de Deus e a tudo o que é comum aos fiéis (cf. LG, cap. II, e, agora, o novo Código de Direito Canônico, câns. 204ss.). Daí também vem o reconhecimento da dignidade fundamental de todos os cristãos e de sua fraternidade em Cristo (cf. LG 32d).

Nesse contexto, o Concílio, citando santo Agostinho, lembra não somente que o bispo, ou o padre, é "cristão" junto com seus irmãos leigos, mas também que esta é a grande graça que recebeu, o motivo de sua maior felicidade. Em uma perspectiva diferente, fundada em outra teologia e outra consideração da realidade eclesial, o presbítero podia alegrar-se, talvez, gloriar-se por aquilo que o distinguia dos outros fiéis. Não pode, porém, fazê-lo corretamente no espírito do Concílio e da grande tradição eclesial, testemunhada por Agostinho, se não puser

em primeiro lugar e acima de tudo o que tem em comum com todos os batizados.

Não é apenas o primado do batismo e da graça que exige isto. Também a própria natureza do ministério pastoral, exercido pelo presbítero (seja diocesano, seja religioso), faz a mesma exigência. Em que consiste o ministério presbiteral senão em suscitar a fé? Como diz exatamente o Concílio: "Cuidar que todos os fiéis cheguem no Espírito Santo a cultivar a vocação pessoal segundo o evangelho, a praticar a caridade sincera e operosa, a exercer aquela liberdade, pela qual Cristo nos libertou"; numa palavra: "Educar os homens à maturidade cristã" (PO 6). Em suma, o presbítero, se em algo é especialista, o é da educação na fé, do crescimento conforme a vocação cristã comum. Se a isto acrescentarmos a insistência do mesmo Concílio sobre a unidade entre vida e ministério do presbítero, entre espiritualidade e caridade pastoral (cf. PO 12-14), ficará ainda mais claro que a espiritualidade do presbítero tem como conteúdo principal a própria vida cristã, isto é, o que Deus dispôs para iluminar e alimentar a caminhada de seu povo: a palavra de Deus na Escritura, a liturgia, a caridade fraterna, os sinais dos tempos lidos à luz da fé (cf. PO 13). Tudo isso culmina na celebração da Eucaristia, realização plena do mistério da Igreja (cf. SC 41; LG 26; Puebla 662).

O presbítero, porém, para exercer as funções de liturgo, mestre e pastor, deve antes de tudo ser *discípulo* no meio de mestre e pastor, deve antes de tudo ser *discípulo* no meio de seus irmãos. A espiritualidade cristã é, eminentemente, espiritualidade do seguimento.

### **3.2. Espiritualidade encarnada na realidade latino-americana**

Na realidade, há muitos modos de entender o seguimento de Jesus. Na história da espiritualidade presbiteral, são conhecidos os momentos em que a imitação se voltou para o Cristo Sacerdote Eterno ou para o Cristo Mestre e Pastor. Da própria encarnação de Jesus, acentuou-se mais a manifestação visível e histórica do seu poder do que a "kénosis" (o esvaziamento) que culmina na cruz (cf. Fl 2,6-8).

Uma leitura mais realista dos evangelhos e da existência histórica de Jesus, a partir da própria realidade de sofrimento da América Latina, desenvolveu-se entre nós. Ela retoma uma intuição lúcida do Concílio, que apontava o caminho de Cristo "na pobreza e na perseguição" (LG 8c), como o caminho que a Igreja é chamada a palmilhar. O magistério dos bispos, especialmente em Medellín e Puebla, bem como o testemunho de presbíteros e leigos, fiéis às vezes até o martírio, indicam aos cristãos da América Latina o caminho atual do seguimento de Cristo, servo e sofredor.

Desvencilhando-se de visão idealista e por muitos aspectos equivocada da espiritualidade, a Igreja latino-americana foi levada, assim, a reconhecer mais claramente no pobre o sacramento de Cristo, que julgará seus atos (cf. Mt 25,31ss).

Segundo as próprias palavras dos bispos reunidos em Puebla: "O compromisso com os pobres e oprimidos e o surgimento das comunidades de base ajudaram a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres, enquanto eles a interpelam constantemente chamando-a à conversão, e pelo muito que eles realizam em sua vida os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus (P 1147).

Nesta perspectiva, pode-se afirmar com certeza que a espiritualidade presbiteral na América Latina de hoje tem três referências irrenunciáveis que marcam de forma característica o fundamento comum:

- a redescoberta do lugar privilegiado dos pobres no plano de Deus, do Deus que ao longo de toda a tradição bíblica — desde Abel até Jesus e seus discípulos — escuta o “clamor dos oprimidos”;

- a solidariedade com o povo e o apreço para com a sua espiritualidade, na qual a fé do presbítero afunda suas raízes e muitas vezes encontra uma lição de autenticidade evangélica e de fraternidade;

- o compromisso com as opções pastorais da Igreja local, amadurecidas na comunhão e participação de todos, como resposta às urgências do povo e expressão da fidelidade ao evangelho nas situações reais da história.

### **3.3. A espiritualidade do ministério presbiteral**

O exercício do ministério traz consigo a espiritualidade própria do presbítero, espiritualidade que acentua e aprofunda aspectos da espiritualidade comum.

Os traços próprios da espiritualidade presbiteral podem-se encontrar, entre outros, nos seguintes:

— A espiritualidade de serviço, a exemplo do Cristo servo de Deus e servo sofredor. *O ministério*, em sua essência, significa servir à comunidade e aos outros. Note-se que já o Novo Testamento repetidamente adverte contra o perigo, muito humano e real de conceber a autoridade apostólica como dominação e não como serviço (cf. Mc 10,35-45; Mt 20,20-28). São advertidos até os que presidem a celebração eucarística (cf. Lc 22,22-30; Jo 13,2-15). Observe-se ainda que não será suficiente cultivar o espírito de serviço como atitude pessoal, interior. Dever-se-á

chegar à aceitação, pelos presbíteros, das formas de participação e organização da comunidade, em que todos os fiéis possam assumir co-responsavelmente as decisões. Conservar formas de concentração de poder nas mãos de um ministro significa fazer com que ele se torne dono, de fato, e não mais servidor da comunidade.

— O compromisso de vida no celibato, na pobreza e na obediência, que a Igreja exige de todo presbítero também deve ser assumido, antes de tudo em função do ministério a prestar à comunidade. Em nosso contexto atual, na perspectiva da opção preferencial pelos pobres, em face duma sociedade baseada sobre a exploração do trabalho e o consumo ostentatório, *celibato, pobreza e obediência* adquirem uma dimensão particularmente significativa, como crítica profética do ter, prazer e poder, e como sinal de doação total da pessoa do presbítero à comunidade e à causa do Reino.

— A função eclesial específica do presbítero é, ao mesmo tempo, dar unidade e coesão à comunidade eclesial e abri-la às perspectivas da evangelização e da dimensão universal da Igreja. Isto exige do presbítero espiritualidade capaz de manter juntos, dinamicamente, os pólos da tensão entre unidade e pluralidade, identidade e criatividade, coesão e abertura, comunidade localizada no aqui e agora e consciência da catolicidade e destinação missionária. O próprio presbítero vive em sua carne a tensão entre a identificação com a comunidade em que está inserido e as exigências do Evangelho e da comunhão com a Igreja universal, que ele mesmo representa. Observe-se aqui o que já foi lembrado no n. 10 da segunda parte deste documento. O papel do presbítero se situa espiritualmente na dimensão intersubjetiva da fé. O presbítero não poderá contribuir para a edificação da comunidade cristã se não trazer uma experiência pessoal de fé e se não cuidar da qualidade e do conteúdo do seu ministério. De outra forma, o presbítero criará unidade

meramente formal e exterior, talvez até caricatura da verdadeira comunidade cristã, que é chamada a testemunhar algo da comunhão do Pai, do Filho e do Espírito.

— O ministério presbiteral, associado ao ministério episcopal, deve garantir a apostolicidade e catolicidade da vida eclesial. Concretamente, os presbíteros contribuirão — não apenas por obrigação, mas por consciência viva de que sua missão tem a mesma amplitude universal da missão de Cristo e dos apóstolos (cf. PO 10) — para manter viva em suas comunidades a comunhão com a Sé Apostólica, centro da Igreja, e através dela com todas as Igrejas locais. Cultivarão particularmente a comunhão com o Santo Padre, Pastor da Igreja universal, que muito tem feito para manter viva a fraternidade sacerdotal e a consciência da união de todos os presbíteros. Particularmente as cartas do papa João Paulo II, dirigidas a cada ano, na quinta-feira santa, a todos os presbíteros da Igreja, contribuem para avivar esta consciência fraterna, ao mesmo tempo em que apontam de forma renovada e constante as linhas da espiritualidade presbiteral, fiel à tradição e atenta aos sinais dos tempos.

— Finalmente, em coerência com a natureza colegial do seu ministério, o presbítero evitará refugiar-se na espiritualidade solitária ou monacal. A comunhão do presbitério deverá ser, quanto possível, modelo ou testemunho da fraternidade que todos os fiéis devem procurar. Esta comunhão não se expressará apenas na oração, na revisão de vida, na concelebração eucarística, mas também na convivência fraterna e na comunhão de bens.

Tudo isso supõe e exige a atitude constante de discernimento da vontade de Deus, em meio aos acontecimentos e mudanças que marcam a vida da Igreja e a história da sociedade (cf. PO 14b-c). A partir dessa atitude e das opções que ela inspira, o presbítero poderá assumir de modo mais estável uma forma de vida determinada.

### **3.4. Formas de vida e desafios pastorais**

Buscando responder aos desafios pastorais que encontram, os presbíteros articulam o exercício de seu ministério e a vivência de sua espiritualidade em formas de vida características.

Não se trata de fórmulas excludentes entre si, nem se busca esboçar aqui uma tipologia completa delas. Muito menos submetê-las a um julgamento valorativo para pretender chegar, por exclusão, à melhor. Ao contrário, cada qual apresenta suas chances e seus riscos.

Observe-se ainda que grande contingente de presbíteros dedicados diretamente à pastoral é constituído de religiosos. Entre eles, há grupos numerosos que se ligam a tradições espirituais muito marcantes e ricas. De sua parte, há todo um esforço de revitalização do carisma original e tentativa, por vezes forte, de vivência concreta a partir da realidade e do ministério pastoral. De outra parte, não é fácil realizar a unidade entre a fidelidade ao carisma e espiritualidade característica do religioso e a inserção no ministério de uma Igreja particular, característica do presbítero.

Com essas ressalvas, parece que as formas elencadas a seguir caracterizam suficientemente as principais articulações da vida-ministério e espiritualidade do presbítero hoje.

#### *3.4.1. O pastoreio da comunidade*

É o padre pastor de uma paróquia ou de comunidades de base. Homem dos irmãos que o cercam, "pai de família" sem paternalismo, ele dedica sua vida a uma porção do povo de Deus, alimentando sua fé, animando sua vida de fraternidade e sua celebração nos sacramentos. Como novidades desta forma (talvez a mais tradicional e

generalizada) existem hoje três marcas da época pós-conciliar: a) a primazia do ministério da Palavra frente à função cultural; b) a animação e coordenação dos vários ministérios frente ao monopólio anterior; c) a abertura da comunidade para a Igreja particular e o mundo, frente ao fechamento da paróquia tradicional. O roteiro desta forma de vida é muito concreto e até bem elaborado na tradição presbiteral. A figura do Bom Pastor está muito presente. As virtudes características brotam diretamente do Evangelho. Os modelos concretos de padres e pastores reconhecidos oficialmente como santos ou venerados pelo povo são abundantes. Riscos deste caminho são sobretudo a acomodação, o funcionalismo religioso e o resvalamento para a ideologia que acoberta os conflitos e se põe inconscientemente a serviço da manutenção do *status quo*.

#### 3.4.2. A missão "ad gentes" ou para além de sua Igreja de origem

Esta forma de vida é revalorizada por inúmeros presbíteros de congregações originariamente missionárias que, com o tempo, haviam assumido outras formas de pastoral. Ela é assumida com crescente frequência também por presbíteros diocesanos que, enviados por suas Igrejas, partem para dióceses longínquas mais pobres e carentes. A força aqui está no clã evangelizador, no que tem de mais característico como envio ou missão. A necessidade de encarnação ou *inculturação*, o respeito pela realidade do povo local constituem as novas características desta forma de vida. Sua grande chance está no imenso potencial renovador de vida e ministério que a implantação de novas Igrejas acarreta ao missionário e seu engrandecimento pela renúncia do que deixa para trás. O risco desta forma de vida é de camuflar a própria Igreja ou a busca individualista e aventureira de um campo

pastoral como seu, para aí realizar sua própria experiência, sem respeito à realidade do povo.

### *3.4.3. O profetismo em meio ao povo*

É um impulso fundamental dos que radicalizam positivamente sua opção pelos empobrecidos e marginalizados, no sentido de sua libertação integral. Os presbíteros se engajam nesta forma de vida e procuram levar existência semelhante à dos pobres, com os quais vivem e cuja condição partilham. Assumem a luta do povo e sofrem as conseqüências decorrentes desta opção. São, com os pobres, perseguidos e levados a testemunhar seu amor por eles até o martírio. É a forma de vida que atualiza e concretiza hoje, sobretudo nos países pobres da América Latina e outros, o amor preferencial pelos pobres. A grande oportunidade desta forma é a retomada do testemunho como fio condutor do ministério e sua concretude na mais profundamente evangélica de todas as opções, o amor pelo pobre. Suas oportunidades crescem à medida que a própria Igreja cada vez mais incentiva e apóia este caminho, descobrindo campos e formas concretas de realizá-lo: pastoral popular, pastoral dos marginalizados, CEBs, etc.,. Seus riscos são sobretudo a possibilidade de motivações ambíguas (conflitos, agressividades, frustrações) e a facilidade de se revestir de postura sempre mais ideológica de ruptura radical e sistemática, impossibilitando a convivência eclesial e negando os valores evangélicos de perdão e reconciliação. Há ainda o risco de se reduzir o ministério a ativismo sociopolítico.

### *3.4.4. O serviço à unidade eclesial*

A revalorização da Igreja particular como grande comunidade de vida e evangelização e a elaboração da pastoral orgânica suscitaram a necessidade de presbíteros

com visão da totalidade da realidade sócioeclesial e dedicação à pastoral diocesana em seus níveis mais amplos. Esta forma de vida e de ministério exige verdadeiro carisma e doação aos irmãos presbíteros e às comunidades, no sentido de mantê-las ligadas ao todo da Igreja local. É igualmente a forma ministerial que mais se aproxima do ministério episcopal, participando de suas exigências e partilhando sua graça e seu fardo. Nesse sentido é forma de vida presbiteral que realiza de maneira eminente a função *de cooperatores ordinis episcopalis*, comum a todos os presbíteros.

As oportunidades e os riscos desta forma de vida são semelhantes às da primeira. De mais característico há a santificação por serviço mais gratuito e sem retribuição imediata e como nas comunidades menores. É ministério de esperança e confiança no poder do Espírito que guia as Igrejas. A proximidade com o bispo e o acesso às realidades eclesiais, regionais e nacionais são fonte de grande enriquecimento ministerial. O risco mais característico será o desligamento da experiência de base, a burocratização do ministério e, quem sabe, uma forma de carreirismo.

### 3.4.5. *A presença evangelizadora no mundo secularizado*

As mudanças sociais e o deslocamento progressivo do eixo da sociedade do religioso para o econômico ensejam o surgimento de amplos setores secularizados, alheios e até hostis ao Evangelho. O presbítero encontra aí o apelo à opção de vida e de exercício do ministério, profundamente novo e original. É o presbítero presente no meio universitário, no meio educacional, no meio operário, no meio das comunicações sociais e nos vários ambientes profissionais. É talvez a forma de vida presbiteral menos claramente configurada e mais difícil. Ela supõe um tipo

de presença que leva quase naturalmente à necessidade da profissionalização para inserção plena. A experiência dos padres operários e as iniciativas mais isoladas de vários presbíteros em outros campos mostram a um só tempo, a necessidade e as dificuldades de uma tal opção. De qualquer modo, dificilmente será possível criar nestes ambientes áreas evangelizadas que atuem como fermento, sem a presença de alguém que, enviado pela Igreja, assuma com total disponibilidade de vida o serviço de suscitar e alimentar a fé dos cristãos que aí vivem e atuam. As oportunidades desta forma de vida ministerial se referem sobretudo à possibilidade de concretização do despojamento evangélico e da disponibilidade ao outro, pela busca de inserção em meio específico. É também uma forma de vida que, através de um ideal concreto muito exigente (pastoral do meio operário por exemplo) ou da existência da dimensão profissional, oferecem o suporte significativo à afetividade do presbítero. Seus riscos maiores parecem ser a indefinição e a ausência de experiência eclesial neste campo, bem como a falta de apoio da Igreja e do presbitério como um todo. A opção pode também ocultar a busca individualista de realização pessoal e até econômica. Qualquer opção por esta forma que não guarde a dimensão de missão da Igreja local para aquela área, está quase que fatalmente condenada ao insucesso.

#### 3.4.6.

Não mais como proposta de vida presbiteral, mas como desejo de espiritualidade mais definida e concreta, há os presbíteros que buscam em movimentos apoio e sustentação para sua vida de oração e o exercício de seu ministério. Aí, com outros padres, religiosos e leigos, vivenciam uma série de valores determinados e bem definidos, assumidos como caminho de santificação. Em

geral, os presbíteros transformam-se em assessores desses movimentos e a eles dedicam boa parte de seu ministério. É inegável que essa "espiritualidade" tem ajudado vários presbíteros, sobretudo no que se refere a certos valores fundamentais da tradição espiritual da Igreja (vida de oração, por exemplo) e os tem sustentado com a fraternidade do grupo, infundindo segurança através de propostas concretas. Os riscos deste caminho são também conhecidos e claros: o afastamento da vivência concreta, da vida e da obra evangelizadora característica da Igreja particular, em prol de uma vivência mais geral e, com freqüência, ligada aos valores da classe média. A espiritualidade é assumida de fora para dentro e acrescentada à vida ministerial sem muita unidade. E há ainda o risco do espiritualismo desencarnado ligado à ideologia conservadora de certos movimentos.

#### 3.4.7.

Com oportunidades e riscos, a busca dos presbíteros continua por estes e outros caminhos. O surgimento freqüente de grupos de padres no interior dos presbitérios são o sinal disto. Há os que surgem mais espontaneamente no afã de partilhar a vida e a experiência ministerial mais ou menos comum. Há os grupos mais organizados que, reunindo presbíteros que se situam nas várias formas de vida anteriormente apontadas, se inspiram em alguma proposta de espiritualidade presbiteral mais elaborada e com freqüência, se articulam em nível supradocesano. Tanto os primeiros como estes últimos, porém, põem a vivência da espiritualidade no exercício do próprio ministério e fazem dos encontros periódicos a fonte de apoio fraterno. Chegam, às vezes, a formas mais radicais de vivência comunitária e partilha, vivendo em pequenas comunidades presbiterais e pondo em comum seus bens.

### 3.4.8.

Dois desafios parecem permanecer sempre atuais e urgentes para os presbíteros, no campo de sua espiritualidade específica. O primeiro se refere à descoberta de caminhos concretos de complementaridade. Como conseguir que, no interior dos presbitérios, várias formas de vida e espiritualidade possam se abrir umas às outras para enriquecimento mútuo e superação de seus próprios limites? O segundo desafio é ainda mais urgente. Como chegar aos presbíteros que vivem uma indefinição de vida e espiritualidade, prosseguindo em um ministério sem alegria e realização pessoal, consumindo-se no fazer do dia-a-dia? Todas as formas têm, como vimos, seus riscos, e todas têm suas oportunidades a serem aproveitadas, com a graça de Deus e o apoio dos irmãos. Só uma vida indiferente e descolorida não tem oportunidade. Para ela só restam os riscos de afundar na idolatria do ter, do poder ou do prazer. Certamente a graça de Deus aguarda que os presbitérios e organizações presbiterais encontrem, na vivência da fraternidade, meios concretos de anunciar a estes irmãos a boa nova de que também para eles a vida pode ser feliz, realizadora e alegre, na fidelidade ao evangelho e, por isso, santa.

## 4. DIMENSÕES E DESAFIOS DA MATURIDADE PRESBITERAL

### 4.1. Pessoa e realidade

#### 4.1.1. *O tema central do 2º ENP*

O 2º Encontro nacional de presbíteros tem seu eixo experiencial e temático no presbítero enquanto pessoa, em sua realização humano-cristã enquanto padre. Este

tema precisa ser mais bem situado para não se reduzir a descrições ou lamúrias em torno das mazelas e falhas psicológicas dos padres, dos bispos, do presbitério e da Igreja. O ângulo aqui escolhido é mais fundamental: trata-se da pessoa do presbítero. Algo bem mais rico e complexo do que seus "problemas" pessoais, por mais que estes mereçam atenção. A pessoa do presbítero e sua circunstância real de vida e de missão, eis o prisma que dá unidade e prospecção à reflexão deste encontro, tornando-a uma interpelação real à sua missão e vida. Pastorear os presbíteros, necessidade que alguns sentem como premente, devido à sobrecarga, ao isolamento, ao despreparo teológico, ao esvaziamento espiritual, não se identifica, portanto, apenas com o atendimento aos seus problemas psicológicos. Trata-se, bem mais, de definir sua situação, suas opções e missão em diálogo autêntico com e entre pessoas, buscando iluminar o que ele é na Igreja e na sociedade hoje. O que se pretende é precisar as questões existentes em sua realização de homem, de cristão e de padre, seja no nível da instituição e da ação pastoral, seja na dimensão de sua vida pessoal. Nas circunstâncias concretas do momento sociocultural, à luz da experiência e da concepção teológica que fazem hoje os presbíteros, pretende-se gerar um consenso fraterno e compromissado sobre o que devemos ser, como devemos conviver e agir, na fidelidade à missão que nos é dada. Neste contexto, a preocupação com a pessoa adquire dimensão humana e de fé surpreendentemente provocativa e nova.

#### *4.1.2. O desafio da realidade*

Quando se tratou de definir a direção a ser dada ao 2º ENP, dentre os doze temas propostos, a metade apontava para as urgências da realidade social e eclesial com que se defronta hoje o padre. Pedia-se uma reflexão con-

junta mais séria sobre "a transformação social", "os conflitos", "a ação evangélica transformadora", "as questões sociais no Brasil", "o poder na Igreja", "a missão evangelizadora do povo oprimido". Temas, portanto, que gravitam em torno da realidade, do mundo ao qual se dirige e no qual se encarna a mensagem que o padre anuncia. Outra boa parte das sugestões se voltavam para a pessoa e a missão do presbítero: "comunhão com os irmãos na fé", "sua realização humana", "fraternidade e comunhão no presbitério", "a pessoa do presbítero", "a missão evangelizadora". Aqui a preocupação se desloca para um segundo pólo, que não se deve conceber como excludente em relação ao primeiro. O ser padre, a afirmação e maturação de sua pessoa, sua realização humana, seu crescimento na fé e na missão, devem necessariamente situar-se na realidade concreta em que o presbítero vive os desafios novos da missão que é permanente. Esta missão tem seu fio condutor, que a tradição viva nos oferece, mas deve ser recriada em cada época e em cada vida.

#### *4.1.3. Duas referências indissociáveis: a pessoa do padre e a Igreja*

A discussão sobre a pessoa e a missão do presbítero tem, assim, duas exigências ou referências obrigatórias que às vezes se completam e que às vezes, circunstancialmente, podem se repelir, mas que se pertencem indissociavelmente em uma reflexão sobre o ser padre. De um lado, a pessoa, o homem em sua originalidade sempre em gestação, por força dos dinamismos naturais da vida e pela ação do próprio Espírito. De outro lado, a Igreja não como abstração idealizada, mas em sua realidade historicamente presente nesta Igreja local, nesta comunidade de fé, neste presbitério. É aceitando, vivendo e carregando o ônus e a alegria desta Igreja concreta que o padre deve

assumir o dado irreduzível de sua vida e de sua pessoa, com todas suas aberturas e limitações. Estas circunstâncias, não isentas de conflito e de fecundidade, pedem reflexão e reorientação mais aprofundada e mais consciente do que seja ser presbítero numa Igreja toda ministerial na qual cabe ao padre o serviço da unidade, o ministério da síntese da vida da comunidade (mas não a síntese ou concentração em suas mãos dos ministérios e dos serviços). É este o caminho para que o padre encontre o jeito que hoje se faz necessário para chegar ao difícil objetivo de ser ele mesmo, sendo padre. Este caminho pode levar à unidade e à integração de sua vida pessoal a partir de seu modo de ser individual, da Igreja com sua missão evangelizadora, com sua composição e funções internas, com sua resposta às interpelações que lhe vêm do povo de Deus e da sociedade, às quais o padre deve servir, na perspectiva dos valores do Reino. Estas diversas perspectivas confluem na pessoa do presbítero e encontram na espiritualidade presbiteral a dimensão que dá significado existencial à sua ação e dá sentido e dinâmica à sua vida. Onde não se estabelece tal confluência surge a crise de identidade e de sentido; onde ela se dá, criam-se as condições objetivas para o amadurecimento humano-afetivo e para o crescimento do presbítero na fé.

À medida mesma que a Igreja do Brasil foi se definindo e evoluindo, complexificou-se a questão do ser padre e do fazer-se pessoa nesta Igreja. Passos que todos consideramos positivos, como a solidariedade com o povo oprimido, a valorização do laicato, a diversificação dos ministérios, o refazer da espiritualidade e a própria promoção da pessoa humana na Igreja, acabaram por provocar necessidades e desafios novos, para os quais não temos ainda respostas objetivas em nível de organização eclesial, nem posturas e atitudes que fomentem o cresci-

mento da pessoa, entendido em toda a extensão de seu arco social, político e teológico-pastoral.

## **4.2. Dimensões da personalização da vida do presbítero**

Há diversas maneiras possíveis de sistematizar os distintos aspectos do processo que permite ao homem tornar-se sujeito de suas próprias opções individuais ou coletivas, dentro de perspectiva não só antropológica e política, como também ética e soteriológica. No caso mais específico do padre enquanto sujeito consciente de sua liberdade e de seu destino, pode-se descrevê-las a partir de quatro dimensões de fundo, que recobrem a maioria das interpelações e desafios que os sacerdotes parecem sentir hoje, enquanto homens e enquanto ministros e dispensadores dos dons de Deus.

### *4.2.1. O desafio da identidade*

A identidade representa questão crucial no processo de realização e maturação do ser humano. Quem sou? O que me motiva e define? Como me posiciono no mundo? Que valores e objetivos me orientam? Que forças movem meus sentimentos, minhas idéias, minhas opções de fundo? Onde estão as certezas que dão fundamentação e rumo à minha ação? Quais as ambigüidades, as penumbras, os conflitos que tornam pesado o meu existir? Quem é "outro" para mim? Quem é meu interlocutor, meu companheiro? A quem amo? Para quem e para que existo? Que sentido dou à minha vida? O que é para mim história e tempo? Que transcendência a experiência me ensinou a assumir como realidade última? Quem é o Deus em quem acredito?

Questões como estas constituem a substância e a matéria-prima da definição da identidade pessoal de cada ser humano, como ser-no-mundo. Há aqui uma complexidade e um mistério irretratáveis à penetração racional. A essas perguntas, por lançarem raiz nas elaborações mais fundas do inconsciente, tampouco pode-se dar respostas de uma vez por todas ou de fora. Por sua natureza, retornam sempre, irrecusavelmente; por sua natureza, não são charada de resposta única e certa. São antes, mistério, para o qual existe, não uma resposta, mas um sentido que o homem pode encontrar dentro da irrepetibilidade de seu existir.

Na Igreja, especialmente quando se tratava de discutir o ser do padre, em sua realização pessoal e em seu amadurecimento espiritual, foi durante séculos costume dar-se uma resposta pronta e feita a essa questão, a partir de modelos que bastavam ser aceitos e repetidos para surtirem o efeito de integração e harmonização visto como sólido e definitivo. Havia, sem dúvida, forte idealização do modelo. Contudo, nos quadros e condições da época surtia efeito psicossocial real de consolidação e ajustamento da pessoa. Isto se dava, naturalmente, em detrimento da originalidade pessoal, isto é, do processo de autodeterminação do ser humano enquanto ele mesmo no mundo e na história. Ora, o pós-Concílio, com sua abertura ao mundo moderno, trouxe para dentro da Igreja e para dentro da vida e do coração do padre as perguntas fundamentais da identidade pessoal. Perguntas antes camufladas passaram a se expressar em sentimentos aspirações e comportamentos novos. No início deste questionamento, a checagem do autoconceito e a redefinição qualitativa da opção vocacional se fizeram muito na linha dos valores do que se poderia chamar de modernidade burguesa. Irromperam nos presbitérios e seminários os ventos impetuosos das aspirações subjetivas e li-

bertárias típicas do individualismo das classes médias, trazendo colorido contestatário e auto-afirmador ao outro individualismo, mais sacral e mais conformista, que caracterizava o padre de ontem. Foi a época da crise de identidade do clero apontada por pesquisas realizadas em quase todos os países de cristandade. Tais ventos desestabilizaram fortemente também a instituição clericalizada da Igreja dos países latino-americanos, que reproduziram largamente o fenômeno constatado em suas irmãs da Europa.

Passada esta tormenta — não a questão, pois esta é permanente — a ação do Espírito conduziu a Igreja por caminhos novos. Na América Latina, atingindo expressiva parte dos padres, processou-se mudança social e cultural real dos e nos presbíteros, cada vez mais comprometidos com a causa dos pobres e, por isso, cada vez mais conscientes das implicações ideológicas de definição de identidade que antes lhe era proposta como sendo a única teológica e pastoralmente válida. Trata-se, psicossociologicamente, de nova crise. Só que as perguntas de sempre passaram a ser formuladas de perspectiva nova e diferente: a dos oprimidos. Lugar denso de espiritualidade e de fecundidades cristãs, porque lugar escolhido por Jesus Cristo como princípio de sua Páscoa e da Páscoa do mundo.

Sociologicamente, porém, é preciso reconhecer que convivem hoje contraditoriamente no presbitério, posições, espiritualidades e visões teológico-pastorais muito diferenciadas. Há a promissora tendência de fundo que parece já ter-se imposto — esta da missão libertadora da Igreja como um todo e, nela, do presbítero, mas há inúmeras vacilações que acabam afetando a muitos no plano subjetivo da apropriação da missão e da espiritualidade indispensáveis ao presbítero hoje. Trata-se não só do fenômeno de pluralismo válido no tocante à vivência dos

ministérios e à concepção, imagem e função do padre na Igreja. Há algo mais, ainda em fase de elaboração. Não houve tempo suficiente nem suficiente experiência acumulada para gastar e interiorizar em todos a nova identidade do presbítero na Igreja e na sociedade. Identidade que deve agora ser concebida não mais à moda tridentina, como algo fixo a ser preservado por estruturas de proteção e sim como uma espiritualidade vivida no cotidiano da fé e nos compromissos que Deus, através dos sinais dos tempos, exige de sua Igreja, instrumento de salvação nesta sociedade injusta e opressora.

A questão da identidade, desta forma, não pode ser resolvida apenas no foro interno da consciência de cada um. Há, sim, a dimensão e a tarefa eminentemente de cada um, sem a qual perdem sentido as conquistas da espiritualidade, os avanços da pastoral e as elaborações da teologia e a própria comunhão no presbitério e na Igreja. Mas cada presbítero deve ter bem presente que sua identidade ministerial não decorre de seu esforço isolado, de seu aprimoramento em nível pessoal. A identidade do padre passa em sua definição pela comunhão dos presbíteros entre si e com o bispo no serviço à comunidade. Ela supõe abertura, diálogo e apoio mútuo no nível de fraternidade presbiteral aberta a todos os irmãos. Supõe, ainda, a solidariedade de destino, um carregar conjunto das preocupações por todas as Igrejas e por todos os homens, especialmente pelos mais pobres, uma vez que foi este o destino que Jesus de Nazaré, na força do Espírito, escolheu livremente como seu caminho ao Pai.

Não se assume tal caminho sem ascese e disciplina pessoais as quais nada tem a ver com renúncia pela renúncia. Ao contrário, elas se impõem em virtude da própria missão e dos compromissos exigidos pelo chamamento. Tal ascese se alimenta na fraternidade com os irmãos e na relação viva do padre com o Pai. Ascese que é busca,

êxodo, *kénosis*, expressões concretas que a caridade pastoral de Jesus assumiu para revelar aos homens o desígnio escondido do Deus que é Amor: Pai, Filho e Espírito Santo.

#### 4.2.2. *O desafio da intimidade*

A dignidade do homem exige que ele possa ter uma dimensão que lhe é própria e exclusiva: sua intimidade, seu modo de ser original, sua radicalidade pessoal e única. Sendo o papel sacerdotal, em todos os tempos e religiões, um dos papéis sociais antropologicamente mais esvaziadores do núcleo íntimo da pessoa, é mister que, no caso do padre católico, embora também ele se enquadre nesta determinação sociológica, se recuse o primado ao que despersonaliza, e se dê ênfase crescente ao que fomenta o "ser-assim" de cada um. Esta dimensão foi amplamente negligenciada em épocas passadas. Hoje passou a ser um objetivo na formação permanente do presbítero, embora muitos se queixem da ausência de espaço para a intimidade em sua vida e missão. O que acontece de ordinário é o padre sentir-se devorado pela solícitação constante dos outros e pelo peso da fadiga, além de desanimado por lhe faltarem interlocutores aos quais possa (ou não) abrir sua intimidade, sua experiência de dor e de alegria, sua originalidade enquanto homem e enquanto cristão. Com isto, queremos significar muito claramente que intimidade não é sinônimo de preservação individualista de si mesmo muito menos deve-se confundi-la com a preocupação narcísica de defesa de um espaço pessoal que mais esconde e ameaça do que revela e faz crescer. Intimidade inclui pudor, direito à privacidade, não redução à função. Intimidade é aprimoramento da autoconsciência como reserva desde a qual um ser humano, permanecendo ele mesmo, pode se abrir inteiramente ao

outro e a Deus. Ela é, como se verá melhor mais adiante, reciprocidade. Leva ao engajamento e à doação de si. Ela torna possível celebrar na vida a dimensão do perdão e da graça de Deus. Sem a posse de sua intimidade, uma pessoa não pode conhecer o que seja a amizade, como entrega e cuidado pelo outro desde o gesto gratuito da oferta de si.

Neste contexto, levanta-se uma questão permanente na roda e na espiritualidade do presbítero, a questão da mulher. Tal questão não pode nem deve ser iludida, sob o pretexto da existência de uma lei que obriga o presbítero ao celibato. Não é pelo fato de existir tal lei e sim porque todo padre que se firma como homem e como pessoa, que supera as fixações narcísicas das vivências infantis, que adquire uma intimidade pessoal e rica, tem de se definir em relação à questão existencial do feminino em sua vida. Com o abandono dos tabus e das regras multisseculares de separação entre o mundo masculino e feminino, especialmente no caso do clero, e com a mudança qualitativa do papel e da presença da mulher na sociedade, bem como devido à experiência de um trabalho pastoral em que homens e mulheres compartilhem as responsabilidades pela evangelização, a solução personalizada da relação entre o padre e a mulher se torna cada vez mais importante para a vida de celibato livremente vivido onde, malgrado a inevitável conotação de renúncia, o celibato possa ser a opção de quem reserva sua intimidade pessoal para um amor que se reparte.

Com isto, não se pretende minimizar a conflitividade inerente a esta opção nem muito menos negar a dimensão de graça, sem a qual inexiste o celibato cristão, dom que Deus faz à sua Igreja. Quem pode compreender que o compreenda, diz com muita simplicidade o evangelho. No entanto, este dom precisa ter uma base natural sólida, uma vez que o levamos em vasos de argila. Como pres-

bíteros precisamos aprender a expressar com muito mais liberdade este e outros aspectos da graça e da cruz que nossa vocação na Igreja nos impõe. Tantos irmãos presbíteros vivem individualisticamente esta realidade. O cultivo de uma intimidade pessoal poderá nos despertar para uma convivência de presbíteros, na qual nossa afetividade possa encontrar ressonância e apoio.

Neste ponto, contudo, é importante se ter presente que o celibato, para ser realizador da pessoa, supõe a superação das inconsistências afetivas mais básicas de nossa evolução. Sem isto, por maior que seja nosso idealismo, força de vontade e mesmo nossa confiança no Senhor e nossa dedicação ao Reino, não poderemos superar o desafio da intimidade e chegar a uma reciprocidade em que estamos inteiros, crescendo sem machucar e sem usar o outro, especialmente a mulher.

#### 4.2.3. *O desafio da participação*

A participação não é um desafio que se agrega aos dois anteriores, como um pavimento se ajunta ao outro, na construção de um edifício. A definição de nossa identidade e a afirmação de nossa originalidade mais íntima são momentos constitutivos de nossa presença e intervenção nos fatos, como sujeitos de processo maior. A concepção tradicional do padre, do presbitério e da Igreja como uma estrutura funcional em que cada um tem um papel determinado de antemão como uma "*acies ordinata*", organizada e dirigida só de cima, ruuiu por terra com o Vaticano II. Ver a Igreja como povo de Deus e servidora do mundo, como um todo sob a ação do Espírito que suscita carismas e ministérios úteis ao anúncio do evangelho, significa necessariamente revisão da participação que cabe ao presbítero e ao bispo nesta Igreja ministerial. Neste campo é generalizado o sentimento de

que já foram dados passos importantes. A experiência da eclesiogênese das comunidades de base, o hábito de planejar conjuntamente a ação pastoral da Igreja, a descle-  
ricalização de certas tradições hierarquizantes, a própria forma como o bispo exerce hoje sua função de pastor muito nos ajudaram a criar um estilo de Igreja marcado pela participação de todos. Ficam, sem dúvida, ranços de pessoas e condicionamentos estruturais da organização eclesial que ainda impedem uma participação de todos os batizados na missão da Igreja. Todo presbítero conhece isto de experiência própria, seja na relação com seus colegas e com seu bispo, seja na relação com os leigos e as comunidades. Todo presbítero sabe também que ele, muitas vezes, exerce um poder como os chefes de nação que dominam e não como o Filho do Homem que veio para servir e dar vida (Mc 10,42-45).

No desafio da participação existem aspectos importantes para o padre, enquanto pessoa, que estão longe de terem sido objeto de reflexão e assimilados em uma perspectiva evangélica. Há aqui todo um intercâmbio a ser incentivado, toda uma aprendizagem de serviço e partilha a ser feita. Telegraficamente, mencionamos três destes aspectos. *Primeiro*, a relação do presbítero com o leigo que precisa ser amplamente revista desde uma adequada teologia do laicato. Tal revisão porá em sua luz plena o caráter infantil de certos conflitos e frustrações "clericais" que se dão, seja entre os padres, seja entre os bispos. O *segundo* aspecto, que na realidade da Igreja brasileira merece reflexão é o que se refere ao profetismo que cabe, embora não exclusivamente, ao padre em sua missão de anunciar o evangelho e de tornar presente na comunidade o sacramento da fé. Com isto toca-se também o capítulo de sua responsabilidade política, enquanto ministro ordenado para o povo e enquanto cidadão. O *terceiro* aspecto é o do aprofundamento teológico e do es-

tudo de tudo o que diz respeito à missão da Igreja nesta sociedade injusta. Embora exista interesse, parece faltar nos presbíteros a determinação para cumprir este dever, sem o qual não se pode orientar o povo, discernir os sinais dos tempos, compreender as opções a serem tomadas pela Igreja e, assim, poder sentir-se pessoa consciente e ativa dentro de uma Igreja dinamicamente responsável pelo bem comum. Muitos observadores constataam o perigo que pode vir a tornar-se sério nos anos vindouros: a evolução da sociedade brasileira que, como se descreveu na parte I deste documento, se faz no sentido da secularização, do estilo urbano de pensar e viver, da dominação socioeconômica típica do capitalismo dependente, tornará provavelmente cada vez mais exíguo o campo de ação social e política do padre enquanto homem de Igreja. Tal processo de esvaziamento da atual função social do presbítero não se dará de golpe. Contudo, se a sociedade brasileira continuar evoluindo no sentido da democracia política e do pluralismo cultural, a esfera de ação da Igreja poderá circunscrever-se cada vez mais à dimensão do religioso, no sentido mais privado do termo. A atual situação, que ainda confere ao padre *ut talis* importância sociocultural e política relativamente grandes, tenderá a mudar. O poder de aglutinação e de conclamação do padre, sua função atual de liderança diminuirão sensivelmente. Esta quebra de *status* poderá pôr em crise os presbíteros que não viverem em profunda solidariedade participada da Igreja e que não tiverem conhecimento e consciência teológica e científica atualizados, seja na prática, seja na teoria. O padre de hoje, portanto, precisa se preparar para poder, na força de sua missão, estar presente, ser parte, tomar parte e ter parte na Igreja e no Brasil de amanhã. Sem isto ele poderá frustrar-se e, o que é mais sério, dificilmente terá condições para anunciar o evangelho na nova sociedade que virá.

#### 4.2.4. O desafio da transcendência evangélica

É difícil encontrar o qualificativo mais indicado para definir este desafio que sem dúvida é o mais fundamental, pois é ele que define, em última análise, o ser e a missão do padre. Este é o desafio que põe o padre em confronto pessoal com a Palavra de Deus. Outros parágrafos deste texto, em especial a parte II, já tocaram neste ponto, explicitando diversos aspectos da conversão ao evangelho e da configuração contínua do padre ao Cristo servidor. Teologicamente esta obrigatória referência a Jesus Cristo deve ser entendida como uma função dentro da estrutura carismática e ministerial da Igreja, considerada como serviço de Cristo e do Reino. É vivendo esta sua missão na Igreja, *in persona Christi*, como um serviço à unidade testemunhal, sacramental e libertadora da Igreja que o padre configurará sua vida à de Jesus Cristo, anunciando a Palavra, pastoreando a comunidade e tornando visível nos sacramentos o sacerdócio de Cristo libertador. Numa palavra, presentificando na comunidade e no mundo o que o Vaticano II chama de caridade pastoral de Cristo e da Igreja.

É daí que arranca, toma corpo e se alimenta a espiritualidade do padre, sua experiência pessoal do Deus que chama e exige entrega, que aponta para o irmão que sofre sem saber da boa nova que pode dar sentido ao seu sofrer e convocá-lo a uma caminhada de libertação de toda a dor e opressão.

Há certos aspectos que precisam ser ressaltados para que a conversão do padre à Palavra se faça de maneira encarnada e concreta, foi a resposta de Jesus de Nazaré ao apelo do Pai, nas circunstâncias concretas de sua vida e de sua morte.

Como padres, temos que aprender, cada vez mais a inserir nossa espiritualidade no cotidiano da vida e do

ministério. A espiritualidade não pode se reduzir a momentos de enlevo ou recolhimento místico. Seu tecido é o tecido da vida, da dor e das esperanças da comunidade e do próprio padre. Inclui-se aí a dimensão da cruz, de peso, de fracasso. O mistério do trigo que se não cair na terra e não morrer não poderá dar fruto. A fecundidade e a realização do homem — este é o duro segredo com que a espiritualidade cristã contesta hoje os ídolos de nosso tempo e sociedade — não existem sem que ele aprenda a perder a vida a dá-la livremente para que muitos possam tê-la em abundância. Como fez o Senhor, cuja vida, morte e ressurreição nos foi dada como legado, dom e promessa. Mas inclui igualmente a capacidade de compartilhar as alegrias, as lutas e utopias que pontilham de vida a travessia da comunidade e as lutas do povo. O padre precisa saber viver tudo isto para encontrar sua plenitude de pessoa e sua fecundidade de fé. Tal espiritualidade traz consigo riqueza afetiva, capacidade de compadecer, força para sustentar a renúncia e para sentir a alegria de servir a Deus servindo aos irmãos.

### **4.3. Maturidade humana e ministerial**

As linhas diretivas, que podem conduzir o padre à maturidade humana e à idade adulta no Cristo, só podem ser definidas à medida que ele, junto a seus irmãos padres e a partir de sua missão, aprender a pôr a totalidade de sua vida sob o dinamismo do Espírito. A maturidade do padre, portanto, nasce do discernimento comunitário contínuo da ação de Deus na vida do mundo e da Igreja e em sua própria vida. O 2º Encontro nacional de presbíteros propõe-se exatamente propiciar este intercâmbio e aprendizagem de quem sabe que não caminha só, nem luta como quem açoita o vento.

Aqui, apoiando-nos em considerações que nos vêm da psicologia como ciência e da experiência de vida ministerial, pretendemos somente indicar algumas linhas diretivas a serem aprofundadas no diálogo entre os presbíteros.

#### 4.3.1. *Conceito dinâmico*

Preliminarmente deve-se acentuar que o conceito de maturidade não pode ser interpretado de maneira estática, como se fora um capital a ser adquirido ou uma meta fixa a qual se deveria chegar. O conceito só se define em termos de pessoa e, logo, se faz à medida e ao modo de ser de cada um. É desdobramento paulatino das potencialidades humanas que cada um traz consigo e pode ou não realizar dentro de limites que nem sempre estão sob o seu controle. A maturidade, portanto, é processo no sentido etimológico desta palavra, é evolução contínua, por vezes contraditória, que se dá na partilha, mas que, em seu nível afetivo mais profundo, pode carregar fechamentos e carências típicas. A maturação do homem é em parte fenômeno evolutivo natural. Mas no que tem de tipicamente humano, é feito dentro dos padrões de cada cultura e de cada época. Não há aqui determinismos de tipo linear. A maturidade não se concretiza sem a tomada de posição existencial e axiológica de cada pessoa, sem a decisão e a vida de quem é o sujeito portante deste processo. Ao mesmo tempo em que é tarefa insubstituível de cada um a maturidade é algo que só se pode alcançar e afirmar na interação permanente com o outro. No caso do padre uma interação feita no diálogo da fé e quase expressa em carregar solidariamente as alegrias e tristezas da missão. Sem a presença e contribuição dialogal do irmão, o padre não pode amadurecer em seu ser de padre e em sua realidade ontológica de homem. É só dentro desta visão di-

nâmica que, em psicologia, se admite o uso do conceito de maturidade. O adulto é descrito "como o que domina ativamente o seu meio, demonstra possuir certa unidade de personalidade e é capaz de perceber corretamente o mundo e a si próprio" (Jahoda).

A consideração deste conceito adotado também por Erikson mostra que nele existem algumas linhas de força absolutamente imprescindíveis para que a maturidade se processe na vida de alguém. É a partir destas linhas que se pode falar de crescimento pessoal do padre em direção à adulez psicológica e humana. Caso contrário, usar-se-á ingenuamente o termo, apropriando-se indevidamente de uma expressão que não pode ser passada sem mais ao campo da ascese e da maturidade espiritual, tal a complexidade das dimensões que perfazem o conceito e tal a distância que vai do discurso teológico ao discurso psicológico.

Para fazer uso adequado do conceito em espiritualidade é preciso, antes de mais nada, que se mencione o seu conteúdo e origem afetivo-inconsciente. É exatamente este jogo originário mais fundo, caracterizado por dinamismos e conflitos que escapam à razão, embora passíveis de a ela se integrarem, que torna difícil o uso adequado do conceito no campo religioso cristão. A religião, na verdade, presta-se a ser por vezes instrumento fácil à ocultação dos verdadeiros problemas e inconsistências afetivas. Só se pode falar de maturidade espiritual do presbítero à medida que ele tenha superado a antinomia inconsciente típica das primeiras fases evolutivas de todo ser humano. Tal superação é que torna possível a interiorização autônoma dos valores evangélicos e o confronto vivo do homem com o chamado de Deus, sem rachaduras que tornem frágil e inconsistente a sua resposta. É só neste caso que os processos superiores do ego, que na linguagem mais corriqueira identifica-

mos com a razão e a vontade, podem se expressar nos níveis superiores da integração humana, emocional, intelectual e social. Tem-se, então, o homem psicologicamente adulto, capaz de estender seus interesses vitais para lá das necessidades ligadas à defesa narcisista de si e capaz ainda de objetivar estes interesses e necessidades dentro de um esquema relacional, em que a realidade seja plenamente respeitada. Tal homem consegue se pôr e se definir em sua identidade própria, sem necessidade de deturpar a realidade e sem agarrar-se neuroticamente às imagens e identificações parciais, que lhe foram introjetadas em sua infância. Tal homem, no dizer de um psicólogo contemporâneo, é capaz de unificar em processo coerente de vida os níveis distintos de suas experiências afetivas, integrando fatos vividos, fracassos e realizações. Ele é pessoa adulta. O que, nem de longe, significa que não esteja exposto a crises e contradições. O que se quer dizer com "pessoa adulta" é que ela é portadora de recursos autônomos para enfrentar as tensões da vida sem se violentar e sem violentar ilusoriamente a realidade.

#### 4.3.2. *Percepção de si e da realidade*

No que interessa mais de perto à reflexão sobre a maturidade humana do presbítero, vale a pena acentuar que não existe maturidade sem a percepção realista de si e da realidade. Tal percepção abrange a totalidade dos fatos e contingências da história e a própria misteriosa e inefável realidade de Deus e de sua revelação na história. O realismo perceptível do homem adulto abraça, de um lado, a capacidade crítica ante os acontecimentos e as pessoas. De outro, ele implica a aceitação paciente do que existe assim como existe. É-lhe característico também o senso de humor que relativiza e desabsolutiza o

impacto doloroso do real sobre seus sonhos e aspirações, quase sempre tão frágeis. O homem adulto conhece a ascese da história. Quando cristão, sabe por experiência que o Reino já chegou, mas está só germinalmente na Igreja e no mundo. Vive, assim, na dimensão pascal da passagem contínua que não se conforma com nenhuma força de morte e destruição, pois Deus é para ele o Deus vivo. Há em sua vida, em sua oração, em seus momentos de depressão e de dor espaço real para a utopia do Reino. É este horizonte crítico maior — Deus, revelação em Jesus Cristo, Reino, bem-aventuranças — que alimenta sua caminhada pessoal, seus compromissos e sua fidelidade de “homem de Igreja”.

O mesmo realismo existe quando a pessoa adulta se visualiza a si mesma. A visão que tem de si é mais do que o resíduo das identificações e dos papéis que a sociedade lhe ensinou. Há autonomia na organização fluida dos componentes da percepção, que ele tem de si próprio. Autonomia que é sinônimo de liberdade e de opção por dado projeto de vida, malgrado as limitações que nascem de toda instituição humana e dos modelamentos dos papéis sociais. A fé encontra aí seu espaço privilegiado de experiência dinamizadora da vida, de força que impele ao risco, de capacidade de suportar a imprevisibilidade e de sentir-se seguro em meio às dificuldades e lutas da vida.

Outro elemento fundamental da autopercepção adulta é a aceitação e a capacidade de expressão dos sentimentos e emoções, também dos que têm conotação ética e teológica negativa. A não-repressão do que se sente traz consigo a possibilidade de superação do que é negativo na pessoa e de redimensionamento das aspirações de um eu-ideal distanciado do que a pessoa realmente sente e quer, isto é, de seu eu-real. São vivências de integração sumamente importantes para a espiritualidade centrada

na Páscoa libertadora do Senhor e do estilo de vida que, ao menos em determinados momentos não pode deixar de trazer consigo a experiência da solidão, da renúncia e da cruz. O auto-conceito adulto abrange, além disto, o gostar de si, o sentir-se bem consigo mesmo, a capacidade de ser e de sentir-se feliz. Esta positividade em relação a si próprio é distinta do apego infantil à necessidade de ser amado e protegido; é algo criativo que leva ao engajamento da vida e à orientação dela em direção a objetivos que transcendem pulsões e satisfações apenas imediatas. A causa do Reino, o compromisso da libertação, o serviço aos irmãos têm aqui espaço psicológico para a dinamização válida do projeto existencial do padre. Projeto que, sem dúvida alguma, no nível psicológico pode permitir plena realização de sua pessoa.

#### 4.3.3. *Abertura ao outro*

Todo homem psicologicamente adulto é capaz de se abrir ao outro na reciprocidade. O padre também deve ser capaz de vivenciar esta abertura através da comunhão efetiva com Deus e com os irmãos. O outro não pode ser para ele alguém anônimo, coletividade sem rosto ou programa a ser aplicado. Impõe-se a personalização nas relações, seja no nível da amizade, seja no nível da missão. Esta personalização precisa hoje atingir também a relação do padre com o pobre, com o não-homem, a cujo serviço a ação do Espírito atrai poderosamente a Igreja. Também a mulher precisa passar a ter rosto a ser presença e estímulo em sua vida de padre e de homem, salvaguardados os compromissos que a Igreja dele requer. Há aqui muito a aprender. Há segurança e transparência a serem adquiridas como condição para que este relacionamento não descambe em manipulação ou em subterfúgio sutil para compensações substitutivas.

No caso do padre, ministro do povo de Deus, o outro pode e deve ser entendido também em sentido mais amplo que abrange o todo da Igreja, do próprio povo e de sua história. Também a dimensão política, própria a toda abertura verdadeiramente humana ao outro, precisa ser dinamizada pela caridade pastoral do presbítero. É evidente que todo este trabalho de expansão personalizada dos horizontes de vida do presbítero precisa ter seus pontos próprios de sustentação e apoio. Além da graça de Deus, importa crer na comunhão com seus irmãos presbíteros e com os leigos empenhados na mesma missão. É esta estrutura de apoio que, através de experiências concretas de partilha da fé e da missão, poderá permitir ao presbítero a doação total de si ao outro, sem perda de sua fidelidade radical ao que o sustenta em seu ser-de-padre: o Espírito.

#### 4.3.4. *Experiência de Deus*

É por essa razão que a maturidade do padre passa necessariamente pela experiência fundante do Deus de Jesus Cristo. É este o fundamento e o ápice de sua personalização e de sua realização humana enquanto padre. Nesta "vida segundo o Espírito" explicita-se a sua maturidade de homem, de cristão e de padre. Viver o mistério de Deus, crer em seu agir na história, testemunhá-lo *in persona Christi* dentro das buscas e lutas da comunidade de irmãos na fidelidade constantemente renovada à graça da vocação, eis o que torna o padre homem adulto, enviado do Pai como o foi o próprio Cristo. Eis, sucintamente, as linhas de força que permitem ao padre orientar sua vida e sua missão em direção à idade adulta de Cristo.

## BIBLIOGRAFIA

### SOBRE O MINISTÉRIO PRESBITERAL

Para quem desejar aprofundar ou completar o estudo da teologia do ministério presbiteral, indicamos aqui algumas obras mais recentes e acessíveis, mais abertas à perspectiva eclesiológica do ministério presbiteral de uma Igreja toda ministerial.

#### *Documentos brasileiros*

CNBB (19ª Assembléia geral, 1981), *Vida e ministério do presbítero*, Edições Paulinas (Documentos da CNBB, 20), São Paulo, 1981, 100 pp.

———, *Conselhos presbiterais diocesanos*, Edições Paulinas (Documentos da CNBB, 161), São Paulo, 1977, 78 pp.

CNBB-CNC, *O presbítero na Igreja, povo de Deus, servidora do mundo*, Edições Loyola, São Paulo, 1985, 32 pp. (Documento preparatório do 1º Encontro nacional de presbíteros.)

#### *Teologia dos ministérios*

ANTONIAZZI, Alberto, *Os ministérios na Igreja hoje*, Vozes, Petrópolis, 1975 (1977, 2ª ed.), 60 pp. (esgotado).

LEMAIRE, André, *Os ministérios na Igreja*, Edições Paulinas, São Paulo, 1976 (esgotado).

BOFF, Leonardo, "Os ministérios numa Igreja popular" in *Convergência*, 174 (julho-agosto de 1984) 341-349 (publicado também in *Concilium*, 196 (1984/6) e na recente obra do mesmo autor, *A Igreja se fez povo*, Vozes, Petrópolis, 1986).

NB.: Estão em preparação sobre o assunto dois importantes estudos latino-americanos: as teses de doutorado de Antonio José de Almeida sobre ministérios não-ordenados e a obra de Alberto Parra, S.J., colombiano, sobre os ministérios em geral na coleção *Teologia e libertação*.

#### *Teologia do ministério presbiteral*

Faltam publicações mais recentes e completas no Brasil. Para uma introdução podem servir:

VVAA., *O sacerdote: fé e contestação*, Edições Paulinas, São Paulo, 1976 (os autores são belgas e propõem dados históricos até 1971).

COLOMBO, G., "O ministério presbiteral numa Igreja toda ministerial" in *Atualização* n. 139-140 (1981): 254-274 (uma boa visão da virada na teologia dos ministérios).

*Entre as obras estrangeiras mais importantes sobre o tema*

LEGRAND, H., "Les ministères de l'Église locale" in *Initiation à la pratique de la théologie*, vol. 3, Paris, 1983, pp. 181-273.

DIANICH, S., *Teologia del ministero ordinato*, Paoline, Roma, 1984, 302 pp.

SCHILLEBEECKX, E., *The Church with a human face*, SCM Press, Londres, 1985 (esta obra sofre críticas da Sagrada congregação para a doutrina da fé).

*Espiritualidade*

Além das cartas aos sacerdotes do papa João Paulo II (a última também in SEDOC, 19, 193, julho-agosto de 1986, pp. 7-19), lembramos:

CLAR, *A espiritualidade do sacerdote religioso*, Edições Loyola, São Paulo, 1986, 92 pp.

OSLAM, *Espiritualidade del clero diocesano*, Bogotá, 1986, 104 pp.

CNBB, *Espiritualidade presbiteral hoje*, Edições Paulinas, (Estudos da CNBB, 1), São Paulo, 1974, 103 pp. (trabalho organizado pela CNC).

— Sobre o padre, segundo santo Agostinho:

PELLEGRINO, M., *Le prêtre serviteur*, Cerf, Paris, 1968, 190 pp.

BOFF, C.; "Santo Agostinho de Hipona e a pastoral da libertação" in *REB*, 170, julho de 1983, pp. 292-318.

— Sobre Paulo como modelo de apostolado:

ANTONIAZZI, Alberto, "Etapas na vida do Apóstolo" in *Atualização*, 177/178, setembro-outubro de 1984, pp. 448-460.

*Bíblia*

Sobre os ministérios no NT, ver as obras supracitadas de Antoniazzi e Lemaire e:

VANHOYE, A., *Prêtres anciens, prêtre nouveau selon LTN*, Seuil, Paris, 1980.

*Direito canônico*

Cf. o n. 205 (1986/3) de *Concilium*

CAPPELINI-COCCOPALMERIO, F., *Temî pastorali del Nuovo Codice*, Queriniana, Brescia, 1984, 114 pp.

*Dimensão psicológica*

ALLPORT, Gordon, *O desenvolvimento da personalidade*, Herder, São Paulo, 1966.

VALLE, Edônio, *Psicossociologia e educação da juventude*, Instituto da Família, São Paulo, 1986.

ERIKSON, Erik, *Identidade, juventude e crise*, Zahar, Rio de Janeiro, 1976.

**3º Encontro Nacional de Presbíteros**  
Itaici, 17 a 22 de outubro de 1989  
CNP - CNBB

**PRESBÍTEROS:  
FRATERNIDADE E SERVIÇO**

**Documento final**

## APRESENTAÇÃO

*"PRESBÍTEROS: FRATERNIDADE E SERVIÇO" é o Documento Final<sup>1</sup> do "3º ENCONTRO NACIONAL DE PRESBÍTEROS, realizado em Itaici-SP, na data de 17 a 22 de outubro de 1989. Foram mais de 400 presbíteros presentes, entre delegados de 211 dioceses do Brasil, convidados e assessores, que o produziram.*

*Este encontro, já é de praxe, realiza-se, de dois em dois anos, sempre no mês de outubro, em Itaici-SP.*

*O 1º ENP, em 1985, teve por tema: "O PRESBÍTERO NA IGREJA, POVO DE DEUS, SERVIDORA DO MUNDO".*

*O 2º ENP em 1987 deparou-se com o tema: "SER PADRE — novos desafios para uma vocação que permanece".*

*O 3º ENP, após ter-se inteirado sobre os relatórios vindos dos regionais, sugerindo temas para este mesmo encontro, decidiu-se por: "MINISTÉRIO E FRATERNIDADE DOS PRESBÍTEROS NUMA IGREJA COMUNHÃO E MISSÃO: condições, organização e formação". Escolheu, por sua vez, como objetivo: "Fortalecer a*

<sup>1</sup>O texto preparatório deste Encontro apenas "um início de conversa, uma interpretação", apresentava pistas para a elaboração de um Documento Final. Era uma provocação para fazer "uma grande coleta nacional de pensar e do sentir dos padres do Brasil. Por este motivo, optamos por apresentar aqui, não o texto preparatório, mas o "Documento Final", que recolhe as informações e faz uma reflexão de tudo o que foi apresentado e discutido ao longo do 3º ENP.

*fraternidade na vida e no ministério dos Presbíteros, promovendo formas e condições para a comunhão e a participação". E, para lema, votou-se: "Presbíteros: fraternidade e serviço".*

*Para preparar o 3º ENP encaminhou-se — tendo-se presente o tema — um "Instrumento de trabalho" sobre o qual se refletiu em todas as dioceses e, posteriormente, nos encontros regionais de presbíteros. Destes últimos encaminhou-se, à coordenação do 3º ENP, o relatório respectivo. A partir, então, dos relatórios vindos dos regionais, elaborou-se uma síntese nacional que recebeu a indicação de "Instrumento de trabalho" do 3º ENP. Com estes dois textos (Instrumento preparatório e o Instrumento de trabalho) e mais ainda o relatório dos regionais, trabalhou-se para chegar, finalmente, a este Documento final do 3º ENP.*

*Cremos que a caminhada dos presbíteros no Brasil é processo irreversível. Sempre mais sente-se a necessidade deste espaço para a reflexão, a partilha e a comunhão dos ideais para, fraternizados, melhor servir a causa do Reino.*

*A modo de ilustração, ao final deste documento, publica-se o "Comunicado final" do 3º ENP e ainda o resultado sem comentários da pesquisa levada a todos os presbíteros do Brasil, sobre a sua situação e o seu pensar sobre alguns temas que lhes dizem respeito. A última pesquisa semelhante foi levada a efeito, no ano de 1980, com publicação em 1981, sob o título: Situação do clero no Brasil, documento n. 29, da coleção "Estudos da CNBB".*

*Ao apresentarmos este texto almejamos que possa contribuir na fraternidade entre os presbíteros e no serviço à Igreja, juntamente com nossos pastores — os Bispos — e todo o Povo de Deus.*

Itaici-SP, 22 de outubro de 1989.

A coordenação do 3º ENP

## INTRODUÇÃO

1. Estivemos reunidos mais de quatrocentos presbíteros — 387 representantes dos presbitérios de 211 Dioceses do Brasil e cerca de quarenta convidados e alguns assessores — realizando o Terceiro encontro nacional de presbíteros (3º ENP), em Itaiçi (Indaiatuba-SP), de 17 a 22 de outubro de 1989.

2. Elaboramos este documento especialmente para compartilhar com os colegas que nos elegeram as reflexões destes dias e os compromissos que assumimos. Também queremos oferecer aos nossos bispos e às nossas comunidades uma indicação dos problemas que nos preocupam e dos ideais que nos animam, no empenho comum a serviço do evangelho e da fraternidade.

3. Dois foram os objetivos principais de nosso encontro: 1) refletir juntos sobre a nossa missão e como mais bem responder aos novos desafios que vão surgindo, em atitude de serviço para com o povo de Deus; 2) amadurecer, em espírito fraterno, decisões que reforcem nossa solidariedade e organizem, de forma mais adequada, nossa vida e nosso trabalho. Esta fraternidade e este serviço específicos do presbítero não têm finalidade em si mesmos, mas fazem parte da comunhão da Igreja e do serviço que ela se esforça por prestar ao povo, à grande comunidade humana, a todos os homens e às mulheres que reconhecemos como filhos de Deus, chamados a serem irmãos entre si.

### INVOCANDO O ESPÍRITO

4. Abrimos o nosso encontro invocando o Espírito Santo lembrados das expectativas de nossas comunidades, movimentos e pastorais que assessoramos. Lembra-

dos dos nossos bispos que nos acompanham com solicitude e abertura de coração, rezamos assim:

5. "Somos desafiados por uma situação geral do país e da humanidade, que torna cada dia mais exigente a missão de quem tem que servir à causa da vida, da vida ameaçada, sufocada, mortificada..."

6. Somos desafiados por uma conjuntura eclesial, aberta e dolorosamente conflitiva, em que as tensões são cada vez mais fortes, as perguntas são sérias e insistentes, as respostas urgentes e inadiáveis.

7. Mais do que nunca precisamos 'reavivar o dom de Deus que há em nós pela imposição das mãos'...

8. Mais do que nunca precisamos 'espírito de força, de amor', de bom senso, de disponibilidade, firmeza e coragem, de resistência e criatividade, o Espírito de Jesus Cristo.

9. 'Confiamos no poder de Deus, que nos salva e nos chama com santa vocação, não em virtude de nossas obras, mas em virtude do seu próprio projeto e graça', para que a vida brilhe e resplandeça entre nós".

## PARTE I

### DESAFIOS DA REALIDADE

#### 1. Um pouco de história

10. O 3º ENP é momento privilegiado de longa caminhada. O concílio Vaticano II desencadeou um processo de renovação do ministério presbiteral. No Brasil, este

processo foi dificultado pela interferência dos modelos da modernidade. No final dos anos 60, chegou-se a uma "crise de identidade" entre os presbíteros. A CNBB, através de seu Secretariado nacional do ministério hierárquico, promoveu em 1969 amplo debate ouvindo os representantes dos padres em encontros regionais. Sobre os resultados, pronunciou-se a 9ª Assembléia geral do episcopado, que tentou encaminhar uma resposta às aspirações dos presbíteros. Foi elaborado um amplo plano para garantir a sustentação econômica do clero. Foram abertas e incentivadas formas de participação dos presbíteros no governo da Igreja em nível diocesano e mesmo regional e nacional. Aprovou-se a criação do Conselho nacional de presbíteros, depois transformado, por orientação da Santa Sé, em Comissão nacional do clero (CNC). Houve também uma manifestação expressiva em favor da reforma do ministério presbiteral, incluindo a possibilidade da ordenação de homens casados.

11. A evolução da conjuntura eclesial e da situação política da época dificultaram, porém, a realização de tais decisões. O plano de manutenção do clero resultou, afinal, inviável. O sínodo dos bispos de 1971, embora por pequena maioria, pronunciou-se contra a ordenação presbiteral de homens casados. A participação dos presbíteros no governo das dioceses cresceu, mas teve realização tímida em nível regional e nacional.

12. As dificuldades objetivas, com que esbarrou de imediato a tentativa de uma renovação mais profunda do ministério presbiteral, apesar da boa vontade de bispos e presbíteros, talvez expliquem o aprofundamento da crise no início dos anos 70. A falta de opções de conjunto não terá sido a causa que estimulou a busca individual de soluções por parte de muitos presbíteros? Lamentavelmente, muitos não acreditaram numa equação

dentro do quadro institucional e deixaram o exercício do ministério. Dos que permaneceram, uns procuraram uma atividade profissional, que lhes garantisse a sustentação e alguma forma de valorização pessoal e social; outros se acomodaram em formas mais tradicionais de atividade pastoral, pouco considerando os novos questionamentos e as novas exigências da evangelização. A maioria dos padres, porém, procurou, gradativamente, descobrir novos caminhos e responder positivamente às novas exigências, embora às vezes de forma dispersa ou isolada.

### *Alguns dados*

**13.** As repercussões da "crise" podem ser medidas também estatisticamente. Nos últimos vinte anos, o número dos presbíteros que deixaram o ministério foi cerca de 3.000. O número mais alto de saídas foi registrado entre 1967 e 1976: 1.908, com uma média anual de 191 casos. O fato continua em ritmo menor nos anos mais recentes, com uma média de 75 saídas por ano.

**14.** Outro reflexo é a "crise" das vocações, que leva a uma agressiva diminuição do número de seminaristas. Os seminaristas maiores (diocesanos e religiosos) diminuem de 2.962, em 1966, para 2.005, em 1974, para depois voltar a crescer, sobretudo após 1978, alcançando finalmente 6.856, em 1987 (aumento de 130% sobre 1966).

**15.** Como consequência das desistências, do pequeno número de ordenações e também do regresso ao exterior de missionários, o número dos presbíteros permanece estável no Brasil nos anos 70, oscilando entre 13.092 (1970) e 12.688 (1980), voltando a crescer lentamente nos últimos anos: 13.207 (1985), 13.436 (1986), 13.537 (1987).

**16.** No mesmo período, porém, a população aumentou rapidamente, provocando acentuada defasagem da relação padre/número de habitantes, conforme o quadro seguinte:

ANO	Nº PADRES	Nº HABITANTES (aproximadamente)	RELAÇÃO
1964	12.793	80.000.000	1 / 6.270
1970	13.092	93.140.000	1 / 7.110
1980	12.688	119.000.000	1 / 9.390
1987	13.537	138.000.000	1 / 10.190

**17.** O aumento, porém, do número de ordenações (mais de 300 por ano, entre 1982 e 1985; mais de 400 no período mais recente), tende a modificar a situação, até então estável, alterando a composição do clero brasileiro em vários aspectos:

- maior número de padres jovens;
- maior número de padres diocesanos (43% do total em 1987 contra 39% em 1964);
- maior número de padres brasileiros (70% em 1987 contra 59% em 1970).

**18.** Em resumo, pode-se dizer que o clero brasileiro sai do período que consideramos (os últimos vinte anos, 1969-1989) rejuvenescido, mas também sobrecarregado em suas responsabilidades pastorais.

#### *A situação atual*

**19.** Nos anos 70, a Igreja reagiu às mudanças econômicas e ao regime autoritário, assumindo a defesa dos direitos humanos e amadurecendo a opção pelos pobres, que foi incentivada em Medellín e consagrada em Puebla.

A Igreja reencontrou, assim, não apenas identificação melhor de sua missão com as aspirações da sociedade, mas principalmente se renovou internamente, numa perspectiva evangélico-profética, multiplicando suas comunidades de base e sua presença junto aos movimentos populares. Ao lado de leigos, líderes sindicais, religiosas, bispos, houve presbíteros ameaçados, perseguidos, presos e torturados, exilados e, inclusive assassinados. A partir desta prática pastoral com o povo pobre, também a *teologia da libertação* foi se explicitando e ganhando espaço. Neste contexto, muitos presbíteros descobriram de forma mais plena, o sentido de sua vocação e as exigências de seu ministério, como constatou o documento "Vida e ministério do presbítero", fruto da Assembléia da CNBB de 1981 e da pesquisa nacional que o tinha preparado.

20. A partir daí, a Comissão nacional do clero (CNC), um dos frutos de 1969, sentiu a necessidade de ampliar a reflexão e o debate entre os presbíteros, em busca de novas formas de comunhão e de resposta mais adequada aos novos desafios que a realidade apresentava.

21. Surgiu assim a idéia de criar a oportunidade de diálogo entre os presbíteros, em nível nacional, o que se concretizou no 1º Encontro nacional de presbíteros (Itaici, outubro de 1985), que teve por tema: "O presbítero na Igreja, povo de Deus, servidora do mundo". Seguiu-se o 2º ENP (Itaici, outubro de 1987) sobre o tema: "Ser padre: novos desafios para uma vocação que permanece".

22. Ambos os encontros foram marcados por dupla preocupação: valorizar a pessoa do presbítero e seu ministério, para devolvê-lo ao serviço da Igreja e do povo com melhores disposições espirituais e pastorais. Ambos foram precedidos por amplo processo de reflexão e participação nas bases, em encontros diocesanos e regionais.

23. Também este nosso 3º Encontro foi preparado com ampla participação. Nos encontros diocesanos e regionais, os presbíteros expressaram suas angústias e suas esperanças, suas interrogações e seus ideais<sup>2</sup>.

24. Emergiram angústias quanto à insegurança e perda de entusiasmo e até mesmo quanto ao abandono do ministério, de muitos padres, em face do secularismo crescente, do confronto com as seitas, das próprias divisões internas da Igreja, do despreparo teológico e cultural diante das mudanças na sociedade.

#### *Nova crise?*

25. Para alguns, estaria configurando-se nova "crise de identidade" do presbítero, diferente da que se deu no final dos anos 60. Então, a crise foi da imagem tridentina do padre, abalada pelo impacto do mundo moderno. Naquele contexto, a redescoberta da subjetividade dentro do marco pequeno-burguês, com seus múltiplos apelos à realização pessoal, revelou-se um dos fatores básicos da crise. Muitos presbíteros abandonaram o ministério. Outros perderam o entusiasmo e se acomodaram numa rotina pastoral isolada do conjunto da Igreja local. Outros, ainda, encontraram compensação no exercício de profissões liberais ou num ativismo pastoral desarticulado. Para isto contribuiu também o fato do Concílio Vaticano II ter colocado em crise muitas das práticas pastorais em vigor, sem conseguir imediatamente a aceitação de novos modelos.

26. Essa crise teve, no entanto, seu lado positivo. Ajudou a descobrir uma nova consciência e identidade do

<sup>2</sup>Entre outras iniciativas em preparação ao 3º ENP, foi realizada uma pesquisa, da qual participaram 3.797 presbíteros. Os resultados da pesquisa contribuíram para fundamentar a reflexão do 3º ENP e serão publicados integralmente, em breve.

presbítero, sob o impulso do Concílio e das Conferências do episcopado latino-americano em Medellín e em Puebla. Pontos básicos dessa nova consciência do presbítero são: 1) a redescoberta da subjetividade, mas agora marcada pela referência à comunidade eclesial e ao novo sujeito social e eclesial, os empobrecidos; 2) a nova visão e prática de Igreja como povo de Deus perseguido, no horizonte do Reino; 3) a teologia do presbiterato como serviço qualificado a esse mesmo povo de Deus.

27. A face atual da crise é a crise dessa identidade em formação, provocada por fatores vários, entre os quais o refluxo da instituição eclesial sobre si mesma. A nova identidade é criticada pelos que interpretam o compromisso pela transformação da sociedade como se este diluísse a identidade do presbítero no social. É contestada pelos mesmos motivos também por movimentos espiritualistas, que desvinculam a existência cristã da dimensão social e política.

28. Certas modalidades de formação presbiteral, inspiradas pelas novas manifestações religiosas e novas formas do sagrado, despertam, por um lado, o entusiasmo religioso dos presbíteros, mas podem também preparar o terreno para um "neoclericalismo", que afastaria o clero de suas responsabilidades sociais e o fecharia no âmbito da vida interna da igreja.

### *Sinais de esperança*

29. Nos encontros preparatórios do 3º ENP emergiram também muitos motivos de alegria e sinais de esperança. Muitos presbíteros encontram alegria e esperança na própria prática da fraternidade presbiteral, na ajuda mútua, no trabalho de equipe, na pastoral de conjunto e no reconhecimento da nova identidade do presbítero por

parte do povo. Mais ainda, encontram alegria e esperança no compromisso com o povo, com os marginalizados, abrindo o âmbito do seu trabalho além dos limites da pastoral tradicional e rotineira, para enfrentar, com espírito profético, os novos desafios da sociedade, descobrindo — em co-responsabilidade com os leigos — novas formas de atividade pastoral e de vida comunitária, especialmente nas comunidades eclesiais de base, promovendo uma Igreja toda ministerial, buscando uma vivência espiritual, realmente encarnada, assumida e perseverante.

**30.** Em todos está viva a consciência de que os presbíteros devem hoje procurar compreender os novos desafios que a sociedade lhes apresenta e refletir sobre suas incidências no próprio ministério presbiteral.

## **2. Desafios da realidade para a vivência dos presbíteros**

**31.** Os presbíteros vivem seu ministério numa sociedade que apresenta, sempre, novos desafios para sua vida e sua missão.

**32.** À luz da nossa experiência e dos dados oferecidos pela realidade, tentaremos chamar a atenção para alguns aspectos desta realidade. Conhecendo o campo da missão, poderemos realizá-la melhor. Por uma parte, capacitados a reconhecer, em meio ao joio do mundo, as muitas sementes do Verbo, que aí já estão a germinar, e, por outra, preparando o terreno para novas sementeiras, oferecemos mais condições para que a palavra de Deus produza frutos de fraternidade. O quadro da realidade é sempre apelo para nova síntese no modo de exercer nosso serviço presbiteral.

**33.** Partindo do evangelho, que nos apresenta Jesus Cristo como aquele que passou pelo mundo fazendo o bem, amando e chamando a todos à conversão, situamo-nos na realidade do povo brasileiro permeada de problemas, angústias, perplexidades e esperanças.

**34.** Somos chamados, permanentemente, a procurar atitudes e comportamentos mais adequados às exigências do evangelho e, por isso mesmo, capazes de um "modo de convivência onde consigam unir-se a liberdade e a solidariedade, onde a autoridade se exerça com o espírito do Bom Pastor, onde se viva atitude diferente diante da riqueza, onde se ensaiem formas de organização e estruturas de participação, capazes de abrir caminho para um tipo mais humano de sociedade" ... (Puebla 273).

**35.** Podemos caracterizar desafios nos níveis socioeconômico, sociopolítico, sociocultural e eclesial.

#### *Nível socioeconômico*

**36.** No documento *Exigências éticas da ordem democrática*, nossos bispos afirmam que "a década de 80 foi quase perdida sobretudo para os pobres, com os baixos índices de crescimento. Situação essa agravada por uma política econômica voltada principalmente para o pagamento da dívida externa. A conseqüência é a deteriorização da qualidade de vida, sem que tenha melhorado a situação econômica" (n. 28). É sabido que, no Brasil, o aumento anual do PIB, no período de 1967/73 foi de 11,28 %, de 1973 a 80 foi de 7%, de 1980 a 1984, o crescimento do PIB foi praticamente nulo com deteriorização da renda por habitante. De 1984 para cá o PIB voltou a crescer, mas sem alterar significativamente a renda por habitante. A situação de empobrecimento torna-se tanto mais insuportável quanto mais as expectativas de mudanças

suscitadas pela "Nova república" são frustradas. O Plano nacional de reforma agrária (PNRA) entre 1985 e 1988 desapropriou, com emissão de posse, somente 6,8% da área prevista, beneficiando apenas 4,7% das famílias às quais o Plano se destinava (MIRAD, cit. em *Conflitos no campo/88*, CPT, p. 78). A terra continua concentrada nas mãos de poucos, e a violência contra o homem do campo e suas lideranças aumentou consideravelmente. A política agrícola voltada para a exportação provoca a falta de alimentos para o consumo interno, inviabiliza a pequena propriedade e acelera o êxodo rural.

**37.** Nas cidades, que continuam crescendo e inchando, há enorme problema de moradia e de empregos em gritante contraste com a ostentação do luxo e dos privilégios. Difunde-se sempre mais uma justa aspiração a participar dos benefícios do progresso moderno, enquanto o Estado assegura, de forma muito precária, os serviços essenciais como saneamento, transporte, saúde, educação... Sendo não poucos os que deles se encontram totalmente excluídos.

**38.** Percebemos ainda a apatia social e o descrédito na administração da coisa pública, revelando-se na falta de esperança, na descrença, nas mudanças, na insatisfação da maioria do povo brasileiro e sobretudo da juventude. Outros desafios se expressam no fenômeno das migrações internas, na corrupção generalizada, no clima de violência reinante no campo e na cidade, nas gritantes diferenças salariais, levando o empobrecido a se tornar a população "sobrante" da nossa sociedade.

**39.** É a própria estrutura injusta do modelo socioeconômico que se torna obstáculo à vivência da fraternidade e do serviço. É a lógica que privilegia o capital, em detrimento do trabalho.

40. Este quadro sombrio apresenta exigências fundamentais para a roda e a missão do presbítero:

- ter consciência crítica da estrutura econômica do país;
- incluir, na sua formação permanente o estudo das ciências sociais, possibilitando análise de estrutura e de conjuntura;
- contribuir com a educação do povo, para que este não tenha uma visão gananciosa dos bens, dando testemunho de pobreza evangélica;
- fazer a experiência de comunhão fraterna e solidária;
- potencializar sinais alternativos de uma nova sociedade no processo evangelizador.

#### *Nível sociopolítico*

41. A dimensão política, constitutiva do homem, representa um aspecto cada vez mais relevante da convivência humana. Ela se manifesta na ânsia crescente de participação, em todos os níveis da vida, considerada pelo papa João Paulo II (na *Christifidelis Laici*, n. 5) como um dos "sinais dos tempos" da cultura contemporânea. Embora percebamos descrédito do nosso povo pela política e pelos políticos, o processo democrático, em marcha no nosso país, ajudou a valorizar a participação popular e, conseqüentemente, abriu novos caminhos para os movimentos sociais e para o engajamento político. Certamente, cresceram, nos últimos anos, os movimentos de defesa dos interesses da população e a participação do povo nos partidos políticos populares, o que tem propiciado alguns avanços, especialmente no nível municipal.

42. A Igreja e o nosso trabalho pastoral contribuiu expressamente para a organização dos movimentos populares e a educação política, bem como para o desenvolvimento de múltiplas formas de solidariedade e ajuda

mútua. Também a Igreja tem-se sentido desafiada à descoberta de uma pedagogia adequada para o acompanhamento dos cristãos que militam na política partidária dentro da pastoral política.

43. O poder como serviço — “entre vós deve ser diferente” (Mc 10 43) — será a grande chave de abertura do novo modelo de exercício da política, à luz dos valores do Reino.

44. Cada momento eleitoral desperta interesse para uma análise de conjuntura política mais realista, formando critérios para votar com lucidez, percebendo quais são os partidos que em seus programas e em suas práticas trazem possibilidades de mudanças profundas na estrutura de nossa sociedade, propiciando condição melhor de vida para o nosso povo.

45. A democracia se impõe, no momento, na sociedade brasileira. A nova Constituição fixou critérios e oferece instrumentos políticos e jurídicos para a construção de uma democracia social. Urge bem utilizá-los para que os brasileiros acedam realmente à cidadania e possam participar efetivamente da democracia que “não se realiza de fato, quando o sistema econômico exclui parcelas da população dos meios necessários a uma vida digna...” (*Exigências éticas...* n.º 69), porque “a existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. A situação em que vivem os pobres é critério para medir a bondade, a justiça, a moralidade, enfim, a efetivação da ordem democrática. Os pobres são os juizes da vida democrática de uma nação” (*Ibidem*, n. 72).

46. Para o cristão, o grande desafio é a superação da dicotomia fé-política: conciliar as exigências éticas com o código próprio da política partidária, os valores típicos do Reino como perdão, gratuidade... com a eficácia das

estratégias e programas dos partidos na conquista e no exercício do poder.

**47.** O presbítero tem aí uma missão privilegiada — como educador da fé dos cristãos militantes — o que o situa na co-responsabilidade do ministério da unidade eclesial. Como posicionar-se diante da política partidária? Situações peculiares e vocações especiais para tão nobre missão deverão ser objeto de discernimento das Igrejas particulares.

### *Nível sociocultural*

**48.** Há mudanças rápidas e profundas nos valores que inspiram a organização da nossa sociedade com rupturas nos critérios éticos da nossa tradição cultural, fortemente marcada por uma formação escravista. São conseqüências, de modo especial, da aceleração das transformações econômicas e tecnológicas da industrialização num regime capitalista em que o lucro se sobrepõe ao ser humano.

**49.** Esta realidade tende a modificar as condições de vida da população, sobretudo na cidade. Esta transformação, comandada pela tecnologia, separa a técnica da ética, questionando a concepção cristã e humanista da pessoa humana e alterando suas relações com os outros, com a natureza e com Deus.

**50.** Neste processo, os meios de comunicação social exercem a função de protagonistas na formação de novos padrões culturais. E são sinais indicadores dos rumos que a cultura vai tomando.

**51.** Desenvolve-se o processo de secularização não só nos meios universitários e científicos, mas também no meio popular das periferias das nossas grandes cidades,

embora coexistindo com as marcas da tradição religiosa popular.

52. Entre os processos históricos de libertação do povo, destaca-se o da libertação da mulher, que luta pelo reconhecimento de sua igualdade e seus direitos num mundo ainda machista e desigual. Ansiamos por uma humanidade, cujos membros, homens e mulheres, tenham os mesmos direitos, as mesmas possibilidades de realização e a mesma dignidade respeitada. Vemos, no entanto, que também dentro da Igreja existem, ainda, graves desigualdades, que privam a mulher do acesso à plena participação e a impedem, só por ser mulher, de assumir plena responsabilidade nos ministérios. Essas desigualdades concernem gravemente à credibilidade dos portadores do evangelho, que afirma que no Reino de Deus não há mais escravo ou livre, judeu ou grego, homem ou mulher (cf. Gl 3,28).

53. A Igreja deve operar um discernimento para consolidar os valores e derrubar os ídolos que alentam este processo histórico. A preocupação pela cultura torna-se cada vez mais premente na responsabilidade missionária; alguns desafios tornam-se mais interpeladores pela sua incidência na vida pastoral:

- a ideologia consumista e individualista;
- o sistema educacional não favorecendo a consciência crítica;
- os novos movimentos religiosos (seitas);
- as mudanças na religiosidade popular;
- a complexidade urbana e a pastoral urbana;
- a linguagem da cultura atual;
- o papel da mulher na sociedade e na Igreja;
- a agressão à natureza e aos povos indígenas e suas culturas...

**54.** São apelos à Igreja e aos presbíteros para a inculturação real, encarnando criativamente a roda e a mensagem cristã no concreto das culturas que emergem e buscam sua originalidade distinguindo-se da cultura ocidental.

#### *Desafios eclesiais*

**55.** Várias décadas antes do concílio Vaticano II, o teólogo Romano Guardini profetizara que o século XX seria o "século da Igreja". O Papa João XXIII, confirmou esta profecia ao convocar o Concílio ecumênico como "um momento de Deus" para a Igreja se reconciliar com o mundo moderno — o "aggiornamento" — O Papa Paulo VI caracteriza o período de renovação como a primavera da Igreja. Seria um novo pentecostes que, para nós da América Latina, tomou feições típicas em Medellín e Puebla: "As feições sofredoras dos marginalizados: crianças, jovens, indígenas, camponeses, operários, mulheres, negros... que são feições concretíssimas nas quais devemos reconhecer as feições sofredoras de Cristo" (cf. Puebla, 31 a 40).

**56.** A Igreja que brota do Vaticano II se encarna nas alegrias e angústias do mundo de hoje, alimentando perspectivas novas para a evangelização, criando exigências de uma mística de comunhão como fonte da missão. A Igreja como Povo de Deus nos põe a todos diante do fundamental cristão, no seguimento de Jesus, diante do compromisso batismal. Por sua vez o testemunho confiável da Igreja abriu caminho para novos horizontes da missão. Tudo isto não aconteceu sem percorrer o caminho da cruz, porque provocava crise na adaptação das estruturas eclesiais. Vinte e cinco anos se passaram. A consolidação tornou-se promissora. Os pobres acreditaram na Igreja. A evangélica opção pelos empobrecidos exigiu, na

realidade do Brasil, identificação maior com o Cristo das bem-aventuranças. Muitos são testemunhas até o martírio pela causa do Reino. São sementes de novos cristãos para a causa da justiça e da verdade.

**57.** Conforme aprendemos do Vaticano II, a Igreja deve levar, nas pegadas de Jesus, esperança de libertação ao nosso povo desiludido. Seremos, no 3º mundo, 70% dos cristãos no final do milênio. Os clamores dos pobres brotam cada vez mais fortes pedindo respostas que não lhes vêm de parte alguma.

**58.** Quanto mais nos imbuímos da Igreja do Vaticano II, de Medellín e Puebla, tanto mais ficamos perplexos diante de acontecimentos e posições originados de algumas esferas da hierarquia eclesial, criando divisões, apreensões, insegurança e até descrédito da Igreja.

**59.** Não podemos acreditar que a caminhada do Vaticano II seja tolhida em que pesem tantos sinais que contradizem nossa confiança. "Esperar contra toda esperança" nos conduz à "Esperança que não engana" (Rm 5,5).

**60.** Perplexidade e esperança foram duas palavras que constantemente permearam os debates do 3º ENP.

**61.** Como entendermos as restrições aos nossos pastores que expressam, com risco de vida, atitude e voz profética diante da exploração e abandono da população? Como não nos mostrarmos perplexos quando dioceses que buscam uma pastoral adaptada à complexidade do homem urbano são obrigadas a passar por ruptura na caminhada? Como não ficarmos perplexos quando são nomeados bispos pouco preparados para a missão, sem a menor participação dos presbíteros e fiéis, se revelando insensíveis ao clamor do povo e à caminhada da Igreja particular? Como não estarmos perplexos diante do cli-

ma de suspeita aos teólogos que buscam elaborar uma teologia do compromisso com a vida a partir da práxis libertadora e da espiritualidade do nosso povo? Como não ficarmos perplexos quando presenciamos o fechamento de seminários e institutos de teologia que foram formadores para esta Igreja do Vaticano II e tanto se empenharam em descobrir pistas para uma formação na perspectiva dos pobres, para presbíteros e leigos? Como não ficarmos perplexos diante da falta de fraternidade de alguns dos nossos bispos, que usam os meios de comunicação para levantar suspeitas e denunciar colegas? Como não ficarmos perplexos diante do crescente centralismo romano, em contraste com a pregação e pronunciamentos do papa em defesa da justiça e da liberdade? Como não ficarmos perplexos em face das restrições ao "projeto Palavra-vida" da CLAR, em contraste com a promoção de projetos internacionais (p. ex., *Lumen 2000*, *Evangelização 2000...*)?

**62.** Constatamos, contudo, neste quadro sombrio, muitos sinais de esperança:

- O 7º Encontro intereclesial das CEBs;
- a solidariedade nacional e internacional com os que foram atingidos por censuras e penalidades;
- o respeito e o espaço que a *teologia da libertação* vai ganhando, enriquecendo o pensamento teológico internacional;
- o trabalho das várias pastorais específicas com testemunhos que chegam até o martírio;
- a conscientização e organização dos presbíteros;
- o crescimento da consciência crítica com presenças marcantes no campo da atuação política;
- a resistência dos movimentos populares...

PARTE II

REFLEXÃO TEOLÓGICA

**1. A Igreja que estamos construindo**

**63.** Não é possível refletir sobre fraternidade presbiteral e serviço sem uma prévia e mais ampla reflexão sobre a missão e a comunhão eclesial, como o fizeram os documentos "Vida e ministério do presbítero" e "Igreja: comunhão e missão", da CNBB, que acolhemos e supomos neste documento.

**64.** É inegável que nos encontramos atualmente diante de um conflito de eclesiologias. Este fato explica muitas das angústias e perplexidades que se abatem não só sobre os presbíteros, mas também sobre o conjunto do Povo de Deus.

*A concepção da contra-reforma*

**65.** A Igreja compreendeu-se por séculos — certamente depois do século XVI — como sociedade, sociedade desigual e sociedade perfeita.

**66.** Todos conhecem a célebre definição de Bellarmino: "A Igreja é o grupo de homens unidos pela profissão da mesma fé e a comunhão dos mesmos sacramentos, sob o governo dos legítimos pastores e principalmente do único Vigário de Cristo, o Romano Pontífice... A Igreja é um grupo de homens tão visível e palpável como o povo romano, o reino da França ou a República dos Vênets" (Controv. II).

**67.** Esta concepção, que reflete e alimenta a longa estação pós-tridentina da Igreja, enfatiza seus elemen-

tos institucionais e visíveis: a profissão (exterior) da fé, a prática (objetiva) dos sacramentos, a submissão aos legítimos pastores. Prevalecem a ortodoxia sobre a ortopraxis, a fé como doutrina sobre a fé como atitude, o *ex opere operato* dos sacramentos sobre o *ex opere operantis*, o verticalismo das relações intraeclesiais sobre a complementaridade dos carismas, funções e ministérios. Pelo contrário, sublinham-se, até à exasperação, as diferenças: entre o papa e os bispos, entre os bispos e os presbíteros, entre a hierarquia e os leigos, entre os leigos e os religiosos. Não só na teoria, mas também nos hábitos, no estilo de vida, na linguagem, a Igreja se apresenta como uma sociedade desigual.

**68.** Mais ainda: a Igreja vê-se e quer ser vista como uma sociedade perfeita. Isto é: ela dispõe de todos os meios necessários e suficientes para atingir o seu fim próprio e, portanto, deve gozar de autonomia e de liberdade na sociedade civil, principalmente em relação ao Estado, também perfeito em sua ordem. Aliás, em nome da sociedade perfeita, seja para reservar seus fiéis, seja para intervir com eficácia na sociedade civil, ao lado de outros poderes, a Igreja se arma de toda uma série de instituições que vão cobrindo os diversos setores da vida social e pública. Organiza, assim, associações católicas, sindicatos católicos, bancos católicos, escolas católicas, partido político católico. Mestra e senhora, a Igreja se coloca numa posição de superioridade em relação ao mundo; arca da salvação, num evidente eclesiocentrismo; estandarte levantado sobre a malícia do mundo, num esplêndido isolamento. A suspeita, a condenação e a recusa do diálogo balizam seu relacionamento com o mundo.

## *A reviravolta do Vaticano II*

69. Que esta situação não pudesse perdurar, muitos o pressentiam e, de diversas maneiras, foram tomando corpo, no espaço eclesial, iniciativas renovadoras. Duas preocupações fundamentais pareciam nortear este processo: o diálogo com o mundo e a recuperação das origens; ou melhor, o diálogo com o mundo moderno a partir do resgate daqueles elementos dados no nascer e no primeiro constituir-se histórico da Igreja, como se manifestam no Novo Testamento e nos santos Padres. Estes movimentos renovadores, graças à iniciativa carismática e profética de João XXIII, confluíram no concílio Vaticano II, que, na perspectiva histórica do papa que o convocou, deveria significar um "salto à frente" na caminhada da Igreja, em acentuado descompasso com o complexo e desafiador mundo moderno.

### *As profundezas trinitárias da Igreja*

70. Em seu espírito e em sua letra, o Vaticano II inaugurou a superação da compreensão pós-tridentina da Igreja. A porta de entrada da realidade da Igreja não é mais a categoria jurídica de sociedade, mas a noção bíblico-patristica de mistério. A Igreja, em sua origem, em sua forma e em sua destinação, é situada no horizonte maior, evidentemente meta-empírico e, conseqüentemente, só acessível à luz sobrenatural da fé, do desígnio salvífico universal do Pai, que se desdobra desde a criação até a parusia, e que encontra sua culminância histórica nas divinas missões do Filho e do Espírito. A Igreja resgata, assim, para lá do cristomonismo, suas profundezas trinitárias.

71. Colocada no horizonte do Pai, a Igreja contempla sua mais universal e, ao mesmo tempo, mais íntima, ain-

da que institucionalmente mínima realização, desde Adão, "do justo Abel até o último eleito" (LG 2).

**72.** A referência cristológica não se reduz, como na concepção anterior, ao ato e ao momento fundacional da Igreja, redutivamente localizados em Mt 16,18-19, mas se alarga, horizontal e verticalmente, à totalidade do mistério de Cristo em sua preexistência, em sua encarnação, existência histórica, morte e ressurreição. A palavra, os sacramentos e os ministérios — elementos constitutivos da realidade eclesial são ressitoados em sua dimensão antropológica, cristológica e eclesial originária.

**73.** O Espírito Santo não é visto como princípio que se acrescenta a organismo já constituído, mas como princípio constituinte da Igreja, em sua fundação e ao largo de toda a sua existência. Se a relação com Cristo garante à Igreja seu caráter visível e histórico, sua relação com o Espírito não só lhe garante a fidelidade a Cristo na diversidade desafiadora dos tempos e das culturas, mas ainda a necessária e permanente renovação de seus membros e de suas estruturas. Sacramento do Espírito, a Igreja encontra em Cristo analogia precisa, "pois como a natureza assumida indissolúvelmente unida a ele serve ao Verbo divino como órgão vivo de salvação, semelhantemente o organismo social da Igreja serve ao Espírito de Cristo que o vivifica para o aumento do corpo (cf. Ef 4,16)" (LG, 8).

**74.** Ainda que o Concílio não tenha penetrado até o âmago das relações da Igreja com o Pai e o Espírito, o cristomonismo eclesiológico começa a ser decididamente superado. A Igreja aparece, assim, como "o povo reunido pela unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo" (LG, 4).

## *O Povo de Deus na nova Aliança*

**75.** A primeira repercussão desta impositação trinitária do ministério da Igreja ocorre na apresentação da estrutura social da Igreja. Se, no nível de sua realidade mais íntima, a Igreja é mistério de comunhão, cuja origem é a Trindade Santa, no nível de sua estrutura social, a Igreja é o Povo de Deus da nova e definitiva Aliança, cuja forma é a Tri-idade do Pai, do Filho e do Espírito, em sua irredutível tri-personalidade e em sua indissociável unidade. A expressão "Povo de Deus", que servira para identificar o Israel das promessas e para distinguir, na plenitude dos tempos, o verdadeiro e novo Israel, toma o lugar da expressão "sociedade desigual", tão insistentemente inculcada pela eclesiologia pós-tridentina redutivamente hierarcológica.

**76.** Dizer Povo de Deus significa dizer a Igreja em sua totalidade, ou seja, segundo aquilo que é comum a todos os seus membros. Significa dar primazia à condição cristã, isto é, "à dignidade e à liberdade dos filhos de Deus, em cujos corações habita o Espírito Santo como num templo". Significa reconhecer que a lei do povo messiânico "é o mandamento novo de amar como o próprio Cristo nos amou" (Jo 13,34). Significa lançar a Igreja para uma meta que, definitivamente, a supera: o Reino de Deus (cf. LG, 9), do qual a Igreja é, sim, "germe e início" (LG, 4), mas não sua realidade plena e total. Significa resgatar o sacerdócio comum dos fiéis (LG 10) e a dimensão eclesial e comunitária dos sacramentos (LG, 11), o senso sobrenatural da fé e os carismas de que o Espírito dota o santo povo de Deus (LG, 12). Significa valorizar os vínculos que unem, de diversas formas e por diversos meios, a Igreja de Cristo à família humana (LG, 13), a Igreja católica (LG, 14) e as comunidades não-católicas (LG, 15), os cristãos e os não-cristãos (LG 16). Significa dar novo impulso

à missão, a fim de que a totalidade do mundo dê, em Cristo, Cabeça de todos, "toda honra e glória ao Criador e Pai de todas as coisas" (LG, 17).

### *Diversidade de carismas e ministérios*

**77.** Dizer Povo de Deus não é apenas dizer o que é comum a todos os membros da Igreja e entre estes e os vários segmentos da humanidade. Significa também reconhecer a variedade católica de carismas, funções e ministérios, de Igrejas locais e particulares, de tradições e culturas. A unidade, com efeito, não é uniformidade monótona, mas diversidade polifônica, espelho opaco da eterna e perfeita unidade dos divinos Três. Por isso, se na Igreja "nem todos seguem o mesmo caminho, todos, no entanto, são chamados à santidade e receberam a mesma fé pela justiça de Deus (cf. 2Pd 1,1). E ainda que alguns, por vontade de Cristo, sejam constituídos mestres, dispensadores dos mistérios e pastores em benefício dos outros, reina, contudo, entre todos, verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum a todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo. Porquanto, a distinção que o Senhor estabeleceu entre os ministros sacros e o restante Povo de Deus traz em si certa união, pois que os pastores e os outros fiéis estão intimamente relacionados entre si. Assim, na variedade, todos dão testemunho da admirável unidade existente no Corpo de Cristo. Pois a própria diversidade das graças, ministérios e trabalhos, unifica os filhos de Deus, porque 'tudo isso opera um e mesmo Espírito' (1Cor 12,11)" (LG, 32).

### *O primado das Igrejas locais*

**78.** Se a diversidade de carismas, funções e ministérios é constitutiva da unidade eclesial, semelhantemente a multiplicidade e a diversidade de Igrejas locais é

constitutiva da comunhão universal. Neste sentido, o Vaticano II resgata a plena eclesialidade das Igrejas locais, uma vez que "esta Igreja de Cristo está verdadeiramente presente em todas as legítimas comunidades locais de fiéis, que, unidas com seus pastores, são também elas no Novo Testamento chamadas "Igrejas" (LG, 26).

### *O sacramento universal de salvação*

79. Além, todavia, desta revolução interna, o Vaticano II operou uma ainda maior revolução na compreensão das relações da Igreja com o mundo. O motivo desta nova atitude não é só o novo sentimento de simpatia para com as conquistas do homem moderno no campo da ciência, da técnica e das comunicações, mas a compreensão de que o homem foi criado em Cristo, por Cristo e para Cristo (cf. EF 1,1-11), de que o Verbo de Deus ilumina todo homem que vem a este mundo (cf. Jo 1,9) e de que, se Deus quer salvar todos os homens e quer que todos cheguem ao conhecimento da verdade (cf. 1Tm 2,4), Deus dá, efetivamente, a todos condições de acederem ao mistério da salvação. Alguns são historicamente atingidos pelo anúncio do evangelho do Reino e, pela fé autoconsciente e explícita, aderem ao Cristo, professando-o na fé, vivendo-o na caridade e celebrando-o nos sacramentos. Outros só o encontram no mistério de sua consciência, podendo, na liberdade, recusá-lo por uma vida fechada à verdade, à justiça e ao amor ou abraçá-lo, abraçando estes mesmos valores. Dessa salvação, a única e a mesma para todos, a Igreja é o sacramento, ou seja, o sinal e o instrumento. Sobre essas bases, as relações com o mundo serão, sim, críticas, porquanto "muitas vezes os homens, enganados pelo Maligno, se desvaneceram em seus pensamentos e mudaram a verdade de Deus em mentira" (cf. LG, 16). Mas, sobretudo, tenderão a reco-

nhecer tudo o que de bom e verdadeiro se encontra entre eles (cf. *Ibidem*). O diálogo, a participação e a cooperação em tudo o que concorre para o verdadeiro bem do homem deverão marcar as atitudes da Igreja para com o mundo, com o qual a Igreja compartilha as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias (cf. GS, 1).

### *A tradução latino-americana do Concílio*

80. Na América Latina, este mundo será sobretudo o mundo dos pobres. Em nenhum outro continente, a intenção de João XXIII de fazer da Igreja uma Igreja de todos, mas principalmente dos pobres encontrou maior eco. A Igreja da América Latina, desafiada por uma plurissecular situação de dependência e opressão, que Medellín interpreta sociologicamente como "violência institucionalizada" e teologicamente como "estado de pecado", sentiu-se efetivamente "chamada a seguir o mesmo caminho" de Cristo que "consumou a obra da redenção na pobreza e na perseguição". E, assim como Cristo foi enviado pelo Pai para "evangelizar os pobres, sanar os contritos de coração" (Lc 4,18), "procurar e salvar o que tinha perecido" (Lc 19,10), ela tem procurado reconhecer nos pobres e sofredores "a imagem de seu Fundador pobre e sofredor" (cf. LG, 8). Os pobres, de um lado, e o Reino, de outro, são os pólos que definem na América Latina o espaço do ser e da missão eclesial.

81. Neste contexto, a salvação não será vista apenas como uma grandeza ultraterrena, individual e íntima, mas também como uma grandeza histórica, social e pública. Pressupõe-se que história profana e história da salvação, ainda que inconfundíveis, não caminham paralelamente, mas encontram sua superior unidade no único desígnio universal de salvação de Deus Pai, do qual tudo procede no céu e na terra. Ainda que o Reino exceda toda libertação econômica, social e política, toda liberta-

ção histórica é sinal antecipativo deste mesmo Reino por cuja plenitude aspiramos em nossas lutas históricas e em nossas labutas cotidianas.

**82.** As comunidades eclesiais de base são a expressão mais significativa deste novo modo de ser Igreja. Mas este novo modo de ser Igreja vem marcando também o planejamento e os planos eclesiais, as estruturas locais e suas articulações em níveis mais amplos, as diversas pastorais e seus responsáveis, a espiritualidade, a liturgia, a catequese, a teologia.

**83.** Como presbíteros, queremos continuar assumindo e estimulando, em espírito de fé, este processo e este projeto de Igreja postos oficialmente em movimento pelo Vaticano II e por Medellín-Puebla, em comunhão com aqueles que o Espírito constituiu na Igreja como sinais de sua unidade na fé, na caridade e na missão e com aquele que, em Pedro, no colégio apostólico, Cristo nos deu como sinal visível da comunhão universal das Igrejas locais, certos de que aquele que ocupa a sede de Roma sabe que os da Índia são membros seus (LG, 13; cf. são João Crisóstomo, in *Io. Hom.* 65, 1: PG 59, 361).

## **2. Aprofundando o sentido do ministério presbiteral**

**84.** À evolução da reflexão eclesiológica corresponde também o enriquecimento e a diversificação da teologia do ministério presbiteral.

### *O presbiterato segundo o Vaticano II*

**85.** O Vaticano II se achou diante da concepção tridentina do sacerdócio e procurou assumi-la e transformá-la, numa perspectiva inovadora. Ao mesmo tempo

retomou concepções do Novo Testamento e da Igreja antiga, então quase esquecidas. Como se sabe, na visão tridentina o presbiterato era visto essencialmente como "sacerdócio" e, embora não faltasse em alguns padres orientação pastoral e missionária, na maioria predominava uma espiritualidade do sacerdote como "homem de Deus", separado do povo. Isto acabava legitimando, muitas vezes, uma visão empobrecida e individualista do ministério presbiteral.

**86.** O Vaticano II recupera, antes de tudo, a dimensão profética e a dimensão pastoral do ministério, ao lado da dimensão sacerdotal. Além disso, pelo menos em alguns textos, o Concílio parece afirmar o primado da evangelização e conseqüentemente, propõe ao presbítero uma espiritualidade apostólica, missionária, não voltada em primeiro lugar para o culto e a vida interna da Igreja, mas para a missão no mundo e a convivência fraterna com os leigos (cf. PO 9). Nesse sentido, abre também a possibilidade de que o padre assuma — numa perspectiva apostólica — um trabalho profissional e partilhe a condição operária (PO 8). Sobretudo, o Concílio revaloriza o "sacerdócio comum" dos fiéis situando de forma eclesiologicamente correta o próprio ministério presbiteral ou "sacerdócio ministerial" (cf. LG 10).

#### *Unidade de vida e ministério*

**87.** Pensando a existência concreta do presbítero, o Vaticano II busca dar resposta à interrogação — até hoje viva — acerca da espiritualidade própria do padre diocesano. O Concílio busca a unidade de vida e ministério e propõe que o presbítero faça do seu ministério a própria fonte de sua espiritualidade. Introduce, por isso, o conceito de "caridade pastoral", sugerindo que o padre imite o Cristo pastor, que realiza seu amor e sua obediên-

cia à vontade do Pai no serviço que presta, na doação ao rebanho ou povo de Deus (cf. Jo 10,1-10).

88. A reflexão teológica e a prática pastoral após o Concílio, que encontraram ressonância nos sínodos dos bispos (particularmente no Sínodo de 1974 e na exortação de Paulo VI *Evangelii nuntiandi*) e, na América Latina, nos documentos de Medellín e Puebla, reforçaram a perspectiva evangelizadora e pastoral do ministério presbiteral e radicalizam seu compromisso evangélico na "opção preferencial pelos pobres".

89. Faltava, contudo, ao Vaticano II desenvolvimento sistemático da teologia do presbiterato, o que abria o caminho para a volta à concepção tridentina, individualista e cultural, do ministério sacerdotal.

#### *Aprofundamento eclesiológico*

90. Tendo como base a eclesiologia do Vaticano II e aplicando-a mais sistematicamente à compreensão do presbiterato, a teologia, desde os anos 70, procurou iluminar melhor a natureza do ministério. O ministério presbiteral (junto ao ministério episcopal ao qual desde o início está indissolivelmente unido) só pode ser entendido como prolongamento do ministério apostólico. Entre os muitos carismas e ministérios que o Espírito concede à Igreja (cf. LG 12), sobressai o ministério da unidade, que deve contribuir para fazer da comunidade toda — com a variedade de seus dons e serviços — realidade viva, unida na mesma fé, em comunhão fraterna, em continuidade com a Igreja dos apóstolos e em comunhão com todas as outras comunidades eclesiais ou Igrejas particulares. A presidência da eucaristia e autoridade de perdoar os pecados e reconciliar com a Igreja ressaltam essa função do presbítero, que lhe é confiada de modo irrevogável pelo sacramento

da ordem. A autoridade, porém, lhe é atribuída não para monopolizar o ministério, reduzindo à passividade os fiéis ou colocando-os em nível inferior, quase cristãos de segunda categoria, mas para fazer crescer esta mesma comunidade e nela fazer desabrochar toda a riqueza de seus dons.

**91.** A tentação de concentrar em si mesmo todas as atenções e toda a responsabilidade é, para o presbítero, tanto mais forte enquanto é chamado a ser "sinal" do próprio Cristo. O "sinal", porém, deve apontar para a realidade. O ministro deve apontar para Cristo, não substituí-lo. A tentação de exercício incorreto do ministério, segundo modelos humanos de autoridade, já aparece na primeira geração cristã (cf. Mc 10 41-45; Lc 22 26-27). Contra esse perigo de deformação da relação entre a autoridade e a comunidade, o presbítero não apenas procurará viver interiormente a atitude da doação e do serviço, mas deve aceitar e promover formas de participação e co-responsabilidade do povo de Deus, que evitem, quanto possível, autoritarismo ou paternalismo. É, portanto, necessário que o povo cristão possa exercer sua co-responsabilidade na missão da Igreja, participando das decisões que interessam à comunidade eclesial, e o laicato tenha maturidade cristã para que o próprio presbítero possa viver de forma sadia — humana e eclesiologicamente — o seu ministério (cf. PO 9; AG 21).

#### *Colegialidade do ministério*

**92.** Os presbíteros evitarão a compreensão incorreta do seu ministério, se o pensarem antes de tudo na perspectiva "colegial". O próprio ministério apostólico foi confiado a doze e Jesus costumava enviar seus discípulos "dois a dois". O apóstolo Paulo sempre trabalhou em equipe. Desde sua origem, não existe o presbítero isolado, mas "presbitério", ou seja, grupo ou "colégio" de presbíteros,

dentro dos quais emerge como aquele que o preside, o bispo. Também hoje, quando exerce o seu ministério, o presbítero sempre o faz em comunhão com o bispo e o presbitério, não em força unicamente de sua própria autoridade ou missão. Não é difícil compreender a razão da "colegialidade": apóstolos, discípulos, bispos, presbíteros... todos são chamados a dar testemunho da única fé em Cristo, da mesma "boa nova" (o evangelho). E o testemunho de um só não vale, segundo uma antiga regra do direito, conhecida também por Jesus. Ainda hoje, só o testemunho unânime dos discípulos (cf. Jo 17) pode testemunhar eficazmente a fé.

### *Presbitério e fraternidade*

**93.** O Vaticano II pensou a renovação do ministério presbiteral a partir do antigo modelo do "presbitério" (cf. LG 28; PO 7 e 8; CD 11, 15 e 28). Mas esta sua proposta não foi, geralmente, bem compreendida, nem levada a sério. Hoje nova consciência das exigências do ministério presbiteral e visão mais lúcida da eclesiologia levam a redescobrir a fraternidade presbiteral e a perceber que nenhum "super-presbítero" pode arcar sozinho com todas as responsabilidades do ministério, que hão de ser repartidas com os agentes de pastoral, o bispo, os colegas e a comunidade cristã.

**94.** Importa, contudo, destacar que a fraternidade presbiteral não é apenas um aspecto do agir da Igreja, mas um reflexo do seu ser. Não se trata apenas de repartir tarefas, mas de viver aquela comunhão, que é, ao mesmo tempo, sinal da nossa fé na comunhão de Deus — Pai, Filho e Espírito — e dom que recebemos de Deus mesmo, dom em que o dinamismo mais profundo do nosso ser humano se realiza afetiva e efetivamente.

**95.** Não há, portanto, ministério presbiteral e comunhão eclesial, não há anúncio do evangelho e serviço au-

têntico ao outro, se não houver fraternidade entre os presbíteros. Para que ela possa se realizar plenamente como dom, vale a pena fazer tudo o que está ao nosso alcance: a formação afetiva de cada um ao relacionamento adulto com o irmão; a procura de formas de solidariedade, partilha e comunhão — das mais simples às mais exigentes e estruturadas; a comunhão na oração e na eucaristia, cuja concelebração é a expressão mais alta da fraternidade sacramental (P 662-663).

**96.** A fraternidade presbiteral tem um “teste” em sua capacidade de se abrir ao serviço dos irmãos, ao testemunho profético, à solidariedade com os pobres e com os últimos. Longe de se fechar no calor da amizade entre irmãos, ela procura seguir as pegadas do Mestre: com ele vive a intimidade com os amigos e discípulos; com ele caminha decididamente pelo caminho da cruz e da doação da própria vida.

### PARTE III

## PROPOSTAS E COMPROMISSOS

**97.** Como resultado da reflexão desenvolvida no processo de preparação e durante o encontro, assumimos as seguintes propostas:

### **1. Organização e suas formas**

**98.** Retomar o sentido teológico e pastoral do presbítero na Igreja particular, sentido este fundado na união e cooperação com o bispo e na fraternidade sacramental entre os presbíteros.

**99.** Valorizar o Conselho pastoral diocesano, como lugar de participação e co-responsabilidade do presbítero junto com os representantes da comunidade na animação da pastoral orgânica, e Conselho presbiteral, como órgão de comunhão com o bispo e participação no governo da diocese e de fraternidade presbiteral, a serviço do povo de Deus.

**100.** Criar e/ou incentivar a pastoral presbiteral que, em comunhão com o bispo, seu primeiro responsável, e com o Conselho de presbíteros, ajude os padres na dimensão humana, fraterna, espiritual e na sua missão de pastores.

**101.** Incentivar as formas mais simples de fraternidade, tais como visitas mútuas, celebração de datas significativas, hospitalidade, lazer em comum, encontros semanais, férias coletivas, encontros informais, acolhimento aos neopresbíteros, atenção com os padres idosos ou enfermos.

**102.** Propiciar e favorecer várias formas de entrega pastoral e fraterna, como o "mutirão pastoral" nos momentos fortes, na festa do padroeiro, nas confissões do tempo quaresmal e do advento, nas missões paroquiais, no projeto "Igrejas-irmãs" e em situações semelhantes.

**103.** Promover a reorganização pastoral da Igreja, procurando superar a rigidez da estrutura paroquial e buscar novas formas.

**104.** Possibilitar experiências de vida comunitária para presbíteros diocesanos, apostando nas comunidades de presbíteros, como processo de vivência fraterna, expressão e testemunho da comunhão, a serviço da pastoral.

**105.** Promover comunidades de agentes, que comecem a existir em alguma diocese, integradas por presbíteros, religiosos(as) e lideranças leigas, que, juntos,

assumem a missão pastoral, a oração em comum, a partilha dos bens e a revisão de vida. Estas comunidades poderiam ajudar na superação de alguns dos problemas mais comuns aos presbíteros, como o isolamento, a solidão, o individualismo, o machismo, o personalismo centralizador, os impasses afetivos e outros.

**106.** Dar continuidade aos encontros diocesanos, regionais e nacionais de presbíteros.

**107.** Articular os presbíteros em associações. Estas já existem em várias dioceses do Brasil, com resultados expressivos na promoção da fraternidade, na união, no apoio mútuo, na formação e atualização permanentes, no lazer, na solidariedade humana e econômica, em ocasiões mais críticas para alguns presbíteros. Urge dar passos para sua criação em outras dioceses. Essas associações têm como diretriz maior ser apoio à pessoa do presbítero, em vista de sua missão a serviço do Reino.

**108.** O 3º ENP escolheu uma Comissão nacional para dar incentivo e subsídios às dioceses para a criação destas associações, bem como para estudar e formular um anteprojeto de futura associação nacional, delineando sua natureza e seus objetivos. Este anteprojeto será debatido nas bases diocesanas. Dado o reduzido número de presbíteros e a inexistência de condições objetivas em algumas dioceses, sugere-se a criação de associações interdiocesanas e regionais. Embora o processo da criação destas associações privilegie, como ponto de partida, a base diocesana, não se pode protelar demasiadamente a criação de associação em nível nacional. Por isso, o 3º ENP também atribuiu àquela Comissão nacional a tarefa de dar os passos indispensáveis para a sua efetivação, permanecendo em sintonia com a CNC, acompanhando os acontecimentos.

## 2. Condições de fraternidade e serviço

**109.** Desenvolver a espiritualidade do presbítero-pastor. O presbítero amadurece em sua personalidade humana e cristã quando faz autêntica experiência do Deus-comunhão e expressa a caridade pastoral como compromisso com o povo, comungando com suas alegrias e tristezas, especialmente dos mais empobrecidos. Urge aprofundar a espiritualidade também a partir da condição comum a todo batizado, na vivência da fé, na escuta da Palavra, na celebração litúrgica, no compromisso com a justiça e a fraternidade. Desta forma, muitos presbíteros deixariam de beber das fontes dos movimentos espiritualistas para beber do seu próprio poço espiritualidade verdadeiramente presbiteral.

**110.** Oportunizar a formação permanente dos presbíteros, quer no aspecto humano-afetivo, quer no espiritual, no intelectual e no pastoral. Isto requer programa orgânico e abrangente, que integre cursos em diversos níveis (diocesano, interdiocesano, regional e nacional). Para isto, sejam aproveitados os recursos existentes, como institutos ou faculdades de teologia e centros de espiritualidade. A Comissão nacional do clero, junto com a Linha 1 da CNBB, cuide com especial diligência da elaboração do programa e da constituição de equipe permanente de assessoria.

**111.** É preciso garantir aos presbíteros adequada manutenção econômica, que seja compatível com suas necessidades, dentro da realidade sofrida de nosso povo e da opção evangélica pelos pobres. Sem a infraestrutura econômica, o presbítero fica impedido para o pleno exercício de sua missão, com possíveis danos para sua personalidade. Desigualdades acentuadas na condição econômica são obstáculos à própria fraternidade.

Para superar os impasses existentes, sugere-se:

**112.** • empenho do bispo, do presbitério e da diocese, procurando saídas possíveis: implantação ou maior incentivo ao dízimo como partilha evangélica e superação do sistema de espórtulas e melhor administração dos bens da Igreja, garantia de “côngruas” condignas e equiparadas nas dioceses;

- assegurar ao presbítero a assistência previdenciária;
- criação de caixa-comum entre presbíteros;
- criação e/ou incentivo a fundos de auxílio fraterno (dízimo dos presbíteros);
- traçar uma política visando gradativamente à independência dos recursos estrangeiros;
- estimular a partilha econômica entre as paróquias e dioceses mais pobres;
- permitir, numa perspectiva pastoral, a profissionalização do presbítero, contanto que não seja uma fuga ou busca de comodidade.

**113.** Nas dioceses ou regionais, viabilizar uma casa para encontros, repouso e férias coletivas para o clero.

**114.** Favorecer o desenvolvimento da personalidade, visando à maturidade humana nos seus aspectos psicológico e afetivo, desenvolvendo a autoconfiança e a segurança necessárias para as opções existenciais e o exercício do ministério. Tal maturidade requer profunda capacidade de diálogo, para estabelecer relações de compreensão e amizade com o povo e com os irmãos presbíteros.

**115.** Estudar seriamente os problemas de personalidade e os impasses afetivos que alguns presbíteros apresentam. Os casos concretos devem ser devidamente acompanhados pelo bispo e pelos colegas no presbitério, diagnosticando as causas e propiciando tratamento adequado.

**116.** Reafirmamos a urgência da ordenação de homens casados para o ministério presbiteral, diante dos milhares de comunidades eclesiais privadas de um atendimento pastoral e sacramental, mormente da celebração da eucaristia e do sacramento da penitência. Não há, a nosso ver, convincentes razões bíblicas e teológicas que justifiquem a protelação desta decisão, diante do insuficiente número de candidatos a assumirem o presbiterato na condição do celibato. Nem o magistério da Igreja considera como necessariamente vinculados ministério presbiteral e celibato. O magistério reconhece que se trata de vínculo de conveniência (cf. PO 16). Tanto a teologia quanto a práxis eclesial valorizam hoje o estado matrimonial como dom de Deus e não o consideram impedimento à doação e ao serviço eclesial. O fato de a disciplina em vigor na Igreja latina vincular ministério presbiteral e celibato, criou, na prática, inúmeros problemas pessoais, com repercussões eclesiais. Há presbíteros que abraçam o ministério por si mesmo e o celibato por causa do ministério. Esta situação, de si anômala, não explicaria a não-realização pessoal de tantos presbíteros atuais da Igreja de rito latino? Este fato não empana a grandeza e a beleza dos que vivem o celibato como carisma? Muitos problemas afetivos e faltas de fraternidade dos atuais presbíteros não estariam relacionados a um celibato mal-assumido e malvivido, com subterfúgios e tendências ao isolamento? Diante desta situação, bastaria vigilância redobrada das autoridades eclesiásticas na seleção dos candidatos ao ministério? Bastariam medidas de ordem disciplinar e reforços de ordem espiritual? Não seria o caso de encarar mais de frente esta situação. A ordenação de homens casados não ajudaria a resolver vários problemas de ordem pessoal, eclesial e pastoral?

**117.** De nossa parte, procuramos aprofundar e vivenciar o sentido evangélico e teológico do nosso celibato presbiteral. Ressaltamos também a importância da coletânea de textos "Uma opção pelo Reino", organizada pela CNC e pela Linha 1 da CNBB (e agora publicada pelas Edições Loyola), como subsídio que oferece a todos os presbíteros a oportunidade de reflexão sobre o tema, pessoalmente ou em grupo.

**118.** Pensando em nossos irmãos que deixaram o ministério, pedimos que a autoridade suprema da Igreja e a CNBB olhem com critérios evangélicos a situação desses presbíteros, favoreçam a regularização dos padres casados e lhes ofereçam oportunidades de maior participação na vida eclesial, levando em conta sua formação teológica e seu testemunho de vida cristã autêntica.

**119.** A situação atual dos presbíteros do Brasil remete para a revisão do processo formativo nos seminários, casas de formação e institutos filosófico-teológicos os quais devem ser cada vez mais verdadeiras fraternidades formativas e pastorais. As dioceses devem formar seus candidatos ao presbiterato no espírito de colegialidade e de comunhão com as outras Igrejas particulares.

**120.** Envolver todo o presbitério no processo de formação dos futuros presbíteros através de um conselho diocesano de formação, da presença solidária nas casas de formação e do apoio às atividades pastorais dos formandos.

## **Conclusão**

**121.** Através dos participantes do 3º ENP, que trouxeram até Itaiçi as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias, as preocupações e as propostas dos

presbíteros do Brasil, queremos fazer chegar a todos os irmãos presbíteros, bem como a todo o povo de Deus, os frutos do nosso encontro.

**122.** Esforçamo-nos por fazer refletir e fazer avançar, coerentemente, a nossa caminhada eclesial e presbiteral.

**123.** Ponto de chegada de um longo e laborioso processo de participação, o presente texto quer ser também ponto de partida de novas iniciativas voltadas para o incremento do serviço e da fraternidade dos presbíteros.

**124.** A reflexão não pode parar. A participação não pode ser interrompida. As formas de articulação devem desenvolver-se.

**125.** Concluimos com o apelo de dom Angélico, ao final do nosso retiro: "Termino convidando-os à oração, ao exame de vida. Deposito em seus corações de presbíteros valorosos e irmãos tão amados, este apelo de São Paulo à unidade na humildade: "Portanto, pelo conforto que há em Cristo, pela consolação que há no Amor, pela comunhão do espírito, por toda ternura e compaixão, levai à plenitude a minha alegria, ponde-vos acordes no mesmo sentimento, no mesmo amor, numa só alma, num só pensamento, nada fazendo por competição e vanglória, mas com humildade, julgando cada um os outros superiores a si mesmo, cuidando cada um só do que é seu, mas também do que é dos outros. Tende em vós o mesmo sentimento de Cristo Jesus..." (Fl 2,1-5).

**126.** E que Maria, serva de Deus e dos pobres, mãe e discípula de Jesus, profeta, sacerdote e pastor, nos anime com seu exemplo e nos acompanhe com sua intercessão em nosso serviço e em nossa fraternidade presbiteral.

## ANEXO I

### 3º ENCONTRO NACIONAL DOS PRESBÍTEROS Itaici - SP, 17 a 22 de outubro de 1989

#### **Comunicado final**

Aos irmãos presbíteros e cristãos de nossas comunidades.

Nós, presbíteros do Brasil, representando 211 dioceses, em número de 388, reunimo-nos em Itaici-SP, nos dias 17 a 22 de outubro, para estudar o tema: "Presbíteros: fraternidade e serviço". Conosco também estiveram 11 bispos, 8 assessores e 13 convidados.

Nossos trabalhos foram marcados por momentos fortes de oração, em que se rezava a experiência de Deus na realidade da vida do povo. Neste sentido foram ricas e expressivas as celebrações eucarísticas, especialmente a missa campal, precedida de longa caminhada dos mártires, com a participação de numerosos fiéis das paróquias de Indaiatuba.

Durante todos os nossos trabalhos tivemos como horizonte de preocupação a vida dura e sofrida do nosso povo, a cujo serviço de libertação sentimo-nos enviados como discípulos e seguidores de Jesus de Nazaré (Lc 4,16). Assim, de muitos modos, focalizamos a situação dolorosa em que vivem, sobretudo, por problemas de terra, moradia, saúde, educação, desemprego e baixos salários.

Igualmente nos unimos ao clamor das nações indígenas, dos negros, da mulher marginalizada e do menor abandonado.

O momento político nacional requer de todos nós responsabilidade. É hora de esperança e de desafio. Alegramo-nos com a participação de grupos populares e CEB's neste

processo de libertação evangélica, sobretudo pela consciência crítica e organização que emprestam às lutas do povo.

Nossa preocupação pastoral se estendeu também em relação à conjuntura-elesial muito conflitiva em alguns lugares. Cresce em nós a esperança de que, pelo diálogo e pela caridade tais situações podem ser superadas.

Entre as propostas destacamos a criação das associações e a escolha de uma comissão nacional para estudar e formular um anteprojeto de futura associação nacional.

Nestes dias, refletimos também sobre a dimensão afetiva da vida e do ministério dos presbíteros. Constatamos, com alegria, que os presbíteros assumem e vivem o celibato como sinal de sua doação ao Reino.

Manifestamos ainda nossa esperança de que a Igreja seja sensível às vozes que de diversas partes se levantam no sentido de um debate sério e tranqüilo sobre a lei do celibato.

Reafirmamos a urgência da ordenação de homens casados para o ministério presbiteral, diante dos milhares de comunidades eclesiais privadas de atendimento pastoral e sacramental, mormente da celebração da eucaristia e do sacramento da penitência.

Finalizando, queremos renovar nossos propósitos de servir o povo de Deus presente em nossas comunidades eclesiais e expressar nossa amizade fraterna a todos os presbíteros, convidando-os a reforçarem a caminhada da CNC.

Aos pastores, bispos de nossas Igrejas, a certeza do compromisso com a libertação do povo por causa do evangelho.

Colocamo-nos sob a proteção da Virgem Aparecida, confiando-lhe a nossa gente, nossos presbíteros, especialmente as conclusões do nosso 3º Encontro nacional.

Seus irmãos em Cristo,  
Presbíteros do 3º ENP.

### QUADRO NACIONAL E POR REGIONAIS

Regionais	N1	N2	NE1	NE2	NE3	NE4	L1	L2	S1	S2	S3	S4	CO	Oe1	Oe2	Total Geral	%
Total de presbiteros	351	348	404	777	664	379	1.061	1.858	2.906	1.235	1.439	610	569	191	82	12.874	100% a
Diocesanos	58	92	258	429	346	194	454	977	1.229	353	727	262	194	19	54	5.645	43,8% b
Religiosos	293	256	146	339	318	185	607	881	1.627	882	712	348	375	172	28	7.229	56,2% c
Total de respostas	28	108	144	186	186	135	90	658	401	378	549	273	252	53	56	3.797	29,5%
Percentual	8%	31,9%	32,1%	23,1%	28,0%	34,9%	8,5%	35,4%	13,8%	30,6%	38,1%	44,8%	44,3%	27,7%	68,3%		

**Observação:** os dados assinalados com a, b e c foram fornecidos pelo CERIS — Ano: 1987.

ANEXO II  
QUESTIONÁRIO-PESQUISA

**Situação e pensamento dos presbíteros no Brasil  
1º Semestre de 1989**

*Ver quadro na página anterior.*

**1. Identificação**

- 1.1 NACIONALIDADE: Brasileiro (2.488) 65,5%; Estrangeiro (665) 17,5%.
- 1.2 PRESBÍTERO: Diocesano (2.043) 53,8%; Religioso (1.308) 34,4%; Outro (39) 1%; Não responderam (407) 10,7%.

**2. Atividades pastorais**

- 2.1 Atividades que exerce (assinale com um "X")
  - a) Pároco (2.090) 50,1%
  - b) Vigário cooperador (897) 23,6%
  - c) Coordenador diocesano de pastoral (141) 3,7%
  - d) Membro do Conselho presbiteral (732) 19,3%
  - e) Responsável por uma pastoral específica (540) 14,2%
  - f) Formador em seminário (434) 11,4%
  - g) Professor (450) 11,8%
  - h) Outra atividade (513) 13,5 %
- 2.2 Fontes de subsistência (indique com um "X")
  - a) Da paróquia (2.491) 65,6%
  - b) Da diocese (366) 9,6%
  - c) De aposentadoria (599) 15,8%
  - d) Ajuda do exterior (367) 9,7 %

- e) De trabalho profissional (406) 10,7%
  - f) De outra fonte (461) 12,1%
- 2.3 Nível salarial (indique com um "X")
- a) Menos de um salário mínimo (390) 10,3%
  - b) Entre um e menos de dois salários mínimos (1.398) 36,8%
  - c) Mais de dois e menos de cinco salários mínimos (1.024) 27,0%
  - d) Mais de cinco salários mínimos (284) 7,5%
  - e) Não responderam (701) 18,5%
- 2.4 Você acha suficiente o salário que recebe? Sim (2.078) 54,7%; Não (890) 23,4%; Não responderam (829) 21,8%.
- 2.5 Há igualdade salarial em sua diocese? Sim (1.136) 29,9%; Não (1.624) 42,8%; Não responderam (1.037) 27,3%.
3. *Caminhada com as comissões nacional e regional do clero*
- 3.1 Você conhece as atividades da Comissão regional do clero (CRC)?
- a) Sim (1.292) 34,0%; b) Não (548) 14,4% c) Muito pouco (1.536) 40,4% e Não responderam (421) 11,1%.
- 3.2 Você leu os subsídios para os encontros nacionais de presbíteros (ENPs):
- a) O 1º Encontro nacional de presbíteros.
    - a) Sim (2.053) 54,1%; b) Não (1.196) 31,5%; Não responderam (548) 14,4%.
  - b) O 2º Encontro Nacional de Presbíteros:
    - a) Sim (2.024) 53,3%; b) Não (1.023) 26,9%; Não responderam (750) 19,8%.
- 3.3 Como você avalia os Subsídios para os 1º e 2º ENPs:

- a) Ótimos (266) 7,0%; b) Bons (1.733) 45,6%;  
 c) Regulares (447) 11,8%; d) Ruins (38) 1,0%;  
 e) Não os li (501) 13,2%; f) Nem soube da existência (193) 5,1%; Não responderam (619) 16,3%.
- 3.4 Você tomou conhecimento das Conclusões do:
- a) Primeiro ENP: Sim (1.722) 45,4%; Não (1.243) 32,7%; Não responderam (832) 21,9%.
- b) Segundo ENP: Sim (1.971) 51,9%; Não (1.021) 26,9%; Não responderam (805) 21,2%.
- 3.5 Você acredita no papel da Comissão nacional do clero (CNC) na sua missão de animar a vida dos presbíteros do Brasil?
- a) Sim (2.421) 63,8%; b) Não (208) 5,5%; c) Muito pouco (715) 18,8%; Não responderam (453) 11,9%.
- 3.6 Você opina favoravelmente a que se crie a:
- a) Associação nacional de presbíteros:  
 Sim (1.853) 48,8%; Não (734) 19,3%; Não responderam (1.210) 31,9%.
- b) Associação regional de presbíteros:  
 Sim (1.731) 45,6%; Não (804) 21,2%; Não responderam (1.262) 33,2%.
- c) Associação diocesana de presbíteros:  
 Sim (1.910) 50,3%; Não (582) 15,3%; Não responderam (1.305) 34,4%.
- 3.7 Você opina favoravelmente, ou não, a que se encaminhe uma pastoral presbiteral?
- a) Sim (1.824) 48,0%; b) Não (147) 3,9%; c) Não tenho idéias claras a respeito (1.212) 31,9%; Não responderam (614) 16,2%.
- 3.8 Você é favorável à ordenação de homens casados?
- a) Sim (2.277) 60,0%; b) Não (886) 23,3%; Não responderam (634) 16,7%.
- 3.9 Você percebe como urgente a necessidade de se investir na formação presbiteral?

a) No período de seminário?

Sim (3.037) 80,0%; Não (122) 3,2%; Não responderam (638) 16,8%.

b) Nos já presbíteros?

Sim (2.610) 68,7%; Não (166) 4,4%; Não responderam (1.021) 26,9%.

3.10 Diante da desigual distribuição do clero pelas dioceses do Brasil você percebe a urgência de uma ação conjunta dos presbitérios para inverter este quadro?

a) Sim (2.723) 71,7%; b) Não (259) 6,8%; Não responderam (815) 21,5%.

**4º Encontro Nacional de Presbíteros**  
Itaici - SP, 11 a 16 de fevereiro de 1992  
CNP - CNBB

**OS DESAFIOS DA EVANGELIZAÇÃO  
PARA O PRESBÍTERO HOJE**

## APRESENTAÇÃO

*A Comissão nacional do clero (CNC) vem refletindo, ano após ano, juntamente, com toda a Igreja do Brasil, dentro das orientações da CNBB, sobre as Diretrizes da pastoral de conjunto. Cabe à CNC, enquanto organismo da CNBB, ligada à Linha 1 "Vocações e ministérios", trabalhar numa perspectiva de ajudar os presbíteros na sua vida e missão, e também na formação permanente.*

*A Comissão nacional do clero e a Linha 1 vêm trabalhando estas dimensões em nível pessoal, diocesano, regional e nacional, através dos ENPs e do Projeto de formação permanente, recentemente criado para os presbíteros diocesanos.*

*Tudo isto tem em vista proporcionar aos presbíteros melhores condições para que estejam sempre preparados e possam assumir cada vez mais com alegria sua missão evangelizadora.*

*Antes de apresentar o instrumento preparatório para o 4º ENP/92, retomaremos, rapidamente, a caminhada da Comissão nacional do clero.*

*A Comissão nacional do clero foi criada em 1969, portanto, há quase 22 anos. Foi caminhada lenta, mas em que assumiu o seu papel junto aos presbíteros e com toda a Igreja do Brasil, produzindo muitos frutos.*

*Em 1985, realizou-se o primeiro Encontro nacional dos presbíteros, para a alegria de todos os padres do Brasil, com o tema: "O presbítero na Igreja, povo de Deus,*

*servidora do mundo”, avaliando a caminhada dos Presbíteros da Igreja do Brasil, nos últimos 20 anos, à luz da palavra de Deus e das Diretrizes da CNBB. Procurou-se a animação e articulação dos presbíteros diante dos desafios do presente e do futuro.*

*O segundo ENP foi em 1987. Tema: “A pessoa do presbítero”. Refletiu-se sobre o padre, sua identidade como pessoa humana, numa sociedade em mudança e sobre o presbitério e sua organização, numa Igreja toda ministerial.*

*Já o terceiro ENP, em 1989, teve como tema o “Ministério e fraternidade dos presbíteros numa Igreja comunhão e missão: condições, organização e formação”. Quisemos assim fortalecer a fraternidade na vida e ministério dos presbíteros, promovendo formas e condições para a comunhão e participação.*

*Agora, a CNC, com muita alegria e esperança, apresenta aos irmãos presbíteros o instrumento preparatório do 4º ENP/92, cujo tema é “Desafios da evangelização para o presbítero hoje”. Seus objetivos são : a) compreender os desafios da realidade; b) apontar pistas pastorais; c) situar o ministério do presbítero, de modo a estimular sua realização pessoal; d) promover instrumentos para apoiar o ministério e a vida dos presbíteros .*

*A CNC-ampliada, em novembro do ano passado, optou por adotar parte do material que está sendo usado na preparação das Novas Diretrizes de ação pastoral da CNBB, para o quadriênio (1991-1994) e para toda a Igreja do Brasil.*

*O texto é provocativo por si mesmo, deixando também espaço para o presbítero fazer sua auto-análise. Para facilitar e estimular a reflexão dos presbíteros, foram acrescentadas perguntas específicas. A CNC tem a grande alegria de entregar este instrumento preparatório do 4º ENP/92 a todos os presbíteros do Brasil, confiando no Espírito*

*Santo, que nos ajudará na reflexão em nível pessoal, de diocese e de regional, trazendo todos os frutos surgidos nestes encontros para o bem do 4º ENP, em vista do crescimento do Reino de Deus.*

A Presidência da CNC

## INTRODUÇÃO

1. Escolhendo o tema "Desafios da evangelização para o presbítero hoje", a CNC ampliada de novembro de 1990 visava a inserir o 4º ENP na busca de renovado esforço de evangelização, que toda a Igreja hoje procura. Depois de diversos apelos por "nova evangelização", o papa insistiu nisso recentemente com sua encíclica missionária *Redemptoris missio*. A Igreja de toda a América Latina prepara a IV Conferência geral do episcopado (Santo Domingo 1992), que — no V Centenário da evangelização da América — terá por tema a "nova evangelização". E principalmente na Igreja do Brasil nasce a consciência eclesial de que é preciso esforço — quantitativamente mais intenso e qualitativamente mais autêntico — de evangelização de uma sociedade que muda, aprofundando a desigualdade, estimulando corporativismo, clientelismo, individualismo. As mudanças na sociedade criam novos desafios para a pastoral e a evangelização. Como discerni-los? Qual o papel do presbítero, a sua missão nesse novo contexto? Esse trabalho de discernimento exige reflexão e diálogo entre nós, em todos os níveis, para que o 4º ENP seja o momento culminante e significativo dessa reflexão e possa tomar decisões amadurecidas, sob o impulso do Espírito.

2. Para preparar o 4º ENP, a CNC ampliada indicou três passos:

- 1) compreender os desafios da realidade;
- 2) apontar pistas pastorais;
- 3) situar o ministério do presbítero, de modo a estimular juntamente seu empenho missionário e sua realização pessoal.

3. Coerentemente com essa indicação da CNC, o Instrumento preparatório inclui três capítulos :

I. "A quem evangelizar?", descreve traços da modernidade e, especialmente, as mudanças em ato na sociedade brasileira;

II. "Como evangelizar?", propõe as possíveis respostas pastorais e discute o que deveria ser mais acentuado num próximo futuro;

III. "Quem evangeliza?", tira as conseqüências para o ministério e a formação do presbítero, articulado com os outros sujeitos ou agentes da ação evangelizadora e pastoral.

4. O texto do "Instrumento preparatório" não pretende, evidentemente, esgotar questões tão amplas e complexas. Apenas indica aspectos a serem acentuados. A própria reflexão e discussão nas bases, com a participação do maior número possível de presbíteros, deverá definir quais são as idéias-força que devem nortear nosso ministério nos próximos anos, quais são as prioridades da ação evangelizadora e pastoral neste momento histórico que se abre diante de nós.

5. O "Instrumento preparatório" espera ser *lumen*, *non limen*: luz, não limite. Quer ser apelo, provocação à reflexão e à ação. É oferecido para ser discutido, corrigido, transformado. Cumprirá seu serviço se for ultrapassado e nos levar mais adiante.

6. Não foi explicitada a fundamentação teológica da missão, porque supomos conhecidos os numerosos documentos do magistério sobre isso, como *Evangelii nuntiandi* do papa Paulo VI, o Documento de Puebla, "Igreja: comunhão e missão" da CNBB, as diversas mensagens sobre evangelização e a encíclica *Redemptoris missio* do papa João Paulo II, além da reflexão teológica desenvolvida nos encontros nacionais de presbíteros anteriores e nos documentos preparatórios.

7. É à luz dessa teologia da evangelização e da ação pastoral, aspectos da única missão da Igreja, que devem ser lidos os sinais dos tempos (cap. I) e elaboradas as propostas pastorais (caps. II e III).

## CAPÍTULO I

### A QUEM EVANGELIZAR?

Traços da modernidade e mudanças na sociedade brasileira

8. As Diretrizes para a ação pastoral e para nova evangelização não podem deixar de levar em conta a sociedade a quem se dirigem, na sua atual configuração histórica.

9. Numa sociedade tão complexa como a sociedade moderna e, em particular, o Brasil de hoje, é difícil fazer previsões claras. É possível, porém, analisar algumas tendências das sociedades ocidentais (I) e do Brasil dos anos 80 (II) e constatar alguns questionamentos pastorais (III).

**10.** A análise dessas tendências nos aponta o cenário atual, que muito provavelmente permanecerá nos próximos anos. O exame das mudanças das últimas décadas revela, sim, a possibilidade de rupturas e novidades, mas exclui a hipótese de retorno substancial ao passado.

## **1. O desafio da modernidade**

**11.** Nas sociedades ocidentais (Europa e América), marcadas há muitos séculos pela fé cristã, há tempo está em ato um processo de modernização que, nas últimas décadas e, especialmente, nos anos mais recentes, sofreu uma aceleração que tornou mais evidentes suas tendências. O processo pode estar mais ou menos avançado, ou sofrer o impacto de condições culturais específicas nos diversos países. De qualquer forma, uma de suas características é a tendência à rápida "planetarização", através de uma crescente internacionalização da economia e do uso dos meios de comunicação de massa.

**12.** Uma característica básica da sociedade moderna é a centralidade da economia ou, melhor, o primado da "produção". Uma das conseqüências mais evidentes, com relação à sociedade tradicional, é o deslocamento da religião, que deixa de ocupar o lugar central, como na "cristandade", onde era o eixo ao redor do qual girava todo o mundo humano ou a "cultura". A religião não é eliminada da sociedade moderna (como imaginavam algumas teorias simplificadas da "secularização"), mas é conduzida para a esfera do privado, das escolhas individuais.

**13.** Outra característica da modernidade é a crescente autonomia e especialização das diversas esferas da sociedade (economia, política, ciência, religião, arte,

lazer...). A especialização, desenvolvida fortemente, contribui para a fragmentação da vida social e intelectual e torna difícil a comunicação entre os diversos campos do saber e da existência humana. Neste ponto também é relevante o contraste com a sociedade tradicional, predominantemente rural, onde a grande maioria da população vivia em comunidades de pequenas dimensões, mas nas quais as principais atividades humanas estavam conjugadas (educação, trabalho, relações sociais, lazer etc.) num mundo "familiar". A sociedade moderna, predominantemente urbana, exige do indivíduo relações múltiplas e diversificadas com "mundos" diferentes, cada um conduzido por lógica autônoma. Nesse mundo complexo, o indivíduo encontra espaços de liberdade e também pode experimentar a solidão e o anonimato no meio da multidão.

14. Outra consequência da sociedade moderna, dominada pela especialização e pelo interesse econômico, é a crise dos valores, no sentido de que a sociedade não mais impõe ao conjunto de seus membros os mesmos valores (religiosos, morais, estéticos...), de forma orgânica, mas deixa livre a escolha dos valores por parte dos indivíduos. Esse contexto abre perspectivas de realização pessoal ou de afirmação individual — o que pode ser considerado como uma das mais significativas conquistas do mundo moderno — mas põe em crise as ideologias e as instituições, se por "instituição" entendemos "o grupo social que impõe com sucesso suas ordenações, em determinado campo, a toda forma de ação que tenha certas características" (M. Weber). Entre as atingidas estão as instituições políticas, educacionais (a escola), a família, a Igreja. Os meios de comunicação social de massa (imprensa, rádio, televisão) se encontram em situação ambígua. De um lado, são usados como instrumento de manipula-

ção do consumo e das opiniões, podendo ocultar aspectos da realidade, acentuando apenas o espetacular. De outro lado, devem levar em conta o gosto do público e tendem a reproduzir e amplificar as preferências da população.

**15.** As tendências mais recentes da economia, ligadas a progressos tecnológicos ou conexas com as próprias contradições do sistema econômico-social, parecem ter contribuído para gerar clima de incerteza e de provisoriamente, abalando as crenças das ideologias modernas no futuro e no progresso permanente. As transformações econômicas geraram efeitos opostos. De um lado, os países "ricos" elevaram o nível do consumo, modificaram substancialmente as condições do trabalho, reduzindo o número dos operários e expandindo os "serviços", libertando grupos sociais privilegiados e até as massas populares das necessidades materiais mais urgentes, abrindo o espaço para a reivindicação de novas liberdades e direito à "diferença". De outro lado, a questão social adquiriu dimensões mundiais, aumentando o número de indivíduos e povos inteiros desprovidos do mínimo necessário e difundindo a exploração e o empobrecimento, tornando o mundo mais desigual do que nunca.

**16.** A "modernização" trouxe, portanto, frutos muito diversos nos diferentes países ou, no mesmo país, nos diversos setores ou classes sociais. Até onde a modernidade tem trazido progresso econômico e libertação relativa das necessidades materiais, suscita diversas reações e resistências, às vezes etiquetadas como busca de "pós-moderno". No plano intelectual, diversos pensadores desenvolveram uma crítica da própria racionalidade moderna, considerada demasiadamente unilateral, e mostraram a necessidade de retomar a dimensão ética, em face ao pragmatismo e utilitarismo dominantes. No plano individual, a busca de identidade se intensifica (pois a iden-

tidade não é mais "dada" pela sociedade, mas deve ser construída) e se expressa em formas variadas, desde o apelo à tradição (inclusive do tradicionalismo mais antimoderno) até o individualismo mais radical.

17. No campo da religião o fenômeno é visível e acentua, em todos os países de tradição cristã, o pluralismo. Alguns se apegam à tradição ou aprofundam seriamente sua participação eclesial. No conjunto, porém, há a tendência ao enfraquecimento da prática religiosa ou da "religião institucionalizada" e a busca de experiências religiosas subjetivas. Ela se manifesta, quer na escolha, quer na interpretação subjetiva de elementos da fé cristã e da disciplina eclesiástica ("adesão parcial"), quer na mistura de crenças e práticas de confissões diferentes, quer na "experimentação" de novos cultos. Cresce também o número dos que, sem renunciar totalmente à crença em Deus, de fato deixam qualquer prática religiosa e derivam para o indiferentismo.

18. Em geral, ante a existência, o homem que vive o atual momento da modernidade parece adotar atitude imediatista, sem perspectiva a longo prazo, oscilando entre uma avaliação mais positiva e outra mais negativa da sua provisoriedade e da sua posição numa sociedade complexa, pluralista, sem verdadeiro centro. De um lado, pode cair na insegurança, na incoerência de vida, na indiferença, na fragmentação. De outro, pode se sentir o protagonista de realização pessoal, rica de oportunidades, sem a rigidez dos papéis que a sociedade tradicional impunha; pode procurar o seu prazer, o seu ideal, os valores que julga dignos de sua entrega; pode tornar-se autônomo e empreendedor.

19. Esta análise ou avaliação da modernidade, vista do ângulo dos últimos anos e de sua "crise", pode parecer

demasiadamente negativa. O próprio julgamento do Magistério da Igreja sobre o mundo moderno variou no tempo. Inicialmente a modernidade foi interpretada sobretudo do ponto de vista ideológico, e até como fruto de conspiração anticatólica ou anticristã. Hoje aparece mais claramente como decorrente de processo complexo, que afunda suas raízes nas transformações econômicas e técnicas e que, ao mesmo tempo, traz consigo nova visão do homem e da sociedade. Com o Vaticano II, a Igreja católica procurou fazer o discernimento dos novos valores, no clima de diálogo. Hoje, num contexto rapidamente mudado, propõe-se novamente o problema do discernimento sem a pretensão de aceitar apenas os avanços técnicos da modernidade, mas buscando — junto com as outras Igrejas cristãs e outros grupos retamente intencionados — a realização das promessas de liberdade e fraternidade que ainda estão longe de serem cumpridas. A esperança continua animando esta busca, marcada agora por mais realismo e menos ideologia.

## **2. O fenômeno das mudanças na sociedade brasileira**

**20.** Também na sociedade brasileira podemos detectar mudanças significativas que mostram a modernização em marcha. Tendo uma das dez maiores economias do mundo, o Brasil não poderia deixar de ser fortemente influenciado pelas transformações econômicas e tecnológicas que marcam a ebulição mundial. Há mudanças no nível da cultura global (mudam os critérios de pensar e agir), mudanças no campo da economia e da política, nas perspectivas de vida, no campo das expressões religiosas. Estas transformações atingem o mais profundo da vida do nosso povo, mas não conseguiu resolver o seu pro-

blema vital: levá-lo a ser senhor de sua vida e de seu destino em condições dignas de sobrevivência.

*a) Prioridade do econômico sobre o social*

**21.** A questão econômica foi, de fato, o eixo da nova configuração do país, elevando-o a altos níveis estatísticos de crescimento econômico, em vários aspectos da modernização.

**22.** Em poucas décadas, o Brasil transformou-se de país basicamente agrícola em país com estrutura significativa industrial, que produz desde têxteis até aviões, competindo no mercado internacional. Tem indústria metal-mecânica bastante sólida. Conta com infra-estrutura que abrange todo o território nacional, com razoáveis rodovias e moderno sistema de telecomunicações. A infra-estrutura científica e tecnológica põe o nosso país em condições de intercâmbio com outros centros congêneres. O Brasil tem tecnologia e competência administrativa que lhe permitiram montar uma rede completa de produção e distribuição de energia elétrica em todo o território nacional.

**23.** Contemporaneamente à industrialização, modificou-se a relação entre população rural, ontem predominante, e população urbana, hoje já próxima de 75% do total. No entanto, é a própria modernização que, entre nós, exclui parcela significativa dessa população, reduzindo-a à marginalidade ou condenando-a ao desemprego estrutural.

*b) O econômico atropela o político*

**24.** É sabido que a tradição do país é autoritária e elitista. O povo sempre ficou à margem do processo político, decidido normalmente por "caciques" e "coronéis". O

clientelismo ainda é realidade corrente. Mas a modernização também penetrou nos meandros da organização do poder. Na última década, o regime democrático voltou a tornar-se ideal na busca de maior participação do povo no destino do país. Começou a haver uma tensão entre um regime comandado pelas elites e a sede de participação popular, que chegou a marcar os quadros das associações de classe e a expressar-se em novos partidos políticos. A constituição de 1988, considerada a constituição cidadã, teve o mérito de criar as condições jurídicas para valorizar o povo como sujeito coletivo de novas conquistas sociais, de novos direitos individuais e coletivos. O sonho de uma democracia social penetrou no inconsciente coletivo de amplas camadas da sociedade.

**25.** O documento "Exigências éticas da ordem democrática" (CNBB, 1989) descreve a democracia como consistindo "na realização e valorização simultâneas da liberdade da pessoa humana e da participação de todos nas decisões econômicas, políticas, sociais e culturais que dizem respeito a toda a sociedade" (n. 66). E diz ainda: "A democracia não se realiza, de fato, quando o sistema econômico exclui parcelas da população dos meios necessários a uma vida digna: acesso ao trabalho com justa remuneração, à moradia, à terra, à educação, à organização sindical, à participação nos lucros e na gestão da empresa" (n. 69). "A existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática" (n. 72).

**26.** Os pobres são, então, os juizes do atual momento em que vivemos, quando o econômico cada vez mais dominou a vida do país, atropelando decisões políticas ou provocando conseqüências que não atendem à maioria da população. Ainda não se descobriu os caminhos de uma democracia participativa e social. Volta-se a presenciar sinais de autoritarismo que pareciam sepultados pela

história. Resolver os problemas da inflação só é promissor para o país se, ao mesmo tempo, outras decisões políticas apontarem para a superação da dívida social para com o povo.

27. O desejo de alcançar as alturas do primeiro mundo não deve tolher os passos necessários para resolver os problemas do povo.

*c) O povo fica mais pobre*

28. O empobrecimento do povo não é algo casual, mas fruto de omissões e decisões políticas e econômicas: "Os ricos se tornam cada vez mais ricos à custa dos pobres cada vez mais pobres" (papa João Paulo II). No Brasil, as estatísticas da década de 80 comprovam esta afirmação. Conforme fonte do Banco Mundial, enquanto a renda média no mundo é de 4.000 dólares, o Brasil tem renda média de 2.000 dólares. No entanto, a Pesquisa nacional por amostragem de domicílios (PNAD), versão 1989, realizada pelo Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE), mostra um recorde na concentração de renda. Os 10% mais ricos da população brasileira detinham 53,2% da renda contra 0,6% para os 10% mais pobres. Comparando com 1981, fica mais evidente a evolução dessa concentração: então, os 10% mais ricos ficavam com 46,6% da renda, os 10% mais pobres com 0,9%. Os dados das diferenças regionais nos trazem ainda novas reflexões. Chamá a atenção como a concentração de renda no Nordeste é bem mais expressiva do que no Sudeste do país: enquanto os 10% mais ricos do Nordeste detêm 56,1% da renda, no Sudeste detêm 51,2%. Ao mesmo tempo: enquanto 51,8% dos nordestinos ganham até um salário mínimo, no Sudeste, apenas 21,8% estão abaixo do mesmo teto.

**29.** Outra pesquisa, do Instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA), do Ministério da economia, revelava que, de 1980 a 1988, o contingente de brasileiros absolutamente pobres, isto é, com rendimento inferior a um quarto do salário mínimo, aumentou de 29,4 milhões para 44,8 milhões.

**30.** No entanto, apesar do quadro sombrio, constatamos sinais de esperança, quais sementes plantadas para uma colheita futura. Grupos de solidariedade se afirmam, as organizações e movimentos populares fazem brotar reivindicações por melhores condições de vida e se expressam contra a violência institucionalizada. São novos sujeitos coletivos que se revelam tanto no meio popular como na classe média em defesa da vida, das etnias, das condições de trabalho, da ecologia...

*d) Pluralismo cultural e meios de comunicação social*

**31.** Nos últimos anos, também o quadro cultural brasileiro sofreu notáveis alterações. O desenvolvimento econômico dos anos 70, amplamente frustrado na década de 80, contribuiu para introduzir nas classes médias e, às vezes, em outras faixas da população tendências ao individualismo e ao consumismo.

**32.** Os meios de comunicação social de massa foram os principais veículos de difusão da nova mentalidade e de agressão, muitas vezes violenta, à moral tradicional e à cultura do povo. Também desempenharam um papel decisivo na manipulação da opinião pública e no direcionamento das grandes decisões políticas em favor dos detentores do poder econômico.

**33.** As tentativas feitas para democratizar o acesso aos meios de comunicação de massa (sobretudo TV) ou para instaurar um debate crítico dos problemas nacio-

nais na opinião pública foram válidas, mas não suficientes para equilibrar o quadro, caracterizado pela forte concentração do poder de informar.

**34.** Apesar disso, deve-se registrar a resistência da cultura popular a muitas investidas da modernização e a criação de maiores espaços de liberdade de expressão para as minorias, para grupos culturais alternativos, para os movimentos que afirmam valores humanos reprimidos ou esquecidos pela sociedade tradicional (feminismo, ecologismo, culturas negras). Como resultado, temos hoje no Brasil um complexo feixe de tensões entre culturas de cunho mais tradicional (que afundam suas raízes nas culturas indígenas, africanas, orientais), cultura de massa (influenciada pela "indústria cultural" e os modernos *mass media*), a cultura dos marginalizados (que nem têm acesso à cultura de massa) e a cultura do povo (que busca como sujeito ativo, seu próprio destino).

#### *e) Secularização e pluralismo religioso*

**35.** Um dos aspectos mais típicos da sociedade moderna é a secularização, entendida como autonomia das realidades humanas (ciência, econômica, política, técnica...). Isso leva a considerar a religião como um aspecto da vida individual e familiar, mas não mais como o eixo de referência da sociedade. A secularização é um processo histórico irreversível que, junto com ambigüidades e tensões, trouxe também valores positivos, em termos de liberdade e responsabilidade da pessoa humana.

Para a religião, ela apresenta sobretudo dois desafios:

**36.** 1) A desintegração da uniformidade religiosa. O desmoronamento do monolitismo cultural e ideológico deu lugar a um mundo pluralista e diversificado também no

campo religioso. A sociedade brasileira deixou de impor a todos o catolicismo. Incentiva até a livre escolha da religião pelos indivíduos. Isto deu margem a grande diversidade religiosa, sobretudo nos meios populares, onde se difundiram novos grupos religiosos e "seitas".

**37. 2)** O deslocamento das preocupações religiosas tradicionais para as dimensões éticas do cristianismo. Em várias Igrejas históricas, menos entre as novas denominações religiosas, surge a consciência de que a fé não é simples crença, mas fermento crítico transformador.

**38.** Recentes dados estatísticos (reunidos pelo Pe. Jesus Hortal, SJ) permitem descrever com mais precisão três tendências básicas na evolução atual do universo religioso brasileiro:

**39. 1)** A permanência de uma religiosidade de fundo. Isto não significa necessariamente um compromisso do indivíduo com uma organização religiosa (Igreja ou congregação). A crença e a prática religiosa passaram para a esfera individual e, às vezes, para a "interioridade" apenas. Uma pesquisa em cidades de mais de 50.000 habitantes, realizada em março de 1990, constatou que 9,2% dos adultos (maiores de 18 anos) declaram não ter uma religião. O que chama a atenção, que quase todos eles dizem acreditar em Deus. No conjunto, cerca de 99% dos entrevistados acreditam em Deus, mas apenas 90,8% declaram aderir a uma religião determinada e uma porcentagem muito menor tem uma prática religiosa assídua.

**40. 2)** O declínio do catolicismo. Em 1940, conforme o IBGE, 95% da população brasileira se dizia católica. Em 1988, só 85,9%. Uma baixa de 10 pontos, portanto. Já na pesquisa supracitada, restrita à população adulta das cidades acima de 50.000 habitantes, em 1990, só 76,2% dos entrevistados se disseram católicos. Isto significa que,

segundo a última pesquisa citada, 9,2% se declaram sem religião e 14,6% declaram aderir a outra religião que não a católica. É o fenômeno do pluralismo religioso.

41.3) A identidade confessional debilitada. O enfraquecimento da identidade religiosa atinge todas as confissões. É conseqüência das mudanças culturais que criam instabilidade nas convicções e fragmentação nos quadros institucionais. É freqüente encontrar pessoas que participam, simultânea e sucessivamente, de cultos de diversas denominações religiosas. As motivações para este comportamento são as mais variadas: desde motivações mais profundas (busca existencial) até "porque a igreja é mais próxima de minha casa". São muitos os que entram e saem de movimentos religiosos. Uma preocupação mais recente é constatar o clima de perplexidade e esfacelamento psicológico com que muitos se voltam para as raízes do catolicismo, de onde saíram.

42. As causas desses fenômenos merecem estudo mais aprofundado por parte das Igrejas. De qualquer forma, já estão questionando a consciência católica e particularmente os agentes de pastoral,

### **3. Questionamentos pastorais**

43. Do conjunto do material recebido no processo de preparação das Diretrizes gerais da ação pastoral e de avaliação das atividades dos últimos anos emergem algumas constantes ou acentuações. Elas mostram a sensibilidade de dioceses e organismos eclesiais diante dos novos desafios, especialmente quando sentem que as formulações pastorais não respondem mais aos anelos do povo. Muitas vezes revelam mais perplexidade do que a certeza do caminho a seguir.

44. a) A questão urbana, o grande desafio pastoral apresentado na maioria das avaliações. Fala-se em conhecer a realidade da cidade, seus conflitos, sua dinâmica cultural, os valores da modernidade nela presentes, a necessidade de escutar melhor sua realidade através de seus elementos mais representativos. Questiona-se o futuro da juventude e das crianças no meio urbano, afirma-se a necessidade de catequese mais apropriada para a cidade e da inculturação para melhor celebrar a liturgia na cidade... Ora, a cidade é o lugar onde se concentram as mudanças culturais e onde mais fortemente se percebe a fragmentação da sociedade e a autonomia das diversas esferas (trabalho, lazer, religião, família...). É nas cidades onde estão concentrados quase 3/4 da nossa população. Das cidades os meios de comunicação estendem mentalidade urbana para o interior do país, embora a cidade contenha ainda muito de mentalidade rural. Nas cidades se condensam a riqueza, o bem-estar, o consumismo... É natural que a cidade seja o lugar onde a pastoral é mais questionada, sobretudo nas paróquias centrais. Como fazer pastoral na cidade marcada pela cultura urbana em transformação?

45. b) As seitas, também, são apresentadas como realidade a merecer mais preocupação. O crescimento de movimentos religiosos autônomos é evidente. A religião deixou de ser o eixo ordenador da sociedade e assume um lugar importante apenas em nível pessoal e comunitário. O apelo religioso das seitas apresenta uma forte conotação psicológico-existencial, que responde à falta de segurança em que vive o povo, ao desenraizamento cultural (ligado às migrações), à marginalização política. As mudanças eclesiais nem sempre levaram em consideração as aspirações mais profundas do povo, seus sentimentos religiosos... Está aí o desafio que nos é proposto.

46. c) Também a pastoral social aparece como preocupação das dioceses, levando a Igreja a se empenhar nas questões prementes do povo em processo de empobrecimento. Muitos estabelecem a ligação entre pastoral urbana e pastoral social. Pedem que a Igreja dê prioridade às grandes massas excluídas do progresso econômico, social e político, articulando as diversas pastorais com os setores mais marginalizados da sociedade. A percepção de que na cidade se concentra o resíduo perverso da modernidade parece estar implícito nestas solicitações. A consciência de que a fé tem dimensão ética, de que o evangelho contém semente de libertação, também está presente.

47. d) Há desejo imenso de formação: dos presbíteros, dos leigos, dos agentes de pastoral... Isto revela que os parâmetros tradicionais da formação recebida não mais respondem ao momento histórico, à realidade de hoje. Há o apelo para saber mais, captar melhor a realidade, aprender "como fazer" para exercer o ministério eclesial. Muitos desejam conhecer melhor o ensino social da Igreja e denunciam a carência de formação espiritual, buscando mística mais profunda que guie o cristão envolvido no processo de transformações tão amplas.

48. e) Os leigos são indicados como prioridade: membros do Povo de Deus, co-responsáveis pela caminhada da Igreja — na educação, no mundo da política, como profissionais no mundo do trabalho, nos meios de comunicação social, na família, em defesa da vida, nas várias formas de ser Igreja (CEBs, pastorais específicas, movimentos...). Num mundo onde o eixo se desloca do "religioso" para o "econômico", onde o "sagrado" abre espaços para o "secular", os cristãos leigos são chamados a serem agentes privilegiados da evangelização. Uma sociedade em mudança requer mais o testemunho autêntico de vida, que estruturas estabelecidas. Os cristãos leigos

são chamados a construir o “novo” do Espírito no ambiente profissional, familiar, educacional, no mundo secularizado.

## PERGUNTAS SOBRE O CAPÍTULO I

1) Concorda com a descrição da “modernidade” oferecida pelo texto? O que corrigiria ou acrescentaria?

2) A “modernidade” é algo que atualmente tem impacto sobre sua comunidade e sua experiência pessoal? De que forma se manifesta, concretamente?

3) Concorda com a descrição das mudanças na sociedade brasileira? O que modificaria ou acrescentaria?

4) Quais são os principais desafios pastorais que estas mudanças propõem para o seu ministério e a sua comunidade?

5) Concorda com os questionamentos pastorais elencados na seção 3 deste capítulo? Quais são, a seu ver, os desafios pastorais realmente prioritários?

## CAPÍTULO II

### COMO EVANGELIZAR?

#### **Novas acentuações na ação pastoral**

**49.** A fase atual da modernidade e da sociedade brasileira parece tornar mais urgente o esforço de adequação da ação pastoral às novas condições históricas. Na busca do discernimento ao que são anseios e valores atu-

ais das pessoas e da nossa sociedade, com o evidente cuidado de atender às exigências profundas e duradouras do homem, procurou-se valorizar e dar continuidade ao trabalho pastoral e evangelizador que está sendo realizado.

**50.** As indicações apontadas estão agrupadas ao redor de três idéias-força, que correspondem, substancialmente, a três níveis ou enfoques, segundo os quais se pode considerar a complexa realidade humana:

- o nível da pessoa e da experiência subjetiva;
- o nível da comunidade e dos grupos;
- o nível da sociedade e das macro-estruturas.

**51.** Correspondem também a três exigências que caracterizam a modernidade brasileira:

- 1) a nova emergência da subjetividade e a busca da realização pessoal;
- 2) a busca de identidade e a diferenciação das relações comunitárias e dos padrões culturais;
- 3) a radicalização dos conflitos sociais e a dificuldade de governar uma sociedade crescentemente complexa e desigual.

**52.** As linhas ou indicações propostas podem ser formuladas sinteticamente como:

- 1) valorização da pessoa e da experiência subjetiva;
- 2) diversificação das formas de expressão eclesial e de vivência comunitária;
- 3) presença mais significativa na sociedade.

**53.** Para cada uma delas, procuramos acenar brevemente: 1) contexto sociocultural; 2) fundamentação teológica; 3) indicações práticas e conseqüências para a organização pastoral.

## 1. Valorização da pessoa e da experiência subjetiva

54. 1.1. É evidente, no atual contexto sociocultural, a tendência ao individualismo. O fenômeno, porém, não deve ser julgado necessariamente à luz dos valores da sociedade tradicional, como desvio ou pecado, mas como fato cultural, que também tem seus aspectos positivos e seus valores. Em particular, o direito à realização pessoal e à felicidade, embora na visão cristã deva ser subordinado à solidariedade e à doação, é fortemente ligado à modernidade e tem conseguido crescente penetração nos diversos níveis da sociedade. A tendência ao subjetivismo e à valorização da experiência imediata (às vezes, em oposição à tradição ou à instituição) questionou alguns aspectos da disciplina eclesial, mas também abre a possibilidade de participação mais consciente e responsável e de maior criatividade nas comunidades eclesiais.

55. 1.2. Do ponto de vista da doutrina católica, a valorização da pessoa é ponto central da antropologia cristã, desde os primeiros séculos da Igreja até os desenvolvimentos recentes do magistério e da teologia, que acolheu a exigência do "personalismo". Historicamente, pode-se constatar que, na época tridentina, houve forte ênfase sobre os aspectos institucionais da prática pastoral e forte concentração da atividade eclesial no clero ou nos "pastores" (como ainda resulta de origem do termo "pastoral"). Isto trouxe a redução do laicato a papel secundário e subalterno de "ovelhas". O Vaticano II e o recente Código de Direito Canônico (1983), bem como a exortação pós-sinodal *Christifideles laici*, reafirmam claramente o direito/dever de todo cristão de participar da missão da Igreja e a igualdade fundamental de direitos de todos os seus membros. Além disso, pode-se pensar nos textos do

Novo Testamento sobre a liberdade do cristão (Gl 5) e as características da Nova Aliança (2Cor 3,3).

**56.** 1.3. A orientação pastoral decorrente é, portanto, a valorização do *sensus fidei* e do "sacerdócio comum" dos fiéis (Cf LG 10 e 11), reconhecendo a todo cristão a condição de sujeito, no sentido pleno do termo, abrindo assim espaço para a experiência subjetiva ou pessoal da fé, cuja origem é a adesão da liberdade humana ao dom de Deus que se comunica.

**57.** Utilizando o termo "experiência", que frequentemente recebe sentidos diversos e discutíveis, não se deve pensar em concepções empiristas ou intimistas da mesma, mas considerar a estrutura originária da pessoa como aberta à realidade e, portanto, desenvolvida pelo conhecimento (não meramente sensorial, mas interpretado pela razão à luz da "experiência" anterior). A experiência religiosa cristã não se baseia em mera experiência subjetiva e carismática, mas na Palavra de Deus, confiada ao magistério e à tradição da Igreja, nos sacramentos e na comunhão eclesial.

**58.** Num plano mais prático, a valorização da pessoa implica atenção especial à acolhida das pessoas na comunidade eclesial, particularmente por parte dos pastores. Este cuidado poderá traduzir-se, quando necessário ou conveniente, em formas sistemáticas de aconselhamento, com a colaboração de pessoas especificamente preparadas para tal, e deverá finalmente promover a participação em todos os níveis.

**59.** A participação dos fiéis na comunidade cristã e na sua missão (nela incluindo os serviços que a comunidade pode e deve prestar à comunidade humana em geral e, particularmente, aos mais necessitados) é realidade dinâmica e progressiva. Ela supõe certas condições,

tais como a informação afetiva sobre os assuntos de interesse da comunidade e a formação adequada às responsabilidades assumidas. Ela também não pode ser limitada, de antemão, às suas etapas iniciais (como a simples consulta aos fiéis ou participação deles em serviços subalternos), mas deve estar aberta e crescer em direção à participação plena, o que implica participação nas decisões que dizem respeito à comunidade.

**60.** Outra observação complementar e importante é que a pessoa deve ser acolhida na comunidade integralmente, com abertura e sensibilidade para os diversos aspectos ou dimensões de sua identidade e existência. Não no sentido de que a comunidade cristã deve tentar exercer o controle quase absoluto e integral da pessoa (como em certas "seitas"), contradizendo o princípio da liberdade cristã, mas no sentido de não cair em atitudes unilaterais como o intelectualismo e o formalismo de muitas celebrações e práticas pastorais, ou no sacrifício da dimensão afetiva e emocional em engajamento militante demasiadamente rígido.

**61.** Finalmente, na experiência que a pessoa faz da comunidade cristã, deve predominar aquilo que realmente merece o primado: a experiência espiritual (no sentido forte de experiência do Espírito de Deus), a experiência da fé, na qual a liberdade humana se abre à comunicação de Deus em Cristo, pela Palavra e pelo Espírito. Os aspectos organizativos e até burocráticos da vida eclesial, ainda que sendo necessários, devem ser subordinados ao essencial, que é a experiência da fé e da comunhão fraterna. Assim atender-se-á ao desejo da autêntica espiritualidade, da verdadeira mística, presente hoje em muitos cristãos.

**62.** Para que se possa refletir melhor sobre as implicações da valorização da pessoa e de sua experiência na pastoral, pode-se pensar em alguns aspectos.

**63. a)** Na catequese, há anos busca-se a conexão necessária entre a experiência, pessoal e comunitária, e a doutrina ou tradição eclesial da Palavra, inclusive à luz da pedagogia recente, que não se ocupa apenas de "conteúdos" a serem transmitidos, mas antes de tudo dos sujeitos envolvidos no processo pedagógico. Já o documento n. 26 da CNBB (*Catequese renovada*, 1983) expressava claramente no seu parágrafo 113, o princípio da interação "entre a experiência de vida e a formulação da fé; entre a vivência atual e o dado da tradição". Como continuar a trabalhar nesta linha, segundo este princípio, por sua natureza dinâmica, que obriga a acompanhar a evolução do contexto histórico, a situação real e a experiência das pessoas (crianças, jovens e adultos)?

**64. b)** Podemos constatar nos últimos anos avanço enorme da leitura da Bíblia no meio dos católicos, acolhendo o impulso do Vaticano II (cf. DV 25). O fato é extremamente relevante, tanto do ponto de vista histórico (o acesso dos fiéis à leitura da Bíblia é fato tipicamente moderno), quanto do ponto de vista pastoral, porque através da Bíblia é toda a vida cotidiana que é interpretada e vivida na fé. De que maneira deve ser continuado o esforço para tornar a Bíblia acessível a todos, de forma a iluminar a vida cristã?

**65. c)** Desafio semelhante ao da catequese, e talvez mais difícil, propõe-se para a liturgia e para outras formas de oração, individual ou comunitária. A dificuldade maior talvez derive daquilo que o recente documento da CNBB *Animação da vida litúrgica* chama de "quatro séculos de imobilismo". No mesmo documento afirma-se o princípio da inserção da liturgia na cultura e na vida do povo, embora com bastante restrições. Deseja-se "inaugurar" um trabalho no sentido da inculturação e da criatividade. Parece evidente que a liturgia católica ficou

demasiadamente apegada a um de seus pólos: a tradição. É preciso articular este pólo com outro: o presente, a vida eclesial, a experiência atual dos fiéis. Neste sentido, algo está imediatamente ao alcance do pastor e da sua comunidade: celebrar bem. Parece simples, mas não é. Como tornar isto, de fato, viável? Uma teologia de tendência racionalista (como a Escolástica) subestimou o valor do simbólico e acabou gerando a má compreensão da natureza da liturgia. Além disso, as profundas mudanças culturais provocaram o distanciamento muito grande entre os ritos católicos e a mentalidade moderna. Também no Brasil o distanciamento pode crescer, se não houver providências eficazes. Como promover a aproximação entre as celebrações litúrgicas e o universo simbólico das comunidades?

**66. d)** A catequese e a liturgia, bem como toda a experiência de participação na comunidade eclesial, devem incluir a educação do cristão às outras dimensões da missão da Igreja e da ação pastoral. Pode-se pensar nas dimensões ecumênica e missionária e naquela disposição ao serviço da sociedade humana, numa linha profético-transformadora, que todo cristão em princípio deve assumir. Não se deve, porém, confundir a inspiração da fé com a obrigação de determinados compromissos sociais ou políticos. Deve ser respeitada a liberdade do cristão na escolha das formas específicas do seu empenho na sociedade. De outro lado, esta liberdade não deve ser simplesmente abandonada a si mesma. Especialmente no contexto da sociedade moderna e do meio urbano, criou-se uma dicotomia entre a fé e a vida, entre a esfera da religião e as esferas da ciência, da política, da economia, das atividades profissionais. É portanto necessário e urgente o esforço coletivo, empenhando pastores e fiéis, para discernir as formas do *ethos* cristão na sociedade moder-

na, as orientações básicas para o comportamento cristão no mundo de hoje. Como promover integração melhor entre fé e vida?

**67. e)** O discernimento da ética cristã adequada ao mundo de hoje é essencial também para tornar mais autênticas e eficazes as atividades pastorais e de serviço, que a Igreja tradicionalmente desempenha no campo da educação, da família, da escola. Uma das expressões maiores da valorização da pessoa pela Igreja é certamente o empenho com que ela promove a educação, seja no âmbito familiar, seja na escola ou em outros meios. É através da educação que o indivíduo se torna pessoa e amplia as dimensões do seu ser e do seu agir. Hoje é mais importante e mais árduo do que nunca o desafio da educação cristã e da pastoral da juventude. O desafio, porém, não consiste apenas em dar continuidade às muitas atividades já realizadas ou em multiplicá-las, mas em dar nova qualidade e maior eficácia evangélica ao que se faz neste campo. No mundo urbano, tão fragmentado, será muitas vezes ao redor da preocupação com a educação dos filhos que paróquias, movimentos e instituições católicas de ensino poderão reunir os pais e envolver ativamente jovens e adultos no trabalho de evangelização. Como tornar mais eficaz o empenho pela educação cristã?

**68. f)** Da capacidade de a Igreja, nos próximos anos, diversificar suas formas de agregação ou de vivência comunitária e corresponder melhor às exigências culturais da modernidade, dependerá também a resposta a dois desafios assinalados insistentemente pelos agentes de pastoral: o da pastoral urbana e o dos novos movimentos religiosos.

**69.** O problema da pastoral urbana, especialmente nas grandes cidades, embora possa exigir a médio prazo

novas estruturas pastorais, deve ser encarado, de imediato, como o problema da presença da Igreja na sociedade moderna, complexa. Esta presença se articula, como foi mostrado em diferentes níveis (pessoal, comunitário, social...). A pastoral urbana ser, necessariamente, diversificada. Como articular adequadamente seus diversos aspectos?

**70.** Diante dos novos movimentos religiosos, a Igreja é chamada, antes de tudo, a realizar o discernimento, conforme as indicações do Vaticano II (cf. especialmente DH e UR). Promoverá o pleno respeito da liberdade religiosa. Manterá relacionamento de diálogo e cooperação com quantos se mostrem retamente interessados na busca da verdade e da justiça. Evitará coonestar movimentos ou "seitas" em que a religião está subordinada a interesses econômicos, políticos ou outros. Denunciará eventuais abusos e fará obra de esclarecimento, quando o julgar necessário. Em linhas gerais, a melhor resposta da Igreja à situação de pluralismo religioso é o empenho em conseguir a autenticidade evangélica do seu testemunho, a santidade de seus membros, a adequação da sua ação pastoral ao contexto em que se situa. Ou a Igreja deve promover outras iniciativas específicas?

## **2. Diversificação das formas de expressão e vivência comunitária**

**71. 2.1.** As análises do cap. II já acenaram para as diferenças entre a sociedade tradicional e a sociedade complexa, moderna. Na primeira, predomina a comunidade rural, relativamente auto-suficiente, em que as atividades econômica, política, religiosa e de lazer são realizadas juntamente, num espaço restrito, familiar. A vida

das pessoas é determinada pela tradição, apoiada e controlada pela comunidade. A própria estruturação do tempo e do espaço faz convergir a vida comunitária para um centro e para "tempos fortes", em que a comunidade se reúne e se reconhece, constituindo-se tanto como comunidade humana (ou civil) quanto como comunidade cristã. Isto gera identificação, de fato, entre comunidade humana e paróquia.

72. Na sociedade moderna, urbana, a atividade humana tende a se dividir em áreas autônomas (economia, política, ciência, lazer, religião...). A pessoa não está mais ligada a uma "comunidade" (no sentido tradicional), mas articula sua vida com diversos ambientes, multiplicando seus relacionamentos. Neste espaço complexo, abre-se a possibilidade tanto do individualismo (o indivíduo vive suas relações, tendo como centro a si mesmo) quanto da adesão a novo tipo de comunidade (religiosa ou não) que dê apoio ao indivíduo e, às vezes, o controla e absorve quase completamente. Não é mais a sociedade que lhe impõe a única visão do mundo. O indivíduo tem que construir sua identidade, fazendo escolhas, valorizando traços da sua experiência, ligando-se a grupos ou comunidades caracterizados por uma visão do mundo, uma tradição, uma cultura.

73. Nesse contexto, a comunidade cristã ou a paróquia deve ser "construída". Não pode mais esperar que as próprias estruturas sociais façam convergir para ela toda a comunidade humana. Ela deve buscar e atrair os indivíduos, agregá-los, levá-los a participarem da experiência da fé e a partilharem a comunhão eclesial. A paróquia, foi dito, deve ser "comunidade missionária". Nos anos recentes, especialmente em face às grandes paróquias urbanas, caracterizadas pela baixa prática religiosa e o anonimato dos fiéis, reivindicou-se a transforma-

ção da paróquia em "comunidade de (pequenas) comunidades", ou a subdivisão da paróquia em comunidades de "dimensões humanas", possibilitando relações pessoais "quentes", fraternas.

**74. 2.2.** Teologicamente, novo impulso veio da redescoberta — durante e especialmente após o Vaticano II — da Igreja local. A teologia da Igreja local procura critérios para estabelecer a "eclesialidade" dos diversos grupos, também dos menores (cf. Mt 18,20: "onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, eu estarei no meio deles"). Segundo o Concílio, só a diocese pode ser chamada Igreja particular. Todavia, outras comunidades ou grupos, devidamente articulados com a Igreja particular podem oferecer a experiência de Igreja. Basta lembrar que, historicamente, ao lado da igreja diocesana, existiram outras formas de concretização da igreja, como as comunidades religiosas e as prelazias não-territoriais. O próprio Concílio, que às vezes parece tomar como modelo da Igreja local a diocese antiga, de pequenas dimensões, onde o bispo presidia pessoalmente toda celebração da eucaristia, reconhece que hoje o bispo não pode estar em todo lugar e que as paróquias "de algum modo representam a Igreja visível estabelecida por toda a terra" (cf. SC 42 a; LG 26 a).

**75.** Mas o que propriamente constitui a Igreja e a torna presente num determinado tempo e lugar? Conforme o próprio Concílio (cf. SC 41; LG 26; CD 11), a comunidade eclesial, edificada pelo Espírito Santo, mediante o anúncio da Palavra (o evangelho), a celebração da eucaristia e dos outros sacramentos, a vida de comunhão do povo de Deus com seus carismas e ministérios, entre os quais sobressai o ministério episcopal-presbiteral, que tem a responsabilidade de garantir a autenticidade dos fatos que unem a comunidade de hoje com a Igreja apos-

tólica e com o projeto missionário, evangelizador, que lhe foi confiado até o fim dos tempos.

**76.** Procurando edificar autênticas comunidades eclesiais no contexto atual, os critérios básicos de "eclesialidade" serão os que o Concílio apontou e foram acima mencionados.

**77.** 2.3. Das constatações acima decorre a orientação pastoral de multiplicar e diversificar, especialmente no meio urbano e onde isto não foi feito amplamente, as comunidades eclesiais que tenham condições de suscitar, educar e apoiar a experiência da fé a partir da Palavra, da eucaristia, da comunhão fraterna e do empenho no serviço dos irmãos.

**78.** Já nos anos 70 e 80, a ação pastoral da Igreja do Brasil desenvolveu muitas e ricas experiências neste sentido. Elas podem ou devem ser avaliadas, atualizadas e mais bem articuladas. Elas também devem abrir-se a uma exigência mais recente, mais destinada a crescer nos próximos anos. Trata-se da exigência da *inculturação* da fé, muitas vezes recomendada pelo magistério recente, especialmente do papa João Paulo II (cf. RMI; 52-53). Ela implica a busca de expressões culturalmente mais adequadas aos diversos grupos étnicos, sociais, culturais, que encontram novo espaço de afirmação no contexto pluralista atual e reivindicam o direito de conservar e manifestar sua identidade cultural também na Igreja, na liturgia, na catequese, na vida social etc.

**79.** Na edificação de toda comunidade eclesial não se esquecerá o que foi mencionado na fundamentação teológica. A comunidade eclesial local, pequena ou grande, territorialmente definida ou constituída a partir de outro critério de agregação, não deve fechar-se em si mesma, mas deve abrir-se em duas direções:

- de um lado, para com a pessoa ou indivíduo, o cristão com sua experiência e esperança singulares, que quer encontrar na comunidade aquela valorização e participação, para a qual anseia (cf. acima, item I);

- de outro lado, para com as outras comunidades eclesiais e a Igreja universal, para com a missão da Igreja em seu sentido pleno, que abrange a atenção aos que devem ser evangelizados (sejam eles batizados não praticantes, ou não-cristãos que aguardam a missão *ad gentes*) e inclui também a presença solidária e serviço dos cristãos na sociedade civil.

**80.** A multiplicação e diversificação das comunidades eclesiais supõe, em primeiro lugar, a avaliação e o aperfeiçoamento das experiências já feitas. Por exemplo:

**81. a)** As comunidades eclesiais de base, fenômeno marcante dos anos 70, embora tenha diminuído seu ritmo de crescimento nos anos 80, continuam prosperando principalmente no meio rural e nas periferias urbanas. Tiveram, geralmente, grande apoio da hierarquia. Representam uma experiência eclesial "modelo", seja pela participação do laicato, seja pela criatividade pastoral e pela capacidade de transformação social. Elas são a "força de evangelização" (RMi 51). Mas se acham hoje diante de diversos desafios:

- devem trabalhar mais com as massas e não se fecharem em pequenas elites;

- devem acolher melhor a religiosidade popular e respeitar mais seu universo simbólico, evitando o perigo de excesso de racionalismo, principalmente dos agentes de pastoral mais intelectualizados;

- devem abrir-se ao pluralismo, evitando atitudes sectárias.

**82.** Como fazer para que a experiência das CEBs se consolide e continue acompanhando as mudanças da sociedade e mantenha relação dinâmica entre a fé e a vida?

**83. b)** Os movimentos são fenômenos que emergiram com nova força nos anos 80. Temos experiências de movimentos em décadas anteriores, sobretudo através da Ação católica, que, aos poucos, se integraram nas orientações da ação pastoral e contribuíram para a renovação eclesial. Os atuais movimentos, ainda por demais influenciados pelas características do país de origem, encontraram dificuldades para se adaptarem às Igrejas locais, de modo especial no que se refere ao engajamento no social. Contudo, respondem, muitas vezes, a anseios das classes médias e se articulam como respostas da Igreja à modernidade no plano internacional (a modernidade não tem fronteiras...). Podem até ser considerados "intimistas", mas não deixam de valorizar a fé como experiência pessoal, de cuidar da formação dos militantes, de usar a organização moderna a serviço da evangelização. Como valorizar e integrar melhor sua experiência?

**84. c)** Nas paróquias, além de situações de acomodação ou de rotina, encontramos também muitas formas de renovação, algumas articuladas com as CEBs, outras com os movimentos, outras valorizando seus próprios serviços, outras tentando ser o centro de articulação de uma multiplicidade de grupos e atividades pastorais.

**85.** Uma questão fundamental é a do "monopólio" de que a paróquia goza, sobretudo no âmbito dos sacramentos, desestimulando a experiência de outras formas comunitárias. Problema delicado que mereceria melhor reflexão no contexto atual. Mesmo permanecendo a referência fundamental da vida cristã, como a paróquia

poderia abrir-se mais para outras formas de vida eclesial, especialmente no meio urbano?

**86. d)** Há ainda muitas "pastorais específicas". Algumas mais facilmente podem ser articuladas com a paróquia. Outras, mais especializadas e ligadas com realidades mais conflitivas, desenvolvem concepções de Igreja e de pastoral que nem sempre se integram facilmente com a paróquia ou a diocese. Mas respondem a desafios reais da modernidade e da nossa realidade social, constituindo uma das formas mais eficazes de presença da Igreja no nível macrosocial. Como fazer para que as pastorais ajudem as nossas Igrejas a se abrirem mais aos problemas urgentes da sociedade?

**87. e)** Finalmente, não se pode esquecer a emergência de outros movimentos, não eclesiais, nos quais os católicos participam e podem levar à formação de grupos (por exemplo: feministas, ecologistas, de cultura negra...) que reivindicam expressão eclesial (catequética, litúrgica etc.) própria.

**88.** É preciso observar que há dificuldades neste campo. A tradição da "conquista" da América Latina impôs a política de assimilação ou integração cultural, submetendo e sacrificando (freqüentemente destruindo e eliminando) as culturas indígenas e africanas. Impõe-se hoje, urgentemente, à consciência cristã, não apenas reconhecer claramente suas responsabilidades históricas e seus pecados nesta matéria, mas afirmar com absoluta firmeza o princípio do respeito de todas as culturas e particularmente a defesa dos direitos das culturas oprimidas e injustiçadas. Como fazê-lo?

### **3. Pela presença mais significativa na sociedade**

**89.** 3.1. Examinamos acima, ao menos nas grandes linhas, dificuldades e oportunidades que a situação oferece à presença e atuação da Igreja.

**90.** A primeira dificuldade está ligada à autonomia e à separação das diversas esferas da vida social. A Igreja ainda tende a considerar-se o centro da sociedade e a guardiã de seus valores, como de fato o foi durante séculos, também depois da separação oficial de Igreja e Estado, há cem anos. Hoje, é mais evidente que a política, a ciência, a técnica, a economia, as artes, as diversas expressões culturais reivindicam e praticam de fato a autonomia, pela qual não vêem razão de manter relações com a esfera religiosa ou de receber orientações eclesiais.

**91.** Outra face da mesma situação é a tendência a rejeitar não apenas a religião ou a Igreja, mas também a dependência de uma ética comum, racional. Há a crise dos valores éticos, sobretudo coletivos, que podem ser reconhecidos de algum modo por toda a sociedade. Os valores se tornam, tendencialmente, ligados a escolhas individuais ou grupais. Contudo, a ausência de dimensão ética na modernidade suscitou — ao menos na consciência crítica mais alerta — a reação, em face da ameaça de desumanização da sociedade e de fracasso da promessa “emancipatória”, de liberdade e progresso, feita pelas ideologias modernas. Abre-se aí espaço — o da busca de ética para a sociedade contemporânea — em que a Igreja e os cristãos têm a possibilidade de presença significativa.

**92.** Conjugada com a crise ética e o predomínio da economia, está a crise da política e, mais geralmente, das instituições tradicionais. A encíclica do papa João Paulo

II *Sollicitudo Rei Socialis* analisou recentemente, de forma incisiva, em nível mundial, as contradições da economia, atrás das quais reconhecia a ausência de política eticamente inspirada. No caso do Brasil, em meio aos avanços e dificuldades da política ligados à situação específica do País, pode-se reconhecer uma dificuldade comum às sociedades modernas (cf. CNBB, doc. 40, 189-202; doc. 41, 23-64).

**93.** Outro fato de crescente importância nos últimos anos é a influência sobre a opinião pública dos grandes meios de comunicação de massa, cuja propriedade e direção está nas mãos de poucos e cujo uso tende a privilegiar certos aspectos da realidade e a ocultar outros. Os MCS tornam-se assim, também para a mensagem da Igreja e sua presença na sociedade, um filtro que limita a "Comunicação para a verdade e a justiça" (cf. CF'89).

**94.** A própria Igreja é chamada a analisar sua atuação pública e sua mensagem com relação à sociedade. Na opinião de analistas, apesar de esforços relevantes para explicitar sua doutrina social e a ética para o mundo de hoje, muitos documentos eclesiais são demasiadamente complexos, de linguagem pouco adequada para a divulgação nos MCS. Muitas mensagens são genéricas, não atingindo o homem comum em sua vida cotidiana.

**95.** 3.2. Do ponto de vista teológico a Igreja não pode limitar-se a orientar a experiência religiosa individual, nem a formar grupos ou comunidades que vivem isolados. A tradição bíblica e eclesial, bem como o magistério atual, querem que a Igreja, para ser fiel à sua missão, assuma uma posição explícita em face à sociedade e às suas macroestruturas.

**96.** Esta posição foi descrita pelo Vaticano II como a da "Igreja sacramento da salvação", que procura ser si-

nal do destino de toda a humanidade (Cf LG 1). Isto é claramente manifestado também na *Gaudium et spes*, que trata das relações da Igreja com a política: "A Igreja que, em razão da sua finalidade e competência, de modo algum se confunde com a comunidade política e nem está ligada a nenhum sistema político, é ao mesmo tempo sinal e salvaguarda do caráter transcendente de pessoa humana" (GS 76 b).

**97.** A missão implica assim no cuidado da Igreja de não nivelar-se com as forças políticas em busca do poder, mas refletir a imagem do Cristo Servidor da humanidade, sobretudo dos mais pobres.

**98.** Coerentemente com isso, a Igreja manifesta seu apreço e apoio ao regime democrático, contra possíveis alternativas autoritárias ou elitistas, conforme já fez no Brasil em documentos recentes, desde "Exigências cristãs de uma ordem política" (1977) até "Exigências éticas da ordem democrática" (1989), contribuindo para que se torne realidade não apenas uma democracia formal, mas uma justa repartição dos bens e das oportunidades, que garanta ao povo efetiva participação econômica, social e política.

**99.** No esforço de promoção da democracia e da justiça social, a Igreja colabora com todas as forças sociais e movimentos populares que buscam o respeito dos direitos da pessoa humana, a promoção de uma representação política autêntica, a valorização da cultura popular, a abertura à transcendência (cf. CNBB, *Exigências éticas*, doc. 42, no. 54-64), respeitando o pluralismo das opções partidárias (cf. CNBB, ICM, doc. 40, no. 215).

**100.** A atitude democrática comporta ainda, no plano religioso, o respeito do pluralismo e a atitude ecumênica de diálogo; no plano cultural, a defesa dos direitos

das populações indígenas e das minorias étnicas, em que a Igreja hoje se mostra particularmente empenhada.

**101.** Mais do que isso, a Igreja católica — ciente de sua missão universal — testemunha também seu interesse ativo pela paz e solidariedade entre todos os povos e partilha, de forma significativa, embora quantitativamente limitada, seus recursos humanos e materiais com as Igrejas de outros países, em apoio à missão *ad gentes*.

**102.3.3.** Como discernir melhor os rumos que a Igreja deve seguir para tornar mais significativa sua presença na sociedade brasileira no contexto atual?

**103.** Neste campo há uma doutrina e uma atuação da Igreja, no Brasil, que devem continuar. Já fizeram da mesma Igreja uma instituição que goza de respeitável prestígio na opinião pública e de confiança por parte do povo. Todavia, diante dos novos desafios e das rápidas mudanças na sociedade, é importante prever também novas iniciativas e tornar mais significativas, do ponto de vista da evangelização, as atividades da Igreja no campo social.

**104.** A Igreja deve continuar a desenvolver, a partir de análise atenta da realidade, sua doutrina ou ética social, tornando-a mais concreta e acessível à compreensão da maioria do povo, de modo que possa inspirar ação efetiva de transformação da sociedade no sentido de maior justiça e fraternidade. Tal elaboração da ética social pode ser feita conjuntamente por pastores e leigos, com a colaboração dos cientistas sociais e de todos os que possam contribuir para a mesma finalidade (como já indica Puebla, nn. 1206-1253, sobre os “construtores da sociedade pluralista”). Para superar a tendência de aceitar uma representação esquemática e simplificada da realidade social, é oportuno incentivar a pesquisa, o estudo

da evolução da sociedade e o discernimento dos novos problemas e tendências. É possível indicar, mais concretamente, algumas iniciativas? Por exemplo:

**105. a)** A Igreja no Brasil deveria continuar a reflexão sobre a ética social, procurando não se limitar às grandes orientações formais e gerais, mas descer às situações concretas e às realidades específicas. Este tipo de reflexão, que entra mais diretamente nos problemas que angustiam o povo e que são objeto de debate na opinião pública, tem possibilidade de ser mais significativa e de obter mais repercussão também em nível de comunicação de massa.

**106. b)** Um ponto particular da ética social, que no atual contexto merece aprofundamento, é a crítica da ideologia liberal (ou neoliberal), que, no fundo, apenas encobre sua incapacidade de subordinar a economia à política e à ética, segundo as exigências da democracia e da justiça. Além disso — na opinião de muitos analistas — acaba promovendo uma política econômica menos eficaz para o desenvolvimento do país. No contexto do capitalismo liberal e do consumismo, a Igreja se vê desafiada a desmascarar a idolatria do dinheiro e de estilo de vida baseado sobre a acumulação da riqueza e, às vezes, o exibicionismo e o desperdício, tanto mais graves e escandalosos em face à fome e à miséria de milhões de brasileiros. Como fazê-lo?

**107. c)** A Igreja não pode, evidentemente, limitar-se à análise, à reflexão, à denúncia. Ela é responsável — com todas as forças sociais e políticas retamente intencionadas e com os diversos movimentos que expressam o anseio do povo, especialmente dos mais pobres — pela reivindicação das condições de saúde, alimentação, educação, moradia, segurança, a que todos têm direito. Ela

deve também promover, ao menos supletivamente, o que estiver ao seu alcance para aliviar os problemas dos necessitados, em particular dos mais abandonados (menores, doentes, idosos, marginalizados...), como faz e deve continuar a fazer. Deverá esforçar-se para que suas iniciativas sejam, qualitativamente, sinal de esperança evangélica e das metas de toda a sociedade. Quais forças a Igreja pode convocar para essa tarefa? O que pode pedir aos cristãos das diversas classes sociais?

**108. d)** Este empenho prioritário pelos mais necessitados e pela defesa dos direitos dos mais fracos não deveria ser apenas expressão exterior da ação da Igreja, "pastoral social" de tipo assistencial. Este empenho deveria penetrar o conjunto da vida e da ação eclesial. Deveria estar presente — como opção evangélica — no coração da catequese, da liturgia, da vida e ação das comunidades eclesiais. Deveria determinar as opções pastorais de paróquias e dioceses, a distribuição do clero e dos agentes de pastoral, a construção das igrejas e das obras sociais. Como tornar visível, no conjunto da Igreja, sua opção preferencial e evangélica pelos pobres?

**109. e)** Atenção especial por parte da Igreja, no contexto da modernidade e da atual fase da economia brasileira, merecem os problemas do trabalho e dos trabalhadores. Como dar continuidade à recente Campanha da fraternidade de 1991 e às orientações pastorais para o "Mundo do trabalho" do documento n. 40 da CNBB (Igreja-comunhão e missão, nn. 132-183)?

**110. f)** A influência atual dos grandes meios de comunicação social na opinião pública e na formação das consciências requerem da Igreja atitude mais ativa e vigilante neste campo? Antes de tudo, a Igreja deveria aprofundar sua consciência crítica das condições atuais

da comunicação, para combater — quanto possível — as distorções de sua mensagem. Deveria também contribuir para que, na própria opinião pública, cresça a consciência crítica em face aos MCS e às possíveis manipulações da informação. Deveria oferecer ela mesma, a Igreja, um tipo alternativo de comunicação marcado pela transparência, pela capacidade de escuta, pelo esforço de dar a palavra a todos, mesmo aos que “não têm voz” na sociedade atual? Finalmente, como poder atualizar e aprimorar seus próprios meios de comunicação?

## PERGUNTAS SOBRE O CAPÍTULO II

1) Em linhas gerais, concorda com a acentuação das três orientações pastorais enfatizadas no texto (1. valorização da pessoa; 2. diversificação das formas de expressão cultural e vivência comunitária; 3. presença mais significativa na sociedade)? Ou aponta outras orientações prioritárias?

2) Com relação à “valorização da pessoa e da experiência subjetiva”:

- quais são as metas concretas a serem alcançadas na pastoral?

- quais são as medidas necessárias, na área da formação e da organização, para poder alcançar as metas?

3) Com relação à “diversificação das formas de expressão cultural e vivência comunitária”:

- quais são as metas concretas a serem alcançadas na pastoral?

- quais são as medidas necessárias, especialmente quanto à formação e organização, para poder alcançar as metas?

4) Com relação a uma “presença mais significativa na sociedade”:

- quais são as metas concretas a serem alcançadas?
- quais são as medidas necessárias, no campo da formação e da organização, para alcançar estas metas?

5) Como deve manifestar-se a opção preferencial pelos pobres no contexto atual, para que seja clara e significativa? Como a assumimos em nosso ministério e vida pessoal?

### CAPÍTULO III

## QUEM EVANGELIZA?

### Missão do presbítero e outros ministérios

III. Os desafios pastorais dos anos 90, como foram emergindo da reflexão dos capítulos I e II, exigem nova mobilização e qualificação dos agentes de pastoral, desde o simples fiel até os ministros ordenados. É disso que trataremos brevemente aqui, dando destaque à responsabilidade dos presbíteros, que hoje estão no centro da organização pastoral e dos quais depende, em grande parte, se haverá ou não verdadeira renovação.

#### 1. Os presbíteros

112. Com relação ao ministério presbiteral parece necessário: 1) Multiplicar o número dos presbíteros, especialmente para atender aos campos pastorais ou às exigências específicas, em que os presbíteros hoje estão pouco ou nada presentes. O crescimento do número dos candidatos ao presbiterato, bastante acelerado durante

a década de 80, parece hoje estar estacionário. Será preciso novo esforço, qualitativamente diverso, para suscitar e acompanhar vocações presbiterais naqueles meios em que o número de padres é escasso (populações indígenas, população negra, minorias étnicas, classes marginalizadas) e também para suscitar vocações destinadas a lidar com problemas e ambientes característicos da modernidade. Mas, certamente, o aumento do número dos presbíteros — até que não houver uma reforma mais profunda das exigências do presbiterato — será pequeno nos próximos anos. Já será difícil acompanhar o ritmo de crescimento da população, evitando assim que a relação entre o número de padres e o número de habitantes se deteriore, como aconteceu nas últimas duas décadas (de um padre para 6.000 habitantes passamos a um para 10.500). Logo, será necessário transferir maciçamente a novos ministros e aos leigos muitas das tarefas, atualmente desempenhadas pelos presbíteros (cf. abaixo, item 2);

**113.** 2) renovar e qualificar o próprio ministério presbiteral. Esta é exigência que decorre naturalmente, pode-se dizer, do atual ritmo de mudanças e da exigência da evangelização. O Presbítero deve passar do papel em que, predominantemente, administrava os sacramentos e tomava conta de uma comunidade paroquial já constituída, tradicional, para o papel missionário, de animador de novas comunidades e de formador de leigos que agem no coração do mundo moderno. Para desempenhar com preparo e competência o novo papel, será necessário:

**114.** que o presbitério (juntamente com o bispo) assumam mais colegialmente a evangelização e a pastoral, repartindo melhor as tarefas prioritárias entre os presbíteros;

**115.** que os presbíteros se atualizem e entrem num processo de formação permanente, que lhes permita acom-

panhar e compreender as mudanças sociais e desenvolver uma vivência espiritual e uma reflexão teológica adequadas;

**116.** que os presbíteros renunciem a tarefas meramente executivas, rotineiras, para assumirem tarefas de inovação, animação, edificação de novos grupos e comunidades, o que exige bastante criatividade;

**117.** que os presbíteros dediquem mais tempo ao atendimento das pessoas, em particular ao acompanhamento sistemático de líderes e grupos de leigos e à sua formação ...

## **2. Os leigos**

**118.** Simultaneamente à renovação do ministério presbiteral, é preciso — para realizar uma nova evangelização e uma nova ação pastoral, reconhecer efetivamente o “potencial evangelizador” dos leigos, inclusive dos mais simples e pobres, e aproveitá-lo. Isto implica:

**119.** dar maior espaço de liberdade para a atuação de comunidades de base e movimentos, embora procurando promover a articulação e a comunhão entre eles (cf. n. 3);

**120.** promover a participação dos leigos em todos os níveis, não reduzindo-a à prestação de serviços subalternos, mas levando à co-responsabilidade nas decisões pastorais;

**121.** criar efetivas condições de formação para os leigos, em formas adequadas, ligadas à própria participação na ação pastoral, fazendo os investimentos necessá-

rios em recursos humanos e financeiros, como se faz para a formação do clero;

122. entregar efetivamente responsabilidades apostólicas e pastorais aos leigos, seja aos que atuam mais diretamente no campo eclesial, seja aos que atuam na sociedade.

### 3. Articulação da Igreja local

123. Finalmente, faz parte das exigências da ação pastoral hoje e no próximo futuro articulação melhor das forças (ou agentes) pastorais nos diversos níveis em que a Igreja expressa a sua presença: comunidade de base — paróquia — diocese, e até nos níveis regional e nacional. Com CEBs, paróquias e dioceses devem entrosar-se melhor religiosos e religiosas, que prestam relevantes serviços pastorais, muitas vezes atuando em áreas pouco assistidas, assim como movimentos e pastorais específicas ou especializadas.

### PERGUNTAS PARA A REFLEXÃO E O DEBATE

1) Como suscitar e acompanhar as vocações indígenas, afro-brasileiras e outras, tendo em vista a evangelização das culturas e raças oprimidas?

2) Como suscitar vocações ao presbiterato e formar os presbíteros já ordenados para que se preparem especialmente para enfrentar os desafios pastorais emergentes e atuem nos setores menos evangelizadores da modernidade? Elenque suas sugestões.

3) Como criar centros de formação permanente para os presbíteros, com o objetivo de atualizá-los face aos no-

vos desafios pastorais e de ajudá-los também no desenvolvimento pessoal?

4) Como levar os presbíteros a se engajarem corajosamente em situações missionárias (situações como cortiços, favelas, sem terra...; colaboração com Igrejas-Irmãs carentes de recursos humanos; disponibilidade para a missão *ad gentes*)?

5) Como devemos incentivar os ministérios não-ordenados? Quais são as medidas prioritárias para fortalecê-los?

6) O que devemos fazer para incentivar a participação dos leigos na evangelização e na pastoral? Em particular, quais iniciativas devemos tomar no campo da formação?

7) Como conseguir uma melhor articulação do presbitério diocesano com as outras forças pastorais (movimentos, pastorais específicas, atuação das congregações religiosas)? Quais são as experiências de assembleias, sínodos, planejamento participativo, organismos representativos (Conselhos...), que têm dado certo e pode estimular efetivamente a "comunhão e participação"?

**5º Encontro Nacional de Presbíteros**  
Itaici - SP, 04 a 09 de fevereiro de 1994  
CNP - CNBB

**O PRESBÍTERO NO PROCESSO  
DE URBANIZAÇÃO**

## INTRODUÇÃO

### Porque este tema?

Os representantes dos presbíteros do Brasil escolheram para o V ENP o tema "O presbítero no processo de urbanização". Outros temas, após a primeira filtragem dos vários apresentados, haviam sido propostos: "O ministério presbiteral à luz dos novos rumos da Igreja", "A dimensão humano-afetiva, base da vida e do ministério do presbítero", "O presbítero, sua cultura e a inculturação da fé".

Todos os temas se apresentam extremamente atuais e empolgantes. Ganhou o que versa sobre a cidade. Não só porque o processo de urbanização é atualmente um dos fenômenos sociais mais marcantes no mundo inteiro e sobretudo no Brasil e na América Latina (é bom lembrar, que capitais como México, São Paulo, Rio de Janeiro, Lima, Buenos Aires estão atualmente entre as cidades mais populosas do mundo e que o processo que se realizou na Europa num período de 1.000 anos, na América Latina aconteceu em 100 anos!). Não só porque a massa da população brasileira (77,5%) já vive na cidade. Não só porque os documentos do episcopado (as Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil 1991-1994 ; o Documento de Santo Domingo) nos convidam a enfrentar o desafio da pastoral urbana.

Escolhemos a cidade por um motivo teológico, por sentir na cidade o sacramento da realização futura do Reino ou da realização trágica do anti-reino de Deus.

"As cidades têm vida e existência autônoma, misteriosa e profunda... Têm rosto característico, até diríamos alma e destino... Elas não são amontoado casual de pe-

dras, mas misteriosas habitações de homens e, até iria além, de certa forma as misteriosas habitações de Deus” (Giorgio La Pira, *Le citta sono vive*, La Scuola 1978, 27).

## O método

O instrumento de trabalho que apresentamos para o V ENP não quer ser tratado exaustivo nem de teologia nem de sociologia, nem tampouco de pastoral. Não quer ser texto perfeitamente organizado e completo, de afirmações categóricas.

Quer ser instrumento provocativo, para propor questões, convidar ao debate, à discussão, para que os presbíteros possam se preparar melhor ao V Encontro, trazendo consigo bagagem de reflexões teóricas e de experiências práticas, com a finalidade de rever sua vida e sua presença de serviço pastoral dentro do fenômeno da urbanização. Por isso as perguntas que acompanham cada parte do texto não exigem resposta sequencial e sim devem ser usadas como instrumento de discussão.

## 1. REALIDADE SOCIOECONÔMICA E QUESTIONAMENTOS ÉTICOS

Na Semana social brasileira em 1991, se constatava que “poucos países tiveram a possibilidade de viver o que nós vivemos no Brasil. Fizemos um mergulho na modernidade que se define como progresso. A experiência que fizemos foi de fracasso em termos sociais. Uma parte dos países do mundo ainda não tentaram a busca do progresso com a radicalidade com que o Brasil o fez. A

partir desta experiência devemos começar a formular uma consciência nova".<sup>1</sup>

### **1.1. A modernização conservadora — duas características**

Como podemos caracterizar a experiência de modernização feita pelo país? O que significou este mergulho na modernidade que se define como progresso? Quais os desafios que esta experiência lança para o futuro do país como nação e como povo?

A primeira característica do mergulho na modernidade é a intensidade e a rapidez com que a sociedade brasileira fez a transição da ordem tradicional para a modernização.

A economia brasileira durante o período desenvolvimentista cresceu à média de 7% ao ano, quando no mundo todo se chegava a uma taxa de crescimento de 5,9%. Entre 1940 e 1980 a economia brasileira cresceu catorze vezes. Crescemos muito mais rapidamente do que, por exemplo, os EUA durante a sua decolagem para a industrialização.

Em um século, desde a proclamação da República, o Brasil transformou-se de país basicamente agrícola em país com privilegiada estrutura industrial que o situa, em termos de produto, entre as 10 maiores economias do mundo. Produz e compete no mercado internacional, desde têxteis até aviões, passando por uma indústria metal-mecânica que chegou a produzir um milhão de automóveis por ano.

<sup>1</sup>Cristóvam Buarque, "Economia e ética a partir do econômico", in *Mundo do trabalho: desafios e perspectivas*, Semana Social Brasileira - 1991, Ed. Paulinas, São Paulo, 1992;

A partir dos anos 30, o Brasil opta pela implantação da política de substituição de importações de bens industriais, sem modificar a agricultura, que continuou baseada em latifúndios voltados para as exportações. A substituição das importações de bens industriais não foi acompanhada de uma política de reorientação da produção agrícola da exportação para o mercado interno. Deste modo a industrialização brasileira conviveu com uma agricultura semi-escravocrata, semi-feudal, com grandes latifúndios de baixa produtividade e orientados basicamente para a produção de bens para a exportação.

A opção por tal política teve como uma das suas consequências a urbanização extremamente rápida. Ela não foi fenômeno natural. Foi provocada pela falta de sintonia entre a dinâmica industrial, voltada para o mercado interno, e o arcaísmo da agricultura latifundiária, voltada para o exterior. A população rural foi atraída pela cidade de maneira desordenada e incontrolável. A concentração dos gastos sociais nas cidades e a sua priorização na localização das indústrias, favorecidas pela política de subsídios, as tornaram o lugar capaz de realizar os sonhos de populações rurais, que expropriadas de suas terras e abandonadas à própria sorte, foram tangidas para os grandes centros urbanos.

O fluxo migratório assumiu tal velocidade que, se na década de 60 eram 13 milhões de pessoas que haviam migrado internamente, entre 1970 e 1980 o número de migrantes subiu para 15,5 milhões. As grandes cidades brasileiras hoje são sinônimo de caos, pobreza, miséria, desemprego, violência e exemplos concretos de como não devem ser os processos de migração rápida e desordenada do campo para a cidade.

A segunda característica deste processo é que a industrialização ocorreu no Brasil com base na opção por

técnicas desadaptadas aos recursos naturais, às necessidades sociais e ao potencial econômico do país.

O modelo de modernização foi implantado numa sociedade completamente alheia ao meio-centro-europeu ou norte-americano que lhe serviu de berço e matriz. A sociedade brasileira foi incapaz de pensar alternativas técnicas, nacionais ou adaptadas do exterior, que levassem em conta o potencial humano, a realidade natural, cultural do país e as necessidades básicas da sua população. Preferiu, em vez disso, identificar o seu projeto nacional como a própria técnica a ser usada, copiando e imitando as técnicas do exterior. Importou-se, deste modo, um estilo de sociedade e métodos de produção sem levar em consideração a matriz societal brasileira. Com isto acabou-se importando as necessidades dos países ricos, matrizes deste processo de modernização, e as maneiras de satisfazê-las.

Isto fez com que nos tornássemos receptáculo de um estilo de produção concentracionista, fundamentalmente voltado para máquinas e processos produtivos rígidos e bens padronizados. Estabeleceu-se, com isto, como cerne da parte moderna e favorecida da economia, uma indústria que copia e imita, em benefício das minorias, os produtos consumidos pelas maiorias nos países ricos. E os bens industrializados exportados dependem, para concorrerem no mercado mundial, do aviltamento dos salários internos.

Esta opção por técnicas que desconsideram o potencial de recursos naturais, as peculiaridades culturais e as necessidades sociais mais fundamentais da população brasileira, fez com que o país ficasse dependente de capital, de técnicas e de recursos naturais importados. Um país com recursos abundantes em mão-de-obra, energia e demais recursos naturais, tornou-se impotente para definir a sua economia e seu destino, porque seus recursos não serviam às técnicas importadas.

## 1.2. Desafios emergentes

Este processo de modernização traz no seu bojo dois desafios com os quais a sociedade brasileira é chamada a se defrontar se quiser ser país economicamente justo, politicamente democrático, socialmente equitativo e culturalmente plural.

Este mergulho na modernidade, em termos sociais, representou grande fracasso. O Brasil se defronta hoje com o desafio de pensar um projeto nacional consciente de ser uma sociedade socialmente apartada.

A sociedade brasileira, profundamente marcada pela dualidade socioeconômica, vai se tornando cada vez mais uma sociedade onde se generaliza um Estado de *apartheid*.

O país vive dividido entre dois mundos que, embora, funcionalmente ligados, hierarquicamente estão separados. Um relativamente organizado e capitalizado, integrado em mercados nacionais e internacionais, equipado por tecnologia moderna e, sobretudo, favorecido pelo Estado e por suas empresas públicas. Outro, desorganizado e desfavorecido, com acesso precário ao capital, aos mercados e à tecnologia, onde vive e trabalha a maioria dos brasileiros.

Cada vez mais consolida-se uma estrutura social apartada, com uma parte de privilegiados separada da maioria, não apenas econômica, mas também, juridicamente.

Temos aqui um fenômeno que se caracteriza não pelo dualismo entre o tradicional e o moderno, o rural e o urbano, mas pela exclusão em massa e permanente, produzida pelo próprio processo de modernização. Os setores excluídos compartilham do "modo de vida" moderno. São marginais, não por seus valores ou aspirações, mas em relação ao processo de modernização que, dado o peso crescente do fator capital, incluindo a tecnologia, é inca-

paz de integrá-los, gerando um desemprego estrutural. Portanto, o setor excluído não está à margem do sistema capitalista, mas é incorporado passivamente.

Diferentemente dos dualismos passados, onde os velhos regimes oligárquicos tinham, pelo menos, a pretensão de servirem de base à construção de Estados nacionais relativamente integrados, nos regimes de *apartheid* social, esta pretensão de hegemonia entra em crise. Aos participantes do "Primeiro Brasil" falta a visão geral e globalizadora da Nação. Sua visão, quando a têm, limita-se a uma pequena parte da Nação real, aquela mais moderna e integrada aos circuitos econômicos internacionais, mas totalmente desvinculada das grandes maiorias socialmente excluídas.

O processo de modernização econômica criou no país "ilhas de modernidade", ou seja, ilhas produtivas, financeiras, comerciais, pelas quais partes da nossa economia se vinculam com o sistema internacional, constituindo-se em verdadeiras "ilhas de excelência e produtividade".

No entanto, estas ilhas de modernidade se localizam no meio do mar de atraso, que é a miséria, a fome, o desemprego, as doenças crônicas, pelas quais partes da nossa economia se vinculam com o sistema internacional, constituindo-se em verdadeiras "ilhas de excelência e produtividade".

No entanto, estas ilhas de modernidade se localizam no meio do mar de atraso, que é a miséria, a fome, o desemprego, as doenças crônicas, os menores abandonados, agricultores sem terra. A modernização econômica "ilhada" tem levado, assim à consolidação de um verdadeiro *apartheid* social.

Esta apartação social se manifesta no modo de viver da cidade. O comércio, por exemplo, que até os anos 70 se fazia nos centros das cidades passa para os *shopping centers*, distantes e fechados. As praias das classes médi-

as vão para longe e terminam dentro dos próprios condomínios e casas, nas piscinas.

A violência é, de certa forma, a característica das sociedades de grande urbanização. Mas no Brasil ela atinge um patamar muito maior do que na quase totalidade dos demais países, além de estar presente, de forma brutal, no campo. A violência no campo decorre da incapacidade política de mudança profunda na estrutura agrária do país. O Brasil é um dos países de maior concentração fundiária do mundo. A violência urbana, por sua vez, decorre, em grande parte do desarraigamento violento sofrido por grandes majorias da população brasileira forçada a migrarem para as cidades. A ruptura cultural brusca das populações vindas do campo e a incapacidade por parte do processo de urbanização de rapidamente as integrar, educacional e culturalmente, fez com que estas majorias vivessem, e continuem ainda vivendo, dentro do seu próprio país como se em terra estranha.

O crescimento deste fenômeno faz com que os incluídos, ou seja, os beneficiários deste processo, se organizem na defesa corporativa dos seus privilégios. A violência e a periculosidade social criadas pelo processo de modernização, concentrando a renda, e a urbanização forçada, fez com que a maioria privilegiada da sociedade brasileira criasse uma série de mecanismos corporativos de proteção. Exemplo disso é o exército de pessoas contratadas para a defesa do patrimônio e dos indivíduos.

Isto explica, em parte, porque as instituições da sociedade civil, como as empresas, os sindicatos, os partidos etc., lutem por sua sobrevivência sem um projeto que as unifique. O interesse coletivo parece que é posto em parênteses, as discussões políticas ficam presas aos interesses circunstanciais, imediatos e de grupos.

Outro desafio posto pelo fracasso social do processo de modernização, com a sua alta concentração da renda e

da terra e com a urbanização forçada, é a forte e crescente desorganização social. Vai se instaurando uma "dinâmica de desordem" nos planos da família, partidos, associações, Estado. A desintegração e instabilidade no trabalho, a frágil organização sindical, a corrosão e a ruptura da coesão familiar, o clientelismo político, a escolaridade deficiente, a religiosidade questionada, as representações políticas rejeitadas, a organização selvagem provocam anomia generalizada.

Esta anomia generalizada se expressa na falta de um sentimento nacional, perda de auto-estima, desconfiança generalizada em relação ao país, aos seus dirigentes de todas as tendências políticas e a todas as suas instituições.

Ela se manifesta ainda no aumento da prática do individualismo, do oportunismo, do descompromisso social e do vandalismo. Frente ao estancamento econômico e à ausência de mobilização global, prevalecem as formas de "integração anômica". Vão-se criando assim as condições para o crescimento da apatia que leva ao "conformismo delinqüencial" e, no extremo, ao refúgio individual, à introversão, à crise pessoal, à destruição das capacidades do sujeito para a integração social, à indiferença e ao esquecimento, socorridos pelas drogas e todo tipo de produtos tóxicos.

Este conformismo delinqüencial e a individualização anômica dificultam a instauração de uma identidade dos excluídos, enquanto não permite que se articule uma idéia global da sociedade e de uma concepção de comunidade que se empenhe na defesa da dignidade e dos direitos humanos, desde o oprimido e assim se torne capaz de refazer o tecido social rompido.

A exclusão social conduz à degradação e à autodestruição que dificulta uma identidade construtiva, inclusive com os que se encontram em situação semelhante.

O fenômeno da anomia se manifesta também na "lumpenização das condutas" de segmentos cada vez mais significativos de classe média e alta. Isto se constata na crescente participação de representantes destas classes, desencantadas com a possibilidade de realizarem pelo trabalho os seus sonhos consumistas, em roubos, tráfico de entorpecentes e extorsões mediante seqüestro. A corrupção, por sua vez, passa a ser vista como algo natural e normal. A impunidade dos crimes de colarinho branco e a prática do "dando que se recebe" vai tornando generalizada a frouxidão ética e corroendo o senso do bem comum.

A generalização da anomia, por sua vez, vai favorecendo a criação de "áreas de exclusão", ou seja, regiões de comportamento e mesmo geográficas que fogem do controle do Estado ou de qualquer instância legal.

### **1.3. Redefinição das prioridades políticas e socioeconômicas**

A crise vivida pela sociedade brasileira aponta para a necessidade de incremento da luta pela plena cidadania e pela urgência de ousar uma escolha ética que defina os propósitos da sociedade brasileira e a eles subordine a economia.

Para enfrentar os desafios apontados é preciso o empenho decidido na consolidação da cidadania social. Isto significa superar a figura do pobre como necessitado. A não superação desta figuração significa transformar os direitos do pobre em ajuda, a sua participação em tutela estatal, a justiça em caridade e a condição de pobreza em estigma que o diferencia de todos os outros. Pois a contraface da privação de condições materiais de vida das grandes maiorias é a ausência de espaço público de per-

tença, em que seus interesses, razões e vontades possam ser elaborados e reconhecidos como demandas legítimas.

Apoiar, animar e incentivar todas as formas de lutas sociais capazes de abrir espaços públicos nos quais experiências diversas possam ser tematizadas, problematizadas e, por essa via, desprivatizadas enquanto condição comum que interpela a sociedade na formulação e exigência de direitos é tarefa urgente e impostergável na conquista da cidadania social.

O processo de modernização vivido pelo país aponta para a urgência de se apostar num processo de modernização que inclua a aspiração democrática de uma sociedade única, integrada no mesmo padrão tecnológico e social. Tirar o país do atraso social, revendo os objetivos nacionais: uma população que goze de plena liberdade, saudável, educada, solidária, sem medo histórico do futuro e sem medo físico do presente. Propor o desenvolvimento econômico subordinado aos interesses de uma sociedade livre, dispondo de soberania para definir ela própria os seus problemas e sua eficiente solução, utilizando como deseja os recursos de que dispõe.

O desafio que se propõe é a redefinição do modelo de modernização, isto é, os seus objetivos com base em propósitos éticos para a sociedade. A distribuição da renda, por exemplo, é decisão ética e política. Isto é, a redução da desigualdade só ocorre quando passa a ser um objetivo em si, subordinando-lhe as decisões econômicas. A distribuição não é questão de instrumentos. É questão de objetivos. O que justifica a distribuição é o desejo ético de uma harmonia social, é o projeto político da democracia.

A pobreza não é fenômeno novo. O novo é que agora ela é fabricada como consequência de opção por modelo de desenvolvimento econômico que é constitutivamente desigual e desigualizante. Ela não se formou espontaneamen-

te. A desigualdade é produzida. Ela é fruto da engenharia macroeconômica aplicada. Ela tem a ver com decisões conscientemente tomadas dentro da lógica da ciência econômica. Enfim, há uma arquitetura do desastre social.

Urge escolha ética que defina os propósitos da sociedade e a eles subordine a economia e o uso da ciência e da tecnologia. Esta opção, portanto, não será por decisões de caráter econômico, ainda menos por soluções limitadas às técnicas utilizadas. Só assim será possível construir uma ordem democrática capaz de possibilitar a diminuição efetiva das desigualdades sociais, proporcionando a todos as mesmas possibilidades na organização da sociedade, de modo especial do processo produtivo.<sup>2</sup> Só então se poderá construir uma sociedade na qual a pessoa humana tenha a primazia sobre as instituições, na qual o reconhecimento do primado do trabalho sobre o capital seja a base da ordem socioeconômica tendo como objetivo o bem-estar de todos na justiça social.<sup>3</sup>

## PERGUNTAS

- Como o fenômeno da urbanização penetra em seu campo de trabalho pastoral, e como você procura conhecer esta realidade?
- Que sinais de esperança (sede de participação, movimentos sociais, movimentos populares, organizações informais...) você percebe em sua realidade, e como contribui para fortalecê-los?

<sup>2</sup>*Exigências éticas da ordem democrática*, n. 67 Documentos da CNBB, n. 42, Ed. Paulinas, São Paulo 1989. *Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho e na política*, n. 159, Documentos da CNBB, n. 40, Ed. Paulinas, São Paulo, 1988;

<sup>3</sup>*Exigências éticas da ordem democrática*, n. 18, Documento da CNBB, n. 68, Ed. Paulinas, São Paulo 1989.

• Que reação você tem diante do processo de urbanização e diante dos sinais de vida e esperança?

## 2. REALIZAÇÃO PESSOAL E CULTURAL URBANA

### 2.1. Individualismo e pluralismo no contexto urbano

A cidade se apresenta para quem a procura e nela vive como o lugar da realização de sonhos de ser indivíduo livre, que pode viver sua vocação, que se relaciona com outros indivíduos para criar, construir, inventar o futuro. Ao mesmo tempo o indivíduo se sente um número na grande massa de infinitos anônimos, desconhecidos, sem relação alguma entre si, obrigados a sobreviverem e a se defenderem uns dos outros — o indivíduo se fecha, se arma, se defende ou se apaga.

A cidade é o lugar da convivência entre pessoas diferentes. Convivem nela, pluralidades de idéias, de grupos sociais, de interesses. As mesmas pessoas participam de grupos diferentes (no trabalho, na escola, no lazer, na religião, na política). A liberdade de falar e a circulação das notícias criam mentalidade pluralista. Ao mesmo tempo o espaço urbano se fecha. Os ricos levantam seus muros, os grupos "se corporativizam", cada um defendendo seus direitos contra os direitos dos outros. As idéias se transformam em ideologias fechadas. Aumenta a intransigência e a violência.

A cidade é o lugar da organização do tempo e do espaço para a realização melhor da pessoa, para maior efi-

cácia, melhores resultados. A ordem na vida do indivíduo e na vida social cria bem-estar. O resultado dá satisfação, sensação de ter contribuído a construir algo importante. Ao mesmo tempo a engrenagem da ordem obriga a um ritmo sufocante, a realização e o tempo de cada um se chocam com o do outro, a ordem se transforma em desordem, caos, no trânsito, nas filas, nos meios de transportes públicos, destruindo a personalidade, criando uma sensação de inutilidade, de vazio, formando pessoas psicologicamente e fisicamente estressadas.

A cidade é o lugar da liberdade cultural e religiosa. O povo se organiza de mil maneiras, pode procurar a expressão religiosa que mais lhe agrada, tem contato com as formas mais diversificadas de criatividade, de gestos, de notícias, de diversões. Ao mesmo tempo a cidade massifica a cultura, esvazia os valores que cada um traz de sua terra e de sua história. As formas religiosas se tornam elementos solutórios do que a sociedade não sabe resolver. Nasce uma cultura comercializada, sem alma, sem participação.

Na cidade, o indivíduo pode se tornar número ou pessoa que se relaciona com outras pessoas no respeito do pluralismo dos valores e das escolhas, ou pode se fechar em si e entrar em luta contra os outros para se realizar dominando-os.

## PERGUNTAS

- O que acha desta análise dialética entre indivíduo e sociedade na realidade urbana?
- Que correções faria?

### 2.1.1. Reflexão bíblica sobre a cidade

Na Bíblia, a cidade se apresenta logo numa primeira leitura nos dois símbolos opostos: Babilônia e Jerusalém, a cidade de escravidão-perdição e a cidade da libertação-salvação.

Se o começo da Bíblia parte do campo, do jardim do Éden, o ponto final é a cidade que desce do céu: "Do campo à cidade, de um parque no campo a um parque na cidade, como se vê a Bíblia nos descreve uma longa viagem da humanidade (J. Comblin, *Teologia da cidade*, 12).

O caminho da humanidade atualmente vai para a cidade. O caminho da fé, marcado pela palavra de Deus, vai para a cidade. O sinal escatológico dos novos céus e da nova terra é a cidade que desce do céu (Ap 21,9-27).

Nesta caminhada ideal, a Bíblia nos apresenta várias imagens de cidades, nas situações mais diversificadas, quase paradigmas teológicos para a nossa reflexão.

Apresentamos as que achamos mais significativas:

*Babel* (Gn 11,1-8): cidade do encontro e do desencontro, da realização do plano de Deus de construir juntos a história e a manifestação da auto-suficiência grupal que expulsa Deus do seu plano.

*Sodoma* (Gn 19,1-16): a cidade da hospitalidade e que quer aproveitar do hóspede para seus prazeres.

*Pitom e Ramsés* (Ex 1,11-14): as cidades do trabalho escravo para edificar as casas do poder e a cidade da primeira páscoa dos irmãos.

*Nínive* (Jn 3 e 4): a cidade que se converte à pregação do profeta estrangeiro, e que desafia a ideologia do profeta e sua visão de Deus.

E ao chegarmos ao Novo Testamento:

*Belém* (Lc 2,6-7): a cidade de Davi, a cidade do pão que não reconhece o Filho dele, é o Pão descido do céu.

*Cafarnaum e Betsaida* (Lc 10,13): as cidades onde o mestre passou bom tempo de sua vida e recebem seus milagres, mas não o reconhecem.

*Jerusalém*, a cidade Santa, o Templo de Deus, que mata os profetas (Mt 23,37), que prefere Barrabás a Jesus (Lc 23,17-19), que porém acolhe o Messias como Rei (Mt 21,8-11), hospeda a primeira celebração eucarística (Mc 14,12-25) e o primeiro Pentecostes (At 2,1-12).

Nas cidades nascem as primeiras comunidades cristãs: Jerusalém, Antioquia, Damasco, Corinto, Éfeso, Roma)

*Roma*, a cidade da Besta (Ap 11,8-10), a meretriz (Ap 17,3-6) é lavada pelo sangue dos apóstolos Pedro e Paulo e se torna a cidade Santa, sinal da cidade Futura.

A palavra de Deus convida a nós presbíteros a escrever algo aos irmãos presbíteros não mais das Igrejas de Éfeso, Esmirna, Tiatira, Sardes ou Laodicéia, mas aos de todas as Igrejas das cidades do Brasil para despertar a fé, anunciar a palavra, para encontrar o caminho da conversão e da fraternidade, para construir a paz até que apareça em cada uma e em todas a "Celeste Jerusalém" — Cidade de Deus na cidade dos irmãos.

### 2.1.2. Reflexão ético-teológica

Para viver a sua fé, o cristão deve fugir da cidade ou deve se encarnar nela?

*A fé cristã é marcada pela presença de Deus na história.* Deus se faz homem em Jesus Cristo, se faz membro de um povo, cidadão de uma cidade, para tornar todos membros da cidade de Deus.

Nossa fé não é fuga do mundo, fuga da cidade à procura de novos e impossíveis desertos ou à procura de deixar a terra para entrar o mais depressa possível no céu.

*A fé cristã é marcada pela relação indivíduo-povo.* Não é fé da massa sem distinção de pessoas, nem de pes-

soas que sobressaem e dirigem o povo, nem de pessoas que renunciam a seus valores e à própria vida individual para se tornar peças a serviço de uma ideologia.

Nossa fé é comunitária, na qual cada pessoa é membro vivo de um corpo, com seus valores, seus dons, seus carismas a serviço da comunidade, na qual a realização da pessoa realiza a comunidade e vice-versa.

*A fé cristã* é marcada pela gratuidade, pelo dom gratuito da criação da vida e da salvação. O mistério de amor da Trindade é a raiz do amor gratuito dos cristãos. Nesta luz se supera a eficiência, a absolutização do útil, do resultado e se descobre que o verdadeiro resultado é o que faz crescer o amor no indivíduo e na sociedade.

*A fé cristã* é marcada pelo valor da vida. Cristo vence a morte em si e nos outros, vence os limites do sofrimento e da doença. A vida é o ideal contra todas as formas de morte que existem na sociedade. A fé cristã deve transformar o mercado, o trabalho, os meios de comunicação, o corpo, a sexualidade, a mentalidade, em instrumentos de vida.

*A fé cristã* privilegia os mais pobres. Cristo se põe a serviço dos marginalizados. Os cristãos devem se colocar a serviço dos mais pobres e continuar a serem voz profética para os que oprimem, os que usam os bens e o poder para marginalizar os outros.

Diante do atual processo de urbanização, a Igreja deverá, antes de mais nada, apresentar uma nova imagem de Deus. Não mais o Deus do mundo rural que, criador e dono do mundo, castiga o homem com catástrofes e o premia com sol, chuva ou vento no tempo certo. Ou o Deus da família patriarcal, representado pelos chefes da família, da sociedade, da Igreja. Ou o Deus da fatalidade, que teria determinado de tal modo o futuro do homem que toda a história não passaria de puro destino.

A nova imagem de Deus passa pelo resgate do Deus bíblico da aliança com o povo, do Deus que convoca ao

uso responsável da liberdade para construir a história da comunhão e do serviço. A imagem de Deus a ser anunciada aos homens e mulheres da cidade será a do Deus que respeita de tal modo a dignidade do homem que aceita, com misericórdia e disposto ao perdão, a rejeição que este lhe fizer.

O Deus da cidade é o Deus das relações, da comunhão nas diferenças; é o Deus do movimento dinâmico da vida, do processo contínuo da criação; é o Deus *partner* do ser humano convocado a realizar-se pessoalmente na comunhão com os outros; é o Deus do ser humano criador da sociedade igualitária.

O Deus de Jesus Cristo, unidade na trindade, é o Deus das pessoas que querem ser humanos não pela prática do individualismo egoísta mas pela solidariedade aberta aos demais, sobretudo aos carentes. O Deus da cidade é o Deus da vida; ele reúne e organiza o seu povo para lutar pelos bens necessários à vida.

O Deus da cidade se encontra tão encarnado no mundo dos homens que sofre na cruz as consequências de seu amor pelos pobres numa sociedade em que os ricos os excluem. Morto, porém, ele vence de dentro o poder da cultura da morte, tão determinante no mundo urbano, e estabelece em sua ressurreição a força e o futuro da vida.

## PERGUNTAS

- Compartilhe a leitura da Bíblia sobre a cidade?
- Partilhe a imagem de Deus em relação à cidade conforme foi apresentada?
- A teologia cristã tem algo mais a dizer sobre a cidade?
- Você se sente pessoalmente questionado por algumas destas reflexões éticas e teológicas?

## 2.2. Ânias e dificuldades do presbítero na vida urbana

Em linha geral, o presbítero vem de cultura rural, mesmo que provenha da cidade é formado na cultura fortemente corporativa, não pluralista, não crítica, educado a ser o dono do saber, a se sentir responsável pelos parquianos, a exercer o poder social sobre o povo.

Na cidade ele pode ser tentado:

- a ser mais individualista;
- a entrar em competição com colegas e outros agentes de pastoral (religiosos ou leigos);
- a realizar algo de importante e por isso querer ser eficaz demais, programador, obrigando os outros a entrar em seu ritmo de tempo e de pensamento;
- a procurar a própria realização na "profissão" sacerdotal tornando-se distribuidor do sagrado, tornando-se funcionário, burocrata da Igreja;
- a procurar a própria realização na profissão "secular" para se alcançar *status* e meios econômicos para viver melhor;
- a querer imitar a vida dos outros, esquecendo a profecia, o testemunho, seguindo o chamamento da aversão, da vida fácil, desculpando suas traições à pobreza e à castidade;
- a vestir o estilo de vida burguês — se sentir livre, dono de si, e esquecer a comunidade da Igreja, o espírito de possibilidade e de serviço à obediência;
- a não ter mais tempo para a oração, o silêncio, porque não dão resultado;

Frente ao desafio da urbanização, o presbítero pode ainda:

- fechar-se no amontoado, perder a coragem de tentar de novo, viver sem entusiasmo numa vocação que se tornou profissão sem futuro, sem resultados;

- fechar-se na própria ideologia e ser incapaz de pluralismo, de ecumenismo, de respeito das idéias diferentes do povo;
- ser incapaz de acompanhar a migração do campo para a cidade e a mudança de cultura que da cidade chega ao campo.
- tornar-se populista, fazer tudo o que o povo pede, sem espírito crítico, para ser aplaudido, não ter inimigos, e alcançar o que mais lhe interessa.

## PERGUNTAS

- Como o fenômeno da urbanização atinge o presbítero?
- Você se encontra nas colocações feitas? Como?
- Pessoalmente, que respostas você já deu?

## 3. BUSCA DE RESPOSTAS PASTORAIS

### 3.1. Busca de novas estruturas

Falamos demais em mudanças, em fenômenos da modernidade e da pós-modernidade, mas freqüentemente nos bloqueamos na hora das respostas pastorais. A pastoral urbana tem sido um desafio permanente para toda a Igreja. Algumas pistas nos têm sido apontadas pelos pastoralistas e mais recentemente pelos nossos bispos no Documento de Santo Domingo. "Tais análises e ensinamentos, porém, não são suficientes" (DGAP 1991-1994). É preciso buscar novas posturas pastorais, uma vez que as referidas mudanças na sociedade e suas repercussões

na ação evangelizadora, fazem emergir urgências e desafios para as Igrejas particulares.

"A Igreja encarna-se de fato nas Igrejas particulares" (RMI 48). As Igrejas particulares têm como missão prolongar para as diversas comunidades "a presença e a ação evangelizadora de Cristo" (Puebla 224). São chamadas a viver o dinamismo de comunhão-missão. "Em torno do bispo e em perfeita comunhão com ele, devem florescer as paróquias e as comunidades cristãs como células vivas e pujantes de vida eclesial" (João Paulo II em Santo Domingo, Discurso inaugural, 25).

A paróquia, com suas estruturas já conhecidas, é convidada, no Documento de Santo Domingo, a encontrar solução para as inúmeras interrogações que se apresentam. Sobretudo as paróquias urbanas. Fala-se em "cativeiro paroquial". Reconhece-se que há "defasagem entre o ritmo de vida moderna e os critérios que ordinariamente animam a paróquia" (DSD 59). Qualificada de estrutura rural, a paróquia foi "a Igreja que se encontra entre as casas dos homens" (DSD 58). Os bispos dizem ainda que a "paróquia, comunidade de comunidades... é assim uma rede de comunidades" (DSD 58).

A paróquia ainda é lugar de encontro da maioria dos católicos, espaço das grandes celebrações. Questionada em sua missão, a paróquia é chamada a diversificar-se internamente e a abrir-se externamente. A urbanização desfaz a uniformidade paroquial, rompe os limites geográficos e burocráticos.

A re-estruturação paroquial passa pela mudança dos enfoques pastorais até hoje ainda vigentes. A pastoral tridentina valorizava o "emissor" e o objeto da fé. Hoje o enfoque se dá na pessoa do "receptor" e na sua subjetividade. Para mudar a paróquia é preciso substituir o processo de comunicação vertical e unidirecional por um processo de intercomunicação e de relação dialogal.

As relações diretas e pessoais devem sobrevaler aos aspectos burocratizantes da organização paroquial. Igualmente os aspectos jurídicos e racionais devem ceder lugar à dimensão simbólica e à dimensão afetiva. Essa atitude de abertura à pessoa pode realizar-se, entre nós, principalmente através da prática da acolhida humana, e, se possível, do acompanhamento e aconselhamento.

Certa tipologia foi criada para apresentar os vários níveis de agregação ou de pertença à Igreja. Cerca de 20% da população adulta constituem a grande massa de praticantes que reduzem seu contato com a comunidade eclesial à missa dominical. Nesse sentido, sobressai o desafio de melhorar a qualidade das celebrações litúrgicas e das homilias dominicais, como forma pastoral de não se desprezar a oportunidade desse contato semanal tão valioso. Que valor temos dado às celebrações litúrgicas, especialmente às missas e homilias dominicais? As paróquias já oferecem outras oportunidades de reunirem os fiéis em algum dia da semana que não seja para a eucaristia?

A busca dos sacramentos pelos não praticantes resulta freqüentemente num motivo de procura da Igreja por parte do homem moderno. Os pedidos de sacramentos não devem construir um drama, apesar de ser um problema. É preciso fazer o discernimento pleno de atenção e delicadeza para com as pessoas que vêm solicitar os sacramentos à Igreja. Deve a Igreja também oferecer a todos uma imagem amiga dos que estão à procura, dos que desejam a salvação, ainda que não saibam pronunciar-lhe devidamente o nome.

### 3.1.1. *Comunidades diversificadas*

Quase que falamos somente em paróquia. Por que não nos voltarmos às nossas dioceses e observarmos que elas precisam ter rosto próprio? As suas estruturas ser-

vem à comunhão e participação de todos? As Igrejas particulares sozinhas poderão responder aos desafios da cidade? Por que não se pensar em novas estruturas de intercâmbio e colaboração entre elas, fortalecendo os laços colegiais do episcopado brasileiro através da própria conferência episcopal?

A paróquia não é a única forma de presença sinalizada da Igreja no mundo. As pastorais da Igreja, seus movimentos, os diversos serviços que a Igreja realiza são de forma significativa presença da Igreja.

Reclamamos da caducidade da paróquia territorial principalmente na realidade urbana. A superação desse modelo poderá ser a paróquia ambiental. Como realizar na cidade essa mudança na estrutura paroquial? As CEBs podem espalhar o seu espírito missionário e solidário no campo. Como implantar as CEBs dentro da realidade urbana?

O nome de "seitas", que oferecemos às expressões religiosas dos homens e mulheres de hoje, revela ainda que subjetivamente uma forma preconceituosa de sua compreensão. No entanto, algumas chaves de leitura do fenômeno nos podem ajudar a avaliar a prática pastoral de nossas Igrejas.

Na cidade, a paróquia expõe-se ao risco da irrelevância. Numa sociedade que luta pela eficiência, a paróquia não tem recursos para atingir com facilidade a dimensão da cidade, nem ao menos do bairro, ou da sociedade. As paróquias vivem isoladas, sem comunicação e quem sabe também sem comunhão entre si. É urgente criar novas formas de comunicação, estabelecendo outras estruturas de comunhão e participação e valorizando mais as pessoas que constituem nossas comunidades.

Não podemos, enfim, esquecer que o primeiro e o mais radical questionamento é o de avaliarmos as estruturas que a Igreja possui e saber se elas servem fielmente ao

Reino. Quando buscamos atender aos apelos do Espírito que nos impulsiona, com novo ardor, ao anúncio do evangelho no mundo moderno, com que qualidade servimos a esta causa? Que estruturas não mais servem? Como mudar as estruturas pastorais que se defasaram no tempo e no espaço?

Estruturar em novas formas a presença da Igreja, de tal sorte que esteja mais próxima do homem, eis o desafio maior. Que modelos novos e comunidades diversificadas sugerir nossa busca criativa?

Por outro lado, os desafios de re-estruturação da paróquia exigem também restabelecer o equilíbrio e a unidade entre as diversas dimensões da vida cristã, superando a redução da paróquia quase que exclusivamente à pastoral sacramental, em detrimento da evangelização e, ainda mais, da vida fraterna, da caridade, do serviço do empenho social, e de sua presença atenta e respeitosa para com o homem da cidade.

### *3.1.2. Renovação da pessoa e do ministério do presbítero*

Os desafios pastorais que vêm da missão evangelizadora, e que vêm das atuais circunstâncias que vivemos, provocam uma reflexão imediata sobre a forma de atuação dos ministros ordenados.

O Espírito Santo sugere à Igreja a abertura necessária de novos caminhos para responder aos atuais desafios. Para chegar a uma Igreja, toda responsável pelo projeto do Pai, em Jesus Cristo, requer-se uma reformulação da posição e papel tradicionalmente assumidos pelos ministros ordenados. Então, o exercício desse ministério, dadas as circunstâncias absolutamente novas, precisa ser redimensionado.

Primeiramente, na ordem das sugestões de renovação, apresentamos a necessidade de recuperação da di-

menção colegial, de tal forma que se privilegie o senso de co-responsabilidade pastoral e se possa valorizar a pessoa e os carismas de cada presbítero em seu presbitério.

Qual a função do ministro ordenado na Igreja? De acordo com essa compreensão e senso comunitário, teremos uma Igreja excessivamente dependente dos ministros hierárquicos, ou possibilitaremos "o acolhimento dos carismas, a abertura aos ministérios e o reconhecimento da justa autonomia dos estados de vida na Igreja e de suas organizações" (DGAP 277).

O fato de a imensa maioria dos presbíteros estar ocupada nas tarefas paroquiais traz para todos nós questionamentos de ordem pessoal e ministerial. A presença da Igreja na cidade exige a modificação nesse quadro pastoral, apontando para a diversificação do ministério presbiteral.

A Paróquia absorve quase todo o tempo, a vida e a capacidade física, mental, psíquica e religiosa do presbítero. Por que não repartir e organizar de maneira racional suas tarefas, de tal forma que possibilite a diversificação de ministérios não ordenados?

Na cidade, o presbítero é chamado a estar presente em muitos afazeres, caindo facilmente no excesso de atividades. E a falta de planejamento prejudicou seriamente a vida e o ministério presbiteral. Como sugestão, apontamos a recuperação da dimensão subjetiva e pessoal. O contato, o diálogo pessoal, a presença junto às pessoas, a comunicação inter-pessoal, sem autoritarismos e monopólios, oferecerão ao presbítero novas formas de realização pessoal e de melhores resultados pastorais. Como não permitir que a tentação da burocratização ou juridicismo penetrem a nossa vida?

As mudanças ocorridas em nosso tempo estão a exigir do presbítero preparação humana melhor, psicológica, filosófica e teológica etc. Dos futuros presbíteros es-

peramos que venham melhor preparados. Porém muito mais séria e difícil é a necessidade de criar a consciência clara da formação permanente.

Você ainda se sente seguro e atualizado em sua missão de evangelizar o homem moderno?

A cultura urbana leva os homens a se unirem, se associarem para superar o anonimato, para se reconhecer com quem divide os mesmos ideais ou os mesmos fins.

Ela também desafia o presbítero a procurar com os colegas o crescimento de associações, que criem laços de amizade e solidariedade e que os coloquem em coligação de idéias e interesses com os outros presbíteros. Já nasceram várias associações locais e a associação nacional. Merecem atenção e participação.

O presbítero vai descobrindo no processo urbano sua identidade, seus limites. Se não quiser ser sufocado pela onda de secularismo e permissivismo que não corresponde a sua vocação de homem de Deus, o presbítero deve fortalecer sua espiritualidade, séria, fundada na palavra de Deus, teologicamente estruturada. Descubra seus limites de homem como os outros, em busca de uma sociedade melhor e do Reino de Deus, de formador de consciências e elo de união de comunidades, anunciador da Palavra, profundo conhecedor da vida e dos valores de Deus a serem anunciados à humanidade.

Por isso deverá redescobrir a dimensão da eucaristia e da misericórdia.

A celebração da eucaristia ocupa o centro e o eixo de nossas atividades de nossa vida e da missão da Igreja. Encontramos nela a fonte da espiritualidade presbiteral integral e integradora em nossa vida, capaz de gerar em nós a mística que embale e sustente o espírito de serviço e doação e o novo ardor missionário de que tanto precisamos para responder aos atuais e urgentes apelos da Igreja.

Na misericórdia, exercendo o serviço do perdão, em nome de Deus o presbítero oferecerá aos outros a palavra que apazigua o coração, que fortalece a esperança e dá novo impulso para a vida e ao mesmo tempo se sentirá ele também pecador entre os pecadores, igual a todos, à procura do rosto do Pai.

A descoberta do seu próprio espaço e os desafios da urbanização permitirão ao presbítero valorizar a presença dos leigos.

### 3.1.3. *Os leigos na Igreja*

O Documento de Santo Domingo sugere "que todos os leigos sejam protagonistas da Nova evangelização, da promoção humana e da cultura Cristã" (DSD 97). Mais importante do que serem quantitativamente a esmagadora maioria da Igreja, interessa a verdade de que são eles teologicamente a base da Igreja, que é essencialmente comunhão de batizados.

Esse protagonismo deverá ser exercido tanto no interior da Igreja quanto na presença no mundo. O Documento de Puebla afirmou de forma lapidar a identidade do leigo como "homem/mulher de Igreja no coração do mundo e homem/mulher do mundo no coração da Igreja" (DP 787).

Seu protagonismo na Igreja se dará pela participação nos diversos níveis da estrutura eclesial, pelo exercício dos mais diversos ministérios, pela valorização dos movimentos, associações e organizações próprias, pela promoção de sua formação teológico-pastoral e sua vivência espiritual.

Os presbíteros, na qualidade de animadores e dinamizadores da diversidade dos ministérios dentro da unidade da Igreja-comunhão, deverão dispor de tempo, de gosto e afeto, de espiritualidade e de formação teológica, para

assumirem em sua própria vida um novo jeito de relação com o mundo leigo. Mais do que questões práticas, estamos diante de posicionamentos teológicos. Terão os presbíteros assumido com coragem e perspicácia o jeito de ser Igreja proposto pela eclesiologia do Vaticano II? Assumem a identidade dos leigos como carisma próprio, ou querem que sejam novos clérigos?

## PERGUNTAS

- A partir das propostas apresentadas no texto, quais, novas estruturas pastorais respondem mais ao processo de urbanização?
- Na sua experiência pastoral há algo novo a sugerir neste sentido?
- Como realizar uma verdadeira valorização dos leigos na Igreja?
- No processo de urbanização como sua vida e seu ministério se renovaram?

### **3.2. Presença pública da Igreja na cidade**

A exclusão da mediação da natureza, tão central na religiosidade rural antiga, põe em crise o tipo de relacionamento dos homens com Deus e entre si. Mediadora do regime de cristandade em que sobre a matriz conceitual da natureza se construía todo saber e toda prática humana, a Igreja detinha lugar de importância no mundo antigo. Nos tempos modernos, em que a matriz conceitual é o ser humano em processo permanente de conhecer-se e realizar-se, a Igreja deverá mudar seu modo de marcar presença pública na cidade. Certamente não poderá contentar-se com o espaço de uma religião privada como lhe

concede a sociedade secular. Mas, não poderá arrogar-se triunfalmente ao direito de pensar, dizer e fazer o que quer sem reconhecer e aceitar confrontos que lhe sejam apresentados por quem vive em mundos diferentes do seu. Seguem reflexões sobre alguns espaços dessa presença pública da Igreja, em referência à atuação do presbítero:

### 3.2.1. *O protagonismo dos leigos*

O protagonismo dos leigos no processo de urbanização se dará por sua inserção natural no mundo da família e das relações sociais. Ali serão arautos da nova evangelização enquanto anunciarem a boa notícia do Reino de Deus que verifica do mundo dos homens. No mundo da educação e da comunicação, da política e da economia, do lazer e do trabalho etc., deverão viver de tal modo a fé cristã até se tornarem capazes "de forjar a história segundo a práxis de Jesus" (DP 279). Serão promotores da dignidade humana enquanto se empenharem pela defesa da vida em todas situações nas quais ela se encontra mais ameaçada. Serão criadores da cultura cristã quando se inserirem na realidade em que vivem, promovendo os valores que conduzem à realização pessoal e à libertação integral do ser humano, e denunciando os contravalores, que desfiguram a imagem divina original de cada pessoa.

Os presbíteros, embora ocupem muito do seu tempo em atividades propriamente intra-eclesiais, não poderão desconhecer o mundo em que vivem. Frequentemente acontece que nada conhecem das dificuldades cotidianas por que passam os leigos na manutenção da família, na luta pela sobrevivência, no empenho pela vida de fé num mundo muitas vezes hostil, marcado pelo rolo compressor do processo de urbanização. Os presbíteros, vivendo sem família, sem profissão que os insira no mundo do

trabalho, não perderiam o contato com o mundo urbano, até mesmo com o mundo dos leigos, seus mais próximos colaboradores? Como poderão conhecer e experimentar "as alegrias e esperanças, as tristezas e angústias, dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem"? (GS 1). Não estarão por demais confinados a um mundo criado pela própria ilusão de que ainda podem contar com privilégios, de que ainda dispõem de grande cabedal de sabedoria diante da massa do povo considerada inculta? Como amar o que não se conhece?

Que tipo de relação será possível entre mundos e experiências tão diferentes? Essa diferença tão marcante entre a vida e o ministério de presbíteros e leigos leva, sem dúvida, à criação de imagens também diferentes de Deus e da Igreja, do mundo e do ser humano. Será ainda o mesmo evangelho anunciado por uns e outros? O evangelho que anunciam os presbíteros, sem família e sem trabalho, será o evangelho que é ouvido pelos leigos, tão sobrecarregados com os deveres familiares e profissionais? As exigências que fazemos aos leigos partem sempre do nosso ponto de vista. O tempo que pedimos deles para os diversos afazeres da pastoral intraeclesial não os tira do seu mundo, exatamente do lugar onde deveriam permanecer para o anúncio do evangelho no mundo?

Não seria a hora de rever a relação presbíteros-leigos? Isso levaria a pensar num novo tipo de padre. Algumas questões, ainda que ousadas, não podem ser omitidas:

Que tipo de espaços têm os leigos na ação pastoral da Igreja? São eles mesmos que falam e decidem sobre aquilo que implica ação da Igreja no processo atual de urbanização? A pastoral atual da Igreja, para atingir a todos os ambientes por onde se diversificam as atividades profissionais e sociais das pessoas, deverá contar com a presença maciça dos leigos. Sua experiência de homens/mulheres do mundo urbanizado no coração da Igreja é

levada em conta? Como os presbíteros ouvem e valorizam a palavra e a experiência dos leigos, quando se trata do ver-julgar-agir da Igreja sobre o mundo da família e do trabalho, da educação e da cultura, da comunicação e da política?

Por que o padre deverá entender apenas de teologia? O estudo de outras ciências, sobretudo na área do conhecimento do ser humano e do serviço público, muito poderia servir para trabalho mais eficiente na pastoral (cf. PDV 52). É bom lembrar que muitos leigos estudam teologia. E quantos deles não serão mais capazes que muitos presbíteros nesse estudo e, em consequência, melhores capacitados para a atividade pastoral?

Por que ser o presbítero apenas homem de Igreja, sem presença real no mundo? A inserção no mundo do trabalho, ainda que viesse a reduzir o tempo para o serviço propriamente pastoral, não poderia qualificá-lo melhor para o conhecimento da vida dos leigos com quem trabalha e a quem serve na pastoral?

Enfim, sem cair no laicismo dos presbíteros que seria o oposto do clericalismo dos leigos, fica claro que será preciso trabalhar melhor a relação entre uns e outros.

### *3.2.2. O anúncio de uma nova imagem de Deus*

Missão primeira da Igreja no mundo urbano será apresentar nova imagem de Deus, conforme vimos acima no capítulo segundo. Não mais a imagem do Deus da sociedade patriarcal, mas o Deus da sociedade democrática. Não o Deus solitário e distante do mundo, mas o Deus de Jesus Cristo, unidade na trindade, presente na história dos homens e mulheres de todos os tempos e culturas.

O presbítero anunciará esta nova imagem de Deus não só pela palavra, mas sobretudo pelo testemunho. Ele deverá ser homem de comunhão, aberto às relações com

os diferentes carismas e ministérios, promotor da diversidade de vocações, presente nas lutas populares em favor da vida dos pobres. Sabem os presbíteros do Brasil conviver com as expressões que o homem moderno faz de si mesmo no mundo das comunicações e da arte? Buscam evitar, pelo exercício da quênose, toda apresentação triunfalista do evangelho? São homens dinâmicos, portadores da bandeira do diálogo com a pluralidade de palavras sobre Deus, o mundo e o ser humano? Encontraram na Escritura e na Tradição da Igreja, no magistério e na vida da comunidade, sua palavra específica e única?

Fundamentado na vivência de religiosidade marcada pela confiança no Deus-Amor e pela solidariedade com os pobres, não terá receio de ser diferente, não temerá ser homem público, um profeta a mais no turbilhão de mensagens dos arcópagos modernos. Mas saberá anunciar "oportuna e inoportunamente" (2 Tm 4,2) que em Jesus Cristo, Deus na carne humana, única esperança da humanidade, se encontra o caminho da realização plena de cada ser humano.

### 3.2.3. *A celebração dos sacramentos*

A transmissão da nova imagem de Deus pelo novo jeito de ser presbítero encontrará seu lugar ideal na celebração dos sacramentos da reconciliação e da eucaristia. Sacramentos, aliás, em que o presbítero exerce sua atividade peculiar e própria.

A fácil e repetida constatação de que a cidade é o lugar do pecado e da morte não deveria ter como resposta prática o anúncio do perdão e da misericórdia de Deus? A conversão das pessoas e a transformação das estruturas são condições necessárias para a edificação da nova cidade na qual todos possam ser sujeitos livres e responsáveis. As celebrações penitenciais na forma de romarias e

caminhadas, tão presentes no mundo rural, não poderiam ser realizadas também no mundo urbano? As celebrações comunitárias da penitência em preparação para as festas do Natal, da Páscoa e do Pentecostes, não seriam meio adequado para promover a reconciliação no mundo da cidade? Nelas, ao mesmo tempo em que se busca a reconciliação com Deus e os irmãos na fé, se faz protesto contra leis e estruturas injustas. Elas se tornam assim experiência coletiva e partilhada dos anseios humanos por um mundo sem violência e pecado.

O sacramento da reconciliação, em sua forma de encontro pessoal do penitente com o presbítero, é a celebração do encontro entre sujeitos livres. A subjetividade, marco característico da antropologia moderna, é vivida no mundo da cidade muitas vezes de modo egoísta. O reconhecimento do próprio pecado diante de representante da comunidade expressa a disponibilidade em vista da conversão para ser alguém que se faz e se define em comunhão. O presbítero tem como uma de suas funções específicas na comunidade cristã o ministério da reconciliação. Por que não exercê-lo de modo mais convincente do que se faz? Por que não reconhecer e valorizar a identidade única e irrepetível do penitente pelo atendimento próprio?

Como administrar o sacramento da reconciliação, como celebrar em comunidade o perdão de Deus, de forma que se tornem sinal não só da reconciliação do penitente com Deus e com sua comunidade, mas alargando os horizontes para indicar os caminhos por onde passa a edificação da cidade nova? A cidade poderá se tornar, pelo ministério da reconciliação devidamente celebrado, o lugar no qual se refazem continuamente as relações entre Deus e o seu povo, dos homens entre si, da humanidade com a natureza. Não se converteu toda a cidade de Nínive diante da pregação de um só profeta?

Na eucaristia a Igreja celebra a comunhão dos diferentes ministérios e carismas. No mistério da morte e ressurreição do seu Senhor, ela tem o sinal do encontro de todos os homens num só corpo. Levantado da terra, Jesus atraiu todos a si (Jo 12,32). "A eucaristia que nós celebramos é o sal, o fermento, a luz e a alma da cidade! Como a Igreja reunida na assembléia eucarística é a epifania antecipada do Reino, assim a Igreja enviada pela eucaristia é epifania da *polis* salva. Politicidade *sui generis*, que não governa e não tem poder, que não se dirige aos outros pelo que eles têm de apetecível, mas unicamente pelo que eles são *in mysterio* (ainda que pobres, deformados, inconscientes, em tudo não-apetecíveis). Isto é, a Igreja não vai ao encontro do homem pelo exterior e pela superfície, mas o procura em seu "eu" mais íntimo, mais invisível, mais pneumático, criando e difundindo por todo lugar uma atmosfera de respeito, de compreensão, de confiança, de valorização dos excluídos, de amor oblativo, independentemente de qualquer condição externa mutável, que 'nunca terá fim' (1Cor 13,8) (Martini, C.).

A eucaristia é a melhor expressão da vida urbana, utopia da *polis* verdadeira. Nela, todas as mortes do nosso tempo, todas as violências cometidas contra os direitos humanos, sobretudo contra os direitos dos pobres (alimentação e moradia, saúde e educação, segurança e transportes, p. ex.), são assumidas, para serem superadas e vencidas, no mistério da dor de Cristo. Nela, todas as manifestações de vida, as alegrias e as festas populares (o futebol e o carnaval, só para mencionar como exemplos), poderiam deixar de ser consideradas lugar de alienação e pecado, para serem sinais da cidade nova onde dominará o espírito da alegria, onde não haverá mais nem luto nem dor (Ap 21,4).

É na presidência da eucaristia que o presbítero encontra sua atividade mais específica e própria. Estando

à frente da pluralidade de carismas e vocações, ele se reconhece em Cristo o mediador da unidade de todos os povos. Elevando sobre o altar a morte e a vida dos seus irmãos, atualizará no mundo da cidade, de modo simbólico, mas nem por isso menos real, o sacrifício redentor. Assim o mistério pascal que aconteceu fora da cidade (Jo 19,10) pela vontade prepotente de sacerdotes e fariseus hipócritas, volta a se realizar agora no interior mesmo da cidade, pelo testemunho de presbíteros santos, convertidos, encarnados em seu mundo.

Como celebrar no sacrifício de Cristo a morte e a vida de tantos irmãos?

#### 3.2.4. *A comunicação da fé*

A resença pública da Igreja na cidade passa sem dúvida pela comunicação de sua fé. Como o Filho e o Espírito Santo foram comunicação do Pai à humanidade, a Igreja, continuadora da missão dos dois, tem por atividade específica comunicar a revelação do Deus uno e trino e o seu plano de salvação da humanidade. Ela viverá para fora, para o diálogo com outras associações humanas que também anunciam um "evangelho", uma mensagem de "salvação" para o ser humano. São associações de caráter religioso como outras igrejas e religiões, ou de marca social como os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos populares, as organizações de classe etc.

Por sua opção pelo caminho quenótico de Jesus, a Igreja não temerá ser uma a mais no supermercado de ofertas de salvação. Não reivindicará nenhum privilégio, não se servirá de nenhuma forma de coação. Contará apenas com a força mesma da Palavra, com o dinamismo do Espírito. Sua contribuição específica será fazer-se eixo de todas as verdades apresentadas por outrem, até mostrar pelo testemunho e serviço que todas as realizações

históricas de salvação e libertação, anunciadas por qualquer pessoa ou associação humana, e efetivadas em qualquer dimensão da vida, passam pelo mistério pascal.

Ela restringirá sua palavra a esse mistério essencial de sua fé. Portadora da liberdade dos filhos e filhas de Deus, não imporá pesados fardos sobre o comportamento moral dos seus membros (Mt 23,4). Confiante na dignidade de cada ser humano, por mais pecador que seja, não apagará a mecha que ainda fumeja (Lc 12,20; Is 42,3). Promotora da unidade de todos os homens na diversidade de culturas e situações humanas, não sufocará o Espírito presente em toda realidade (1Ts 5,19). Restringindo sua mensagem ao mistério pascal, ela abrirá espaço para que a fé cristã se encarne de modo livre e próprio no coração de cada ser humano, de cada estrutura social, de cada povo e cultura. O processo da evangelização inculturada não é exatamente a inserção no mundo das pessoas e realidades humanas em vista da passagem da morte para a vida? Não veio Jesus dar a vida, morrer, para trazer vida para todos e vida em abundância (Jo 10,10)?

Homem da comunicação, o presbítero saberá usar da palavra do modo mais conveniente e convincente possível. Não será o único detentor da palavra num mundo de tantos comunicadores. Nem será tímido para restringir-se ao uso do púlpito no interior das igrejas. Será homem público. Por que não aventurar-se mais no mundo das comunicações e das universidades, das ciências e das artes? Como deveriam os presbíteros de hoje falar nos areópagos modernos?

### *3.2.5. Uma postura ética a favor da vida*

O evangelho que a Igreja anuncia, a salvação que propõe, passam por postura ética. Ela não poderá condicionar sem mais com todas as propostas apresentadas pe-

los MCS, pela opinião pública. Muitos dos valores hoje ferrenhamente defendidos como direitos do homem moderno são na verdade caminhos para sua desumanização. A Igreja nunca poderá se omitir no âmbito da moral privada e pública. Ela trairá o seu Mestre se, para crescer em número de fiéis ou para angariar as simpatias e o poder do mundo, vier a contemporizar, pela omissão ou falsidade, com o pecado do mundo. O processo da evangelização inculturada nunca admitirá, p. ex., a prática cruel da antropofagia ou o costume machista da poligamia. Também diante da cultura moderna, ao mesmo tempo em que reconhece muitos valores presentes no processo atual de urbanização, a Igreja deverá dizer "não!" a tudo aquilo que implica o fortalecimento da já instaurada cultura da morte.

A Igreja tem palavra própria, que é a do próprio Senhor, sobre o comportamento humano no mundo da sexualidade e do amor, da religião e da vida, das relações familiares e sociais, da política e da economia, etc. Em tudo isso, seu único critério é a vida do homem. Ela não apresentará seus pressupostos éticos de forma impositiva. Mas não arredará pé de todos os lugares em que se decidem as leis, onde se forjam novos hábitos e modas, onde se forma a opinião pública.

O presbítero, no mundo da cidade, será profeta. Terá a ousadia de apresentar a doutrina moral da Igreja de modo a convencer as pessoas de que só em Jesus Cristo se constrói o homem novo. Será o primeiro a viver, vencendo as solicitações do pecado, o mandamento do amor. Não entenderá o amor do modo como a mentalidade moderna o vive, sem renúncias, na busca do maior prazer possível. Mas tudo dará, de seu coração e de seu tempo, de sua sabedoria e de sua espiritualidade, para testemunhar a prática do amor exigente, da vida oblativa, do serviço a Deus e aos irmãos, na certeza de que aí encontra

sua realização como presbítero, como cristão, como ser humano, como homem moderno plenamente inserido no processo de urbanização. Permanece contudo a pergunta: como inserir-se no mundo moderno, como assumir a cultura urbana adventícia, com tantas seduções, muitas delas tão correspondentes à busca de realização pessoal, sem afastar-se da radicalidade do Evangelho?

### *3.2.6. O serviço dos empobrecidos*

A Igreja no Brasil vive em meio a condições desumanas. Como vimos no capítulo primeiro, nossa sociedade está profundamente dilacerada. São os pobres os que mais sofrem com o processo atual de urbanização. Faltam-lhes as condições necessárias mínimas para viver dignamente: alimentação e moradia, saúde e educação, emprego e salário etc. Na cidade, está a grande maioria dos pobres do Brasil. Vivem nas ruas, nas favelas. São desempregados ou vivem de subemprego. Estão à margem da vida de nossas comunidades e paróquias. A pastoral tradicional centrada na paróquia raramente os atinge. Pela opção que vem sendo feita em favor do regime político-econômico neo-liberal, eles se tornam massa sobranante. Não são mais dependentes da bondade dos ricos e poderosos; são na verdade excluídos. Também as Igrejas correm o risco de caírem nesse pecado social, excluindo-os de seus templos e tarefas, ou, como de fato muitas vezes acontece, omitindo-se da tarefa de ir à sua procura para amá-los como são e ajudá-los a saírem das condições desumanas em que se situam.

Os presbíteros, para serem seguidores de Jesus de Cristo, fiéis ao seu ensinamento e prática, não podem se omitir diante dessa situação. Deveriam ser os primeiros a testemunharem hoje a predileção de Jesus pelos marginalizados. A "caridade pastoral", já apresentada pelo

Vaticano II (PO 10) como eixo central da espiritualidade e do ministério de cada presbítero, encontrará expressão concreta e radical na opção pelos pobres. Sem relação pessoal e particular com eles, sem pastoral organizada a partir deles, com eles e em vista deles, será difícil para o presbítero cumprir sua missão.

Como, no entanto, articular a pastoral tradicional voltada para a administração dos sacramentos, o anúncio da Palavra à comunidade reunida, a assistência espiritual aos movimentos de leigos adultos e jovens etc., com uma pastoral em que os pobres surjam como primeiros sujeitos e destinatários da ação do presbítero? Qual o lugar das pastorais sociais na vida e no ministério dos presbíteros? Como a opção pelos pobres incide sobre sua vida espiritual? Que lugar têm os meninos de rua, os mendigos, os doentes terminais, as famílias sem teto, os agricultores sem terra, os desempregados, etc. na missão dos presbíteros?

## **Concluindo**

Reconhecer e fomentar o protagonismo dos leigos, descobrir e anunciar o Deus da vida, comunicar a fé cristã centrada na grandeza do Mistério Pascal, celebrar a Reconciliação e a Eucaristia a partir de e em vista da vida na cidade, viver e anunciar a moral cristã como promoção e defesa da vida, e, por fim, viver como Cristo a opção pelos pobres... eis os meios que têm a Igreja e, nela, os presbíteros, para se fazerem presentes no processo atual de urbanização.

## PERGUNTAS

- Você compartilha deste modo de conhecer a presença pública da Igreja e do presbítero na cidade?
- O que alteraria?
- O que acrescentaria?

## PERGUNTAS FINAIS

- Acha interessante o tema escolhido para a vida do presbítero?
- Traria outras informações para o debate sobre o mesmo?
- Que assuntos o texto esqueceu e deveria enfrentar para a vida do presbítero e seu ministério no processo de urbanização?

**6º Encontro Nacional de Presbíteros do Brasil**  
02 a 07 de fevereiro de 1996

**O PRESBÍTERO:  
MISSIONÁRIO, PROFETA E PASTOR  
NO MUNDO URBANO**

*"Reaviva o dom que há em ti."*  
(2Tm 1,6)

## APRESENTAÇÃO

*Caríssimos irmãos presbíteros!*

*A Comissão nacional do clero alegra-se por poder pôr nas mãos de todos vocês o Instrumento preparatório do 6º Encontro nacional de presbíteros, que se realizará em Itaipaci (Indaiatuba, SP) de 2 a 7 de fevereiro de 1996.*

*Este Instrumento preparatório visa a suscitar e alimentar a reflexão em torno do tema central de nosso encontro: "O presbítero: missionário, profeta e pastor no mundo urbano".*

*Trata-se de texto aberto às análises, ponderações, questionamentos e contribuições de todos.*

*Nosso desejo é que seja lido por você pessoalmente e discutido amplamente com os colegas em nível de paróquia ou comunidade, nos decanatos, setores e regiões, no presbitério diocesano. Que a nossa fala inicial instaure grande diálogo nacional sobre o mundo urbano e seus desafios, sobre a mística e espiritualidade do presbítero, sobre as urgências que se apresentam nos vários campos da missão e as possíveis respostas pastorais, sobre a pessoa do presbítero.*

*Nosso muito obrigado a todos os que participaram na elaboração deste material, especialmente ao Rogério Valle, Andréa Damacena e Kátia Madeiros, do CERIS (1º capítulo), ao Pe. Alberto Antoniazzi, do INP (2º capítulo), ao Pe. Antonio José de Almeida, do Regional Sul II (3º*

capítulo), ao Pe. Edênio Valle, da CRB (4º capítulo). Obrigado também às pessoas que enriqueceram os textos acima com suas observações e sugestões.

Desde já, rezemos e envolvamos nossas comunidades numa grande oração pelo feliz êxito do 6º Encontro nacional de presbíteros do Brasil.

*Até lá, se Deus quiser.*

Pe. Francisco de Assis Wloch  
Presidente da CNC

## O MUNDO URBANO: NOVAS INTERPRETAÇÕES

Viaje pelo país afora e pergunte, em cada diocese, quais suas três maiores prioridades pastorais. Quer sejam grandes arquidioceses ou até prelazias amazônicas, é muito provável que você encontrará o tema "pastoral urbana" inúmeras vezes. Isto mostra que, quando a Igreja fala em "urbano", ela não está se referindo apenas a um espaço cheio de edifícios e favelas, ruas e becos. Esta expressão esconde algo mais; algo que ocorre nas grandes metrópoles, mas também em pequenas cidades do interior. Este "algo" é, na verdade, uma grande mudança sociológica, que é preciso compreender.

Todavia, antes de compreender a nova realidade sociológica, isto é, de entrar em sintonia com ela, antes de sentir seu sabor, antes de amá-la e odiá-la, é preciso chegar-se até ela.

Claro: isto é o que todos fazemos diariamente, tomando o ônibus ou vendo televisão. Mas nem sempre há tempo para parar um pouco e debruçar-se mais atenta-

mente sobre esta realidade urbana, contemplando-a, é claro, com nossa própria velha e cansada vista, mas usando, desta vez, os estudos dos sociólogos e economistas como janela e parapeito!

Resumiremos a seguir alguns dos resultados a que chegaram os pesquisadores do CERIS que vem, há dois anos, recolhendo resultados de pesquisas sobre seis importantes aspectos da realidade urbana: Cidadania e poder local, Economia informal, Novas tecnologias, Pentecostalismo, Televisão e Violência. Nenhum destes temas ocorre exclusivamente dentro do território das grandes cidades, mas todos marcam a vida dos brasileiros deste final de milênio. Examinemo-los mais de perto.

### **Primeiro tema: cidadania e poder local**

A municipalização dos serviços, prevista pela Constituição de 1988, acarretou (ou pelo menos deveria ter acarretado) reordenamento das atribuições das esferas federal, estadual e municipal. Abriu-se assim espaço para possível exercício do poder local, comportando dois conjuntos de demandas sociais (na prática, interligadas):

- demandas relacionadas à maior eficiência dos serviços e ao melhor aproveitamento das verbas;
- demandas relacionadas à democratização da gestão.

O modelo centralizador das políticas sociais (planejadores concentrados na instância federal, superposição de planos e iniciativas, ausência de avaliações sistemáticas do impacto, relação custo x extensão dos benefícios — das políticas, etc.) foi gerado e estimulado pelo clientelismo, pelo coronelismo no nível local, pelo autoritarismo da ditadura militar, pela exclusão da sociedade civil da toma-

da de decisões etc. Os resultados são conhecidos: desordem administrativa, desvios de verba entre um nível de governo e outro, sonegação fiscal, irracionalidade dos gastos materiais e em recursos humanos; ineficiência,...

#### *a) Municipalismo e habitação*

A política habitacional vigente de 1964 até o início dos anos 80 era baseada nos recursos do Sistema financeiro da habitação (financiado pelo BNH, FGTS e cadernetas de poupança) e pautava-se por uma ótica empresarial, cujas prioridades e procedimentos eram incompatíveis com a superação do déficit habitacional (prioridade para a construção de habitações para camadas médias e especulação imobiliária). Com a valorização dos terrenos urbanizados, o preço da moradia expulsou os mais pobres das favelas para as periferias. As políticas públicas limitavam-se então à remoção das favelas ou à simples omissão; mais tarde, buscou-se a urbanização das favelas, mas sem que a população participasse do planejamento das medidas a serem implementadas. Soluções como a auto-ajuda ou as construções em mutirão foram tentadas como forma de superação da ineficiência do SFH, mas o sobre-esforço, o alto custo e a má qualidade das habitações levaram ao fim do BNH em 1986, deixando atrás de si grande número de mutuários inadimplentes, devido à má administração do sistema.

Com o tempo, os moradores favelados foram tomando consciência quanto a formas de intervenção nas decisões de políticas de aproveitamento do solo urbano. As associações de favelas passaram a cobrar tratamento diferenciado por parte do poder público.

Infelizmente, na maioria das vezes, a autonomia municipal prevista pela Constituição de 88 não passou da transposição das decisões de nível federal para o lo-

cal. Os municípios, no entanto, contam com vários artifícios para contornar o problema do acesso à moradia e à falta de recursos para programas habitacionais, tais como o Solo criado, o IPTU progressivo, o usucapião urbano, a desapropriação, a Lei de parcelamento, o Plano diretor e a Lei de zoneamento. Além disto, seria preciso garantir novos financiamentos, criar novas tecnologias que tornem a construção mais barata, estimular as cooperativas e envolver diferentes setores da sociedade, como as universidades.

#### *b) Municipalismo e educação*

Nesta área, há sugestões como:

- co-responsabilidade dos níveis federal, estadual e municipal;
- gestão que incorpore pais, alunos, professores e comunidade, formando parcerias e alianças;
- criação, ativação ou restauração do órgão municipal de educação;
- qualificação dos recursos humanos nos diferentes níveis de governo;
- estabelecimento de cargos de coordenador técnico e secretário do órgão educacional no Estatuto do magistério;
- melhoria da qualidade do ensino, como bem público, pela "Gestão de qualidade total", respeitando-se a heterogeneidade dos alunos e a participação democrática, e não um ponto de vista preocupado meramente com a adequação da educação ao mercado;
- difusão da "cultura do sucesso" em substituição à cultura do fracasso, que culpa o aluno pelo mau desempenho escolar e condiciona a percepção fatalista e imobilista das falhas do sistema educacional.

### *c) Municipalismo e alimentação*

Dois terços da população brasileira estão em condições deficientes de nutrição e alimentação. O brasileiro não consome calorias suficientes; isto é, o problema não está só no que se come, mas em quanto se come.

As experiências empreendidas buscam aumentar a interação entre estado, município e população; driblar o encarecimento causado por atravessadores, através do abastecimento acessível aos mais pobres; melhorar a qualidade e o preço da merenda escolar; realizar programas de desenvolvimento agrícola ou de complementação alimentar; favorecer os pequenos produtores agrícolas, etc.

Duas linhas de soluções para o problema alimentar são possíveis:

- a primeira atribui grande importância ao Estado, sugerindo a atuação em áreas correlatas como a pesquisa tecnológica, a melhoria da malha viária, política salarial favorável, maior fiscalização, apoio ao pequeno produtor, provimento de infra-estrutura de transporte e armazenamento etc.

- a segunda perspectiva sugere a adoção de alternativas locais baratas e eficientes, como a adoção da farinha múltipla. Nesta proposta, a comunidade é envolvida na gestão e no funcionamento do projeto, que visa a produzir farinha enriquecida com ingredientes nutritivos.

### *d) Municipalismo e saúde*

O Sistema único de saúde (SUS), introduzido durante a "Nova república", tem como princípios a universalização da saúde, a racionalização dos serviços e a participação dos atores no desenvolvimento dos recursos humanos. Instituído no país em 87, busca:

- eliminar a figura do indigente, acabando com a dissociação entre usuário e contribuinte;
- melhorar a relação custo/benefício, hierarquizando os serviços em complexidade crescente;
- regionalizar os serviços, aproximando a tomada de decisões da demanda local;
- integrar instituições oficiais e não sob comando único;
- criar Distritos sanitários que, geridos coletivamente, formem divisão geográfico-administrativa capaz de privilegiar o perfil epidemiológico de cada região;
- criar política de recursos humanos pautada pela capacitação, pela reciclagem e estímulo à dedicação exclusiva;
- desenvolver instâncias colegiadas com garantia de participação popular.

Durante a implementação do Sistema único, surgiram problemas como a desarticulação entre esferas do governo (o repasse de atribuições não foi acompanhado das condições para que cada instância pudesse administrar bem os serviços); atraso, demora ou desatualização no repasse de recursos; e obstáculos à descentralização por disputas entre instâncias governamentais. A isto somem-se os problemas já clássicos, como os baixos orçamentos destinados à saúde, os desvios ilegítimos, as irregularidades e a sonegação no orçamento da seguridade social, os desperdícios nos gastos públicos etc.

Ainda assim, várias experiências em realização vêm buscando a implantação de uma rede de saúde básica, a garantia da participação popular através das comissões de saúde, a assistência específica (idoso, mulher, mãe, adolescente, hipertenso, diabético) etc.

## Segundo tema: a economia informal

Após a Segunda Guerra, o Brasil entrou num processo de crescimento econômico rápido e permanente; de 1950 a 1980, a economia cresceu a mais de 6% ao ano, tendo o nível de emprego aumentado a uma taxa de 3,2%. Ainda assim, a modernização foi incompleta, já que subsistia um grupo importante de trabalhadores engajados em atividades pouco produtivas no campo e na cidade ao fim dos anos 70. O alto índice de relações não formais, em especial nas áreas metropolitanas, motivou os economistas a buscarem identificar as causas desta heterogeneidade da estrutura de empregos.

Nos anos 60, tanto a corrente neoclássica quanto a estruturalista (as duas então preponderantes) sustentavam suas análises na dicotomia entre uma economia "moderna" e um setor "atrasado" e afirmavam que a informalidade era fenômeno transitório. Os neoclássicos achavam que os trabalhadores informais tenderiam a ser absorvidos pelo setor moderno da economia, caso fosse eliminada a intervenção do governo sobre os salários; os estruturalistas sustentavam que a própria universalização das relações capitalistas apagaria a atividade informal, progressivamente.

Mas o tempo passou e o esperado declínio do setor informal não ocorreu. Os estudos se voltaram então para as relações do setor formal com o informal. Nos anos 80, a crise recessiva levou os economistas a verem o setor informal como espaço que absorvia os excluídos do emprego formal. Passaram a avaliar o impacto da recessão sobre a distribuição da renda e sobre a precarização das condições de trabalho e chegaram à conclusão de que o setor informal amortecia o desemprego, mas gerando desigualdades; quanto maior fosse a recessão, maior seria a informalidade e maior também a diferen-

ça, em termos salariais, entre os trabalhadores formais e informais.

Contudo, estudos posteriores vieram negar essa suposição. De fato, nos anos 80, a economia brasileira continuou empregando consideravelmente: apesar da crise econômica, o emprego cresceu a uma taxa anual de 3,5%, entre 1981 e 1990.

Em 1989, inicia-se nova recessão, que teria impacto maior justamente sobre o setor formal da economia. Iniciou-se então outra fase nos estudos sobre o setor informal, na qual o enfoque recaía sobre os tipos de atividades dos trabalhadores informais. Vários autores, por exemplo, "relativizam" a associação entre pobreza e informalidade. O saldo dessa abordagem aponta a importância da educação como variável explicativa da segmentação do mercado de trabalho; as diferenças entre os trabalhadores refletem apenas a má qualificação do trabalhador. Portanto, recomenda-se que a elevação da qualificação do trabalhador seja usada para superar as desigualdades na distribuição de renda, já que a educação constituiu o fator explicativo mais importante dessa desigualdade.

Em suma, ao fim de vinte e cinco anos de explicações sobre o setor informal, passou-se da perspectiva que o considerava como resíduo tradicional arcaico em contexto moderno, para a visão na qual a informalidade interage com as diferentes manifestações do processo de desenvolvimento brasileiro. Cabe salientar que a totalidade dos trabalhos aponta perdas significativas sofridas pelos trabalhadores em termos de remuneração, tendo as maiores perdas do setor formal ocorrido nos anos 80.

A reestruturação industrial nos anos 90 gerou tendências que apontam para o enxugamento de empresas do setor e para o favorecimento da terceirização. Parte da queda do emprego industrial deve-se, segundo este

ponto de vista, à passagem de atividades de empresas industriais para as pequenas do setor informal. Discute-se atualmente como o setor informal se articula com este processo de reestruturação industrial. Tais abordagens estão atentas para o desafio do desenvolvimento de economia competitiva, que exige organização moderna da produção na qual a força de trabalho é bem qualificada. Mas as organizações sindicais criticam o fato de que, na prática, a terceirização vem sendo confundida com precarização do trabalho (uso fraudulento do trabalho temporário, tentativa de redução das conquistas sociais, não reconhecimento dos direitos dos trabalhadores etc.)

Finalmente, cabe ressaltar que a multiplicação das cooperativas e iniciativas de produção associada ou doméstica (alternativas de geração de renda) constituem experiência valiosa dos próprios trabalhadores no sentido de corrigir as distorções do mercado de trabalho no país.

### **Terceiro tema: o futuro do trabalho industrial**

Vemos assim que as reestruturações que hoje ocorrem na indústria têm grande peso sobre o mercado de trabalho. As tendências atuais assinalam novo panorama em nível mundial, em que pesem as especificidades de cada realidade. O taylorismo e o fordismo não são mais capazes de levar a indústria para a frente. “Velhos” paradigmas esbarram, então, com “novos” paradigmas.

Nos países desenvolvidos, desde os anos 50, os trabalhadores elevam sua qualidade de vida e passam a demonstrar insatisfação com o ritmo de trabalho industrial. No final dos anos 70, as greves passam a visar mais à diminuição da jornada de trabalho, do que aumentos salariais. Os anos 80 revelam movimento novo, resultante de onda de produtividade até então inédita — moderni-

zação tecnológica e novos métodos de organização do trabalho — que vem acompanhada de acentuada crise econômica. O desemprego aumenta e os trabalhadores passam a lutar, sofregamente, pela manutenção de seus empregos, a despeito da redução nos salários.

A indústria no Brasil sofre, significativamente, com a crise do capitalismo mundial. As aplicações financeiras tornam-se bem mais vantajosas do que o investimento na produção. Muitas indústrias fecham a porta ou diminuem o número de seus empregados.

Nós temos de fato um problema para resolver. Uma herança do “milagre econômico”, hoje exaurido enquanto milagre, mas bem presente enquanto praga. A maior parte das empresas brasileiras sabe que precisa aumentar sua competitividade, mas isto para elas é “bicho-papão”. De fato, nossas empresas sempre se apoiaram nos baixos salários e nas más condições de trabalho, nos incentivos estatais (financiamento, reservas de mercado etc.) obtidas através de política e/ou corrupção e num rápido e barato acesso a matérias-primas. Ora, estas vantagens de custo tradicionais revelam-se hoje cada vez mais insuficientes. A indústria nacional se vê ameaçada pela evolução dos mercados, internos e externos, que são mais heterogêneos, pois:

- os consumidores, mesmo no Brasil, começam a se tornar mais exigentes, mas a indústria nacional tem dificuldades em responder aos novos padrões de qualidade, como aqueles impostos pelas normas da série ISO 9000;
- os consumidores valorizam cada vez mais a possibilidades de escolha entre vários produtos ou variantes de produtos. Do ponto de vista das fábricas, o problema aqui é que isto se traduz pela necessidade de aumentar a capacidade de lidar com produtos diferenciados, com ciclo de vida menor;

- os consumidores têm agora opções mais baratas, devido ao aumento das importações (de produtos ou de peças para fabricar estes produtos, por exemplo, na Zona Franca), o que obriga as empresas brasileiras a buscarem maior produtividade (menor custo por produto).

Assim, a competitividade da economia brasileira — logo, sua sobrevivência na tal de “nova ordem mundial” — depende de sua capacidade em avançar em qualidade, em inovatividade, em flexibilidade e em produtividade. A fim de “salvar” a indústria no Brasil, as empresas devem se empenhar em propostas que aumentem a competitividade, mediante modificações que, em parte, recuperam velhas idéias de esquerda; idéias que os próprios empresários consideravam, nos anos 70, como um sonho sem sentido, mas que agora as empresas adaptam e utilizam:

### 1. *Quanto às formas de fazer negócios*

- modificações na linha de produto;
- busca de alianças entre os fornecedores e os distribuidores do comércio;
- terceirização: substituição de contratos de trabalho por contratos comerciais entre empresas.

### 2. *Quanto à gerência e à organização do trabalho*

- programa de melhoria da qualidade;
- controle de custo;
- formalização de rotinas de trabalho;
- polivalência dos trabalhadores;
- desaparecimento dos níveis hierárquicos intermediários;
- *layout* celular, que acaba com as linhas de montagem, inflexíveis;
- participação dos trabalhadores na gestão e trabalho em equipe, sem supervisor ou em grupo semi-autônomo.

### 3. Quanto às técnicas de produção

- integração da fábrica por computador;
- integração entre as empresas, através da criação de interfaces eletrônicas de dados;
- desenvolvimento de produtos e de processos;
- tecnologia do fluxo de produção: *Just in time*, *layout* celular.

Tudo isto traz, é claro, uma série de preocupações para os trabalhadores e também para todo o país. Podemos listar pelo menos três delas:

a) Qual o futuro da indústria no Brasil? A indústria será capaz de produzir com competitividade? Sob que forma de trabalho? Terá um menor número de trabalhadores com uma maior qualificação? Ou bastará a incorporação de novas tecnologias para que se tenha a modernização?

b) Nossa indústria vai se internacionalizar? Qual modelo de integração a seguir? É preciso não "importar" modelos acabados que remontam a processos históricos distintos (Coréia, Chile, México, etc.)?

c) A tendência atual é a de menos gente trabalhando, com maior qualificação. Temos com isso, inexoravelmente, aumento da exclusão social? Como lidar com a diferença entre um número relativamente reduzido de trabalhadores com qualificação comparável à de trabalhadores europeus, por um lado, e a grande leva de trabalhadores que sobrevive da economia informal, por outro? Como pensar simultaneamente "indústria automobilística" e "mercado informal"?

Mas é claro que se deve pensar também em saídas que levem em conta os interesses dos cidadãos brasileiros. O governo Collor buscou intervir através da liberação de importações (matérias-primas, componentes e mesmo produtos acabados), da concessão de maiores facilidades para a transferência de tecnologias e da promo-

ção de iniciativas nas áreas de Produtividade e Qualidade Industrial. Mas os instrumentos escolhidos para implantar este novo ambiente foram quase exclusivamente de ordem fiscal e creditícia, dentro da visão neoliberal de que as mudanças estruturais são decorrência natural da busca individual do lucro. Hoje, sabemos que só a liberação de importações teve conseqüências, mesmo assim contraditórias.

Manipulações fiscais e novas formas de crédito podem até ser importantes em alguns casos, mas não bastam. É preciso mudar uma série de coisas, não só no plano econômico, mas também, no plano social e mesmo cultural. Pois as decisões na indústria dependem hoje do envolvimento de vários atores sociais:

— consumidores (já vimos os efeitos de suas mudanças de gosto);

— fornecedores (indispensáveis para a melhoria da qualidade);

— subcontratados e empresas de "terceirização" (ajudam ou prejudicam?);

— certificadores de qualidade, muitos deles internacionais;

— associações de defesa do meio ambiente (como vizinhos, obrigando as indústrias a poluírem menos, ou como fonte de críticas aos materiais usados no produto, nas embalagens, etc);

— poder público (legisladores, Judiciário, Executivo);

— sindicatos (a importância da criação de novas formas de relação do trabalho é reconhecida até pelos empresários);

— universidades e centros de pesquisas;

— SENAI e demais escolas profissionais. A formação profissional deve ser alvo de especial atenção pelos atores sociais. Deixá-la nas mãos exclusivamente do

empresariado é deixar a viabilidade ou inviabilidade da indústria no Brasil fora do universo de ação dos trabalhadores, do Estado e dos demais agentes da sociedade.

Portanto, a formação desta nova cultura técnica não está ao alcance das empresas, de forma individual. Ela é socialmente construída: depende de inúmeros agentes sociais, depende da existência de canais de negociação entre todos estes atores sociais. Daí as câmaras setoriais e outros fóruns que vêm sendo criados para tomarem decisões quanto à política industrial.

Quando o FMI e os bancos tanto nos apontam o exemplo de outros países latino-americanos que teriam sido bem sucedidos em seus "ajustes estruturais" neoliberais (será?), cabe lembrar o ensinamento do sociólogo francês Alain Touraine: a força do Brasil está no fato de aqui haver — muito mais do que nos demais países da América Latina — atores sociais que pesam: sindicalistas, empresários, intelectuais, administração pública etc., e isto conta muito para o futuro de nossa economia!

#### **Quarto tema: pentecostalismo**

Paul Freston identifica três ondas de implantação de igrejas pentecostais no Brasil:

- A primeira, em 1910, com a chegada da Congregação cristã e em 1911 com a Assembléia de Deus, caracterizou-se por uma expansão fora do eixo Rio-São Paulo, apesar de recepção inicial limitada.

- A segunda, nas décadas de 50 e 60, quando surgem (sobretudo em São Paulo) vários grupos rompendo com os modelos existentes, destacando-se as igrejas *Quadrangular* (1951), *Brasil para Cristo* (1955) e *Deus é amor* (1962). O contexto socioeconômico é caracterizado pelo início da urbanização e pela formação de sociedade de massas.

- A terceira ocorre no final dos anos 70 e ganha força nos anos 80, quando surgem a *Igreja universal do Reino de Deus* (IURD) em 1977 e a *Igreja da graça* em 1980. Nascem no contexto de um Rio de Janeiro decadente e violento, após a modernização autoritária dos meios de comunicação social.

As características principais da terceira onda, também denominada pentecostalismo autônomo, são, segundo Bittencourt:

- ignorância bíblica, em oposição à tradição protestante: leitura e repetição constante de alguns versículos escolhidos para justificar práticas e confirmar do-

renças nos níveis de adesão pessoal;

- o emocionalismo místico é mesclado com a excitação dos programas de auditório: utilizam-se melodias dos *mass media* com letras evangélicas, para dar aparência de modernidade:

- exorbitância de títulos e adjetivos, usados como “prova” de uma suposta superioridade espiritual de alguns;

- oferta constante de bens simbólicos, usufruídos individualmente, semelhante às compras de supermercado;

- em vez de organizarem uma catequese, adestram as pessoas para cumprirem fielmente seus papéis sociais, inculcando valores básicos e simplistas;

- possuem forte verticalidade de poder, justificada religiosamente, vetando toda participação dos leigos (sobretudo nos aspectos financeiros), barganhando a autonomia individual de ação e de pensamento, em troca de respostas às questões últimas da existência e de segurança diante do mundo:

- usar objetos como mediação para o sagrado, coisa impensável no protestantismo tradicional: xampus, loções etc.; até a Bíblia é utilizada no exorcismo, por exem-

plo. Muitos pastores e teólogos protestantes consideram o pentecostalismo autônomo, não como nova forma de protestantismo, mas como reedição urbana do catolicismo popular tradicional.

De fato, o grande interlocutor histórico e sociológico do neo-pentecostalismo é o catolicismo popular tradicional. O crescimento do pentecostalismo autônomo (ou neopentecostalismo) se deve ainda:

- à eficiência no uso dos “meios eletrônicos” (rádio e televisão) com programas de cunho proselitista;
- à sensibilidade dos pastores em relação à visão de mundo e às necessidades dos fiéis;
- à criação de novos templos, principalmente a partir de brigas e rivalidades internas;
- ao apoio de políticos: nos últimos anos, bom número de pastores trocou apoio eleitoral por terrenos, material de construção etc., adaptando e revigorando o tradicional clientelismo.

Segundo Cecília Mariz, elas são percebidas pelas camadas empobrecidas como estratégias de sobrevivência:

- fortalecem a auto-estima, através de ênfase nos dons espirituais individuais, na construção da identidade de “gente de bem”, no zelo com a aparência;
- destroem o sentimento de impotência, através do poder de Deus que cura e dá sentido ao sofrimento;
- dão ênfase à unidade familiar;
- criam uma rede de solidariedade através do apoio mútuo entre os irmãos;
- racionalizam a sobrevivência com poucos recursos, através da ênfase no poupar e no não gastar o dinheiro com as “coisas do mundo”.

A Igreja universal do Reino de Deus-IURD (1977) merece um olhar especial. Com crescimento estrondoso de fiéis, já possui um patrimônio de cifras milionárias; o

seu maior líder, o bispo Macedo, tem sido questionado pela imprensa e possui alguns processos legais que investigam a procedência do montante financeiro arrecadado por sua igreja, assim como o de seu patrimônio pessoal. A IURD tem como característica:

1) os fiéis têm em torno de 30 a 45 anos de idade;  
2) possuem em sua maioria renda mensal de um salário mínimo, estando inseridos, na sua maioria, no mercado informal;

3) têm postura de resistência ao diálogo com outras organizações religiosas, sendo as religiões afro-brasileiras as mais perseguidas pelos discursos dos pastores;

4) a libertação do mal garante a eficácia terapêutica e consolida o poder da igreja;

5) reclama para si a exclusividade na associação com Deus, construindo sua identidade na contraposição entre o "nós e os outros", em que vincula sua imagem como a combatente do demônio e a verdadeira aliada e representante de Deus;

6) descontração nos cultos e roupas, tendo como estrutura cültica o estilo programa de auditório;

7) enorme contribuição financeira por parte dos fiéis fundamentada em:

- no aspecto bíblico do dízimo
- no testemunho da cura
- no rígido controle das contribuições
- no sistema de leilão que estimulam a concorrência e a competição

- no aspecto do prestígio e honra pessoal de quem contribui

- na compra da graça através do dinheiro ofertado, conferindo um estado de purificação, onde maior a oferta maior o benefício.

Os fiéis assimilam o discurso dos dirigentes, no que concerne à compra de bens simbólicos; isto faz com que

os crentes não cogitem a possibilidade de os membros da hierarquia eclesiástica tirarem proveito econômico em benefício próprio e não admitam estarem sendo explorados economicamente pelos pastores da Igreja às quais estão filiados. Isto se dá porque há uma cosmologia religiosa que, segundo Wilson Gomes, fundamenta a representação simbólica do dinheiro no pentecostalismo autônomo. O projeto de Deus para o homem prevê e inclui a posse, entendida materialmente como detenção e fruição de bens, como modo de ser da felicidade humana. A intervenção de demônio frustra o desígnio de Criador; o homem foi feito para a riqueza, saúde e felicidade, mas se vê cercado pela pobreza, pelas doenças e por problemas de todo tipo. Surge então o terceiro elemento, que restitui ao homem a possibilidade de adequação ao projeto divino: a oferta. Através de barganha cósmica, a fé despotencializa os demônios e permite a reintegração da posse; quando se dá algo a Deus, ele fica obrigado a retribuir; o fiel pode exigir algo a quem tem direito.

### **Quinto tema: televisão e novas tecnologias de informação**

A modernização e urbanização da sociedade brasileira a partir dos anos 50 e 60 exigiram uma nova socialização cultural, ideológica e política. Os programas televisivos e anúncios publicitários apresentaram-se como instrumento oportuno e eficaz para, no plano da formação cultural e educativa, gerarem este processo de socialização.

A urbanização e a dinâmica própria da vida urbana, associadas ao papel da televisão, geraram rupturas (quebras) na resistência dos indivíduos. Porém, antes de responsabilizá-la, exclusivamente, pelas alterações nos comportamentos e valores, é preciso reconhecer que seu papel

consistiu e consiste ainda hoje, principalmente, no fornecimento e fortalecimento das diretrizes do consumismo. Portanto, a televisão não desencadeou nenhuma mudança social, mas foi um instrumento fortalecedor dos esquemas econômicos prevalentes.

Mas a presença da televisão na sociedade brasileira foi também fundamental na propagação de valores e na integração de setores sociais alijados da oferta de educação formal e do consumo de outros bens culturais.

A indústria cultural brasileira, que tem na televisão um dos seus principais pilares, adquiriu a possibilidade de equacionar uma identidade nacional, mas reinterpretando-a em termos mercadológicos. Assim sendo, os consumidores ou "telespectadores" identificam-se entre si através do mercado, ou melhor, mediante a aquisição de bens simbólicos. Neste sentido, o sentimento de pertença à nação brasileira é dado pelo mercado.

O impacto das novas formas de comunicação observa-se pelo surgimento de novos códigos simbólicos: interatividade, interconexão, pluralidade de valores, comportamentos e ruptura com as noções convencionais de tempo e espaço.

Disseminando valores da sociedade pós-moderna (moral hedonista, sedução de aparências, narcisismo acentuado, igualdade de consumo), a televisão oferece ao indivíduo orientações para seu comportamento através de lógicas contraditórias.

O novo individualismo narcisista e hedonista é instrumento de socialização que leva à criação de sociedade de indivíduos auto-suficientes, semelhantes entre si, sumidos na apatia.

Não podendo participar diretamente do consumo, a população periférica, ao invés de adquirir bens materiais, sociais e culturais, simplesmente contempla a exibição dos objetos de consumo...

## Sexto tema: violência urbana

A hipótese fundamental a ser considerada na análise da violência urbana brasileira é que se trata de fenômeno de natureza multicausal e plural. Portanto, não se pode compreendê-lo plenamente, a partir de único e exclusivo fator explicativo.

A complexidade inerente à violência urbana indica que o caminho para sua compreensão parte da percepção de fundamentos de ordem estrutural (crise econômica; miséria; empobrecimento) e do complexo de mediações materiais e culturais que a envolvem (quebra dos laços de solidariedade no conjunto da sociedade; relações sociais tradicionalmente hierarquizadas e desiguais etc.).

Incorporando a perspectiva posta nos argumentos anteriores, a primeira observação é que apenas parcialmente pode-se identificar a violência com a criminalidade. Existe ampla área de violência não reconhecida e não perseguida pela lei. No entanto, por se tratar de violência "naturalizada", é totalmente eliminada do debate. Em outras palavras, este tipo de violência é a violência da vida cotidiana, da fome, da ausência de educação, de sistema de saúde digno. Violência que se instaura pela ausência de direitos fundamentais, que atinge a maioria da população brasileira.

A criminalidade urbana violenta no contexto histórico e cultural brasileiro assume novas características:

- a) organização ligada ao tráfico de drogas;
- b) enorme poder econômico;
- c) cumplicidade direta de parte do aparato de segurança pública.

Do ponto de vista de alguns estudos que envolvem o Estado, a violência é analisada como expressão de processo incompleto de transição democrática, na qual per-

manece a contradição entre estrutura política democrática e sociedade hierarquizada. A presença de forte cultura autoritária, que permeia toda sociedade, é dissimulada pela ideologia conciliadora. A democratização ainda não garantiu direitos mínimos de cidadania e, ao mesmo tempo, seu processo revela a pacificação da sociedade brasileira, cujo elevado grau de tolerância e aquiescência aponta para o amortecimento das oportunidades de explosão violenta dos conflitos sociais, a nível nacional. Porém, em alguns estados e municípios brasileiros já se percebem sinais isolados desta explosão (linchamentos, "justiça com as próprias mãos", adesões à proposta de pena de morte.)

A violência urbana manifesta uma crise de valores no interior da sociedade brasileira. Portanto, é possível considerá-la como modelo inspirador de condutas, ou seja, a violência sugere comportamentos que legitimam suas ações. Não se pode esquecer o controle e regulação da vida social e privada dos moradores dos morros, periferias e favelas das cidades, feita pelos bandidos e criminosos.

Reflexões voltadas para solução do problema assinalam a necessidade de abertura de novos mecanismos de enfrentamento do fenômeno, que combinem a reestruturação no campo jurídico-político (eliminação da impunidade e garantia de direitos sociais mínimos) com ações voltadas explicitamente para uma mudança cultural (campanhas de desarmamento da sociedade civil).

## **Conclusão**

Quando se fala, na Igreja, em "mundo urbano", aquilo a que as pessoas realmente se referem é a problemática da modernização contraditória da sociedade brasileira, que elas não conhecem por este nome. Tal problemática

sintetiza a entrada "torta" da modernidade em nosso país, cujas elites valorizam a modernização técnico-econômica (automóveis de luxo), mas não a modernização social (cidadania universal). Nossas elites importam carros do "primeiro mundo" e os conduzem como bárbaros da antiguidade, porque não associam o lado material (carros avançados tecnologicamente) e o lado normativo (o respeito aos sinais de trânsito) da modernidade. Por isto, é preciso que a Igreja critique simultaneamente nosso sistema econômico, político e administrativo e nosso decadente mundo da vida (hábitos e tradições familiares, educacionais, culturais, etc.).

*Cf. a contribuição deste autor para a coletânea "Nem anjos nem demônios" — interpretações sociológicas do pentecostalismo, organizada pelo CERIS e publicada em 1994, pela Vozes.*

## MÍSTICA E ESPIRITUALIDADE DO PRESBÍTERO

Toda vocação é pessoal. Todo chamado de Deus é dirigido a uma pessoa. Toda mística ou toda espiritualidade será marcada por essa experiência pessoal e intransferível do encontro com Deus (cf. os relatos bíblicos da "vocação" dos grandes profetas: Moisés, Elias, Isaías, Jeremias, Amós...). Mas a vocação ao presbiterato não é vocação meramente individual, porque é chamado a fazer parte do presbitério, de um grupo que assume colegial e fraternalmente a mesma missão. "O ministério ordenado tem *"forma comunitária"* radical e pode apenas ser assumido como *"obra coletiva"*" (PDV 17). Neste sentido se pode fa-

lar de mística e espiritualidade do ministério presbiteral, que cada presbítero viverá segundo conotação pessoal. É dessa mística ou espiritualidade comum que falaremos. Da mística e espiritualidade dos presbíteros que querem ser "missionários, profetas e pastores no mundo urbano" deste final de milênio, no contexto brasileiro e na conjuntura da "pós-modernidade".

## 1. Discernir os sinais dos tempos

O ponto de partida da espiritualidade cristã e presbiteral é o encontro com o Senhor e o seu Espírito, que nos dão olhos e paixão para discernir os "sinais dos tempos" como linguagem de Deus. Exige-o palavra de Jesus (cf. Lc 12,54-59). Recomenda-o a época em que vivemos, tão marcada pelas mudanças, pela busca incessante do novo. Aconselha-o também o recente *Diretório para o ministério e a vida do presbítero*, no n. 34, no início do capítulo sobre a "Espiritualidade sacerdotal".

A busca dos sinais dos tempos poderia nos levar pelo caminho de análises complexas e matizadas da nossa sociedade e de suas perspectivas (algo neste sentido encontramos no cap. III das *Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil 1991-1994* e deverá estar nas novas *Diretrizes para 1995-1998*). Mas este caminho poderia ser estéril, porque nos deixaria diante da multiplicidade fragmentada de traços característicos da nossa sociedade. Não se destacaria com clareza nosso chamado, nossa missão. É, portanto, melhor procurar discernir o núcleo gerador da mística do presbítero neste momento histórico. É melhor buscar o *centro, o essencial* do nosso tempo e da nossa missão nele. A nossa escolha poderá parecer, a alguns, discutível. Mas esta é a finalidade do presente documento: despertar a discussão e a reflexão, para que possamos

chegar ao 6º ENP com algo amadurecido no diálogo entre todos os que dele participarem.

Se nosso mundo é, por excelência, *mundo culturalmente pluralista e fragmentado*, a nossa missão não será — antes de tudo — a missão de *reatar a comunicação*, de redescobrir uma linguagem comum, de propor valores universais, de buscar a *unidade na pluralidade*, a comunhão entre os diferentes?

Explicuemo-nos melhor, introduzindo nesta explicação — como simples instrumentos de análise (sem absolutizá-los) — os conceitos de “modernidade” e “pós-modernidade”. É nossa leitura dos “sinais dos tempos” que fazemos.

Há alguns anos, ao menos nas sociedades ocidentais e mais recentemente no Brasil, difundiu-se a consciência de *crise* da modernidade e da emergência de nova conjuntura, que muitos chamam “*pós-moderna*”. Em que consiste esta crise? Quais são as novas atitudes “pós-modernas”?

Procurando simplificar, reduzindo ao essencial, podemos dizer:

- a *modernidade* é caracterizada, antes de tudo, pela fé na *razão e na experiência*, logo na ciência e na capacidade de o homem dominar a natureza e transformá-la segundo seus planos, assegurando à humanidade progresso ilimitado;

- a *pós-modernidade* está *decepcionada com a razão* (após tantos desastres como as guerras mundiais, as bombas atômicas, as injustiças e distâncias crescentes entre ricos e pobres, o fracasso de muitas previsões otimistas...) e não acredita no progresso necessário e infinito; antes, nem pensa mais no futuro, mas busca o presente, o imediato;

- conseqüentemente, a *modernidade* exaltava a *produção e o trabalho*; o trabalhador era o seu herói, o homem era essencialmente *homo faber*;

• a *pós-modernidade* exalta o consumo e o gozo, o prazer; à ética prefere a estética, o hedonismo, os cuidados para com o corpo, a *busca individual da felicidade...* (“sem medo de ser feliz”). Daí não é difícil concluir que o que conta é a *existência individual*, o meu “eu”, a minha experiência, a minha vida particular, enquanto *diminui o interesse para a vida coletiva*, para a relação com os outros (que continua existindo, mas muito mais em função do meu interesse, do meu gosto, da minha felicidade...) Por isso mesmo a *política perde o seu sentido*, torna-se a *atividade de poucos*, torna-se forma de gerir os problemas comuns a partir de critérios técnicos ou da opinião da maioria, revelada pelas sondagens de opinião. Também na política o *homem pós-moderno vira espectador*, mais do que ator, e se limita a assistir — na poltrona, graças ao televisor — *o espetáculo da vida pública*, esvaziada da participação da massa dos cidadãos;

• mais profundamente, a *pós-modernidade não acredita mais em valores universais*, em grandes ideologias, em explicações globais da realidade. Valoriza a experiência individual, as diferenças, a multiplicidade, a variedade. Assume como princípio que cada um pode fazer o que quiser (possivelmente não agredindo o outro, não tirando do outro a mesma liberdade de fazer o que quiser). Assume o *individualismo radical* como princípio de vida;

• levado ao extremo, esse princípio *destrói toda solidariedade* e, mais cedo ou mais tarde, toda sociedade. Destrói, a curto prazo, muitos que tentam a aventura da droga, do prazer pelo prazer, do excesso sem limites, que encurta a vida pela doença ou o suicídio ou que nega a vida e a esperança (por exemplo, através da renúncia a ter filhos e a criá-los; as sociedades mais “modernas” são também as mais estéreis...).

• Mas as próprias contradições do *pós-moderno* (ou, se preferirmos, do *moderno em crise*) *abrem brechas* para

pensar e começar uma nova sociedade e uma nova cultura. Sinais dessa busca aparecem, inclusive, *numa nova religiosidade*. A modernidade tinha chegado a recusar a Deus e a anunciar sua morte. Parecia que o homem moderno não precisava de Deus ou, segundo certos filósofos, que *Deus era um estorvo para a liberdade humana*. Agora há de novo a busca de Deus, embora incerta e confusa. O homem quer descobrir o sentido do universo, do mundo, mesmo que alguns o façam de forma ingênua ou fanática, através de velhas religiões pagãs, da magia ou do esoterismo.

• Sobretudo há *sinais* (embora frágeis, que estão longe de ter vencido as tendências opostas) de que a pós-modernidade procura ir além de si mesma, da crise da modernidade, do individualismo extremado, para redescobrir a relação necessária do eu com Deus, com a natureza e com os outros. Relação necessária para o que o indivíduo — melhor, a *pessoa humana, ser relacional* por excelência — se realize na comunicação e na partilha com o Outro e com os outros. Isto implica a superação da arrogância moderna que pensava o homem sem Deus, como dominador da natureza e capaz de criar, sozinho, uma sociedade de liberdade, igualdade e fraternidade, a partir do mero contrato entre indivíduos.

## 2. A missão cristã na atual conjuntura

Há uma página da Bíblia que parece descrever, no essencial, a situação atual da modernidade em crise: a da torre de *Babel* (Gn 11,1-9). Há uma concepção da missão cristã, inspirada em outra página bíblica, a de Pentecostes (At 2,1-11), que interpreta a missão confiada ao Espírito Santo e, subordinadamente, à *Igreja como inversão de Babel*.

Num mundo fragmentado e confuso, baseado na competitividade e a valorização das diferenças, onde não existem referências comuns nem linguagem comum, a missão que o Espírito de Deus realiza pode ser vista, antes de tudo, como a de *restabelecer a comunicação entre as pessoas e os grupos humanos, entre os povos e as culturas*, não para tudo reduzir à uniformidade, mas para que *"cada um ouça anunciar em sua própria língua as maravilhas de Deus"* (At 2,11b).

Num mundo de individualismo exasperado, em que o indivíduo perde a capacidade de comunicar com Deus, com a natureza e com os outros, a missão cristã pode ser vista como a tarefa de *reabrir os caminhos que permitam o encontro com Deus, com a natureza e com as outras pessoas humanas*.

Num mundo de individualismo desesperado, que muitos experimentam como o *mundo do niilismo* (nada tem sentido... todos terminamos no nada), a missão cristã é uma missão de esperança, de *confiança no ser*, de descoberta de um sentido para a existência da pessoa, da sociedade humana, da natureza.

Esta missão é o *ministério da reconciliação de que falava Paulo* (cf. 2 Cor 5,14-20), que não terminará senão quando "todas as coisas lhe (=a Cristo) tiverem sido submetidas, e então o próprio Filho se submeterá àquele que tudo lhe submeteu, para que Deus seja tudo em todos" (1Cor 15,28). Outro escrito paulino, com linguagem mais rebuscada, descreve assim o destino dos que outrora estavam sem esperança: "Agora, em Jesus Cristo, *vós que estáveis longe fostes trazidos para perto*, graças ao sangue de Cristo. Cristo é a nossa paz. De dois povos, ele fez um só. Na sua carne derrubou o muro da separação: o ódio. Aboliu a Lei dos mandamentos e dos preceitos. Ele quis, a partir do judeu e do pagão, *criar em si mesmo um homem novo*, estabelecendo a paz. Quis reconciliá-lo com

Deus num só corpo, por meio da cruz; foi nela que Cristo matou o ódio. Ele veio anunciar a paz a vós que estáveis longe, e a paz para os que estavam perto. Por meio de Cristo podemos, uns e outros, apresentar-nos diante do Pai, num só Espírito" (Ef 2,13-18).

### 3. Estar em Cristo em Deus

Paulo acaba de nos lembrar que a "nova criação (2Cor 5,17; Gl 6,15) só se realiza por meio de Cristo. Daí a *primeira consequência para a vida espiritual* do cristão e, a maior razão, do presbítero que queira ser profeta e missionário no mundo de hoje: *estar em Cristo*.

Paulo repete, muitas vezes, que para ele viver é *viver em Cristo*. "A novidade da vida do cristão consiste no relacionamento estabelecido entre o cristão e Deus, por meio de Cristo no Espírito. O cristão não vive para si próprio (2Cor 5,15); na verdade, não é mais o cristão quem vive, mas Cristo que vive nele; a vida que Paulo vive no corpo ele a vive pela fé no Filho de Deus (Gl 2,20). Assim, o cristão vive para Deus em Cristo Jesus (Rm 6,11; 1Cor 15,22; Ef 4,18; 2Tm 1,1; Tt 2,12), vive para Cristo Jesus (Rm 14,8). Sua vida está escondida com Deus em Cristo (Cl 3,3). Para ele, viver é viver em Cristo (Fl 1,21); Cristo é sua vida (Cl 3,4); a vida de Jesus manifesta-se em seu corpo (2Cor 4,10s)." (J.L. Mckenzie).

Outros escritos do Novo Testamento se expressam de forma semelhante. Não há dúvida, para o cristão, de que nunca poderá *contribuir para a paz e a reconciliação* do mundo com Deus, se não estiver "em Cristo". Mas, além do mais, o mundo de hoje — a *cultura fragmentada e céptica da pós-modernidade* — pede ao cristão não uma teoria, nem uma simples atestação da sua fé, mas *uma experiência de vida* a ser comunicada e partilhada. O

mundo cobra o que João, em sua primeira carta, prometia aos seus discípulos:

“Aquilo que existia desde o princípio,  
o que ouvimos, o que vimos com nossos olhos,  
o que contemplamos  
e o que nossas mãos apalparam:  
— falamos da Palavra, que é Vida.  
Porque a Vida se manifestou,  
nós a vimos, dela damos testemunho,  
e vos anunciamos a Vida Eterna.  
Ela estava voltada para o Pai e se manifestou a nós.  
Isso que vimos e ouvimos,  
nós agora o anunciamos a vós,  
para que estejais em comunhão conosco.  
E a nossa comunhão é com o Pai  
e com seu Filho Jesus Cristo.  
Essas coisas, escrevemos para vós,  
a fim de que nossa alegria seja completa” (1Jo 1,1-4).

Esse “*estar em Deus com Cristo*”, pelo dom do Espírito, é algo que *transcende a nossa consciência e que envolve misteriosamente toda nossa vida*. Portanto, todo e qualquer momento ou aspecto da nossa vida pode e deve ser vivido “em Cristo” ou “em Deus”. “Quer comais, quer bebais, ou façais qualquer outra coisa, fazei tudo para a glória de Deus” (1Cor 10,31).

Mas o momento específico e indispensável para adquirir consciência desse “*estar em Deus*” é a *oração*. É o momento de agradecer, louvar, contemplar a comunhão com Deus em Cristo, que nos é dada gratuitamente. É o momento também de invocar esta presença, para que aumente nossa fé e a fortaleza nas horas da angústia.

*Modelo de oração* para o cristão e para o presbítero é o *próprio Jesus*. As páginas do Evangelho, a liturgia da Igreja, a nossa experiência espiritual nos ajudarão a rezar

com Jesus. Cada um procurará — dentro de sua vocação e do seu contexto eclesial — os meios mais adequados para sustentar a oração. (Outras indicações em Diretório para o ministério e a vida do presbítero, nn. 38-42).

*A partir da experiência pessoal da comunhão com Deus, o presbítero poderá agir como missionário, como Paulo que anuncia aos gregos que a divindade que adoram sem conhecer, o Deus no qual vivemos, nos movemos e existimos, é o Deus de Jesus Cristo, o Deus que habita todo lugar e a todos os seres dá vida (cf. At 17,22-31). A partir daí o dia-a-dia do seu ministério torna-se fonte mesmo de espiritualidade, já que seu centro é o amor ao Deus do Reino e a caridade pastoral para os irmãos.*

#### **4. Reconciliados com a natureza**

Os críticos da modernidade, especialmente os ecologistas, a acusam de ter provocado a poluição e, muitas vezes, a destruição da natureza, da mãe Terra. Na origem desses atos estaria a arrogância do homem moderno, que se acreditava (e se acredita) senhor do mundo. O próprio cristianismo, ou a tradição bíblica (cf. Gn 1,26-28), teria incentivado essa arrogância ou presunção de tudo dominar. Na verdade, foi feita leitura parcial e distorcida do relato bíblico, acentuando o “dominar” a terra (Gn 1,28), e esquecendo o mandato de “guardar” o jardim (Gn 2,15).

Sem entrar aqui na discussão dos erros do passado e da parte de responsabilidade que cabe a cada um, é importante reconhecer que faz parte da missão cristã hoje, também no mundo urbano, *favorecer e possibilitar a reconciliação dos seres humanos com a Natureza.*

“Uma alegria eterna, vinda da criação de Deus, enche a alma”, diz o poeta. Para a Bíblia, *o mundo é jardim*

*para o homem e Madalena encontra o Ressuscitado num jardim. O homem foi criado em intimidade com a Natureza e a "nova criação", inaugurada pela ressurreição de Cristo, não tira essa intimidade. O mundo, para o cristão, é algo que brota, sempre novo, das mãos de Deus, como "um hino maravilhosamente composto" (S. Gregório de Nissa).*

Na tradição espiritual cristã, o homem compreende mais profundamente a criação e o sentido da natureza quanto mais penetra em Deus e contempla em Deus o sentido do mundo. O homem, criado à imagem de Deus, à medida que foge à corrupção, liberta também a realidade material, o mundo que espera participar da glória de Deus (cf. Rm 8, 21).

*A assunção da natureza na glória de Deus já se manifesta na liturgia. A liturgia antiga associa a natureza a muitas de suas orações e a muitos de seus ritos. O ciclo do dia começa pela aurora, símbolo do Cristo que ressuscita, da vitória da vida sobre a morte, do "sol que nasce do alto... para iluminar os que vivem nas trevas e na sombra da morte" (Lc 1,78-79), como diz o *Benedictus*, hino da oração da manhã. Esta manhã de luz é também anúncio de "dia sem fim", de "dia sem noite". "Nossa oração, segundo o ritmo do dia, torna-se imitação daquilo que um dia deveremos ser" (são Cipriano). A vitória sobre a noite é vitória sobre a morte. No sono, nos confiamos nas mãos de Deus. "Em tuas mãos entrego o meu espírito" (oração da noite), certos de que no coração da noite, em que Cristo ressuscitou, surgirá luz nova e inextinguível, vida luminosa.*

*O ciclo anual também inicia no Natal, no solstício de inverno, quando o sol retoma suas forças, os dias param de diminuir, e volta novamente a crescer a força da luz. (A liturgia foi criada no hemisfério setentrional, onde Natal e renascimento do sol coincidem). A ressurreição*

*coincide com a primavera*, manifestação poderosa da retomada da vida, início de um verão que, no Reino, será eterno. Na primavera, simultaneamente, são evocadas três etapas da história da salvação: a *primeira criação*, em que Deus fez o mundo e a luz, afastando caos e as trevas; a *queda de Adão*, o pecado, que manchou a história humana; a ressurreição ou *nova criação*, que liberta o mundo da mancha do pecado e devolve à criação toda a sua glória. O ciclo anual se repete continuamente, mas não inspira o fatalismo antigo do "eterno retorno". A liturgia vive da certeza de que a história tem termo, perfeição, na plena comunhão do mundo e dos homens com Deus.

A mesma simbologia é vivida no ciclo da semana. O domingo é, ao mesmo tempo, o primeiro e o oitavo dia, o dia da criação e o dia da parusia, da manifestação plena da glória divina, o dia do Senhor ressuscitado que reabre à humanidade perdida o paraíso.

Finalmente, no ano litúrgico, a festa de *Pentecostes* nos introduz em novo tempo: o *tempo do Espírito*, o tempo que nos introduz à plenitude. Assim o mundo se torna uma igreja: "a nave, explica são Máximo, o Confessor, é o universo sensível, os anjos constituem o coro, e o espírito do homem em oração é o sacário, o "santo dos santos". Assim a alma encontra o lugar de paz na contemplação espiritual da natureza; ela entra com o Verbo e com ele, nosso Sumo Sacerdote, oferece o universo a Deus em seu espírito como sobre um altar". Um monge oriental dizia: "*Para o homem que reza em seu coração, o mundo inteiro é igreja*".

Na visão de Paulo, a Igreja, corpo de Cristo, é a criação que se reúne e se cristifica. A Igreja é mistério eucarístico que nos mostra o universo criado para tornar-se eucaristia. "*Em tudo fazei eucaristia*" (1Ts 5,18): a *eucaristia-sacramento* corresponde a *eucaristia como espiritualidade*, que leva à transfiguração de todo o ser do homem e de todo o ser pelo homem.

## 5. Reconciliados com os irmãos na comunhão fraterna

A eucaristia, sacramento da divinização do cosmo, transfiguração da criação no Corpo de Cristo, é também fonte de novo relacionamento entre os homens. Comungando com Cristo, partilhando o mesmo pão e o mesmo vinho, as pessoas humanas criam nova comunhão entre si.

O presbítero é chamado por muitos motivos ao ministério da edificação da comunhão fraterna. Antes de tudo, o presbítero — à diferença dos outros cristãos — recebeu o ministério de representar a Cristo enquanto convoca sua Igreja e a torna assembleia de louvor, que oferece o sacrifício eucarístico e é sacramento da presença do Senhor na história. O presbítero preside a celebração eucarística, ou seja, a convoca, a torna sinal do Cristo presente, a liga com laços de comunhão com a Igreja dos apóstolos, com as comunidades eclesiais irmãs.

O presbítero exerce seu ministério em comunhão com o bispo e o presbitério. A comunhão fraterna dos presbíteros, ao redor do sucessor dos apóstolos, é sinal e garantia da comunhão eclesial mais ampla, que reúne todos os batizados e também todos os que sinceramente aspiram à comunhão em Cristo. Neste sentido, é muito importante ter uma equipe de vida (não de vida comum, mas de oração, de reflexão, de revisão de vida, de lazer etc). Isto é essencial para a identidade do presbítero e para o desempenho de seu ministério colegial.

Esta comunhão tem sua fonte e seu modelo na primeira comunidade cristã, que os Atos descrevem como lugar da comunhão de bens materiais e espirituais. “(Os fiéis) eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir o pão e nas orações. (...) Todos os que abraçaram a fé eram unidos e punham em comum todas as coisas... Diariamente, to-

dos juntos freqüentavam o Templo e nas casas partiam o pão, tomando alimento com alegria" (At 2,42-46), a multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava propriedade particular as coisas que possuía, mas tudo era posto em comum entre eles. (...) Entre eles ninguém passava necessidade" (At 4,32.34).

O presbítero exerce seu ministério fazendo da eucaristia também um gesto de fraternidade da comunidade eclesial para com os irmãos mais pobres, gesto que continua o ideal da primeira comunidade. *Não há eucaristia sem ofertório e não há ofertório se as ofertas não são repartidas*, segundo o antigo costume eclesial, umas para a manutenção do culto, outras para o sustento dos ministros, outras para alimentar os pobres. A comunhão cristã não é autêntica, não é evangélica, se não houver a prioridade dos (a "opção preferencial" pelos) pobres. O evangelho é boa nova para qualquer. O evangelho é boa nova especialmente para os pobres (cf. Mt 11,5).

O presbítero exerce seu ministério fazendo da comunidade eucarística ou eclesial *comunidade missionária*. Se os pobres são os "preferidos de Deus" e os primeiros a terem direito ao anúncio do evangelho, o ministério apostólico é dirigido a todos: "Ide e tornai discípulos todos os povos" (Mt 28,19). Diz o Vaticano II: "O dom espiritual que os presbíteros receberam na ordenação não os prepara para missão limitada e restrita, mas, pelo contrário, para a imensa e universal missão de salvação até os confins da terra..." (PO 10, citado por PDV 18). E precisamente porque, no âmbito da vida da Igreja, é o homem da comunhão, o presbítero deve ser, no relacionamento com todas as pessoas, o homem da missão e do diálogo" (PDV 18b).

## 6. Radicalidade evangélica

Radicalidade é ir à raiz. Facilmente se interpreta a radicalidade evangélica no sentido negativo de renúncia e exigência. Não parece correto, pois não é isto a raiz do evangelho. Nesta perspectiva nem se inclui o grande mandamento. Radicalidade, mais do que renúncia, é adesão; mais do que vender bens, é encontrar o tesouro (cf Mt 14,44-45); mais do que deixar os "validos"(?), é dar-se conta do dom que o Senhor faz (cf. Jo 4.)

Ao presbítero a Igreja pede, na atuação do seu ministério, *radicalidade evangélica* (PDV 27-30). Nas formas específicas do presbítero diocesano ou de um religioso consagrado, todo presbítero — na Igreja latina — é chamado a viver o *celibato*, a obediência, a pobreza. Em outras palavras, é chamado a consagrar inteiramente sua vida à sua missão e a *fazer da sua experiência testemunho vivo de sua dedicação integral à missão profética e missionária*, que lhe foi confiada. Assim realizará a unidade de vida e ministério, que o Concílio julga essencial à espiritualidade presbiteral hoje (PO 14).

Há formas diversas de viver esta consagração. Recentemente, no contexto da nossa cultura, foi *criticada* a concepção da consagração do presbítero entendida como esvaziamento de si, *abnegação total*, em que a pessoa se identifica quanto possível e de forma exclusiva com o seu papel ministerial, *reprimindo sua personalidade e seus afetos*. O perfeito ministro seria o perfeito executor do seu papel, o dedicado "funcionário de Deus".

A idéia de esvaziamento de si é básica, mas não para ficar com o coração vazio, reprimindo a personalidade e os afetos. Trata-se de esvaziar para encher. Um pensamento de Agostinho: não podes encher um pote de mel, se está cheio de vinagre ou de sal! É bom lembrar que Cristo nos chama para sermos amigos não servos. Deus

não se interessa por nossa força de trabalho; interessa-se em primeiro lugar, por nós mesmos. Ele chamou "os que quis" para "estarem com ele" (cf Mc 3,13-14).

Sem negar que tal concepção possa ter orientado, em alguns casos, a formação e depois a existência inteira de certos presbíteros, parece legítimo afirmar que tal interpretação não somente não é a única possível, mas nem mesmo a autêntica e legítima. A tradição eclesial não entendeu a dedicação ao ministério e à missão como enquadramento num modelo rígido e funcional de ministro, que anule ou uniformize as qualidades humanas e espirituais (os carismas) do vocacionado. Se pouco sabemos dos primeiros doze apóstolos, o que *Paulo* nos deixou em suas cartas mostra bem a *sensibilidade humana e apaixonada daquele que foi conquistado por Cristo*. Se Cristo vive em Paulo, não é para destruir suas qualidades humanas, mas para potencializá-las e orientá-las. O mesmo pode-se dizer de outro grande modelo de presbítero e de bispo, *Agostinho*, cuja sensibilidade humana e atitudes pastorais estão fartamente documentadas. O mesmo pode-se dizer de *muitos santos presbíteros de épocas diferentes*, outros tantos modelos que podem inspirar modos variados e pessoais de se consagrar ao ministério da reconciliação e da comunhão.

Além do mais, na *atual conjuntura*, no clima cultural em que vivemos, o *testemunho do perfeito "funcionário" de uma burocracia eclesiástica teria valor mínimo*. O que homens e mulheres de hoje querem admirar no presbítero é a alegria da sua doação, é a *beleza* e a *coerência* da sua vida, é a *sinceridade* e a autenticidade com que procura ser fiel, apesar das muitas dificuldades, à sua vocação de profeta e de consagrado.

## 7. O presbítero como sacramento e símbolo

A missão do presbítero, como a própria natureza da Igreja indica, é de natureza simbólica ou sacramental. Estas palavras não são de fácil compreensão e são usadas, muitas vezes, em sentido muito pobre ou muito diferente do que aqui lhe atribuímos. Como o Vaticano II lembrou, a Igreja é "sacramento da união de Deus com todo o gênero humano" (LG 1) ou "sacramento universal de salvação" (LG 48). Isto significa que a Igreja, ao mesmo tempo, torna presente Cristo e a sua graça em nossa história, mas é também sinal de manifestação plena de Cristo que ainda há de vir. Há tensão entre o presente e o futuro na Igreja.

Assim, no ministério presbiteral, a missão é, ao mesmo tempo, edificar desde já uma comunhão eclesial visível e presente, em que a humanidade possa reconhecer o corpo de Cristo já agindo aqui, e sinalizar ou apresentar a imagem de realidade definitiva, eterna, da plena comunhão de todos em Cristo.

Deixando-se conduzir pelo Espírito, o presbítero discerne, desperta e anima o Espírito já presente no povo, nos simples, nos puros de coração... e leva à escuta e à resposta obediente aos seus apelos.

Esta perspectiva deve ajudar espiritualmente o presbítero a viver de modo autêntico e confiante seu ministério. De um lado, ele sabe que não pode ainda realizar em plenitude toda a realidade eclesial; deverá, antes, reconhecer e respeitar os que caminham fora da Igreja visível, não sem a ajuda do Espírito Santo, em direção ao mesmo Reino de Cristo e ao "esplendor da Verdade", que se manifestará futuramente, pois ainda "não se tornou claro o que seremos" (1Jo 3,2). Por outro lado, *ser sacramento ou sinal* da salvação e da Palavra que é Vida, Verdade e Caminho (Jo 14,6) significa *confiar na própria força*

*da verdade, na sua capacidade de iluminar e atrair, renunciando a usar a força ou outros meios escusos para tentar impô-la, como fazem certos "fundamentalistas" ou fanáticos. "A Igreja não fecha os olhos ao perigo do fanatismo, ou fundamentalismo, daqueles que, em nome de uma ideologia que se pretende científica ou religiosa, defendem poder impor aos outros homens a sua concepção da verdade e do bem. Não é deste tipo a verdade cristã. Não sendo ideológica, a fé cristã não presume encarcerar num esquema rígido a variável realidade sociopolítica e reconhece que a vida do homem se realiza na história, em condições diversas e não perfeitas. A Igreja, portanto, reafirmando constantemente a dignidade transcendente da pessoa, tem por método o respeito à liberdade"* (João Paulo II, *Centesimus annus*, 46c).

## **8. O presbítero como pastor**

No Novo Testamento, a figura do "pastor", como chefe da comunidade cristã, aparece nos escritos da segunda ou terceira geração cristã (cf. Ef 4,11; 1 Pe 5,2; At 20,28), isto é, quando os cristãos que formam o "rebanho" se tornam numerosos a ponto de exigir mais cuidados (até em prejuízo da missão dirigida para fora). Modelo do pastor da comunidade eclesial é o próprio Cristo, o "bom" (=verdadeiro) pastor (cf. Jo 10,11; 1Pe 2,25; Hb 13,20).

Na atualidade, a missão do presbítero é quase exclusivamente absorvida pela "pastoral", pelo cuidado dos católicos praticantes. De fato, as *paróquias urbanas são grandes* — com 20.00 habitantes em média; às vezes são imensas, com 50 ou 100 mil habitantes. Há, portanto, uma *tensão entre evangelização e pastoral*, entre a busca das "ovelhas perdidas" (que não são mais uma só como na parábola...) e o cuidado com as ovelhas que ainda es-

tão no redil. Uma solução está, possivelmente, no cuidado do presbítero para que o próprio rebanho não seja feito de mansos carneiros, que tudo esperam do pastor, mas possa se transformar num grupo dinâmico de evangelizadores. A tarefa é difícil, não impossível. *Os leigos, frequentemente, se queixam de ser deixados à toa no redil, enquanto o presbítero lhe tira todo incentivo ou todo apoio para o trabalho de evangelização.*

Que o presbítero-pastor tenha como finalidade *educar um laicato maduro e ativo não há dúvida* (cf. PO 6b). Neste papel de pastor-evangelista ou missionário, o presbítero tem como modelo o Cristo e como condição a união com ele. Sem Deus, os pastores não passam de mercenários e maus pastores (cf. Ez 34,1-10). Só Deus é o bom pastor, que se encarna no seu Filho Jesus (cf. Jo 10,11), que veio para que o rebanho de Deus "tenha vida, e a tenha em plenitude" (Jo 10,10).

Assim cumprir-se-á a promessa de Deus: "Dar-vos-ei pastores segundo o meu coração" (Jr 3,15; cf. PDV 1).

*\* Sobre este assunto, a CNC publicou na Vida Pastoral excelente artigo de Pe. Edson Damian, "A Espiritualidade do presbítero diocesano", maio-junho de 1995, ano XXXVI, 182, pp. 21-31.*

## NOVOS HORIZONTES DA MISSÃO

Os desafios são tantos e tão complexos que podem gerar perplexidade e paralisia. Por isso, o desafio maior agora é tentar encontrar, a partir das interpelações da realidade e à luz da divina revelação, respostas pastorais que possam contribuir para situar, de forma significati-

va, o presbítero no mundo urbano. Pautaremos nossa reflexão sobre o anteprojeto das DGAP 1995-1998, sobretudo em seu capítulo IV.

## **1. Nossa primeira grande tarefa é “enculturar-nos” para “inculturar” o evangelho**

1. Por *inculturação* entende-se o processo de inserção da Igreja nas culturas dos povos, ou seja, “a transformação íntima dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas” (RM, 52).

Chama-se de *enculturação* o processo pelo qual uma pessoa é introduzida em sua própria cultura, assimilando as características fundamentais de sua identidade cultural (Azevedo, 263.414).

Propor-se à inculturação do evangelho, em nosso contexto brasileiro, implica: partir do reconhecimento dos valores e das “sementes do Verbo” presentes nas culturas tradicionais (Cf. DSD, 245), aproximando-se delas com interesse e simpatia; reconhecer as características específicas e inéditas das culturas moderna e pós-moderna, marcadas pelo pluralismo, pela fragmentação, pela secularização e mesmo por tendências secularistas (Cf. DSD, 252-253).

2. Dois processos em curso estão a exigir nova inculturação do evangelho: as culturas indígenas, afro-americanas e mestiças, de um lado; a cultura urbano-moderna, de outro (Cf. DSD, 243-251 e 252-262).

Em primeiro lugar, observa-se duro conflito entre tradição e modernidade. As culturas que privilegiam a referência à sua própria tradição se chocam com a pretensão da modernidade de rejeitar a tradição e privilegi-

ar o uso da razão e da experimentação, em nome da liberdade. Resulta daí uma situação de pluralismo em que se encontram diversas tradições culturais e religiosas e diversas concepções da liberdade humana, algumas compatíveis com as tradições religiosas (especialmente a cristã) e outras incompatíveis com a concepção cristã da verdade e voltadas para o niilismo e a morte do homem. Seja como for, a sociedade não garante mais a transmissão tranqüila e certa de nenhuma tradição religiosa. Pelo contrário, expõe cada religião à concorrência ou ao confronto com outras. A nossa sociedade deixou de ser cristã (Cf. EN, 20), tornou-se terra de missão, na qual a evangelização tornou-se a primeira exigência para a Igreja.

Continua atual para a Igreja o desafio do discernimento dos valores e limites da modernidade, distancian-do-se, quer de atitude de adaptação excessiva e acrítica, quer de rejeição igualmente acrítica. Este discernimento mostra-se urgente seja por causa do individualismo radical, cuja única referência é a "vontade de poder" do sujeito, seja tendo em vista a necessidade crescente de fundamento ético comum como condição de permanência da democracia.

3. Na prática, isto acarreta — em linhas ainda muito gerais — as seguintes exigências:

a) pensar a *inculturação* como um *processo de longa duração*;

b) reconhecer que o sujeito da *inculturação* não é o evangelho nem o evangelizador, mas *o povo ou a comunidade* que se abre ao evangelho, deixando-se transformar por ele;

c) assumir atitude inicial e básica de *abertura* tanto à graça do evangelho quanto aos valores das culturas;

d) ao longo do processo, manter firmes tanto a atitude de *solidariedade com a cultura* quanto a atitude de

crítica à luz do evangelho (que ilumina, purifica e transforma toda cultura).

4. Da parte do presbítero, a inculturação do evangelho pressupõe, em primeiro lugar, a "enculturação" na própria cultura que pretenda evangelizar. Assim como o Filho de Deus se encarnou não só no seio de Maria, mas assimilou a cultura do seu povo, também o presbítero deve, de um lado, ter suas próprias raízes culturais, e, de outro, ser capaz de apreender e respeitar outras culturas. Neste sentido, os anos de formação inicial não podem visar apenas à formação espiritual, teológica e pastoral, mas também, e inseparavelmente, à conscientização e à assunção crítica de sua própria cultura. Os anos de Nazaré não são *fuga mundi*, mas, pelo contrário, *assumptio mundi* em vista da inculturação do evangelho.

Em segundo lugar, para poder acompanhar um grupo humano no processo de *inculturação* do evangelho, o presbítero terá que ser capaz de traduzir o evangelho em mensagem significativa para este grupo humano. A evangelização não é mera repetição de fórmulas consagradas pelo cânon ou pelo dogma, mas proposição existencial de uma pessoa, de uma vida, de uma mensagem que seja capaz de encontrar ressonância e "chegar a atingir e como que modificar pela força do evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes de inspiração e os modelos de vida da humanidade que se apresentam em contraste com a palavra de Deus e com o desígnio de salvação" (EN, 19). O presbítero, mais do que qualquer outro cristão, é chamado a ser ícone do evangelho inculturado, vivenciando em sua pessoa o diálogo entre a transcendência do evangelho e a particularidade da cultura.

## **2. Nossa segunda grande tarefa é pôr-nos a serviço da vida ferida e da esperança vacilante**

1. A *Gaudium et spes* indica o caminho da solidariedade com os sofredores como o caminho da Igreja: "As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias do homem de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo" (GS, 1).

Este foi o programa de Jesus: "O Espírito do Senhor está sobre mim. Eis que ele me ungiu e enviou para evangelizar os pobres e curar os contritos de coração..." (Lc 4,18). O amor-serviço define a sua missão: "O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar sua vida pela salvação de todos" (Mc). A vida humana e a vida em plenitude são a sua meta: "Eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância" (Jo 10,10).

Se o sínodo dos bispos de 1971 afirmava que "a ação pela justiça e a participação na transformação do mundo aparecem claramente como dimensão constitutiva da pregação do evangelho, isto é, da missão da Igreja para a redenção do gênero humano e a libertação de toda opressão", o Documento de Santo Domingo apresenta a promoção humana como "dimensão privilegiada da nova evangelização".

Neste contexto, a opção efetiva pelos pobres (LG, 8; Medellín; Puebla) manifesta o caráter evangélico da ação da Igreja (fidelidade a Cristo) e o caráter humano das políticas sociais (sujeição ao bem comum).

2. A crescente deteriorização das condições de vida da maioria do povo, com alarmantes índices de exclusão social, — basta ver o primeiro capítulo deste trabalho — está a demonstrar que o serviço mais urgente que as co-

munidades cristãs podem prestar à sociedade brasileira é, de um lado, o empenho na luta contra a pobreza e a exclusão, e, de outro, a contribuição para a criação de novo sentido de responsabilidade na ética pública.

3. Na *prática*, além das ações que envolvem a responsabilidade das várias pastorais sociais — que precisam ser assumidas por toda a comunidade eclesial e não apenas por seus elementos mais sensíveis e generosos — chamamos a atenção para os seguintes pontos:

a) não adiar o *socorro imediato, urgente e inteligente*, às situações de carência (fome, doenças...);

b) voltar-se decididamente para o *combate às causas* destas carências, promovendo — em parceria com outras organizações da sociedade e com os poderes públicos — a criação de empregos, a democratização da terra, as oportunidades de educação, a assistência sanitária, o saneamento básico etc., questionando as decisões políticas e as estruturas de poder;

c) assumir o *nível local* (bairro, distrito, município) como o ponto de partida de todas as ações, segundo a palavra de ordem dos ecologistas: “pensar globalmente, agir localmente”;

d) educar os católicos ao *conhecimento da doutrina social da Igreja*, para que penetre nas consciências como decorrência ética irrenunciável da própria fé cristã;

e) incentivar o diálogo e a reflexão dos teólogos, cientistas e profissionais acerca dos *problemas de ordem ética* que o avanço das ciências suscita nos vários campos da vida, do saber e do agir humanos;

f) estimular a *participação ativa* de todos em todos os níveis e aspectos da cidadania.

4. Da *parte do presbítero*, o serviço à vida supõe, em primeiro lugar, profunda sensibilidade humana e cristã

diante da miséria e da dor, cujo modelo é o próprio Jesus, que, movido pela misericórdia, teve pena do povo, que pareciam ovelhas sem pastor. Ele próprio compartilhou nossas dores, assumindo-as em sua condição humana limitada e mortal. Só alguém capaz de perceber e de acolher a sua própria fragilidade será capaz de captar com o coração a dor humana que o rodeia e de empenhar-se vitalmente em sua superação. Somente o ministro ferido pode fazer de suas próprias feridas fonte de salvação para os que o procuram no limite da sua dor.

Em segundo lugar, o serviço à vida supõe a visão crítica e atualizada dos mecanismos históricos, econômicos, sociais e culturais que geram vida ou que geram morte, a fim de poder discernir, com realismo, o que deve ser apoiado, apesar de sua ambigüidade, e o que deve ser denunciado, não obstante sua "inevitabilidade". Esta leitura crítica da sociedade é tanto mais necessária quanto mais cresce entre nós a ideologia individualista, hedonista e distópica, deixando para trás o sonho de uma sociedade justa, fraterna e solidária.

Em terceiro lugar, o presbítero tem que demonstrar seu serviço à vida através de gestos e projetos concretos, ainda que precários e imperfeitos. Ainda que não sejamos capazes de eliminar a dor — somos chamados, isto sim, a compartilhá-la — devemos ser capazes de anunciar que o Libertador se senta entre os pobres, que as feridas são sinal de esperança e que hoje é o dia da libertação: não amanhã, mas hoje; não no ano próximo, mas neste; não quando a dor será vencida, mas em meio à dor; não em outro lugar, mas aqui, onde estamos. Há um "universal concreto" que Jesus descobriu e que nós precisamos descobrir também: "Eu não vim senão às ovelhas perdidas da casa de Israel!"

### **3. Nossa terceira grande tarefa consiste no diálogo com as culturas e as outras religiões**

1. Para o Vaticano II, as diversas religiões estão ordenadas ao único Povo de Deus (Cf. LG, 16) e não se pode rejeitar nada “do que há de verdadeiro e santo nestas religiões” (NA, 2). Segundo *Redemptoris missio* (28) e *Diálogo e anúncio* (17), o Espírito Santo não tem fronteiras e faz germinar as sementes do Verbo nas religiões e nas buscas humanas da verdade do bem. Por isso, as relações da Igreja com as religiões têm dois princípios basilares: “respeito pelo homem na sua busca de respostas às questões mais profundas da vida, e respeito pela ação do Espírito neste mesmo homem” (RMi 29).

Dai a importância do diálogo entre as religiões e, mais amplamente, entre as culturas (DA, 45), que prolonga o diálogo salvífico de Deus com a humanidade (DA 38: Cf. DV, 2). Na verdade, o diálogo é apelo para conversão mais profunda de todos a Deus (DA, 41).

O diálogo reveste-se de várias formas: a partir da vida, na cooperação em trabalhos comuns de serviço, através do intercâmbio da experiência religiosa ou espiritual ou entre teólogos e peritos (DA, 42).

O diálogo com os cristãos das igrejas ou comunidades não católicas (“ecumenismo” em sentido estrito) merece atenção especial, dados os muitos vínculos que nos unem a eles (Cf. UR, 3).

Em nosso contexto brasileiro, é urgente — até como condição prévia ao diálogo — assegurar a subsistência das várias culturas indígenas (Cf. DSD, 245, 248).

Da mesma forma, a Igreja empenha-se para que as tradições culturais e religiosas afro-brasileiras sejam respeitadas e valorizadas (Cf. DSD, 246.249).

2. Grande desafio é o diálogo com a cultura moderna, em sua complexidade e diversificação. Este diálogo é

urgente tanto com os grupos que mais sofrem o impacto da modernização (jovens) como com os que exercem influência privilegiada na formação da opinião pública e dos costumes (MCS).

O diálogo ecumênico e a cooperação com outras Igrejas cristãs exigem atenção bem maior do que a que vem sendo dada. Entre outros, faz parte dos objetivos atuais e urgentes do movimento ecumênico no Brasil oferecer elementos — tanto aos católicos como aos irmãos de outras Igrejas — para que possam distinguir entre o joio e o trigo, a adesão esclarecida e o fanatismo cego, o zelo missionário e a exploração do povo, a busca perseverante da vontade de Cristo e o autoritarismo sectário e sem escrúpulos.

3. Na *prática*, o empenho pelo ecumenismo e pelo diálogo religioso e cultural implica:

a) identificar, de acordo com a realidade local, a *área concreta a ser priorizada* (indígenas, afro-brasileiros, ecumenismo...);

b) conhecer mais profundamente as *tradições locais* e as *novas tendências* culturais e religiosas;

c) observar a *influência* de outros grupos religiosos *sobre o próprio povo católico*, num exercício de discernimento constante;

d) fazer com que *toda a nossa pastoral e a nossa catequese assumam conscientemente uma dimensão ecumênica*, destacando o que é tradição comum, apreciando a contribuição específica de cada Igreja, expondo integralmente a doutrina católica (com o cuidado de torná-la compreensível aos irmãos separados);

e) promover momentos de *oração em comum e de diálogo*, dinamizando especialmente a Semana de oração pela unidade dos cristãos, entre Ascensão e Pentecostes:

f) onde for possível, realizar *ações conjuntas*, sobretudo no campo do serviço à vida e à esperança;

g) demonstrar sincero *respeito pela liberdade religiosa* e pelas convicções dos outros em matéria de religião e de costumes (Cf. DH, 7; CA, 46);

h) *advertir serenamente os fiéis em relação a atitudes sectárias e proselitistas*, evitando-se, porém, polêmicas estéreis, contraproducentes e escandalosas.

4. *Da parte do presbítero*, o diálogo com as culturas e as outras religiões implica, em primeiro lugar, o distanciamento crítico em relação à forma de inculturação do cristianismo em que ele espontaneamente vive, não para recusá-la, mas para "relativizá-la". O presbítero precisa tomar consciência de que a sua expressão do evangelho e do cristianismo não é a única, nem a melhor, nem a definitiva. O evangelho (enquanto complexo de modos de ver, de pensar, de viver, de atitudes, de celebrar e de estruturar a vida comum) vem sempre expresso numa cultura e, na dinâmica evangelizadora, entra sempre de novo em processo de interpretação e re-expressão em novas formas culturais.

Em segundo lugar, o diálogo implica abertura para conhecer as outras culturas e religiões sem preconceito de origem e respeitá-las em sua alteridade. O diálogo só é possível com o diferente conhecido e respeitado como diferente. Sem uma boa dose de empatia — capacidade de ver e valorar o outro a partir da própria autocompreensão do outro — a comunicação vital entre mundos diferentes é inviável e não se tem aquela mútua fecundação que aproxima as pessoas da verdade, aproximando-as entre si.

Na verdade, temos que ter a ousadia de perceber e de acolher a riqueza de revelação que há também nas divisões que dilaceram o Corpo de Cristo. Nosso conheci-

mento é sempre histórica e culturalmente dado, e, por mais que tenhamos o privilégio do acesso à revelação cristã e à sua expressão católica, é sempre imperfeito diante da inesgotabilidade do mistério. O papa João Paulo II se pergunta: “não poderia ser que as divisões tenham sido também um caminho que levou e leva a Igreja a descobrir as múltiplas riquezas contidas no evangelho de Cristo e na redenção operada por Cristo?” E conclui positivamente: “Talvez tais riquezas não pudessem vir à luz de maneira diferente...” (Cruzando o limiar da esperança, p. 147). Ninguém precisa ser mais católico que o papa!

#### **4. Nossa quarta grande tarefa é o anúncio missionário do evangelho**

1. A *Evangelii nuntiandi* é incisiva: a evangelização há de conter também sempre — ao mesmo tempo como base, centro e vértice do seu dinamismo — uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, “a salvação é oferecida a todos os homens como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus” (EN, 27). A argumentação de Paulo insiste na íntima relação entre fé e anúncio: “Como hão de invocar aquele em quem não acreditam? E como hão de acreditar naquele que não ouviram? E como ouvirão se ninguém lhes pregar? (...) A fé vem da pregação, e a pregação pela palavra de Cristo” (Rm 10,14-15).

O anúncio é claramente missão apostólica (Cf. Mt 28,18-20; Mc 16,15-16; Lc 24,46-48; Rmi 63; DA 55). Mas esta missão — como se vê no NT e na história do cristianismo (Cf. Mt 10; Lc 10; LG 33; AA 2; Rmi 71-72; CIC 204) — não se restringe aos Doze e a seus sucessores: estes têm, sim, o especial encargo de garantir a autenticidade do anúncio e a unidade da Igreja na fé e na missão.

O anúncio não se faz através de fórmulas estereotipadas, mecanicamente repetidas, mas em diálogo com as expectativas e a compreensão dos destinatários da mensagem. Por isso, "diálogo" e "anúncio" são aspectos complementares da evangelização, sobretudo da *inculturação* do evangelho (Cf. DA 77-78).

Paulo nos deixa, nos Atos dos apóstolos, exemplo precioso de anúncio atento às condições dos ouvintes e, por isso, diferenciado: aos judeus (Cf. At 13,16-41); aos camponeses da Licaônia (Cf. At 14,15-17); aos intelectuais de Atenas (Cf. At 17,22-31). Ao invés do monólogo unidirecional, a interação dialogal entre Palavra e situação do ouvinte (Cf. CNBB, *Catequese renovada* 112-117).

2. Em nossa sociedade brasileira hoje, pode-se perceber *três situações de urgência* quanto ao anúncio:

a) a dos católicos não-praticantes, que receberam o batismo, mas cujo contato com a vida e a palavra da Igreja é tão pouco freqüente e tão frágil que precisam de "nova evangelização";

b) a dos cidadãos que se declaram sem religião e cuja vida pessoal e social parece fortemente influenciada pelo secularismo ou pelo indiferentismo religioso;

c) a dos não-cristãos de algumas regiões brasileiras e de outros continentes, para com os quais nossa Igreja — apesar de suas carências — tem uma dívida com relação à evangelização.

3. *Na prática*, precisamos implementar — ou levar adiante — trabalhos bastante diferentes em relação a cada um destes três grupos:

A) *Os católicos não-praticantes ou poucos assíduos constituem o maior desafio missionário que a Igreja no Brasil enfrenta.* É importante tomar consciência de que

eles mantêm com as comunidades eclesiais dois laços pastoralmente relevantes: 1) a herança do catolicismo popular; 2) a procura dos sacramentos nos momentos decisivos da vida.

Em vista disso, as principais indicações pastorais parecem ser as seguintes:

- a) valorizar as práticas de religiosidade popular;
- b) promover ou fortalecer aquelas manifestações religiosas que atraem grandes massas;
- c) tratar de forma diferenciada e mesmo personalizada os não-praticantes quando procuram os sacramentos;
- d) fazer revisão séria das críticas que afastam os católicos da prática eclesial (p. ex., falta de acolhida, tratamento descortês, desrespeito à sensibilidade da comunidade...);
- e) dar especial importância à pastoral urbana, multiplicando e diversificando as comunidades eclesiais, criando ou desenvolvendo pólos ou centros de evangelização (Cf. DP 152; DGAP 1991-1994, n. 200);
- f) dar especial atenção aos jovens (com toda a sua diversificação: menores abandonados; jovens mais abertos aos valores cristãos; juventude urbana mais moderna), que podem se tornar "protagonistas da evangelização e artífices da renovação social" (Sínodo de 1987, Propos. 52; Cf. 46).

B) *Os cidadãos sem religião ou indiferentes normalmente não têm contatos com a pregação e a prática sacramental católicas.* São atingidas pela "presença pública" da Igreja, ou através da pastoral social da Igreja, ou dos meios de comunicação social, ou de alguma manifestação pública. Mas é evidente que podem sempre ser atingidos nos contatos individuais do dia-a-dia.

Em vista disso, as principais indicações pastorais parecem ser as seguintes:

a) enfatizar a importância do testemunho pessoal dos leigos cristãos que se encontram continuamente com seus colegas de trabalho, amigos, vizinhos;

b) participar ativa e competentemente do diálogo sobre as grandes questões de ética propostas pela urgência dos problemas que envolvem a própria sobrevivência da humanidade;

c) interrogar-se seriamente sobre a escassa influência da Igreja nos meios de comunicação social (linguagem; liberdade de informação, democratização do acesso aos MCS, formação da consciência crítica, exigência de veracidade e transparência reivindicadas pela Igreja, mas nem sempre praticadas por ela; fraca presença na TV e nas agências de notícias; utilização melhor dos recursos tecnológicos atuais a serviço da evangelização; formação de comunicadores cristãos).

*C) A nossa Igreja dependeu secularmente de missionários estrangeiros. Ultimamente, começa a abrir-se para além de suas próprias fronteiras, dando missionários "de sua própria pobreza" (DP 368).*

Diante disso, as principais indicações pastorais parecem ser as seguintes:

a) continuar a olhar para a América Latina e África como áreas geográficas prioritárias de sua missão além-fronteiras, incrementando ainda mais seu programa missionário, que já conta com mais de 1.000 pessoas;

b) aprofundar os esforços de animação missionária no sentido do aprofundamento da consciência da responsabilidade missionária das Igrejas particulares em todos os seus níveis e no sentido de motivar os presbíteros e os seminaristas a descobrirem a missão além-fronteiras como caminho de realização de sua vocação de evangelizadores;

c) investir na formação cuidadosa dos missionários, dando novos passos para a concretização de um Centro

missionário nacional e de um Instituto brasileiro de missões "além-fronteiras";

d) crescer na co-responsabilidade eclesial com a Igreja na Amazônia e em outras regiões de ocupação recente, particularmente através de melhor distribuição do clero;

e) prosseguir a avaliação e abraçar a revitalização do programa Igrejas-irmãs.

4. *Da parte do presbítero*, o desafio missionário é talvez o maior de todos. Não fomos formados para a missão. Fomos — quando muito — preparados para pastorear um rebanho já conquistado. O desafio missionário nos põe diante de uma situação nova: ir ao encontro do outro, entrar no mundo do outro, encarar a concorrência com outras instituições religiosas, traduzir a mensagem para pessoas que devem ser conquistadas, rever as nossas prioridades, encontrar as metodologias adequadas...

Certamente nem é o caso de transformar os presbíteros atuais em presbíteros-missionários. Poucos teriam esta vocação. Trata-se mais bem de os presbíteros despertarem e aprofundarem a consciência e a responsabilidade missionária dos cristãos católicos e das comunidades católicas, muitas vezes ainda embalados na doce ilusão de "maior país católico do mundo", consolados pela falsa alternativa "massas x minoria", presos ao *pusilus grex*, mas esquecidos do "ide a todos"! Em nossas comunidades existem sem dúvida milhares e milhares de autênticas vocações missionárias. Basta lançar-lhes o apelo com convicção, abrir-lhes o espaço indispensável de liberdade, proporcionar-lhes a necessária formação espiritual, teológica, metodológica, acompanhá-las com clareza e carinho.

Neste contexto, o presbítero recupera sua vocação originária como o carisma que garante, preside, promove a fidelidade da Igreja atual à Igreja apostólica e, por meio

desta, à revelação histórica de Deus em Jesus. Se, na segunda geração cristã, a Igreja precisou dotar-se de presbíteros/episcopos, para assegurar a sua unidade na fé e na missão, hoje, como em tantos outros momentos da história e contextos socioculturais, ela precisa urgentemente dotar-se de missionários, sem deixar de ter os seus "presbíteros". Ainda que não se possam separar nitidamente as prerrogativas, estes garantirão a continuidade e a fidelidade da Igreja ao único testemunho fundante e, neste sentido, insuperável, da Igreja apostólica; aqueles romperão as tranquilizadoras amarras de uma Igreja estabelecida para abrir a experiência sempre nova do evangelho ao desconhecido, ao novo, ao inédito. Terão os presbíteros de hoje a coragem de impulsionar esta nova estação missionária?

## **5. Nossa quinta grande tarefa é a vida de comunhão e o serviço à comunhão eclesial**

1. A missão não estará concluída — e nem pode realizar-se — enquanto não houver homens novos, pela força do evangelho e do Espírito, e comunidades eclesiais evangelizadas, vivas, dinâmicas. O ponto de chegada da evangelização é também seu ponto de partida!

Quando o evangelho é anunciado e acolhido, temos dois fenômenos intimamente relacionados: de um lado, a fé e as virtudes cristãs, na força do Espírito; de outro, uma intercomunicação entre evangelizador e evangelizado, que, aprofundando-se e ampliando-se, na força do Espírito, manifesta e realiza a comunhão eclesial, a Igreja. A geração de homens novos e a gênese da comunidade eclesial se alimentam e se determinam reciprocamente.

Por isso, na ação evangelizadora, estes dois níveis — o da pessoa e o da comunidade eclesial — têm que ser

igualmente visados e buscados com todo empenho. O anúncio da palavra, a celebração dos sacramentos, o testemunho do serviço e da caridade, os carismas, serviços e ministérios vários tanto suscitam e alimentam o homem novo como a comunidade dos fiéis.

2. Neste campo, em que pesem os esforços de renovação cristã e eclesial em curso desde o Vaticano II, pautados sobretudo sobre a *Lumen gentium*, a *Sacrosanctum Concilium* e a *Dei Verbum*, manifestam-se as seguintes urgências:

a) a necessidade de oferecer aos fiéis a oportunidade efetiva de descobrir e percorrer, de forma envolvente, o roteiro da iniciação cristã, de modo que a experiência do encontro pessoal com Cristo inaugure o processo de seguimento que marque radicalmente a vida da pessoa;

b) o imperativo inadiável de vivificar e atualizar as diversas formas de celebração sacramental e de comunicação da Palavra, superando um ritualismo defasado, minimalista e apressado por um salto de qualidade apoiado na fidelidade objetiva à Palavra de Deus e à participação subjetiva dos fiéis;

c) o persistente desafio de estabelecer uma efetiva unidade entre a fé e a vida dos fiéis, superando o escândalo da ruptura entre a religiosidade e a prática concreta da existência;

d) a importância de harmonizar e compenetrar as dimensões pessoal, comunitária e social da existência cristã;

e) a necessidade imperiosa de suscitar e articular comunidades "com rosto humano", em condições de acolher e valorizar cada pessoa, segundo sua idade, características e necessidades espirituais.

3. Para tanto, as principais indicações pastorais parecem ser as seguintes:

a) reconhecer a todo cristão a condição de sujeito, abrindo espaço para a experiência pessoal e subjetiva da fé, valorizando o sacerdócio comum e o sentido de fé de todo o Povo de Deus;

b) criar condições para que os carismas de cada um sejam propostos, através da participação ativa de todos, a serviço da comunidade eclesial e de sua edificação, sendo também fonte de realização pessoal;

c) dar especial atenção ao acolhimento e à valorização das pessoas também através de formas mais sistemáticas, como o aconselhamento (com a colaboração de pessoas especialmente preparadas), a revalorização do sacramento da reconciliação, a disposição para o diálogo e a direção espiritual, a diminuição da burocracia, a prontidão para servir;

d) dar especial atenção às pessoas que procuram ocasionalmente um sacramento, dando cunho fraterno, cordial, evangelizador e pastoral aos "cursos" de preparação aos sacramentos;

e) garantir atenção efetiva aos diversos aspectos e dimensões da identidade pessoal e da existência cristã, evitando atitudes unilaterais, como o legalismo, o intelectualismo, o intimismo, o emocionalismo, o absentismo (ou o exclusivismo) social e político;

f) acompanhar a pessoa em seu crescimento cristão, sobretudo através de seu envolvimento com a vida da comunidade eclesial;

g) fazer com que, na experiência que a pessoa faz da comunidade cristã, o primado caiba à experiência espiritual, no sentido forte de autêntica experiência de Deus, emocionalmente envolvente, levando à conversão pessoal, a vivência da fé e a mística profunda;

h) na *catequese* (que deve ser diferenciada e começar bem cedo), deve-se buscar a conexão necessária entre a experiência pessoal/comunitária e a doutrina, à luz da palavra de Deus;

i) nas *celebrações litúrgicas*, articulem-se melhor a tradição da Igreja e a experiência atual dos fiéis, valorizando as pessoas, suas culturas, suas vivências, recuperando as dimensões de mistério, de festa, de expressividade simbólica;

j) respeitar a *liberdade dos cristãos na escolha das formas específicas de seu empenho na sociedade*, ajudando-os em seu esforço por descobrir modelos de vida cristã na sociedade moderna;

l) continuar e ampliar as *atividades educativas da Igreja*, através de escolas católicas ou de presença cristã qualificada nas escolas públicas, particulares e comunitárias;

m) a partir da preocupação com a educação dos filhos, reunir os pais e envolver ativamente jovens e adultos no trabalho de *evangelização da família*, concretizando variadas formas de pastoral familiar;

n) reconhecer a possibilidade de *diversas formas de vida comunitária, integração e associação dos fiéis*, sem querer impor um único modelo de comunidade eclesial;

o) *adequar a paróquia às condições da sociedade moderna*, sem perder sua identidade teológica de comunidade eucarística;

p) *transformar a paróquia em comunidades de dimensões humanas*, em que sejam possíveis relações pessoais fraternas, ministérios confiados aos leigos;

q) *criar comunidades não territoriais*, ligadas por interesses culturais, laços pessoais e espirituais;

r) *abrir espaço para o protagonismo dos leigos* em vista da comunhão eclesial e do trabalho missionário junto aos católicos não-praticantes e aos não-crentes;

s) ajudar as *comunidades eclesiais de base* a responderem aos desafios do trabalho com as massas, da acolhida da religiosidade popular, da abertura ao pluralismo, de espiritualidade que integre fé e vida, do acompanhamento das mudanças da sociedade;

t) favorecer a integração dos *movimentos eclesiais nas Igrejas particulares*, sem perder seu carisma próprio, mas abrindo-se à opção evangélica pelos pobres, à dimensão comunitária e social da fé, cuidando da formação de seus membros e pondo sua moderna organização a serviço da evangelização;

u) valorizar e articular os *mecanismos de comunhão e participação em todos os níveis*, melhorando a comunicação interna, buscando a comunhão e o diálogo, valorizando a diversidade de dons e vocações das pessoas e das comunidades;

v) levar em conta, na *articulação*, a missão evangelizadora comum como objetivo de toda a ação; as dimensões da evangelização como marcas que todas as estruturas e atividades eclesiais devem ter; os princípios basilares da variedade, da complementariedade, da reciprocidade, da autonomia, da subsidiariedade e da participação responsável.

4. De todas as tarefas talvez seja este último bloco aquele em que *os presbíteros* — pelo menos, os que acompanharam o processo de renovação deslanchado pelo Vaticano II — se sentem mais à vontade. Aqui ele se sente mais “pastor”, num papel social certamente mais definido do que o de “missionário” ou de “profeta”.

Embora muitos presbíteros estejam ainda presos a um esquema basicamente cútico-sacramental de exercício do ministério, um número expressivo — sem dúvida, o mais dinâmico e representativo — tem-se proposto como animadores, coordenadores, presidentes de uma comunidade toda chamada à missão, em que o Espírito atua poderosamente, suscitando carismas, serviços e ministérios vários, todos empenhados no serviço do Reino de Deus no mundo. O presbítero não é simplesmente o homem do culto, mas o pastor que conhece suas ovelhas e dá a sua

vida por elas; que não retém em suas mãos todas as iniciativas e responsabilidades, mas compartilha com muitos a missão comum a todos, mas assumida diversamente por cada um; que não é a "síntese dos ministérios", mas o "ministério da síntese"; que preside à edificação da comunidade através da palavra, dos sacramentos, da multiforme caridade, dos carismas e ministérios; que impulsiona a comunidade como um todo e cada um dentro dela para a missão de Jesus e do Espírito no mundo; que se dedica inteligentemente à formação de agentes para os vários campos da ação pastoral.

Para estes presbíteros — e para os presbíteros em geral — o apelo da hora presente é abrir-se aos novos desafios de ministério que, em cada novo contexto histórico e eclesial, é chamado a redefinir sua configuração histórica mantendo inalterada sua forma teológica de ministério apostólico.

Esta missão exige do presbítero, no Brasil de hoje, algumas qualidades: prioridade à tarefa da evangelização, o que acentua o caráter missionário do ministério presbiteral nesta hora; o testemunho pessoal de fé e caridade, de profunda espiritualidade, de renúncia e despojamento de si; a capacidade de acolher o exemplo de Cristo Pastor que une a firmeza à ternura, sem ceder à tentação de serviço burocrático e rotineiro; a solidariedade efetiva com a vida do povo, com especial sensibilidade para com os pobres, oprimidos, sofredores, em fidelidade a Jesus, o Messias pobre e dos pobres; a capacidade de diálogo com todos, também com os que pertencem a tradições culturais e religiosas diferentes, no respeito à pluralidade; a maturidade para enfrentar os conflitos existenciais que surgem do contato com um mundo ainda não impregnado pelo Espírito do evangelho.

Missão para super-homens? Certamente não. Mas super-missão para homens e mulheres que queiram, na

Igreja, compartilhar com todos os irmãos e irmãs batizados o desafio de, na força do Espírito, anunciar o evangelho a toda criatura, presididos pelos bispos e presbíteros que, colegialmente, como profetas, missionários e pastores, devem continuar a missão que o Ressuscitado confiou aos apóstolos da primeira hora.

Não será por falta de programa que a Igreja e, dentro dela, os presbíteros ficarão sem respostas aos desafios da hora presente. Não é hora de perplexidade. É hora de lançar as redes em águas mais profundas!

## A PESSOA DO PRESBÍTERO

Após os passos dados nos três capítulos iniciais, nossa atenção vai, agora, se voltar mais diretamente para a pessoa do presbítero. Queremos ver, na perspectiva do sujeito, como o mundo urbano lhe concerne, atingindo-o não só no nível propriamente psicológico como também no exercício de seu ministério.

1. *Nosso objetivo*, portanto, será o de tentar ajudar os presbíteros a mais bem se compreenderem desde a ressonância em seu múnus — de missionário, profeta e pastor — em ambiente sociocultural que mina por baixo os papéis e estilos tradicionais de sua atuação. Centro de nossa atenção será a problemática humano-afetiva e existencial do padre hoje. A atual geração de presbíteros não pode deixar de ser questionada, pelo acelerado câmbio de padrões trazidos pela urbanização. Nascida e educada, quase sempre, dentro de contexto marcado pelo rural, pelas concepções e valores de um Brasil que está desaparecendo ou se transformando rapidamente, é tarefa urgente, para ela, reelaborar suas raízes psicoculturais.

Do ponto de vista psicológico, essa parece ser uma das principais condições para que o presbítero de nosso tempo possa chegar a nível satisfatório de estabilidade e realização pessoal, tornando-se, concomitantemente, fonte ativa de realização humano-cristã para as pessoas e para a comunidade as quais serve, a partir da fé em Jesus Cristo.

2. Claro que esse tema tem a ver com a teologia e a espiritualidade, pois não se pode pensar a vivência pessoal de um sacerdote sem levar em conta o crescimento na vocação à qual é chamado. Nossa perspectiva de análise, porém, será outra. Interessa-nos, aqui, aprofundar alguns aspectos da experiência e da dinâmica psicoafetivas do presbítero que vê os seus papéis institucionais checados por expectativas, nascidas em espaço que já não se caracteriza pela reverência e a submissão ao sagrado e à religião; que antes os desvaloriza e setoriza.

Poder-se-ia dizer que nossa abordagem será psicopedagógica. Talvez seja mais conveniente empregar outra palavra, menos usada, para designar o que pretendemos. É termo antigo, tirado de religiões pré-cristãs; visa a designar o que constitui talvez o mais essencial núcleo da pastoral. É a palavra *mistagogia*. Com esse termo, já no âmbito da teologia, se designa a "condução" de uma pessoa "para dentro" do "mistério". Em última análise, a mistagogia cristã visa a introduzir o neófito e o já convertido no aprofundamento da vivência do mistério pascal de Jesus, guardado e celebrado pela Igreja que dele é testemunha no mundo. O mistagogo, por sua vez, à semelhança do pedagogo, é quem ajuda alguém a crescer dentro da experiência pessoal de Deus, através da aquisição de "sabedoria misteriosa e secreta" que é loucura para o mundo mas dom maravilhoso do Espírito para os que conhecem "as profundezas de Deus" (1Cor 2,1-15). Este texto

procura mistagógicamente caminhar território adentro do mistério da pessoa humana do presbítero, tendo em mira a integração de suas dimensões pessoais e ministeriais num todo harmonioso. Mais do que apresentar teorias, busca atingir o nível da experienciação vital.

O presbítero é o mistagogo, por definição. Na liturgia, como na pregação da Palavra e na condução da comunidade compete a ele, embora não exclusivamente, tornar concreta, livre e ativa a abertura ao Espírito, que leva à comunhão e à diaconia profética. A questão que se propõe no contexto da moderna civilização urbana é a seguinte: como ser mistagogo em cultura tão superficial, massiva, narcisista e fragmentada como a hoje existente? Como falar e testemunhar a sabedoria do evangelho em sociedade tão mentirosa e injusta?

O presbítero-mistagogo sabe, por experiência, que não se trata apenas de conduzir "os outros", de pastorear a comunidade, como se ele próprio não necessitasse ser conduzido pelo Espírito. Sabe que é percorrendo ele mesmo o itinerário da conversão permanente e da escuta pessoal que poderá caminhar com o seu povo, para dentro do mistério de Deus e do Reino, do qual a Igreja deve ser sacramento e sinal.

3. Oferecemos *duas chaves psicológicas* de leitura do tema que nos interessa aqui. A *primeira* visa a "desidealizar" nossa concepção de ser padre-hoje. A *segunda* se centra na questão do *amadurecimento adulto*, humano-afetivo e cristão, da pessoa do presbítero.

São duas pistas para refletir sobre o "cultivo-de-si" que os presbíteros parecem estar buscando. Aliás, essa busca é uma característica da cultura urbana de hoje em qualquer parte do mundo. Tem várias facetas. Uma das quais é a que aparece nos cultos esotéricos, religiosos ou para-religiosos, badalados pela mídia. São multidões os

que procuram os lugares de inebriamento do eu (ou *self*), de imersão mística na emoção coletiva, via transe. Também dentro de nossa Igreja aumenta este tipo de demanda subjetivista, sem mais preocupações com o compromisso da missão e com o mundo real "lá fora". Do ângulo de pastoral mistagógica cabe a pergunta: conduz essa via "para dentro" do mistério cristão? Subsiste ao confronto com os desafios efetivos da cultura urbano-industrial, em contexto de subdesenvolvimento como é o nosso?

O presbítero, porque mistagogo, tem o dever de aprofundar pessoalmente, isto é, em sua vida e ministério pessoais, essas inquietações e buscas que estão no coração de seus fiéis. Não pode permitir que tudo fique na dependência de carências exacerbadas pela solidão urbana e manipuladas, até comercialmente, sem preocupação com o mistério e o desígnio escondidos de Deus (Ef. 1,9-10).

## I. DESIDEALIZAR PARA SER

### 1. O impasse paralisante da idealização

Falar em "ser presbítero, missionário, profeta e pastor", é pôr-se meta assustadoramente elevada. Os valores ideais que se escondem por baixo e por trás de tal proposta representam desafio muito grande para quem assume o ministério presbiteral nas condições de hoje. Quem escolhe, ainda que com suficiente conhecimento de si e da realidade, valores tão altos, nem por isto pode supor que respeita e vive de fato o que tal opção de vida implica e exige.

Ser padre *light* significa ter já transposto a distância que existe entre o ideal proposto e a realidade nua e crua que somos? A psicologia nos responde que não. E

nós o sabemos muito bem. O padre *light* é alguém que ama a Igreja viva e serve aos seus irmãos e irmãs. Ele cultiva honestamente a espiritualidade e a oração; trabalha para superar suas limitações e fraquezas; divide com o presbitério e a comunidade suas riquezas, preocupações e projetos pessoais. Relaciona-se "bem" com as pessoas, assume a causa dos pobres, estuda, reza, crê. Numa palavra, não pretende acomodar-se à "áurea mediocridade" de uma vida ainda bastante respeitada e respeitável. No entanto, paradoxalmente, algo o torna "homem perplexo" (França Miranda), pessoa dividida entre a coragem e o medo de arriscar-se "para dentro" do que escolheu e quer ser. Sente, por isto, a tentação de retrair-se, de preservar-se, de manter "abstrata" a sua adesão aos valores estruturantes de sua vida. Esses valores estão ainda lá, são objeto de seu desejo e de sua preocupação. Não deslancham, porém, o dinamismo que leva mais além. O padre *light* entra na média comportamentalmente correta de quem vive na civilização urbana.

O parágrafo acima não pretende descrever padres em crise, frustrados e infelizes com a vocação escolhida, envolvidos afetivamente com outra opção de vida, como a do casamento, que antes não se punham. Não alude, tampouco, aos casos patológicos, quando distúrbios e doenças mentais são a raiz explicativa do mal-estar sentido. Fala é do padre comum, do "bom-padre" que devido às circunstâncias tensas e aos desafios da cultura urbana, entra em *stress* espiritual, pastoral e psíquico. A Organização mundial da saúde publicou, em 1995, uma extensa e cara pesquisa científica realizada em 15 grandes cidades do mundo e encontrou índices alarmantes de desgaste psicológico e de instabilidade psico-afetiva. O Rio de Janeiro foi medalha de prata neste campeonato do desajustamento psíquico, provavelmente causado pela tensão das cidades. Nada menos de 26,3% dos cariocas

que procuram um clínico geral, além do problema médico do qual se queixam, sofrem, também de algum tipo de distúrbio mental. Não há porque pensar que os sacerdotes do Rio ou de qualquer outro centro urbano brasileiro estejam isentos, em igual proporção, desta colossal pressão. É preciso contar com esse fator agravante, mas aqui nos referimos a algo ainda mais profundo no psiquismo do presbítero. Falamos de padres medianamente tensos, mas normais. Pessoas que continuam a trabalhar e a se esforçar porque estimam como valor pessoal a sua vocação e trabalho. Mas, que param aí! Diz A. Manenti, que tal presbítero "por medo de ir longe demais, fica pensando no que poderia realmente ser, mas tomando cuidado para não o ser na prática". Com isto, sua adesão aos valores e sua atividade ministerial tornam-se uma espécie de jogo simulado. As potencialidades pessoais deste padre estão paralisadas ou, então, passam a reforçar somente o que ele já é, já sabe e já faz e não o que poderia vir a ser, a saber e a fazer. Nesse impasse existencial, amplia-se a distância efetiva entre os valores (desejados) e a realidade (vivida), tornando muito difícil o caminho para o que está "mais dentro", para o que é "mais" exigido pelos desafios reais de hoje. O que falta não são as metas, os valores, em si. O padre *light* não sabe lidar adequadamente com esses valores e metas. Por "idealizá-los" exageradamente sua sabedoria de vida é inconsistente e não se abre ao sopro do Espírito. Vejamos isto mais de perto.

## **2. O "eu ideal" e o "eu idealizado"**

Para melhor entender a dinâmica desse processo e para ver onde reside a diferença no lidar com os valores, falaremos do conceito do "eu" (do *self*). As noções aqui expostas têm base teórica sólida. Para facilitar a com-

preensão do que aqui nos interessa, evitaremos, contudo, teorizações desnecessárias, usando linguagem mais simplificada, sem qualquer pretensão de dizer tudo.

O nosso "eu" (*self* ou "si mesmo") é dado unitário irreduzível. Tem dimensões conscientes, mas abrange também o inconsciente. Alguns autores, para especificar a importante dinâmica do inconsciente, costumam chamá-lo por outros nomes. Nós aqui falaremos de "eu", entendendo-o como algo abrangente, no qual podemos distinguir diversos aspectos.

Há um "eu real", que conota o que nós de fato somos em nossa totalidade. Abrange o conjunto das qualidades bio-psicossociais, culturais e também espirituais que nos constituem como sujeitos. Abraça o conjunto dos sentimentos, sensações, atitudes e valores que realmente possuímos e vivemos, quer o percebamos, quer não. Abraça, portanto, também nossas inconsistências subliminares.

O "eu ideal" é integrante do que a pessoa é. O conceito foi criado pelos psicólogos, apesar da diversidade de acepções com que é usado, para mostrar o que a pessoa ainda não é, mas quer, projeta, imagina ser. Tem a ver com o "desejo", com os ideais e os valores com os quais alguém se identifica. Quando a vivência de tais aspirações é apenas ilusória, infantil e deslocada do real, diz-se que o eu é idealização, projeção do desejo sem correspondência objetiva com o que a pessoa ou a realidade são de fato. É o "eu-idealizado". É fácil deduzir que a criança ou o adulto imaturo idealizam sempre o seu eu (têm um "eu-idealizado" exacerbado) enquanto a pessoa integrada possui ideal de si mais consciente (tem "eu ideal" suficientemente interiorizado). No primeiro caso, torna-se difícil passar do ideal ao real; no segundo caso a realidade já testou o desejo, fazendo-o adequar-se ao real com suas possibilidades e limitações. Daí as duas

maneiras diferentes de lidar com os valores: uma "idealizada", ilusória, precária em si mesma; outra, mais estável, mais maleável, mais capaz de resistir às tensões e de rever os valores fundantes sempre que a realidade o exigir.

É importante acrescentar que tudo isto não é evento psicológico que se desenrola no "íntimo" da pessoa, sem referência às circunstâncias e conjunturas concretas do ambiente cultural. O *self* tende, em si, a entrar em ritmo de revisão à medida que valores e situações novas vão sendo criadas e se propondo no horizonte psicológico da pessoa. Há interação necessária e reciprocidade com as demais pessoas e fatos culturais. No caso da cidade, com as propostas, padrões e oscilações do ambiente urbano. Os "valores" estão sempre em jogo aí. Só que a própria dinâmica massificada e superficial das cidades torna mais complexa sua assimilação realista.

### **3. Os valores e sua função psicológica**

Sem "os valores" inexistente a vida humana; em especial a vida "com sentido" que caracteriza um "eu ideal" bem assimilado. "Valor", nesta acepção, não tem significado ético (o valor da justiça, por exemplo) nem religioso (o valor do amor ao próximo ou da oração). Quer, antes, sublinhar algo psicológico: a necessidade do ser humano ter objetos para os quais orienta o seu desejo ("libido") e a sua atenção e esforço ("motivação"). Neste sentido o "valor" motivante e pulsional de uma aspiração pode ser ética e religiosamente negativo ("desejo roubar algo"). A vida nos mostra que essas motivações nascidas ou orientadas para o negativo são muitas e poderosas, no nível do comportamento individual e no nível da história e dos grupos humanos.

A vida do presbítero acha-se essencialmente centrada em valores éticos e religiosos. Teológica e evangelicamente só se justifica quando tais valores são assumidos de maneira consciente e pessoal. No entanto, quase por uma lei de nosso psiquismo, esse processo de assimilação pessoal (do eu ideal) é sempre incompleto e, além disto, sempre mesclado com "idealizações" que conduzem a regressões e fixações prejudiciais ao que se almeja. Pode-se afirmar até que é psicologicamente nocivo (leva a identificações ambíguas) pensar e tentar viver o ideal do serviço ministerial como se fosse processo retilíneo e não ambíguo, sem perceber que é carregado de contraditoriedades internas, de duplicidades que carecem de discernimento permanente. Em geral, o alto ideal da vocação sacerdotal surge no contexto de idealizações do desejo infantil, e envolvido em ambigüidades psicoafetivas que precisam ser decantadas no longo da vida, antes e depois da ordenação. É essa a condição para a vocação pessoal descer do plano das "idealizações" e da parcialidade para o de um ideal de si amadurecido nos embates da vida com suas inevitáveis frustrações, mas também com suas realizações e alegrias. No mundo pós-moderno essa passou a ser exigência *sine qua non* para que o padre possa ser o presbítero sábio e experiente nas coisas de Deus e dos homens. Possa assimilar criticamente o positivo da cultura urbana, superando seu lado *light* negativo.

Do acima dito é fácil deduzir que a "idealização" do sacerdócio tem a ver com o medo de enfrentar carências mal trabalhadas e de correr, por inteiro, o risco humano que a fé exige de nós. Quem idealiza em exagero a vocação, quase sempre acaba enveredando em uma teia de fantasias ilusórias que desmotivam, geram insegurança e podem levar ao cinismo de bom funcionário que já não vê sentido no que faz. Corre, assim, o perigo de entrar em *stress* motivacional, pois o ideal já não alimenta a vida.

Ao contrário, a vocação de quem tem um ideal que equilibra conscientemente o real e o desejado, permanece força geradora de vida. Dá segurança e convida a avançar.

O "eu idealizado" é típico da criança. Seu narcisismo afetivo e cognitivo a faz necessariamente ver-se de maneira que não corresponde ao que se dá dentro dela. Iludida, ela pode sentir forte angústia e culpa. Para escapar desses sentimentos incômodos se identifica ainda mais com o que não é. No curso normal da evolução, sempre que não existem fixações ou carências demasiado severas, o "eu idealizado" vai sendo paulatinamente "des-coberto", desmascarando as ilusões do desejo infantil, aceitando as perdas inevitáveis da vida. Quando o "eu-idealizado" persiste indevidamente, o sujeito perde o senso da auto-estima. Incapacita-se, além disto, a tolerar as coisas que contradizem a falsa imagem que faz de si. Em uma palavra: o sujeito se neurotiza e não tem mais condições para lidar nem com suas pulsões e desejos, nem com os fatos que a vida vai inexoravelmente criando. Em tal situação dão-se reações de *stress* dos mais variados tipos. O padre *light* que descrevemos acima é um homem stressado. Pode entrar em combustão (*burnout*) ou pode aparentar "normalidade" que precisa ser mais bem checada.

### QUESTÕES PARA O DEBATE EM GRUPO

1. Quais são os aspectos da cultura urbana que mais atingem o presbítero, exigindo dele mudanças em sua atitude profunda?

2. Você acha correta a descrição do padre *light* apresentada no texto? É freqüente este tipo de presbítero?

3. O que fazer concretamente para cultivar uma sábedoria de vida na linha de um "eu ideal" sacerdotal equilibrado e capaz de correr os riscos que o ministério impõe?

## II. A PESSOA DO PRESBITERO EM AMADURECIMENTO

Até a pouco tempo a formação do presbítero era geralmente pensada em dois segmentos sem muita conexão entre si. O primeiro momento que ia até à ordenação ou aos cinco primeiros anos como presbítero e o segundo, no qual o padre era visto como adulto já formado. Daí para frente já não haveria necessidade de preocupações de tipo formativo ou de acompanhamento pessoal, pois cada um era tido como capaz de se autogerir, excetuado, talvez, a confissão sacramental periódica. Esse sistema funcionou por muito tempo. Em dado instante cultural, ruuiu por terra. Prova disto é a saída de milhares de padres que, em plena idade adulta fizeram outra opção de vida "desidealizando" drasticamente os objetivos existenciais que haviam polarizado por anos a sua vida. De fato, os últimos decênios trouxeram tantas quebras de padrões e de valores, provocaram tantas convulsões na cultura, na política, na família e na Igreja que se percebeu a insuficiência desta falsa distinção de dois períodos na vida sacerdotal, um no qual a formação e o acompanhamento são importantes, outro no qual o padre, já formado, se basta a si próprio. Hoje estamos cientes de que a formação é processo permanente, pois permanentes e ininterruptas são as mudanças às quais somos submetidos nas modernas culturas urbanas.

Esse estado de coisas pede de nós, presbíteros, a capacidade de "desidealizar" permanentemente aquilo que nos propomos ser, como se viu nos parágrafos anteriores. Mas supõe, ainda, que se compreendam mais a fundo suas reações existenciais na fase propriamente adulta de sua existência. Os psicólogos da primeira metade do século estudavam muito as crianças e os adolescentes. Ao nota-

rem que todo o ciclo vital do ser humano é problemático, começaram a aprofundar também a história que está por baixo das peripécias da vida humana adulta, digamos, depois dos 30 anos. Trata-se, exatamente, do momento no qual, em geral, o presbítero, "desidealizando" o que aprendeu nos anos de formação, começa a sentir os questionamentos existenciais, culturais e espirituais que o exercício do ministério traz consigo, mexendo fundo com o seu *self* e com o seu trabalho de pastor.

Eis um momento mistagógico de extraordinária importância!

Didaticamente, poderíamos falar de três momentos de aprendizagem mistagógica que o ministério nos oferece. Há uma *fase de primeiro confronto real* com a vida de padre. Digamos que vá da ordenação aos 40 anos. Vem, em seguida, a *fase da meia idade sacerdotal* que se estende dos 40 aos 60 anos. Enfim, há uma *fase de maturidade "plena"*, correspondente aos anos mais avançados de nosso serviço à comunidade. Evidentemente esses números são apenas indicativos e podem se sobrepor.

Se colhermos todo esse arco de 50 e mais anos de vida adulta, vivendo-o em cada uma de suas fases, como processo que nunca termina, estaremos crescendo em sabedoria humana e cristã. Nosso "eu ideal" será, assim, capaz de retomar, sempre de novo, o essencial do amor e do fascínio primeiro, sem fixá-lo em estereótipos nem submetê-los indevidamente aos modismos superficiais da cultura *light* de hoje.

Para ilustrar essas três fases, com seus "mecanismos" de ajuste psicoafetivo, usaremos três conceitos de fundo psicanalítico, a saber: de *identidade*, *intimidade* e *generatividade*. Para E. Erickson, são esses conceitos-chave para se penetrar o desafio existencial contido nas três etapas da vida adulta acima mencionadas.

## 1. A fase da identidade

1.1. Erickson tem uma visão dialética do dinamismo subjacente a essas fases. Um pouco na linha da dialeticidade que descrevemos no eu (*self*) em seu esforço de apropriação realista dos ideais almejados. Para esse psicanalista todos os períodos do ciclo humano da vida se estruturam em torno de dois pólos entre si tencionados. Um pólo se situa no "lugar" frágil, inconsistente, ameaçador de nossa personalidade. O outro, ocupa o "lugar" oposto, onde se desenvolvem consistentemente os processos que integram, dão segurança e tornam prospectivo nosso ser e nosso agir. O interesse principal de Erickson é o de ser e nosso agir. O interesse principal de Erickson é o de compreender como se constitui a identidade subjetiva de uma pessoa, como evolui progressivamente a rede interna e externa de relações dela consigo própria e com o mundo. Baseando-se em estudos clínicos, ele distingue oito fases de aprendizagens que abrangem todo o existir humano. Cada um destes oito momentos tem uma espécie de tarefa central, que é preciso enfrentar e resolver. Se é resolvida satisfatoriamente essa tarefa, a evolução qualificativa da existência psicológica tem condições para prosseguir harmoniosamente. Se não é enfrentada ou resolvida, essa tarefa fica como um peso morto que dificulta a solução dos seguintes desafios nucleares da vida. As energias psíquicas parecem, então se concentrar em seu pólo negativo, revertem-se sobre si próprias e geram uma incapacidade básica de ter confiança em si e na vida, de agir com independência, de superar os sentimentos inconscientes de culpa, de liberar a capacidade de ser criativo nas iniciativas produtivas. Tudo isto se dá a partir dos ciclos mais primitivos da infância que são determinados principalmente pela maneira como a criança se relaciona com os seus pais. Mas pode também acontecer

a cada período da existência. Segundo Erickson, por volta dos 20 anos, o indivíduo é levado a fazer como que um balanço das aprendizagens bem ou mal sucedidas realizadas até então. É o momento de síntese. A tarefa fundamental é de responder à pergunta "quem sou eu?". Está no centro a questão da própria identidade que tanto pode definir-se em direção a uma clareza e integração satisfatórias, base suficiente para construir as opções adultas seguintes, quanto pode estabelecer uma confusão interior que provoca indefinições permanentes para o resto da vida. Pois a vida em seus dinamismos não está longe de ser determinada pelo que acontece durante os anos da juventude, quando o indivíduo deve "decidir" sobre quem é, o que quer fazer, no que acredita e a que se dedica.

Normalmente é nessa fase da definição da juventude (entre os 18-25 ou mesmo 30 anos) que a Igreja reconhece e legitima o desejo do jovem que se apresenta ao sacerdócio. São anos de intenso trabalho de interiorização e construção do eu-ideal, fundamental para o sentido da identidade pessoal do futuro padre. Envolve muitos aspectos da autoimagem, e da identidade e dos papéis sexuais, superação das reações de confusão, idealização e preocupação excessivas sobre si mesmo, crescimento na capacidade de entrega, uma auto-estima melhor alicerçada, vida de oração mais personalizada, fortalecimento das atitudes e aptidões úteis para o papel de padre, abertura ao outro, senso de compaixão e partilha etc. A aceitação do candidato pela Igreja não consiste no ato do bispo ou responsável apenas. É todo o comportamento dos colegas, da família e da comunidade que passa a pedir ao quase padre que aja e pense como tal, que "seja" presbítero em sua identidade.

1.2. A identidade, psicodinamicamente, se constrói desde o início da evolução embrional. Suas raízes têm

origem na herança biogenética do organismo. O psiquismo, contudo, evolui através de múltiplas aprendizagens feitas ao longo do ciclo vital, através de intercâmbios com pessoas, situações e grupos institucionalizados. É no jogo dessas inter-relações que se constrói epigeneticamente aquilo que somos.

Erickson vê a "juventude" como a fase na qual a questão de identidade ocupa o lugar central da dinâmica psicológica das pessoas. Como resultado do processo percorrido nas fases evolutivas da infância — que podem ter sido "bem" ou "mal" elaboradas — o indivíduo desenvolve a consciência de quem é e de quem quer ser. Estabelece seus objetivos e decide-se por certas orientações de valor. Nesta fase está mais sujeito ao que Erickson chama de "confusão de identidade". Por estar em situação de transição e de autocentramento experimenta dificuldades em ter clareza quanto ao seu relacionamento com os outros e consigo próprio. Essa "confusão", hoje reforçada pelas condições sociológicas dos jovens, se estende à estabilização da opção profissional, dos papéis sexuais e dos valores. A autoimagem, a auto-estima, a autoconfiança e o autocontrole sofrem vacilações. A questão da fé, ou melhor, da assimilação da fé em termos pessoais não pode deixar de sofrer as conseqüências de tal "confusão". A grande tarefa da fase juvenil é exatamente a de tentar superar tal situação, através da clarificação psicoafetiva, cognitiva e sociocultural da própria identidade. Nas culturas urbano-industriais avançadas é ali pelos 30 ou 35 anos que, nos casos bem sucedidos o indivíduo vai chegar à estabilidade autônoma do seu *self* pessoal e socialmente.

O seminarista maior e o padre nos primeiros anos de sacerdócio (os dez primeiros?) parecem estar sujeitos às mesmas oscilações geralmente evidenciadas nos comportamentos dos jovens de nossa sociedade. Será através de lenta apropriação e personalização dos valores impli-

cados na vida sacerdotal que a maturação da identidade se processará, criando a possibilidade de verdadeira exploração do que Erickson chama de "intimidade" de "generatividade", características dos anos da segunda idade adulta.

Por mais que o seminário maior possa se esmerar na formação pastoral dos candidatos é só com a ordenação e a entrada efetiva no ministério que a identidade pode ser testada e se firmar. É a prática vivida e sofrida que, se trabalhada, poderá conduzir à interiorização mais profunda do ideal longamente acalentado. Aliás algo análogo pode-se observar na evolução de outras opções que exigem o todo da pessoa. No casamento, por exemplo. O exemplo e os conselhos dos pais, os bons propósitos e juras de amor, os cursos de noivos e a assistência de psicólogos especializados, de per si, não são garantia de que haverá amadurecimento na convivência matrimonial. Surgem mil complicadores: o nascimento dos filhos, os altos e baixos das carreiras profissionais, as diferenças de interesses e gostos, a disparidade de temperamentos, a intromissão negativa dos sogros, a atração de outras possíveis paixões, o desenvolvimento desigual da sexualidade de cada um etc. Devido a esses e tantos outros fatores a identidade do casal (sua reciprocidade) e a personalidade de cada um deles poderão ser fortemente modificadas pelo impacto dos primeiros anos da vida a dois.

Outro exemplo, no plano individual. Faz pouco, o ex-líder das passeatas estudantis pelo *impeachment* de Collor, concedeu uma interessante entrevista. Ele havia se tornado nacionalmente famoso quando mal chegara aos 20 anos. Em pouco tempo logrou ser eleito deputado, subiu no partido de esquerda a que se filiou, casou-se e teve um filho. Até engordou, perdendo o ar de garotão cobiçado. O casamento, o mandato eletivo e a paternidade o modificaram muito. E o comenta, assim; "não perdi o

romantismo nem a paixão pelas coisas, mas estou em uma fase mais racional. Vivo um momento de crescimento interno. Gosto de sair com os amigos, mas não estou na fase da agitação". Em relação à atividade parlamentar, para ele "sedutora" revela-se mais ponderado e dialogável, parecendo ter crescido também na compreensão da complexidade da política e da administração pública. Diz: "é muito bom poder interferir na história, participar dos grandes debates nacionais e entrar diretamente na polêmica". Interessante como um fato tão corriqueiro quanto uma pneumonia mais renitente o tornou introspectivo. Quanto às idéias e posições políticas parece claro que manteve os mesmos ideais. Só que a experiência dos últimos 4 ou 5 anos o tornou diferente. A mesma identidade de antes apresenta-se com traços novos bem mais típicos de quem aceita ser adulto.

Com o padre dá-se algo análogo. São os anos de decepções e realizações do primeiro quinquênio ou decênio do sacerdócio que dão a configuração mais definitiva de sua identidade como homem e como presbítero. A distinção entre o que é de sua pessoa e o que é do seu papel social ou pressão da cultura ambiente se evidencia, às vezes em mais crises pessoais. Também o padre *light* percebe que a grande tarefa que a vida e Deus lhe exigem é a de ser, a um tempo, ele mesmo e sacerdote assumido. Mas o sacerdócio tem uma dimensão que não comparece na vida de deputado, de médico ou de militar que avança profissionalmente. A P.D.V. (n. 12) o diz de maneira pregnante: "é no mistério da Igreja, como mistério de comunhão trinitária, em tensão missionária, que se manifesta toda e qualquer identidade cristã e, portanto, também a identidade específica do sacerdote e de seu ministério". A identificação plenamente adulta do padre com sua vocação exige aprofundamento de suas relações com o Deus vivo que o chama e envia. Usando a lingua-

gem do 6º ENP: não basta ser padre; é preciso assumir, pela graça, o triplice dom e tarefa de ser missionário, profeta e pastor, de todo o coração, com todo o ser e com todo o entendimento.

Alguns observadores constatam que há notável aumento no número de vocações nos seminários maiores brasileiros. Ao mesmo tempo, formadores e bispos vêem com preocupação certo incremento na saída de jovens sacerdotes, ainda na primeira primavera de seu serviço presbiteral. Se existe, esse fenômeno é complexo e tem muitas explicações. Mas duas parecem se impor. Existe impacto muito forte da modernidade, com suas provocações sobre a personalidade do jovem padre. Isto tem diretamente a ver com o estilo urbano de pensar, viver e agir, seja da comunidade, seja do padre. Psicologicamente, em segundo lugar, é preciso propor a hipótese de que os anos iniciais do ministério provocam, hoje, reajuste interno e externo da identidade do padre, de maneira nova, diferente da que, talvez, se observava na precedente geração de presbíteros.

## QUESTÕES PARA O DEBATE

1. O texto descreve algumas mudanças de identidade em um ex-líder estudantil ao entrar na vida adulta. Quando um padre entra em cheio em sua vida de padre, após a ordenação, que problemas e desafios novos enfrenta em sua identidade de padre?

2. Examine mais de perto os seis aspectos seguintes: (a) a afetividade e sua expressão sexual, (b) a convivência no presbitério, (c) o relacionamento com a comunidade, (d) a ação pastoral em si, (e) a vida de oração (espiritualidade e ascese pessoais), (f) suas responsabilidades sociais como profeta de um mundo injusto.

## 2. A fase da intimidade sacerdotal

2.1. A identidade do sacerdote possui um aspecto essencialmente relacional, diz a P.D.V. (n. 12). Esse sentido da unidade e da comunhão, na reciprocidade dos dons, ministérios e carismas, é um dos pontos mais sublinhados pela eclesiologia contemporânea ao tomar consciência da fragmentação e massificação radical trazida pela pós-modernidade. Tem a ver com o que Erickson chama de "intimidade", a necessidade mais funda que, segundo ele, experimenta o ser humano hoje no primeiro estágio adulto, depois de firmada a identidade pessoal. Além da aquisição de compreensão positiva, autônoma e realista sobre "quem somos", a vida cobra de nós vivência satisfatória da reciprocidade com os outros que nos cercam. É dessa "intimidade com os demais que decorre o sentido pessoal e caloroso de fraternidade e pertença comum, a capacidade tranqüila de dar e receber afeto. Evidente que tal capacidade não se limita aos contactos externos. Tem dimensão interior de auto-aceitação e autoconhecimento. Evidente, ainda, que nada disto "começa aos 40 ou mais anos". Seu início coincide com o da personalidade. Na fase da construção da intimidade, porém, as questões existenciais do meu íntimo e do íntimo do outro se repropõem, sem a externalidade da primeira metade da vida. É a hora do "e agora, José?" Os ideais e objetivos já se calejaram. A imagem vivenciada que se tem de si e dos outros (de Deus) é como a de um espelho antigo com arranhões e quebradinhos de todo tipo. As possibilidades de mudança dentro e fora de nós, são objetivamente diminutas. O leque de opções factíveis se encolheu devido a inúmeros fatores ligados à idade, à saúde, aos limites da profissão, do estudo e da maleabilidade restrita do ambiente. É preciso ir mais fundo no que somos, no que gostaríamos de ter sido e no que ainda poderemos ser. Os golpes da vida,

provocados muitas vezes por nós mesmos, podem ter-nos mutilado. No entanto, caminhar é preciso.

Nas palavras de Erickson: "a força adquirida em qualquer etapa é posta à prova devido à necessidade de transcendê-la de tal maneira que o indivíduo possa arriscar nessa fase (da intimidade consigo e com os outros) o que era mais frágil (vulnerável) e necessário na anterior".

É uma espécie de ajuste de contas consigo mesmo. Fundir-se aos outros, deles depender já não é solução válida. Ou a pessoa passa a ser realmente solidária e "íntima" com as pessoas e causas que abraçou ou parte para o "isolamento" qualitativo em relação a si e às afiliações feitas no passado. A tensão desta fase é: ser íntimo ou isolar-se?

São muitas as reações possíveis. A psicologicamente positiva corresponde à aceitação do desafio da intimidade. As negativas são especialmente três. Primeiro: encerrar-se em si, bloqueando-se e desistindo de estabelecer relações significativas e profundas com os demais. É envelhecimento precoce, ranzinza e pessimista. A segunda é semelhante à daquele pássaro que invade o ninho dos outros. É só receber e sugar avidamente o afeto do outro sem dar algo em troca. A terceira posição negativa é a da auto-suficiência de quem julga não precisar do outro. Na primeira parte deste capítulo falávamos do padre *light*, produto da cultura *light* na qual vivemos. No fundo o grande problema psicológico existente na atitude *light* é o da recusa a transcender e a arriscar-se na exploração da intimidade.

No casamento essa pode ser a fase mais enriquecedora ou a mais desastrosa e triste. As desculpas e os alibis representados pelos filhos ou pelas exigências do trabalho já não têm validade. Marido e mulher já não podem fugir, nem de si, nem um do outro. É oportunidade enorme e é grande incógnita.

No caso do padre é a hora em que se sente o vácuo da solidão que empobrece e esvazia, ou a vibração da mutualidade que o torna feliz, seguro e criativo em sua vida e em seu trabalho. Ele pode beber do próprio poço.

A fase da intimidade é o período da vida em que é muito fortemente proposta para o presbítero a questão do celibato, agora experimentado não mais como um ideal futuro, mas realidade concreta e exigente do dia-a-dia. Aí acontece a decisão mais definitiva pelo estilo pessoal de conduzir sua afetividade.

A intimidade tem, e muito, que ver com a experiência de Deus, da oração, da prática da caridade e da luta pela justiça. Já não são pressões externas, ansiedades ou compulsões subjetivas a nos moverem. A terra do sacerdócio está preparada para fazer a semente dar seu fruto mais maduro.

## QUESTÕES PARA O DEBATE

1. Você pensa que o padre, entre 40 e 60 anos, tem mais chance de realização humana, afetiva, intelectual, profissional etc., que um leigo do mesmo nível?

2. Na fase da intimidade quais são as reações mais frequentes nos padres que você conhece e em você mesmo?

3. A "intimidade", na perspectiva da espiritualidade sacerdotal, está sendo bem vivenciada pelos padres do Brasil?

### **3. A fase da "generatividade" sacerdotal**

"Generatividade" vem de "gerar", "criar", projetar-se para a frente na vida, encontrando respostas satisfatórias e concretas para a pergunta decisiva: "para que

vivo?" O pólo oposto da "generatividade" é a "estagnação", a "esterilidade". Quem respondeu bem, em sua vida de padre, à pergunta "quem sou eu?" e quem desenvolveu bem a convivência com os outros definindo adequadamente "com quem quer viver e partilhar", não pode deixar de ser "generativo", de produzir, de assumir no sentido pleno.

Ao contrário do que usualmente se pensa e em oposição ao que a pressão do sistema vigente na sociedade parece estar provocando em muita gente, essa não é a hora para se aposentar da vida. No caso específico do padre, pode-se afirmar que a pressão social, mesmo nas grandes cidades, não vai no sentido de isolá-lo ou torná-lo inútil. Ao contrário do que sucede com muitos homens da mesma idade, o padre dessa faixa etária tem vasto campo de atividades ante si. As demandas podem ser tantas que alguns, despreparados, caem numa espécie de ativismo tardio, por volta dos 60 anos. O problema essencial dessa idade, porém, não é "agir" e sim de "gerar" e de cuidar do "gerado". Nos anos iniciais, até os 40, a ação "para fora" se impunha. Agora deveria prevalecer a que nasce "de dentro" da "experiência" vivida como homem, como cristão e como sacerdote.

Experiência, etimologicamente, vem de "ex-per-ire": andar em torno do vivenciado para recolher daí, o que existe de força criadora. Até a algum tempo atrás a experiência do padre era vista apenas como o resultado da riqueza "acumulada". Hoje, é avaliada como a busca consciente do impulso criador aí existente, como necessidade interna de tornar fecundo o que se viveu, amou e partilhou. Para o presbítero a experiência é busca de crescimento, no Espírito, do amor que impulsionou à primeira missão de risco; ela recolhe e orienta também as buscas de toda a comunidade. Nas inquietações de nossa época ela é "generativa" do novo que responde aos desafios do

velho já superado. Só a experiência pode ser generativa, no sentido estrito dessa palavra. Isto vale muito especialmente para o padre nas cidades.

### QUESTÕES PARA O DEBATE

1. Você conhece padres "generativos"? Como é sua vida e seu ministério?
2. Haveria mesmo melhores condições de ser generativo sendo padre do que vivendo em outras situações e tipos de trabalho?
3. Quais seriam os traços da generatividade do padre que é missionário, profeta e pastor?

### BIBLIOGRAFIA USADA

1. Manenti, A., *Viver os ideais. Entre o medo e o desejo*, Paulinas, São Paulo, 1993.
2. Erickson, E., *Identidade, juventude e crise*, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1971
3. Valle, E., Paternidade e crescimento pessoal, em V.V., *Pai, quem é teu filho?* EPB, S. Paulo, 1989, pp. 150-162.
4. Zeller, G. de M., *Hacia una psicología de la madurez integral del sacerdote*, em Boletim OSLAM, Abril 1994, pp. 12-27.

**7º Encontro Nacional de Presbíteros**  
Itaici - São Paulo, 03 a 08 de fevereiro de 1998  
CNP - CNBB

**PRESBÍTEROS**  
**RUMO AO NOVO MILÊNIO**

## APRESENTAÇÃO

*Irmãos presbíteros!*

*A Comissão nacional do clero, com imensa alegria, põe nas suas mãos o Instrumento preparatório do 7º Encontro nacional de presbíteros (7º ENP), que se realizará em Itaici (Indaiatuba, SP) de 3 a 8 de fevereiro de 1998.*

*Nosso 7º ENP realizar-se-á no limiar do ano 2000, em plena realização do desafiador projeto Rumo ao novo milênio, corajosa retomada da "pastoral de conjunto" num momento histórico em que o individualismo e a fragmentação parecem ter penetrado visceralmente a cultura em que vivemos e o próprio ambiente eclesial. A Igreja no Brasil convoca-nos à tarefa fundamental de unir e motivar todos os membros do Povo de Deus para assumirem, com generosidade e alegria, este "imenso mutirão evangelizador". Da nossa recepção criativa e trabalho em parceria com todos os cristãos e com todas as pessoas de boa vontade, depende o êxito deste projeto. Dele podemos ser o ponto de estrangulamento ou sua mola propulsora.*

*Mergulhados nos dramas humanos das pessoas que nos cercam, feridos pela miséria e pela exclusão social em que se encontra a maioria do povo, corremos o risco de perder a esperança por não descortinarmos soluções para tantos sofrimentos e dificuldades. Como o profeta Elias, sentimos-nos tentados a abandonar a causa e fugir para algum deserto. No entanto, aquele que não dorme nem cochila, Javé Deus-conosco, sempre nos envia o seu Anjo*

*para nos oferecer "um pão cozido e um jarro de água" e para nos dizer: "Levanta-te e come, pois tens um longo caminho a percorrer"(1Rs 19,7).*

*Longo caminho a percorrer no vasto campo da evangelização de um mundo em rápidas e profundas transformações. Evangelização inculturada e marcada pela evangélica opção pelos pobres. Evangelização integral entendida na linha do serviço, do diálogo, do anúncio e do testemunho da comunhão.*

*Longo caminho a percorrer em nossa formação permanente, não reduzida à mera especialização intelectual. Mais que nunca, precisamos testemunhar o Evangelho de tal forma que ele seja uma mensagem atraente para homens e mulheres de hoje e responda às grandes interrogações do nosso tempo.*

*Longo caminho a percorrer no empenho para priorizar a caridade pastoral como eixo integrador do exercício do nosso ministério e fonte inesgotável de nossa espiritualidade presbiteral.*

*Longo caminho a percorrer na busca de novas e criativas formas de vivência de nossa fraternidade presbiteral e no exercício colegiado da ação evangelizadora.*

*Longo caminho a percorrer para tornar realidade o protagonismo dos leigos que requer mudanças no estilo de governo e no exercício da autoridade para encorajar a participação e a co-responsabilidade de todos.*

*O Instrumento de trabalho que lhes oferecemos é simples roteiro para nos ajudar a rever nossas atitudes, prioridades, práticas e estruturas pastorais à luz dos "sinais dos tempos" e do projeto Rumo ao novo milênio. O 7º ENP será evento significativo para a caminhada da nossa Igreja se for precedido pelos encontros diocesanos e regionais envolvendo todos os presbíteros do Brasil.*

*Valem para nós, nesta hora, as provocadoras palavras do poeta: "Caminante no hay camino, se hace camino*

*al andar" (Antônio Machado). Para percorrer caminhos novos, sem o risco de nos perder ou transviar, precisamos dar as mãos aos companheiros. Presbitério, neste momento, é mais importante que presbítero isolado, por mais competente que seja, trabalhando sozinho. Cremos que nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos. Mais uma vez, sonhemos com os poetas:*

*"Sonho que se sonha só, pode ser pura ilusão.  
Sonho que se sonha juntos, é sinal de solução.  
Então, vamos sonhar, companheiros,  
Sonhar ligeiro, sonhar em mutirão". ( Zé Vicente )*

Brasília, 25 de março de 1997  
Festa da Anunciação do Senhor

Pe. Manoel Valdery da Rocha  
Presidente da CNC

## I. O BRASIL DO NOVO MILÊNIO

Esta análise divide-se em três partes: na primeira, faz-se um apanhado do processo histórico em curso no País — o processo de formação do Estado nacional brasileiro; na segunda, procura-se descrever o momento atual desse processo; na terceira, tenta-se desenhar as tendências de evolução da situação atual.

### 1. O processo de formação da nação brasileira

Desde os tempos coloniais, houve gente que sonhou com a idéia de construir aqui um Estado nacional independente, autônomo, próspero e civilizado. Balbuciente

e contraditório em suas etapas iniciais, esse sonho foi se transformando progressivamente em projeto histórico. Como não podia deixar de ser, dadas as condições objetivas da época, a liderança foi assumida pelas elites *criollas*, formadas pelos grandes fazendeiros, comerciantes, banqueiros e pela alta burocracia do Estado. Elas comandaram a Independência e a República. Ambos os processos, contudo, não alteraram substancialmente os dois traços estruturais da sociedade brasileira, herdados dos trezentos anos de domínio colonial: a divisão interna e a dependência externa.

*Massas versus minorias.* O primeiro deles, que apartava senhores de escravos, evoluiu para a dicotomia elite dominante *versus* massa dominada, que caracteriza a atual sociedade brasileira. Essa profunda divisão da nossa sociedade se expressa na escandalosa concentração de recursos patrimoniais, de saber, de prestígio e de poder político no universo das elites. Essa reduzidíssima minoria impõe seus interesses sobre a maioria da população — a massa dominada.

*Capitalismo dependente.* O segundo legado do período colonial é a dependência dessas elites diante dos países centrais do sistema capitalista. Tendo se formado como um complemento do sistema capitalista internacional, a economia brasileira permaneceu sempre subordinada aos centros decisórios desse sistema. Nunca, em toda a história brasileira, deixou de haver algum tipo de *combinação entre modernidade e atraso*. Ela adquiriu formas distintas, em função de circunstâncias decorrentes de influências externas ou das condições de poder das elites, mas nunca deixou de existir.

*Projeto de construção nacional.* Apesar da incapacidade de superar essas duas contradições, o projeto de construção nacional avançou aceleradamente, a partir dos anos 30 deste século.

A sociedade brasileira, que era rural e provinciana até 1930, tornou-se urbana e cosmopolita; o processo político, que era absolutamente monopolizado pela elite dirigente, teve que aceitar algum tipo de participação da massa popular.

Tudo fazia crer, portanto, que o país completaria seu processo de construção nacional e por esse rumo endereçaram-se as previsões dos estudiosos do desenvolvimento nos anos 50. A construção nacional constituía, com todas as limitações aqui apontadas, um cimento cultural suficientemente forte para embasar vínculos de solidariedade entre as classes e as regiões e para permitir certa colaboração entre elas. O embate político, tanto entre as facções da elite como entre esta e as forças do campo popular, travava-se em torno da velocidade dessa construção e da participação dos diversos grupos e segmentos sociais nos benefícios dela decorrentes.

## 2. O momento atual

A aceleração do processo de construção teve início no período da crise do sistema capitalista internacional, a partir de 1929, que culminou com a *Segunda guerra mundial*. A crise, debilitando os centros do sistema, facilitou processos de *industrialização* substitutiva nos países que tinham condições para tanto. Com a industrialização, vieram a *urbanização*, a classe operária, a expansão das classes médias, a perda de hegemonia da oligarquia rural, obrigada a dividir o poder com industriais e burguesia urbana. Tudo isto contribuiu para a definição mais clara do projeto nacional.

De 1945 a 1975, o mundo experimentou um período de extraordinário progresso econômico. Este foi também período de importantes *avanços sociais*, causados pelas

pressões das massas trabalhadoras e pela bipolarização do sistema político internacional. As classes proprietárias foram então obrigadas a ceder muitos de seus privilégios em benefício da construção de um Estado de bem-estar social.

A partir dos anos 70, essa conjuntura favorável às massas populares e aos países subdesenvolvidos começou a alterar-se. Em 1980, mudou completamente, culminando, no final da década, com acontecimentos inesperados e espetaculares que significaram: a *derrocada do Estado de bem-estar social*; o término da Guerra fria com a dissolução da União soviética; a reformulação do sistema capitalista internacional; e o início de processo de recolonização das áreas periféricas desse sistema.

O impacto dessas mudanças no Brasil foi devastador. Inviabilizaram completamente o modelo de desenvolvimento que as elites impulsionavam e, portanto, a combinação de modernidade e atraso estabelecida ao longo destes últimos 50 anos.

*Crise do período militar.* Pela metade dos anos 70, os militares, que à época representavam as elites no exercício do poder político, sentiram que não poderiam se manter no comando e elaboraram a estratégia da retirada "lenta, gradual e segura". No *plano político*, deram partida ao processo da retirada, iniciando a "distensão", logo seguida pelos primeiros passos da "liberalização"; no *plano econômico*, contudo, resolveram adotar a tática de "fugir para a frente". Aproveitando o movimento especulativo dos bancos internacionais, que procuravam ganhar dinheiro com a aplicação dos imensos depósitos de petrodólares árabes, contraíram enormes dívidas e completaram o processo de substituição de importações. Em consequência, quando a coligação de civis — formada pelo PMDB e a ex-Arena — recebeu o poder, o País estava totalmente *industrializado* mas também de tal modo *endi-*

*vidado* que não lhe restava margem alguma para executar uma política econômica autônoma. Desorientadas, as elites não sabiam se deviam prosseguir ou renunciar ao projeto de construção nacional. A sucessão de planos econômicos — alguns mais, outros menos subservientes ao consenso de Washington — revelam a confusão que se estabeleceu.

*Movimentos de massa.* Esta hesitação, somada a fatores estruturais como a mudança do padrão industrial e as alterações na estrutura demográfica do País, criaram condições para um processo de *expansão do movimento de massas*. No final dos anos 70, os sindicatos combativos organizaram grandes greves, as organizações de moradores passaram a ocupar terrenos urbanos; foram criados o MST, a CUT e o PT. As CEBs espalharam-se por todo o Brasil. Em 1988, quando já era evidente que os ventos da história haviam tomado outra direção, as bancadas populares na Constituinte, fortalecidas pela pressão do povo, ainda tiveram força para introduzir no texto constitucional regras que respondem claramente ao projeto de construção nacional. Esse avanço atingiu o ápice, em 1989, quando Lula, o candidato das forças populares, perdeu por apenas 2%, uma eleição em que a direita teve que apelar para um desconhecido na Presidência da República.

*Gênese do projeto neoliberal.* Collor deu o passo que era preciso para inviabilizar de vez o modelo econômico que vigorara dos anos 30 aos anos 80. Liberalizou as importações e desmantelou, com verdadeira fúria, os órgãos e instrumentos de planejamento do Estado, rompendo a lógica do sistema econômico estabelecido e gerando inércia que impossibilita seu antigo modo de funcionar.

A incompetência de Collor na tentativa de impor a modernização “na marra” e a corrupção que se instalou no seu governo, contudo, obrigaram a própria elite que o colocou no poder a tramar sua destituição.

Essas surpresas e escorregões, contudo, não foram suficientes para derrotar a elite. Estimulada pelos inesperados acontecimentos internacionais de 1989, 1990 e 1991, e pelo efeito devastador que eles tiveram nos setores populares, as lideranças mais oportunistas desse campo político conseguiram formular uma *estratégia para retomar o controle da situação* que ameaçava escapar-lhes das mãos. O elemento essencial desse plano foi o abandono de qualquer veleidade de resistência à investida neoliberal. A elite limitou suas pretensões a negociar com os centros decisórios do sistema capitalista uma forma de inserção que lhe permitisse atingir dois objetivos: incorporar o padrão de consumo que se desenvolve nas áreas desenvolvidas, a partir dos avanços tecnológicos da Terceira revolução industrial; e conservar o poder político internamente. Essa nova consciência da elite brasileira materializou-se na aliança PSDB-PFL.

*O campo popular* não teve a mesma capacidade de dar aos acontecimentos externos respostas que atendessem aos seus interesses. Essa incapacidade explica-se, de um lado, pela onda de desemprego que golpeou duramente o operariado a partir da metade dos anos 80, e do outro, pelo agravamento da inflação e da *frustração de tantas esperanças* despertadas nos diversos movimentos em que se engajaram, nos anos 80: campanha das Diretas, Reforma agrária, Constituinte, *impeachment*. Por último, mas não menos importante, por causa do golpe que a derrocada do socialismo representou para a intelectualidade de esquerda, pois esta desempenha papel fundamental na articulação das estratégias e táticas do campo popular.

A partir da eleição de FHC, em 1994, a dinâmica do processo político tomou direção diametralmente oposta à do período anterior.

Trata-se de produzir uma nova combinação de modernidade *versus* atraso, ajustada aos novos padrões fixados pelos centros do sistema capitalista, para permitir a integração da economia brasileira nos circuitos dinâmicos do mercado mundial.

No plano econômico, a prioridade destes dois primeiros anos foi a *estabilização da moeda*. Supervalorizando o real e fixando taxas altíssimas de juros, o Governo conseguiu fazer com que a inflação baixasse ao patamar de 10% ao ano — o suficiente para causar alívio à população em economias acostumadas a taxas elevadíssimas de desvalorização do seu poder de compra. Essa política está causando *recessão e desemprego*, além de estimular a desindustrialização e a desnacionalização do parque produtivo do País.

O desemprego está destinado inevitavelmente a aumentar. A "economia informal" não tem mais condições de contrabalançar a diminuição de postos de trabalho na indústria e em outros setores. Além do mais, o país não possui instituições para diminuir o sofrimento dos desempregados nem oferecer novas qualificações aos que foram expulsos dos antigos empregos. Tudo aponta mais uma vez para o aumento das *desigualdades e da exclusão*.

O reajuste estrutural da economia está sendo executado em ritmo lento, mas contínuo, sob o impulso de dois fatores: a ação do Governo no Congresso e a inércia provocada pela quebra da coerência interna do modelo econômico anterior. Depois de conseguir a abolição dos artigos constitucionais que garantiam a intervenção eficaz do Estado na economia, o governo desacelerou o processo, investindo todas suas forças na *reeleição*.

No plano sociocultural, os efeitos do projeto da elite têm sido, de um lado, o aumento da riqueza e do consumo suntuoso dos ricos; de outro, o *agravamento da miséria* e da revolta dos mais pobres, manifestado pela escalada

de violência, o crescimento de seitas esotéricas, o extraordinário aumento do consumo de drogas.

Tudo isto está criando comportamentos que destroem a solidariedade nacional e provocam deterioração das instituições. O tecido social brasileiro está se esgarçando.

No plano político, nestes dois últimos anos assistiu-se à cristalização de um modelo de *democracia restrita*. A ousadia das elites combinada com a apatia do povo e a desorientação da liderança dos partidos e organizações populares provocou uma alteração substancial no embaite político do País. Antes das eleições de 1994, a disputa central da política travava-se entre o campo das elites e o campo popular. A partir de então, passou a travar-se unicamente entre facções do campo da própria elite. As eleições de 1996 e a batalha da reeleição evidenciaram a *marginalização do campo popular*.

### **3. Perspectivas de evolução da conjuntura**

As tendências de evolução do quadro atual, a médio e longo prazos, apontam na direção da *desagregação do sistema econômico nacional*, porque o modelo neoliberal é instável e provoca desindustrialização. Sendo assim, o *espaço econômico* brasileiro voltará, como no passado, a configurar-se como um "arquipélago" de "ilhas" econômicas, cuja prosperidade dependerá de mercados externos e de investimentos cada vez menos controlados por centros decisórios nacionais. Sob o comando das transnacionais, a retomada do crescimento econômico porá em risco a unidade nacional.

No plano sociocultural, o alargamento do abismo entre ricos e pobres só poderá induzir ao estilhaçamento da nação e à cristalização da apartação social já implantada do País.

*Reforma agrária e emprego.* Continuam graves os conflitos sociais gerados pelo *desemprego* e pela falta de vontade política para realizar a reforma agrária. O economista Celso Furtado saúda o Movimento dos sem-terra (MST) como "o mais importante movimento social deste século. No século passado, o mais importante foi a libertação dos escravos. O MST vai ao fundo da questão social brasileira que é a reforma agrária. A geração de empregos no Brasil se dá na agricultura. Trata-se de devolver a terra a homens que querem nela trabalhar. Em nenhum país do mundo, encontramos tantas pessoas dispostas a trabalhar a terra para produzir alimentos". Furtado vai mais longe afirmando que o processo de mundialização significa também a *globalização* de problemas. Apenas um Estado voltado para o social e que tenha a criação de emprego como prioridade pode estancar o crescimento da massa de desempregados. Em todas as partes do mundo, a *multiplicação dos conflitos* e o desemprego crescente transformam o modelo liberal num mito. É ilusão pensar que o mercado resolverá os problemas das sociedades modernas, que são essencialmente sociais. O mercado é importante, mas não cria solidariedade humana, cria conflitos, rivalidades e disputas. A mundialização da economia, a integração dos mercados é imperativo tecnológico. Quando começou a industrialização, ela também criou um desemprego enorme. Esta crise foi superada pelo movimento social. Hoje em dia, ao lado da tecnologia que se desenvolve em ritmo acelerado, é preciso *intensificar o avanço social*, que é a única forma de concretizar a repartição da renda e cobrar do Estado a sua função social.

*Revolução ético-cultural.* Todas estas constatações de ordem socioeconômica e política são acompanhadas, na atual conjuntura, por uma série de mudanças não menos rápidas, complexas e profundas: a chamada revolução

ético-cultural. Esta está presente através da crise da (pós-)modernidade que, com seus aspectos contraditórios e questionadores nos ajudam a resgatar o valor da subjetividade, da afetividade, da sensibilidade aos direitos humanos, da consciência política, da luta pela justiça, da liberdade e da necessidade do diálogo na atual sociedade pluralista.

*A força do cotidiano.* Não é nada fácil compreender a conjuntura em que estamos mergulhados. Tal é a complexidade que apenas podemos, de maneira fenomenológica, levantar hipóteses. A rapidez das mudanças deve tornar-nos juízes prudentes da realidade para não cairmos em julgamentos superficiais que mais servem para aumentar o medo e a estagnação. É preciso permanecer alertas para as forças do cotidiano, presentes nas microestruturas que contém germens de possíveis mudanças e superações. Compete a nós detectá-las e potencializá-las ainda mais, no sentido de reforçar a esperança dos pobres.

*As fissuras do sistema neoliberal.* Se por um lado nos sentimos impotentes e esmagados, por outro, percebemos que as atuais estruturas não são definitivas, nem incontroláveis. Aqui está o desafio gerador de novas práticas: descobrir as fissuras do sistema neoliberal e *investir no projeto de construção da Nação*. Não podemos, de um lado, subestimar a potencialidade do atual modelo neoliberal; de outro, porém, não devemos atribuir-lhe mais forças do que as que já tem. A posição correta é aquela que une o esforço de compreensão racional dos acontecimentos com a firme convicção de que transformar é sempre possível. A história recente mostra que existem várias trajetórias de reestruturação produtiva, também no contexto de crescente globalização. Nesse sentido, há muito mais graus de liberdade do que supõe a "vã filosofia neoliberal". De fato, há opções alternativas de estra-

tégias e políticas de desenvolvimento nacional e de inserção internacional que podem gerar eficiência dinâmica na economia e justiça na sociedade.

*“Construindo a nova humanidade a partir da base.* A construção de uma nova sociedade pode parecer utopia em nosso mundo, dividido por tantas forças desagregadoras e dominado por enormes concentrações de riqueza e poder nas mãos de poucos. O desafio é certamente árduo e difícil. Mas cabe aos cristãos, em primeiro lugar, reafirmar sua fé nos verdadeiros valores humanos: antes de tudo, a *dignidade de cada pessoa*, ainda que não seja “útil” ou “produtiva” aos olhos do capital; por conseguinte, o valor da *solidariedade e da fraternidade*, que outra coisa não é senão a concretização do reconhecimento do valor de toda pessoa humana. Concretamente, o desafio é, no interior mesmo do “mercado globalizado”, sustentar um processo de *desenvolvimento centrado em comunidades humanas*, que privilegiam as iniciativas de associação, cooperação e parcerias, reduzindo a dependência em relação às macroestruturas econômicas e políticas, visando — em última instância — uma *globalização diferente*, a partir das comunidades humanas e das culturas espalhadas pelo mundo. Em direção a essa meta, as comunidades locais devem se articular e complementar nos diversos níveis (Município, Região, Estado, Federação, Continente...), buscando a integração respeitosa da identidade e do projeto de cada comunidade” (*Espiritualidade sem medo*, p. 25).

*Comunidades: espaço gerador de líderes.* Condição para que as forças populares possam voltar ao centro da disputa política é o surgimento de novas lideranças intelectuais, políticas, sociais e espirituais. A Igreja sempre se destacou como formadora de lideranças ao longo de sua história, pois está mergulhada na realidade popular e o povo não separa sua atuação na Igreja e na

sociedade. Observadores independentes reconhecem que, na história recente da América Latina, a Igreja católica tem feito mais pelo povo e os direitos humanos que a burguesia ilustrada e os intelectuais (cf. Alain Touraine). Assim, as mais de cem mil comunidades católicas espalhadas pelo país se tornam lugar no qual nascem líderes e movimentos populares, no qual se alimenta a esperança e o espírito de solidariedade, também quando o desespero ou a descrença tomam conta de outros movimentos.

*A Igreja frente à conjuntura.* Diante dos inúmeros problemas socioeconômicos e políticos da conjuntura atual, a Igreja observa que são consequência de ações humanas, deliberadas, e não efeito de causas naturais incontrolláveis, como eram até há pouco carestias e epidemias. Por isso, a Igreja, mais que apontar causas e soluções técnicas, *denuncia a falta de ética como o principal fator das desigualdades e injustiças econômicas e reafirma a necessidade de conversão das pessoas e de verdadeira revolução na ordem das prioridades dos sistemas.* Para a Igreja, a defesa da vida será sempre prioritária. A Igreja também apela para uma *solidariedade* ativa e acena para os caminhos de *desenvolvimento sustentável*, que elimine a fome e as carências mais gritantes. Há outras iniciativas que apontam para a superação das grandes desigualdades mundiais e que contam com o apoio da Igreja ou até mesmo são impulsionadas por ela. Como exemplo, podemos citar a campanha pelo *cancelamento da dívida externa* e por maior vigilância sobre a tendência dos governos latino-americanos a novo e pesado endividamento, sem que os capitais recebidos sejam destinados ao *resgate da dívida social interna.*

## PARA REFLETIR

- Que outros desafios estão presentes na realidade em que você atua?
- Como são vistos os desafios da realidade do Brasil no Terceiro milênio para a nossa vida e ministério?

## II. EVANGELIZAÇÃO PARA O NOVO MILÊNIO

O texto anterior mostrou que estamos numa sociedade em mudanças inéditas e profundas. Estas mudanças penetram, nem sempre muito conscientemente, na Igreja e em cada um de nós. O nosso critério de discernimento é o evangelho. Encontramos valores modernos que são compatíveis com o evangelho: a emergência da subjetividade, a valorização da pessoa, a busca da felicidade e da liberdade, a solidariedade no esforço para encontrar soluções aos desafios.

A partir destes valores, a Igreja ajuda as pessoas a fazerem a experiência de Deus indo ao encontro vivo com Cristo, que "revela o homem ao homem" e sua "altíssima vocação" (GS 22), e lhes abre o horizonte da plena realização pessoal e comunitária.

### **1. O valor da pessoa e da liberdade**

O mundo de hoje valoriza especialmente a pessoa e a subjetividade. A subjetividade assume papel relevante em todos os campos com sérios efeitos sobre a pastoral da Igreja. Estamos assistindo a uma mudança qualitativa

da compreensão que o ser humano faz de sua razão e de seu agir no mundo, deslocando para a esfera de sua *subjetividade* o centro de sua compreensão e decisão de sua vida. Uma das conseqüências desse deslocamento da subjetividade manifesta-se na crescente dificuldade diante das instituições de qualquer natureza e na supervalorização das experiências pessoais. E a Igreja é, ao mesmo tempo, experiência de fé na pessoa de Jesus Cristo e uma comunidade que se organiza institucionalmente. Como então enfrentar essa nova racionalidade, que capta bem o lado de experiência da fé, mas encontra enorme dificuldade de entendê-la nos quadros de uma instituição-Igreja?

Apesar dos riscos de individualismo e até de narcisismo, presentes na cultura atual, a Igreja valoriza a pessoa, cuja dignidade se funda na filiação divina em Cristo (cf. GS 12-22). A pessoa possui também dimensão comunitária (GS 23-32) e não alcança sua realização plena fora da comunidade. A Igreja se constrói a partir da resposta de fé de cada discípulo que se converte ao evangelho e se une aos irmãos para edificar "sobre a rocha" a casa ou a família de Deus, que é a comunidade.

As comunidades humanas se constituem não apenas por razões econômicas ou de interesse. Elas são também criadoras de sentido, que se expressam em símbolos e no que chamamos "cultura". A cultura tem hoje peso maior que nas sociedades tradicionais, principalmente porque valoriza o pluralismo e incentiva a *liberdade* de escolha. O pluralismo cultural e religioso põe as pessoas diante de escolhas: cada um pode escolher entre a religião e sua negação, entre diversas expressões da religiosidade ou o niilismo, a recusa de qualquer crença. Em todo caso, cada pessoa tem uma chance de liberdade. E o cristianismo recupera a oportunidade de ser autenticamente o que é: uma religião da verdadeira liberdade como Paulo escreveu admiravelmente: "Cristo nos libertou para

que sejamos verdadeiramente livres” (Gl 5,1); “Onde se acha o Espírito do Senhor, aí existe liberdade” (2 Cor 3,17).

Mas, paradoxalmente, a atual “cultura de massa”, que se apresenta como extremamente permissiva e age em nome do direito de toda a pessoa à liberdade de escolha, na realidade procura impor a todos os mesmos modelos de comportamento e de consumo. Obriga a seguir as mesmas modas, distrai dos verdadeiros valores, além de sufocar a solidariedade, reduzindo muito o espaço efetivo de atuação da liberdade individual.

## 2. Evangelização inculturada

A valorização da pessoa e a busca da liberdade são inseparáveis da reconstrução da solidariedade e dos laços comunitários, destruídos ou esgarçados pela modernidade. Por isso a Igreja é chamada hoje à responsabilidade de nova evangelização, não voltada apenas à conversão dos indivíduos, mas realizada como obra coletiva e *reconstrução dos valores comuns*. A evangelização deve ser capaz de atingir, a partir de dentro, o processo em que os diversos grupos humanos — em particular a juventude — buscam hoje o sentido de vida e os valores que determinam seu comportamento (cf. EN 19-20). Mais do que evangelização da cultura, como algo dado e já produzido, trata-se de penetrar o próprio processo de produção dos significados da vida com os critérios do evangelho.

A atuação dos cristãos na evangelização inculturada não se limita a um papel crítico, de denúncia das graves falhas da cultura atual, mas deve também ter um papel criativo e fecundo, que saiba expressar os valores permanentes da fé e da humanidade em novos símbolos, significativos para o mundo de hoje e as novas gerações. A atitude cristã não é de saudosismo ou de medo do novo,

mas de abertura à novidade e de disposição a aproveitar as "portas abertas" para a difusão do evangelho (cf. 1Cor 16,9; 2Cor 2,12). O importante é — como já apontam os Atos dos apóstolos (cf. os discursos de Paulo a judeus [13,16-41], licaônios [14,15-17] e atenienses [17,22-31]) — que a Palavra seja anunciada na linguagem do povo e a partir dos valores sagrados de sua tradição ou cultura.

Além disso, a inculturação como caminho de evangelização hoje não pode dissociar-se da promoção humana no sentido da libertação integral (DSD parte II, cap. 2), sob pena de enfraquecer sua eficácia libertadora. Deve ficar claro para nós que a inculturação não substitui a libertação, mas a aprofunda. Nesse sentido é que o papa João Paulo II exorta as comunidades cristãs da América Latina a "continuar com decisão a opção preferencial pelos pobres e marginalizados" (Mensagem ao COMLA 5). Ele indica, dessa forma, que a preocupação pela evangelização inculturada não deve enfraquecer a opção pelos pobres. A pobreza, de fato, não é apenas fenômeno socioeconômico, mas também cultural. A superação da dominação e da exclusão social exige a transformação econômica no contexto ético de cultura da solidariedade que lhe dá sentido e orientação. Não há, pois, evangelização inculturada sem libertação integral, nem verdadeira libertação sem transformação cultural na linha da solidariedade (cf. PRNM 84-85).

### **3. Evangelização transformadora da sociedade**

Para além das culturas, e de modo autônomo, funcionam hoje — em nível global ou mundial — as estruturas econômicas e políticas. Através do magistério do papa e dos bispos, a Igreja denuncia os *desvios éticos* dessas estruturas políticas e econômicas. Faz isto, antes de tudo,

com relação aos problemas macroeconômicos de interesse universal. A acelerada e injusta acumulação dos bens, na ordem globalizada, além de causar profunda fragmentação no processo produtivo e no mundo do trabalho, destrói as bases da cultura de solidariedade, estimulando o individualismo, o narcisismo consumista e, portanto, a busca de soluções individuais para os desafios de sobrevivência que concernem a todos. “À luz da análise da atual situação socioeconômica e ético-política, parece-nos que os serviços mais urgentes que as comunidades cristãs podem prestar à sociedade brasileira são o empenho na *luta contra a pobreza e a exclusão* e a contribuição para a criação de sentido de *responsabilidade na ética pública*” (DGAE 196).

Por outro lado, cabe à comunidade cristã local, iluminada pelos critérios evangélicos e orientações da Doutrina social da Igreja, oferecer *alternativas concretas* na realidade microeconômica: educação de base, reforma agrária, formação profissional, cuidado da saúde, luta pelo emprego etc. O socorro imediato e urgente às situações de maior carência levará a questionar e a lutar por transformar as estruturas e as decisões políticas que influem sobre estas situações e o absolutismo da economia de mercado, que se sobrepõe às outras dimensões da vida humana e gera exclusão dos que não são economicamente úteis. Nesta obra, as diversas pastorais sociais da Igreja agirão em parceria: “Nossa participação na transformação social e no serviço aos pobres seja feita em colaboração com outras instituições da sociedade civil e em *parceria* com instituições públicas, em todos os níveis, começando pelo nível local. O trabalho social deve promover a organização dos movimentos populares, visando a que os oprimidos e excluídos se tornem sujeitos de sua própria libertação e da edificação de novas formas de solidariedade” (DGAE 201).

#### 4. Evangelização rumo ao novo milênio

De acordo com o espírito das novas DGAE e das propostas do PRNM, a Igreja é chamada a exercer duas grandes funções na sociedade:

**4.1.** A sua *missão própria*, que é a *evangelização* (EN 15). Ela comporta o *anúncio* do evangelho de Cristo, mas em contexto de *diálogo*, necessário não só porque é exigido pela sociedade pluralista de hoje, mas também teologicamente, porque é o modo que Deus escolheu para dirigir-se às pessoas humanas (DV 2; 13). Também como recorda o papa: "a verdade não se impõe de outro modo senão pela sua própria força, que penetra nos espíritos de modo ao mesmo tempo suave e forte" (DH 1). O *anúncio* sobretudo em nosso mundo, que já conheceu uma evangelização, às vezes obscurecida pelos pecados dos cristãos (uso da violência na colonização cf. TMA 35), não será eficaz se não for sustentado pelo *testemunho* de vida evangélica, feita de *comunhão fraterna* e de *serviço* ao próximo. O testemunho será a base da nova evangelização, pois "o homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres, ou então se escuta os mestres, é por que eles são testemunhas" (cf. EN 41).

**4.2.** A função de *serviço* é exigida tanto pela solidariedade dos cristãos com toda a humanidade (GS 1), quanto pelas carências da sociedade e a situação de miséria e exclusão social de boa parte do povo. O serviço que a Igreja pode prestar é amplo, sobretudo no Brasil, e depende das circunstâncias concretas do lugar ou "meio" onde os cristãos atuam: vai do *socorro imediato* das necessidades urgentes e inadiáveis da população ao *empenho pela transformação* da sociedade em favor dos pobres.

A distinção de *anúncio* do evangelho e de *serviço* não deve separá-los. Como mostram as DGAE da Igreja no Brasil (1995-1998), a evangelização inclui o serviço. Mesmo que ele não constitua um anúncio explícito de Cristo, sempre será testemunho de amor do Pai para com todos os seres humanos, que se expressa através de Jesus Cristo e de seus discípulos. O *serviço*, o *diálogo* e o *testemunho* preparam o *anúncio* explícito e pleno do evangelho.

O PRNM assume as quatro exigências da *inculturação* do evangelho como caminho para realizar a nova evangelização. Estas exigências, concretizadas de forma integrada, evitarão caminhos reducionistas e empobrecidos de evangelização, às vezes ineficazes e distorcidos, porque acentuam ou se fixam apenas a um aspecto. Positivamente, levarão à atuação mais completa e madura, mais sensível a todas as exigências de evangelização autêntica, sintonizada com os "sinais dos tempos" e com a caminhada da Igreja no seu conjunto. Por isso, o PRNM apresenta-se como uma *aposta no futuro*, um sinal de otimismo de que o cristianismo tem muito a contribuir para que o novo milênio seja época de maior justiça e paz para todos.

A evangelização é, antes de tudo, *obra do Espírito Santo*, que age na história, no meio dos povos, culturas e religiões (cf. RMi 28), mas principalmente na Igreja, sinal-sacramento da unidade e salvação do gênero humano. Através da ação do Espírito descobrimos que *Cristo está mais no futuro do que no passado*. O seu poder na história humana ainda não se manifestou em todo o seu esplendor, nem em toda a sua força. Os cristãos estão voltados para a vinda do Reino, da glória de Cristo, pois a história não é mera repetição do que já aconteceu, mas descoberta do que é novo, nova criação (cf. Ap 21).

Ignacio Hazim, grande teólogo oriental, contrapõe com rara lucidez uma história que pretende andar sem o

Espírito a uma história que avança conduzida por ele: "A novidade criadora não tem explicação no passado, mas no futuro. É evidente que a ação do Deus vivo não pode ser senão uma ação criadora. A maravilha do Deus que se revela em Abraão, Isaac e Jacó está no fato de que seu ato criador vem do futuro. É ato profético. Deus vem ao mundo para encontrá-lo. Está diante de nós e chama, arrasta, envia, liberta e faz crescer... O evento pascal, realizado uma vez para sempre, de que forma se torna nosso? Por meio do seu próprio artífice: o Espírito Santo. Ele é a presença do Deus-conosco, unido ao nosso espírito (Rm 8,16). *Sem o Espírito*, Deus fica longe, Cristo permanece no passado, o evangelho é letra morta, a Igreja uma simples organização, a autoridade é domínio, a missão é propaganda, o culto simples lembrança e o agir cristão é moral de escravos. Mas, *no Espírito*, o mundo aguarda o Reino, o homem luta contra o mal, o Cristo ressuscitado está presente, o evangelho é força vital, a Igreja manifesta a comunhão trinitária, a missão é Pentecostes, a autoridade é serviço, o agir humano é divinizado. O Espírito atrai para a segunda vinda de Cristo. Com ele, a Igreja e o mundo inteiro gritam com todo o seu ser: Vem, Senhor Jesus!" (*Espiritualidade sem medo*, p. 18)

#### PARA REFLETIR

- Como você avalia esta perspectiva da evangelização? Ela responde aos desafios da sociedade atual?
- Durante o 6º ENP houve entusiasmo diante do PRNM, ainda em fase de preparação. Relate os aspectos positivos e as dificuldades que estão surgindo na sua implantação na diocese e/ou regional.

### III. VIVER O MINISTÉRIO PRESBITERAL NO NOVO MILÊNIO

A evangelização de um mundo novo, em rápida e profunda mudança, é o "longo caminho a percorrer" que está diante de nós e nos desafia. Sabemos que somos enviados e que Deus está conosco. Pode-se comparar, de certo modo, o ingresso no novo milênio à entrada do povo hebreu na terra prometida. As primeiras reações diante da novidade são contadas no livro dos Números (13,1-14,9) e no Deuteronômio (1,19-30). Os hebreus enviam exploradores para a terra de Canaã e estes trazem notícias contraditórias: "A terra que Javé nosso Deus nos dará é boa", mas também: "É um povo mais numeroso e de estatura mais alta do que nós, as cidades são grandes e fortificadas até o céu"(Dt 1,25b.28). Moisés procura encorajar o seu povo: "Não tendes medo! Javé vosso Deus é quem vai à vossa frente. Ele combaterá a vosso favor"(Dt 1,29-30).

Para nós também, como para os hebreus no deserto, a terra prometida é, ao mesmo tempo, desejada e temida. É natural certo temor das novidades e, particularmente hoje, das conseqüências contraditórias de tantas e tão rápidas mudanças. Mas a atitude de quem caminha com Deus não pode ser o medo do futuro. Podemos olhar para o amanhã, para a modernidade, com confiança, mesmo sabendo que teremos muitos obstáculos a enfrentar. Devemos perceber que muitos desafios dessa mesma modernidade não são apenas problemas, mas apelos e oportunidades para avanços na evangelização e no alargamento de nossos horizontes.

O PRNM pretende fortalecer a fé dos cristãos, para estimulá-los a participar ativamente da nova evangelização. Sem esta passagem — do católico praticante, às vezes simplesmente nominal, ao evangelizador ativo —

não haverá projeto, não haverá evangelização. Ora, não há dúvida que essa passagem depende hoje, ainda em grande parte, dos presbíteros. Eles podem ser o ponto de estrangulamento do projeto ou sua mola propulsora. Eles podem procurar manter os leigos num estado de inatividade e minoridade, e os leigos reagirão acomodando-se, retraindo-se ou criando "movimentos" próprios. Mas, se os presbíteros partilharem com o laicato a informação e as decisões que dizem respeito à vida e à ação da comunidade eclesial, as perspectivas de "novo milênio" para o cristianismo, de novo testemunho de unidade e fraternidade, concretizar-se-ão certamente.

Nova oportunidade se abre de realizar o ideal conciliar do presbítero evangelizador e missionário (cf. PO 4: "Os presbíteros têm como primeira tarefa anunciar o evangelho de Deus a todos..."), e educador da maturidade cristã, capaz de ajudar seus irmãos "a descobrir nos acontecimentos... qual a vontade de Deus" e a treiná-los "a não viverem só para si, mas a porem uns a serviço dos outros a graça recebida e realizarem todos, de maneira cristã, suas tarefas na comunidade humana" (PO 6b).

Para exercer esta missão com razoável eficiência e responder aos desafios da sociedade em mudança, o presbítero necessita de uma série de elementos humano-afetivos, intelectuais, espirituais e pastorais.

## **1. A pastoral presbiteral**

Cresce em algumas Dioceses a consciência de que é preciso dar acompanhamento especial aos presbíteros. É louvável o esforço da Igreja em oferecer sua presença, apoio e assistência a grupos de pessoas em situações difíceis, criando pastorais específicas, tais como as pastorais sociais; por que não criar uma pastoral específica para

acompanhar, nas dioceses e regionais, os presbíteros? Sendo pessoas que se doam tanto pelo povo, muitas vezes não têm tempo ou condições de cuidar de si. A comunidade eclesial deverá despertar para cuidar daqueles que entregaram todo seu coração, seu afeto e sua vida a serviço de Deus e de seu povo.

Compete ao bispo diocesano e ao conselho presbiteral organizar a pastoral presbiteral para zelar pela vida e pelo ministério dos presbíteros. Esta pastoral cuidará dos seguintes aspectos:

### 1.1. *A saúde dos presbíteros*

Os presbíteros deverão ser homens saudáveis, física e psicologicamente. Levando em conta nossa escassez, o volume e a complexidade das tarefas que somos chamados a executar, a importância de nosso ministério para a Igreja e para a sociedade, a nossa solidariedade histórica com as lutas sociais por melhores condições de vida para todos, há motivos suficientes para encararmos com mais seriedade a questão da saúde do clero, sobretudo diante da precariedade do sistema público de saúde e dos altos custos do atendimento médico e hospitalar privado.

Em vista disso, é preciso:

- Não deixar a questão da saúde por conta da iniciativa particular de cada presbítero, ou da confiança nas relações de amizade com médicos;
- Assumir, por parte das dioceses e/ou paróquias, a cobertura das despesas com Previdência Social ou planos de saúde privados em favor dos presbíteros;
- Cuidar também da saúde emocional e psíquica dos presbíteros, considerando que os investimentos nessa área são necessários, se quisermos padres mais realizados e até mesmo mais eficientes;

- Privilegiar, na formação inicial e permanente, a dimensão humano-afetiva, dado o peso que o nível emocional tem para uma vida saudável;
- Garantir o direito dos presbíteros a um dia semanal de descanso e a um mês de férias por ano;
- Fomentar iniciativas particulares ou grupais de visitas e acompanhamento a colegas doentes e idosos.

### 1.2. *A subsistência dos presbíteros*

A questão da remuneração dos presbíteros no Brasil ainda não está devidamente resolvida. Temos vários sistemas, alguns deficientes, outros questionáveis, poucos plenamente satisfatórios.

Constatamos que muitos presbíteros são ainda remunerados por ocasião da celebração dos sacramentos; algumas paróquias são muitas vezes administradas como se fossem propriedades particulares, misturando-se o que é da Igreja e o que pertence ao presbítero; há bom número de presbíteros que obtém seu sustento de um emprego público, diminuindo o seu tempo para o ministério e criando, às vezes, situações difíceis para a liberdade de sua pregação e a força de seu testemunho.

Observando os avanços havidos em matéria de administração e economia, é inconcebível que nossa Igreja e nossos presbitérios se encontrem num nível tão precário nesse setor. Em vista desta situação sugerimos:

- Encarar com competência o financiamento de toda a Igreja e a remuneração dos ministros e agentes de pastoral;
- Assumir definitivamente a pastoral do dízimo, como forma ideal, de sugestiva fundamentação bíblica e teológica, de se angariar recursos para financiar as despesas da Igreja;

- Desvincular o presbítero das questões financeiras de sua paróquia ou comunidade, de modo que ele passe a ser visto mais como servidor do que como empresário;

- Confiar a economia da paróquia a um conselho administrativo (aliás exigido pelo CIC, cân. 537)

### 1.3. *A solidariedade entre os presbíteros*

Cresce, em toda a parte, o sentimento de solidariedade e a busca de integração e de unidade. Quanto a nós, deveríamos ser os primeiros a experimentar e testemunhar estes valores. O fundamento teológico das associações de presbíteros é a "íntima fraternidade sacramental" gerada pela ordenação (cf. PO 8). Essa íntima fraternidade — de caridade apostólica, vida e ministério — se realiza, antes de tudo, nos presbitérios diocesanos; traduz-se na caridade, na oração e na mútua cooperação; concretiza-se na prática da hospitalidade, da beneficência, da comunhão de bens, da solicitude com os doentes, aflitos, sobrecarregados de trabalhos, solitários, exilados da pátria e os que sofrem perseguição.

Neste campo, muitos programas poderiam ser postos em prática:

- Vivenciar a relação íntima que existe entre ordenação presbiteral recebida de modo pessoal e a fraternidade a ser vivida no colégio presbiteral;

- Cultivar a transparência e a sinceridade na prática da correção fraterna, caminho para solidificar amizades e crescer na fraternidade (cf. Mt 18,15-18);

- Exercer a virtude da hospitalidade, em viagens, em férias... e o ministério da visitação mútua;

- Ampliar a cooperação missionária com outras Igrejas mais carentes;

- Valorizar os diferentes carismas dos presbíteros: párocos, assessores, professores, formadores, coordenadores, teólogos, missionários;

- Oferecer apoio a irmãos vítimas de calúnia, presos, sob processo judicial, foragidos, etc.

- Celebrar com o presbitério e o povo, as datas marcantes da vida e do ministério dos presbíteros: ordenações, jubileus, dia do padre, quinta-feira santa, falecimento de padres ou seus familiares.

#### 1.4. *A formação permanente dos presbíteros*

A formação permanente é uma exigência cada vez mais sentida por todos aqueles que querem ter presença significativa na Igreja e na sociedade. O acesso à informação e a constante atualização são imprescindíveis no contexto atual para realizar com competência e qualidade o ministério presbiteral e não se deixar contaminar pelo vírus da auto-suficiência ou acomodação (cf. PDV 70-71). "Cuida de ti mesmo e do teu ensino; insiste nestas coisas, porque, fazendo isto, salvar-te-ás a ti mesmo e aos outros que te escutam" (1Tm 4,16). Carecemos de boa filosofia que ajude a entender o mundo de hoje. Por sua vez, a teologia vive também a explosão do conhecimento, diversificando-se em várias áreas, escolas e tendências.

Por isso, sugerimos:

- Propor conteúdos da área das ciências humanas e sociais nos cursos de atualização para avançar na compreensão das idéias contemporâneas e no diálogo com elas, numa perspectiva de inculturação da teologia;

- Oferecer, nos cursos de formação, uma teologia mais sintética, essencial, existencial, antropológica, menos preocupada com questões acadêmicas e mais com questões pastorais;

- Dedicar atenção especial à comunicação: interpessoal, grupal, massiva, da imagem. Acompanhando a superação da civilização oral-escrita-impressa, os presbíteros formar-se-ão para o uso de todos os modernos meios de comunicação;

- Atualizar a formação inicial através da leitura, da participação em reuniões, cursos, encontros e do acesso a informações através dos meios eletrônicos;

- Dar atenção especial aos que demonstram gosto e aptidão para os estudos, a fim de que, melhor preparados, possam contribuir na formação de todos;

- Favorecer a participação do presbitério na escolha dos que vão fazer curso de especialização, aqui ou no exterior. Evitar que a escolha seja meramente pessoal ou apenas do bispo;

- Incentivar as dioceses a organizar um plano de formação permanente para os seus presbíteros.

### PARA REFLETIR

- Que outras sugestões você acrescentaria para implementar a pastoral presbiteral?

- Que dificuldades você encontra para organizar esta pastoral?

- Faça um breve relato das experiências que sua diocese ou regional tem sobre a pastoral presbiteral.

## 2. A realização pessoal do presbítero

Entendida não no sentido do individualismo, do hedonismo e do consumismo, mas como realização pessoal, a felicidade é dom de Deus e, ao mesmo tempo, tarefa nossa. A busca da felicidade é uma das características da

modernidade, que certamente se acentuará no decorrer do novo milênio. Como ajudar os presbíteros a serem felizes, a se sentirem realizados na sua vocação e ministério? Servir a Deus e entregar a vida pela construção do seu Reino deve ser fonte de alegria e felicidade. Nesta busca, o primeiro interessado é cada presbítero, individualmente falando. Mas, como a ordenação nos integra num colégio presbiteral, somos co-responsáveis pela realização de todos.

### *2.1. A realização na relação com Deus*

Sem a vivência e o testemunho de sólida espiritualidade, o ministério do presbítero pode degradar-se em burocracia efficientista, ritualismo descomprometido ou ativismo sem alma. Diante da busca da experiência de Deus, tão característica de nossa época e, certamente, algo que marcará os albores do novo milênio, torna-se cada vez mais urgente a prática da profecia de Puebla: "O presbítero é um homem de Deus. Só lhe é dado ser profeta à medida que tenha feito a experiência do Deus vivo. Só esta experiência o fará portador da Palavra poderosa para transformar a vida pessoal e social das pessoas, de conformidade com o desígnio do Pai" (DP 693). A eclesiologia de Santo Domingo, arquitetada a partir da santidade da Igreja (DSD 31ss), requer dos presbíteros vida espiritual profunda (DSD 70-71). Tão importante é este assunto que volta sempre nos documentos da Igreja sobre os presbíteros. Veja-se, por exemplo, LG 41; PO 12-18; PDV 19-33 e 45-50; DGAE (1994-1998); as cartas do papa por ocasião da quinta-feira santa de cada ano.

Nesse sentido, sugere-se:

- Centralizar a espiritualidade no mistério da eucaristia e na força da palavra de Deus, tanto no livro da Escritura quanto no livro da vida;

- Encontrar na espiritualidade da caridade pastoral em sua dupla vertente, amor ao Bom Pastor e amor aos irmãos que ele confia ao nosso ministério, o caminho para superar a dicotomia e a dispersão e unificar as múltiplas e diversas atividades do nosso ministério;

- Descobrir no exercício do ministério a fonte principal da nossa espiritualidade (cf. PO 12): ensinando, o presbítero escuta e aprende; pregando a Palavra, é evangelizado; celebrando, o presbítero ora e se santifica; servindo e coordenando a comunidade, torna-se epifania e sacramento do Bom Pastor (cf. PDV 15);

- Aprofundar a espiritualidade do evangelizador, presente nas DGAE (108-111; 329-342) e no PRNM (91;151);

- Viver com o povo de Deus a riqueza da espiritualidade do ano litúrgico em todas as celebrações;

- Dedicar tempo à oração, pois sem o encontro íntimo e pessoal com o Senhor não estaremos aptos para anunciar o seu evangelho (cf. Mc 3,13-19; Lc 6,12-16);

- Cultivar a missão de mistagogo para aproximar Deus e as pessoas numa relação íntima e transformadora;

- Participar de alguma equipe de espiritualidade presbiteral de partilha e revisão de vida;

- Cuidar para que a participação nestas equipes não desvie do núcleo central da espiritualidade do presbítero: a caridade pastoral, a fraternidade vivida no presbitério, a pastoral de conjunto.

## 2.2. *A realização na opção vocacional*

A dimensão humano-afetiva, base de todo o processo formativo, deve ser considerada em todas as instâncias da pessoa e da vida do presbítero. Pesquisas recentes apontam para a queda de qualidade na resposta dos vocacionados ao chamado assumido. Comparando os vá-

rios dados provenientes dos EUA, Europa e as publicações de Rulla e sua escola, deparamos com os seguintes referenciais: 10 a 20% são presbíteros consistentes, 60 a 80% são inconsistentes, 10 a 20% têm dificuldades psicopatológicas. Persiste alta percentagem de presbíteros em sistemáticas e repetidas "dificuldades de viver". Os esforços para assegurar um processo continuado de amadurecimento e alegria missionária de ser presbítero não se consolidam e estão a exigir séria revisão. A caminho do Terceiro milênio, vai-se tornando inconcebível, encontrar na Igreja pessoas que não se sintam bem em sua opção vocacional, tanto mais quando se trata de homens cuja missão é apresentar o grande sentido da vida humana: o homem novo Jesus, a quem todos devemos nos assemelhar.

Algumas dicas:

- Buscar estruturas e formas de apoio que facilitem o cultivo de verdadeiras e sólidas amizades, autêntica convivência em clima de confiança e sinceridade para o diálogo e a partilha de experiência, dificuldades e busca de caminhos de superação e amadurecimento;

- Propiciar tempo de cultivo da personalidade, removendo hábitos de mau gerenciamento do tempo, revivendo e recriando modos saudáveis de lidar com situações conflitivas, desativando bloqueios operativos que levam os presbíteros a se desgastarem muito além de seu real trabalho;

- Proporcionar acompanhamento psicológico aos que necessitam;

- Valorizar o carisma de alguns presbíteros para o estudo da psicologia e incentivar seu serviço junto aos colegas;

- Dar atenção não só aos presbíteros com dificuldades psicopatológicas, mas apoiar a busca de maturidade

em todos, pois todos têm direito à felicidade interior e obrigação de cuidar de sua saúde psíquica;

- Proporcionar acompanhamento diversificado às diferentes idades, desde a formação inicial, na qual se firmam as bases para o processo do amadurecimento humano integral;

- Acompanhar com especial atenção e apoio os padres nos primeiros anos de ministério, pois são as realizações e decepções deste período que darão a configuração mais definitiva da identidade presbiteral.

### *2.3. A realização na opção pelo celibato*

A vivência da castidade celibatária apresenta hoje particulares dificuldades. Além dos impulsos propriamente naturais, a mentalidade hedonista da sociedade atual pode levar os presbíteros a certo relaxamento com relação à sua opção celibatária. Muitos se manifestam a favor do celibato opcional. Não se pode, contudo, esquecer que a Igreja latina entende — e a realidade de nosso ministério comprova — que o celibato foi para muitos caminho favorável para o exercício livre e generoso de sua doação como pastor e profeta. No entanto, a formação inicial e a permanente não corresponderam adequadamente às necessidades de ordem emocional e afetiva da vida dos seminaristas e dos presbíteros. Alguns se ressentem da falta de convicção evangélica e de estruturas de apoio, ficando o celibato acorrentado a uma vida de solidão e isolamento. Por isso, são frequentes os bloqueios e, às vezes, alguns escândalos na área da sexualidade.

Nesse sentido, sugere-se:

- Apresentar a vida celibatária como caminho de realização pessoal na entrega a Deus e no serviço ao seu povo, não apenas como renúncia e imposição da Igreja;

- Viver a opção pelo celibato como testemunho de liberdade na sociedade hedonista e sexista em que vivemos;

- Incentivar a partilha das dificuldades e crises, criando clima de maior respeito, compreensão e ajuda mútua entre os presbíteros;

- Desfazer o tabu que existe em relação à lei da Igreja sobre o celibato, oportunizando diálogo livre e franco sobre o tema, que evite o mascaramento de situações pessoais e o sofrimento oculto e inútil de tantos presbíteros.

#### *2.4. A realização na relação com os leigos*

O presbítero é chamado a ser irmão entre os irmãos, construtor da fraternidade (cf. PO 7-8). No entanto, as estruturas atuais e as atitudes autoritárias conduzem predominantemente ao relacionamento vertical dos presbíteros (de submissão aos bispos, de dominação sobre os leigos) e inviabilizam relações horizontais de igualdade e reciprocidade na amizade dos padres entre si e com outras pessoas. Deste modo, os presbíteros privam-se de crescer e realizar-se humanamente e de fazer da paróquia ou comunidade uma família de irmãos e irmãs, de comunhão e participação.

Diante disso, conclui-se que é necessário:

- Desenvolver a capacidade de diálogo com todos, também com os que pertencem a tradições culturais e religiosas diferentes, no respeito à pluralidade;

- Dinamizar mecanismos de participação: conselhos de pastoral, de administração, coordenações de pastorais;

- Valorizar a presença de leigos (as) na formação inicial e permanente dos presbíteros;

- Criar condições para a concretização do protagonismo dos leigos;

- Mudar estruturas e práticas pastorais, levando os leigos a participarem não apenas dos serviços, mas também das instâncias de decisões que dizem respeito à ação evangelizadora e pastoral (cf. PRNM 88);

- Diversificar os ministérios de leigos, redistribuindo as tarefas apostólicas e litúrgicas demasiadamente centralizadas no presbítero;

- Participar de grupos de cultivo da espiritualidade e da amizade entre presbíteros, religiosas e lideranças leigas;

### PARA REFLETIR

- Como estes assuntos são refletidos em sua diocese e região?

- Que iniciativas foram tomadas sobre estes assuntos?

### 3. O ministério dos presbíteros

O ministério presbiteral deve situar-se na perspectiva da eclesiologia da comunhão e participação assumida pelo Concílio.

“O ministério ordenado tem ‘forma comunitária’ radical e só pode ser assumido como ‘obra coletiva’” (PDV 17). Isto nos empenha na redescoberta do “presbitério” ao qual é confiado o pastoreio da Igreja particular (cf. DGAE 321), e dentro do qual realizamos a prática colegiada do ministério ordenado.

O momento atual exige também o esforço comum e concorde de ministros e fiéis para realizar a Igreja “toda responsável pela missão”, fazendo da evangelização a prioridade em nossa tarefa apostólica e contribuindo para

a presença eficaz da Igreja na sociedade. A partir dos fiéis que participam, às vezes apenas passivamente, da comunidade eclesial, despertar o elã missionário e transformar os católicos em evangelizadores, capazes de oferecerem serviço, diálogo, testemunho e anúncio ao povo brasileiro.

### 3.1. *Prática da colegialidade e subsidiariedade*

A partir do Vaticano II, a Igreja se refaz como comunidade de fé e de amor, reunida pela força da Palavra de Deus, com o objetivo da vida de comunhão e do empenho missionário e evangelizador. No entanto, persistem na estrutura da Igreja relações verticais que impedem o exercício da participação livre de todos os fiéis. Ainda que insistindo na defesa dos valores democráticos em atitude profética diante da sociedade, a Igreja resistiu em assumir dentro dela muitos dos valores da sociedade democrática, tais como a liberdade de expressão, direito de defesa diante de acusações, direito de escolha das pessoas que dirigirão as comunidades, direito de participação nas decisões que dizem respeito à vida cristã comum.

Diante disso, sugere-se:

- Reconhecer o pluralismo cultural e teológico presente também dentro da Igreja;
- Olhar para o pluralismo com otimismo, pois garante o enriquecimento cultural e teológico, a escolha das melhores mediações para a vivência da fé e, enfim, a prática consistente do amor fraterno;
- Ressaltar os grandes valores do cristianismo, que foram cooptados e de certa forma deturpados pela sociedade secularista, tais como a liberdade, a igualdade, a dignidade humana;
- Fortalecer a colegialidade e a pastoral de conjunto da Igreja local;

- Retomar a prática do princípio da subsidiariedade, que atribui às pessoas e às comunidades intermediárias a maior autonomia possível, em tudo o que elas podem fazer, sem recurso a níveis superiores a não ser quando necessário;

- Organizar a Igreja como rede de comunidades onde se valorizam os carismas e a contribuição de cada comunidade na perspectiva descentralizadora;

- Exercer o ministério da coordenação mantendo unidos os movimentos, pastorais, associações, irmandades, conhecendo-os e acompanhando-os de modo particular nos seus valores e carismas, mas abrindo-os à relação com os outros.

### *3.2. Prioridade da evangelização*

As circunstâncias atuais nos levam a reassumir a prioridade da ação evangelizadora, o que acentua o caráter missionário do nosso ministério presbiteral. O PRNM, precioso dom do Espírito à nossa Igreja, convida-nos a superar as graves limitações do cristianismo do segundo milênio para iniciar nova etapa da nossa história. Ao presbitério, presidido pelo bispo, cabe a tarefa fundamental de unir e motivar todos os membros da comunidade diocesana para assumirem, com generosidade e alegria, este imenso "mutirão evangelizador" (n. 88).

Compete-nos priorizar as seguintes tarefas:

- Viver de tal modo o evangelho que seja mensagem atraente para homens e mulheres e responda às grandes interrogações do mundo de hoje;

- Exercer a pastoral do acolhimento a exemplo do Bom Pastor que une firmeza à ternura, sem ceder à tentação de serviço burocrático e rotineiro;

- Propiciar aos cristãos meios para realizar nova síntese entre fé e vida através da experiência pessoal de Deus

em Jesus Cristo, refazendo o tecido cristão das comunidades e dando novo impulso à presença pública da Igreja;

- Assumir a evangelização inculturada que se dá na articulação concreta de suas exigências intrínsecas: serviço, diálogo, anúncio e testemunho da comunhão;

- Formar equipes de padres, diáconos, religiosos/as, leigos/as, buscando qualidade de vida e de trabalho, com planejamento, execução e avaliação realizados em equipe;

- Melhorar a qualidade do ministério, principalmente as celebrações e a pregação, utilizando os vários subsídios do PRNM;

- Formar equipes missionárias de presbíteros dispostos a assumir as tarefas mais difíceis da diocese, como as periferias das grandes cidades.

### *3.3. Presença e serviço à sociedade*

A nossa sociedade passa por profundas transformações, sem previsão de saídas que possam efetivamente garantir vida digna para todos. A Igreja católica, que, no período militar e na época da Constituinte, exerceu atuação forte no cenário público, encontra-se atualmente na posição no mínimo incerta e tímida diante do atual contexto sociopolítico. Não obstante, ainda goza de boa credibilidade em todo o território nacional e em todas as classes sociais. As obras e pastorais sociais, a atuação das CEBs, o testemunho dos cristãos comprometidos com os movimentos populares são alguns dos elementos que revelam a presença da Igreja na vida econômica, social, política e cultural do Brasil.

Nesse sentido, sugere-se:

- Solidarizar-nos efetivamente com a vida do povo, com especial sensibilidade para com os pobres e excluídos, em fidelidade à caminhada da Igreja na América Latina;

- Conscientizar-se de que a exigência do "serviço" não deve ficar restrita às pastorais sociais, mas deve ser assumida por toda a comunidade eclesial (CEB, paróquia, diocese, movimentos...) como sinal privilegiado daquele que veio para servir e não para ser servido (Mc 10,45);

- Possibilitar aos presbíteros o conhecimento e a análise da conjuntura sociopolítica e econômica, a fim de que se mantenham bem informados e acompanhem os acontecimentos do país;

- Buscar, em parceria com toda a sociedade civil organizada, soluções para os graves problemas sociais, especialmente a exclusão que atinge a maioria;

- Apoiar e incentivar os movimentos populares que buscam novas formas de organização da sociedade;

- Reassumir a opção pelos pobres na linha da defesa dos seus direitos civis, sociais e econômicos, incentivando também o "Grito dos excluídos", a 3ª Semana social e outras atividades da exigência do "serviço";

- Realizar, com especial empenho, a Campanha da fraternidade de cada ano integrada ao conjunto das atividades do PRNM.

## PARA REFLETIR

- A evangelização, tal como nos é proposta pelo PRNM, ajuda a rever as prioridades pastorais na diocese e nas paróquias? Houve mudanças significativas?

- Os presbíteros revêem as prioridades de seu ministério? Como?

- Incentivam mais a participação dos leigos? De que forma?

## FONTES BIBLIOGRÁFICAS

1. Instrumentos preparatórios e conclusões dos encontros Nacionais dos Presbíteros.
2. Reflexões feitas em reunião conjunta da OSIB e CNC, em setembro de 1996.
3. ALMEIDA, Antonio José de, "Proposta preliminar do plano de ação da ANPB — Sete Esses", in *Boletim Informativo da ANPB*, n. 6.
4. SAMPAIO, Plínio de Arruda: "Análise da realidade brasileira" (texto oferecido ao 7º ENP e aqui sintetizado na primeira parte);
5. ANTONIAZZI, Alberto, "Rumo ao novo milênio — Um plano de ação conjunta para bispos, padres, agentes de pastoral e comunidades", in *Vida Pastoral*, Ano 37 (nov.-dez. 1996), n. 191, pp. 2-7.
6. CNBB, *Espiritualidade sem medo, perspectivas da implantação do Projeto*, Ed. Dom Bosco, S. Paulo, 1996.
7. CNBB e POM, *Boa nova já chegou!, proposta para formação de evangelizadores*, BSB Editora, Brasília, 1997.
8. MARTÍNEZ, José Luis, *De corpo e espírito, vida presbiteral e religiosa integrada*, Paulus Ed., S. Paulo, 1996.
9. TEPE, Valfredo, *Presbítero hoje*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1994.
10. COMBLIN, José, *Cristãos rumo ao século XXI, nova caminhada de libertação*, Paulus Ed., S. Paulo, 1996.
11. DEVYIM-OSLAM, *La formación humana, fundamento de toda la formación sacerdotal*, in *Boletim OSLAM*, Abril 1994, n. 25.
12. FURTADO, Celso em entrevista in *Jornal do Brasil*, "Negócios e finanças", 09/03/97, pp. 1 e 2; *Folha de São Paulo*, pp. 1-4 — Brasil, 10/03/97; *Revista Veja*, "Mundo do amanhã", 08/01/97, pp. 8-11.
13. PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho e Reinaldo Gonçalves in *Atualidade em debate*, caderno 44 do Centro João XXIII-Ibrades, Rio de Janeiro, 1996.
14. BRASIL, Antônio Reges, "Mística e eclesialidade do assessor da pastoral vocacional", in *Cadernos Vocacionais* n° 26, Loyola, São Paulo, 1991, pp. 47-67.

**8º Encontro Nacional de Presbíteros**

Itaici, 01 a 06 de fevereiro de 2000

CNP - CNBB

**NOVO MILÊNIO,  
NOVO PRESBÍTERO?**

## APRESENTAÇÃO

*Temos motivos para iniciar o novo milênio com gratidão e esperança, pois constatamos que os presbíteros gozam de elevado crédito de reconhecimento e até de admiração por parte do povo brasileiro pelo seu trabalho generoso e humilde feito dentro de condições sociais e políticas mais adversas. Não por nada o clero católico é, entre as diferentes categorias sociais, uma das que possuem a mais alta credibilidade.*

*Na carta que dirigiu aos presbíteros por ocasião da quinta-feira santa de 1999, João Paulo II afirma: "Como não dar graças a Deus ao pensar na imensa multidão de sacerdotes que consumiram a sua existência ao serviço do evangelho, chegando por vezes ao sacrifício supremo da própria vida? No espírito do Jubileu, enquanto confessamos as limitações e falhas das gerações cristãs passadas — e, portanto, também dos sacerdotes que nelas se incluem —, reconhecemos com alegria que uma parte muito significativa do inestimável serviço prestado pela Igreja à história da humanidade se deve ao trabalho humilde e fiel de tantos ministros de Cristo que, ao longo destes mil anos, atuaram como artífices generosos da civilização do amor".*

*Não se pode desconhecer que os presbíteros estão na base da formação histórica do povo brasileiro. Particularmente durante os anos de chumbo da ditadura, muitos deles deram prova de grande coragem profética, de-*

*fendendo trabalhadores, estudantes e intelectuais, e sofrendo literalmente na própria pele, através de perseguição e morte, as conseqüências do compromisso.*

*Durante o 7º Encontro nacional de presbíteros, o Pe. Alberto Antoniazzi declarou: "Os presbíteros tiveram um desempenho notável em seu ministério nestes últimos 30 anos... A criatividade e a coragem pastoral da Igreja brasileiro foi notada também em outros países e instituições eclesíásticas supranacionais" (REB 231, setembro 1998, p. 616).*

*Generalizando in bonam partem, é sempre comovedor ver meus irmãos no ministério, de formação superior e muitos deles vindos de países ricos, vestindo-se e morando modestamente e convivendo com simplicidade no meio do povo. Nas assembléias diocesanas impressiona vê-los tomando parte nos trabalhos do dia lado a lado com as religiosas e os leigos, sem reivindicar privilégios e até acolhendo, com ânimo aberto, as críticas que lhes são feitas.*

*Com esses sentimentos passamos às suas mãos o Instrumento preparatório para nosso 8º ENP. Agradecemos de coração ao Frei Clodovis Maria Boff, OSM, que realizou a primeira redação. Ao Pe. Antonio José de Almeida, ao Pe. Alberto Antoniazzi e aos assessores do Setor vocações e ministérios da CNBB agradecemos as complementações e a redação final.*

*Chamamos sua atenção para a fidelidade do Instrumento ao espírito do Concílio Vaticano II, novo Pentecostes, que desencadeou uma primavera em nossa Igreja a fim de conduzi-la renovada e rejuvenescida ao terceiro milênio (cf. TMA 36). Lembramos agradecidos o esforço magnífico da Igreja do Brasil na recepção e implementação do Concílio através de preciosos documentos e diretrizes pastorais, culminando com o genial "Projeto de evangelização rumo ao novo milênio".*

*Gostaríamos de destacar as "Diretrizes básicas da formação dos presbíteros da Igreja no Brasil" (Doc. 55) quan-*

do descreve o perfil do novo presbítero: "É igualmente certo que a vida e o ministério do sacerdote se deve adaptar a cada época e a cada ambiente da vida" (PDV 5). As circunstâncias levam a ressaltar, especialmente no Brasil, algumas qualidades que a missão do presbítero exige:

- a prioridade da tarefa da evangelização, o que acentua o caráter missionário do ministério presbiteral nesta hora;

- o testemunho pessoal de fé e de caridade, de profunda espiritualidade vivida, de renúncia e despojamento de si;

- a capacidade de acolhida a exemplo de Cristo Pastor que une a firmeza à ternura, sem ceder a tentação do serviço burocrático e rotineiro;

- a solidariedade efetiva com a vida do povo, com especial sensibilidade para com os pobres, os oprimidos, os sofredores, em fidelidade à caminhada da Igreja na América Latina;

- a capacidade de diálogo com todos, também com aqueles que pertencem a tradições culturais e religiosas diferentes, no respeito à pluralidade;

- a maturidade para enfrentar os conflitos existenciais que surgem do contato com um mundo ainda não impregnado pelo Espírito do evangelho" (DBFP 19).

Oxalá o Instrumento de trabalho que lhes oferecemos ajude a rever nossas atitudes, prioridades, práticas e estruturas pastorais à luz dos "sinais do tempos" do novo milênio que temos a graça e a responsabilidade de iniciar sob a ação do Espírito do Ressuscitado que caminha à nossa frente e "faz novas todas as coisas" (Ap 21,5). O 8º ENP será evento renovador para a caminhada do nosso ministério se for precedido pela reflexão individual, pelos encontros diocesanos e regionais, envolvendo todos os presbíteros diocesanos e religiosos do Brasil.

*Com Maria, Mãe da Igreja e modelo dos discípulos e apóstolos, podemos iniciar confiantes o novo milênio, certos de que ela nos aproximará sempre mais do Cristo Jesus, que há dois mil anos a escolheu como "bendita entre as mulheres" para realizar o mistério da encarnação do Filho de Deus.*

Brasília, 04 de abril de 1999  
Solenidade da Ressurreição do Senhor

Pe. Manoel Valdery da Rocha  
Presidente da Comissão nacional dos presbíteros

## INTRODUÇÃO

Na esteira de documentos importantes que tratam da vida e ministério dos presbíteros, de modo especial a *Presbyterorum ordinis* (1965) (PO) e a *Exortação apostólica Pastores dabo vobis* (1992) (PDV) e outros documentos e estudos teológicos, perguntamo-nos: como emerge a nova imagem do presbítero para o novo milênio? Poderíamos resumir essa imagem na forma dos "três olhares",<sup>1</sup> na qual o presbítero deve ter:

- um olhar dirigido à *comunidade*,
- um olhar dirigido a *Cristo*
- e um olhar dirigido ao *mundo*.

<sup>1</sup>Sobre os "três olhares" do presbítero, cf. Juan Esquerda Bifet, *Presbytérat*, em: *Dictionnaire de Spiritualité (=DSp)*, Beauchesne, Paris, 1986, t. XII, col. 2092-2095 e Giorgio La Pira, no artigo "Come penso che il sacerdote debba essere", em: *Avenire*, 22 junho 1970.

## UM OLHAR PARA A COMUNIDADE

É impossível falar adequadamente da missão do presbítero a não ser no contexto da eclesiologia. Assim o tema “novo presbítero para um novo milênio” passa pela pergunta de “uma Igreja para o próximo milênio”.<sup>2</sup> A Igreja é mediação entre o presbítero e o novo milênio.

Mais concretamente, há que situar o presbítero dentro de um “eclesiologia de comunhão”, de uma “Igreja toda ministerial”, como hoje se diz.<sup>3</sup> Embora essa linguagem seja recente, a idéia já está no Concílio: “Os sacerdotes do Novo Testamento, juntamente com todos os fiéis cristãos, são discípulos do Senhor..., são irmãos entre irmãos, como membros de um só e mesmo Corpo de Cristo, cuja edificação a todos foi confiada” (PO 9,1).<sup>4</sup>

De modo sintético, pode-se dizer que o *Concílio Vaticano II* — superando as unilateralidades da eclesiologia pós-tridentina, que concebia a Igreja como “sociedade”, “sociedade desigual” e “sociedade perfeita” — apresentou a Igreja ao mesmo tempo e inseparavelmente como mistério de comunhão, como Povo de Deus e como sacramento universal de salvação. Numa perspectiva mais trinitária, em que também o Vaticano II tendencialmente se põe, a Igreja é vista ao mesmo tempo como Povo de Deus, Corpo de Cristo e Templo do Espírito.

<sup>2</sup>Cf. Clodovis Boff, *Uma Igreja para o próximo milênio*, Paulus, São Paulo, 1998, apresentado no VII Encontro Nacional de Presbíteros, Itaipu (SP), de 3 a 8 de fevereiro de 1998.

<sup>3</sup>Cf. Giuseppe Colombo, “O ministério presbiteral numa Igreja toda ministerial”, em: *Atualização*, nn. 139-140 (1981), pp. 254-274.

<sup>4</sup>Cf. outros textos conciliares em: Bonaventura Kloppenburg, “Subsídios conciliares para a Teologia do Presbítero”, em: REB, v. 28 (1968) 308-327, espec. p. 308, citada em: CNBB, *Vida e ministério do Presbítero Pastoral Vocacional*, Documento n. 29, nota ao n. 134, pp. 41-42.

Sem diminuir em nada a importância — teológica e pastoral — dessas várias noções eclesiológicas, a categoria que chama mais atenção na eclesiologia do Vaticano II é, sem dúvida, a de *Povo de Deus*.

A noção de Povo de Deus exprime uma riqueza muito grande de aspectos.<sup>5</sup>

1. Indica, antes de tudo, que a Igreja é *realidade histórica*, fruto da iniciativa livre de Deus e da livre resposta dos seres humanos, o que implica a necessidade de fazer escolhas auscultando a vontade de Deus, que, atuando na história, faz sentir seus apelos nos “sinais dos tempos”.

2. Outra idéia-força da eclesiologia do Povo de Deus é o *resgate dos elementos que são comuns a todos os membros da Igreja anteriormente às distinções de ordem carismática, funcional e ministerial*: “Comum a dignidade dos membros e pela regeneração em Cristo. Comum a graça de filhos. Com a vocação à perfeição. Uma só a salvação, uma só esperança e indivisa a caridade” (LG 32). Nesta linha, a noção de Povo de Deus ressalta a unidade, a comum dignidade e a fundamental habilitação de todos os membros da Igreja à participação em sua vida e missão. Faz parte dessa condição comum a participação de todos os fiéis nas funções profética, sacerdotal e real de Cristo.

3. Em decorrência disso, o Concílio deixa claro que a *missão não é responsabilidade de alguns, mas direito e dever de todos*: os pastores da Igreja “sabem que Jesus Cristo não os instituiu para se encarregarem sozinhos de toda a missão salvífica da Igreja para com o mundo, mas que o seu cargo sublime consiste em pastorear de tal modo os fiéis e de tal modo reconhecer os seus serviços e

<sup>5</sup>Cf. a esse respeito, por exemplo, o texto da CNBB “*Missão e ministérios dos cristãos e cristãs leigos*” em fase de elaboração (versão emendada, novembro de 1998, mimeo).

carismas, que todos, cada um segundo o seu modo próprio, cooperem na obra comum" (LG 30).

4. Portanto, Povo de Deus significa, finalmente, a *unidade da Igreja na variedade dos carismas, das funções, das Igrejas particulares, das tradições, das culturas*, que — longe de destruir a unidade da Igreja, a constituem e a aperfeiçoam (cf. LG 32 a, que cita Rm 12,4-5). Neste contexto, a noção de Povo de Deus evoca a variedade de carismas, serviços e ministérios que o Senhor reparte entre os fiéis em vista da vida e da missão da Igreja (Cf. LG 12 b).

*A Igreja, na verdade, possui multiplicidade de dons, serviços e ministérios.* Os carismas do Espírito são multiformes (cf. Rm 12,6-8; 1Cor 12,28-31). Alguns desses carismas não são imediatamente ministeriais, como é o caso da vida consagrada; outros são transitórios, como a profecia, ou fundamentam somente serviços; outros, porém, fundamentam ministérios reconhecidos ou instituídos ou ordenados.

Entre esses carismas e ministérios está o *ministério presbiteral*, que, por isso, é *ministério da Igreja* (uma função eclesial que repousa sobre um dom do Espírito), um *ministério na Igreja* (não ao lado, nem acima, nem abaixo da Igreja) e *para a Igreja* (a serviço de sua vida e missão).

*No Novo Testamento ainda não está clara a distinção entre episcopado, presbiterato e diaconato.* No Novo Testamento e no período pós-apostólico, a tríade bispo-presbítero-diacono representa uma divisão de funções ainda não claramente delineada. É, porém, mencionada claramente em Inácio de Antioquia e tornar-se-á tradicional. A tríade como tal não pode ser referida a uma instituição por parte de Cristo; especialmente a distinção bispo-presbítero não se pode considerar de instituição divina. Neste ponto, o Vaticano II tem a formulação mais mati-

zada do que a do Concílio de Trento. Enquanto Trento falava de hierarquia dos ministérios "*ordinatione divina instituta*" (Sessão XXIII, cap. 6), o Vaticano II distingue entre o "ministério eclesiástico" — "divinamente instituído" — e as formas que "desde a antigüidade" o atuam em graus diversos, ou seja, o episcopado, o presbiterato e o diaconato.<sup>6</sup> A distinção dogmática entre os ministérios do bispo e do presbítero é problema historicamente aberto.

Sem diminuir em nada a distinção entre os ministérios do bispo e do presbítero, pode-se, porém, valorizar o que há de comum entre ambos e que poderíamos chamar de "*ministério pastoral*". Qual seria, na Igreja, a função do "ministério pastoral"? Certamente, uma função de presidência, no sentido em que os bispos e, no seu nível, os presbíteros, são responsáveis pela vitalidade e unidade das comunidades cristãs e pela fidelidade delas ao testemunho apostólico.

Podemos caracterizar o *essencial do ministério pastoral* nestes seis elementos:<sup>7</sup>

1. *A ordenação episcopal ou presbiteral confere carisma para guiar a Igreja.* A ordenação não é mero reconhecimento de um carisma pré-existente ou a mera instalação num cargo. A ordenação confere sacramentalmente um carisma e um cargo: não há carisma sem cargo e nem cargo sem carisma. Evidentemente, no processo formativo e nos escrutínios, haverá de verificar-se as aptidões prévias para a recepção plena e frutuosa de ambos.

2. *Os pastores — pela ordenação — tornam-se vínculos da Igreja, cabendo-lhes operar pela comunhão dentro*

<sup>6</sup>Cf. S. Dianich, *Teologia del ministero ordinato. Una interpretazione ecclesialógica*, Paoline, Turim, 1984, p. 282; H. Legrand, "Ministérios en la Iglesia local", em: VV. AA., *Iniciación a la práctica de la teología. Dogmática 2*, Ediciones Cristiandad, Madrid 1985, p. 194.

<sup>7</sup>Cf. H. Legrand, *op. cit.*, pp. 194-200.

da comunidade eclesial sob sua responsabilidade, entre ela e as demais, entre a Igreja e a humanidade. Sua função de guias desenvolve-se em três direções fundamentais: a evangelização (dentro e fora da comunidade), a comunhão recíproca das Igrejas, a unidade interna de cada comunidade.

3. *Os pastores presidem à edificação da Igreja numa sociedade e numa cultura determinada* (cf. At 2,1-11; 1 Tm 3,7). Essa formulação ajuda a evitar as concepções unilaterais do ministério pastoral, que o definiam pela Eucaristia (tradição medieval) ou pelos sacramentos (tradição pós-tridentina) ou pela palavra (K. Rahner) ou pela missão. Na verdade, o presbítero preside à edificação da comunidade cristã, que se faz pela missão (envio), pela palavra, pela ação pastoral, pelos sacramentos, especialmente a eucaristia. Naturalmente, quem preside não assume todas as funções; pelo contrário, anima e coordena uma comunidade dotada de inúmeros outros carismas, serviços e ministérios.

4. *Sua posição à frente da Igreja identifica os pastores, porém a Igreja também necessita dessa presidência para sua própria identidade.* Com efeito, a Igreja precisa perceber-se como "convocação" por uma palavra que não vem dela, mas do Outro; precisa perceber-se como "enviada em missão" nos apóstolos, por Cristo, pelo Pai; precisa fazer a experiência do "ministério de Cristo", na palavra revelada e nos sacramentos, sobretudo a eucaristia, cuja presidência cabe a quem preside à comunidade e, para isso, foi devidamente ordenado; precisa perceber sua dimensão "escatológica" antecipada nos múltiplos sinais do Reino, mormente na palavra e nos sacramentos.

5. *O ministério ordenado tem triplice dimensão: profética, sacerdotal e régia.* Para a Tradição apostólica, de

Hipólito Romano, a tarefa pastoral (real-régia) é a primeira: "Concede a teu servo, a quem escolheste para o episcopado, que apascente teu santo rebanho" (TA 3). O conteúdo desta tarefa está explicitado pelo dom do "*pneuma heghemonikón*" / "*spiritus principalis*", que tem uma dupla dimensão: espírito de profecia e espírito para conduzir a Igreja em virtude deste carisma. Segundo a Tradição Apostólica, esta tarefa pastoral e profética implica o exercício do sumo sacerdócio (*archihierateuein*). Nesta perspectiva, a presidência da eucaristia e dos outros sacramentos apresenta-se como a dimensão da tarefa pastoral!

6. *O cargo de bispo e de presbítero é sempre colegial: ninguém é bispo sozinho, mas num colégio episcopal; ninguém é presbítero sozinho, mas num presbitério!*

Numa eclesiologia de comunhão, podemos concluir, os cristãos e seus pastores são *irmãos iguais em dignidade* (cf. Mt 23,8-12; Mc 3,31-35; LG 32); *diferentes quanto aos carismas, serviços e ministérios*, entre os quais e à frente dos quais está o *ministério pastoral*, responsável pela unidade, santidade, catolicidade e apostolicidade da Igreja; *solidários na responsabilidade* de evangelizar o mundo e de edificar a Igreja sobre o único fundamento que é Jesus Cristo (cf. 1Cor 3,11).

## A) NOVO PRESBÍTERO: PROMOTOR DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Ora, se Deus escolheu *alguns*, é para pô-los a serviço de *todos*. É a lógica bíblica: uns-muitos, um-todos. Os apóstolos foram segregados para serem consagrados ao ministério dos discípulos em sua totalidade (cf. PDV 42).

Assim, "o ministério do presbítero existe... para promoção do exercício do sacerdócio comum" (PDV 16,2). É "dom particular (entregue) para que (os presbíteros) possam ajudar o Povo de Deus a exercitar o sacerdócio comum..." (PDV 17,5).

## A tarefa de formar comunidade

O presbítero é, nesse sentido, formador de comunidades. Sim, a "formação de comunidade autêntica cristã" é "tarefa própria" sua (PO 6,4). Se ele tem algum poder santo é só no sentido de "edificar", nunca de "destruir" (cf. PO 6,1). Para isso é investido de autêntico "espírito de liderança", de que fala o rito de ordenação de santo Hipólito.<sup>8</sup>

E uma vez fundada a comunidade, o presbítero surge como o "educador da fé" (PO 6,2), incluindo a "educação do espírito comunitário" (PO 6,5). Nesse ponto, as CEBs aparecem como uma forma *privilegiada*, não exclusiva, de viver o ideal de comunidade. Elas representam ademais a "igreja dos pobres", além de educar eficazmente o povo para o compromisso social. Daí a importância de se promoverem as CEBs e mesmo de priorizá-las no trabalho pastoral.<sup>9</sup>

O presbítero deve sobretudo manter a *unidade da comunidade*. Ser "homem de comunhão" (PDV 17). Por isso diz-se "ministro da unidade". Afirma o Concílio: "Os presbíteros foram postos no meio dos leigos para levar todos à unidade da caridade... É tarefa deles harmo-

<sup>8</sup>Ap. CNBB, *Vida e ministério do Presbítero*, op. cit., nota ao n. 129.

<sup>9</sup>Cf. O melhor balanço crítico feito das CEBs nos últimos anos: ISEI-Assessoria, *As comunidades de base em questão*, Paulinas, São Paulo, 1997, com a síntese final de Cl. Boff, "CEBs: a que ponto estão e para onde vão", pp. 251-305.

nizar de tal forma as diversas mentalidades, que ninguém se sinta estranho na comunidade dos fiéis" (PO 9,3).

Nesse sentido, eles são "construtores de pontes" (pontífices). Homens que sabem ser mediadores, lidar com os conflitos e articular as diferenças, a fim de levar as diversas posições à reconciliação. Pois, "onde Cristo está verdadeiramente presente, não há nem vencedores nem vencidos, mas apenas reconciliados" (Gertrud von Le Fort).<sup>10</sup>

Para tudo isso, o presbítero precisa saber escutar e dialogar para levar ao consenso evangélico. É fundamentalmente alguém que sabe trabalhar com os leigos e leigas, valorizando a sua real dignidade e *carismas*, partilhando as responsabilidades e incentivando-os na busca da *maturidade cristã* para que tenham liberdade de ação e iniciativa.<sup>11</sup>

### **A sinodalidade — dimensão intrínseca da Igreja**

Na verdade, a Igreja é essencialmente comunhão fraterna. Antes de ser sociedade hierárquica (cap. III da LG), é sociedade de iguais e de livres (cap. II da LG). O princípio da "sinodalidade", que define a especificidade da "democracia eclesial", é constitutivo da Igreja de Jesus. O quanto possível, as grandes decisões de uma comunidade eclesial se tomam assemblearmente, ou seja, "em concílio".

Ora, o presbítero exerce sua autoridade dentro de uma "sociedade" assim estruturada. E tal é a "constituição divina" da Igreja: que todos participem, cada um com o seu dom. Por isso, o presbítero há de animar a todos

<sup>10</sup>Em *O céu de Verónica* (Plon, Paris, 1931), ap. AA.VV., *Convertidos do século XX*, Agir, Rio de Janeiro, 1960, p. 93.

<sup>11</sup>Cf. PDV 59,3 e DGAV, Doc. 54, n. 324.

para que cada um assuma sua "cidadania eclesial". Só assim, os fiéis deixam de ser "crianças" e se tornam "maiores" em Cristo (cf. Ef 4,13-14). O objetivo do presbítero em seu trabalho na comunidade é educar os leigos para que atinjam a "maturidade cristã" (PO 6), ou ainda a "maioridade eclesial".

A própria pastoral é sempre e em primeiro lugar "pastoral de Igreja" como um todo. Só depois ela se torna "pastoral de pastores".<sup>12</sup> Ela não é apenas atividade "clerical", mas tem forçosamente caráter eclesial, e, portanto, comunitário, inclusive leigo.

Essa concepção de pastoral não diminui o papel do presbítero, mas antes o exalta, posicionando-o como o animador principal dos diferentes carismas e ministérios. Compete a ele, em primeiro lugar, "*reconhecê-los*" (não concedê-los, pois isso é obra do Espírito), "*promovê-los*" (LG 37,3) e "*coordená-los*" de forma harmônica (cf. PO 9,3). E isso é tanto mais importante quanto mais "novos ministérios" vemos surgirem na Igreja a partir das demandas pastorais e da própria iniciativa dos leigos.<sup>13</sup>

Consideração particular por parte dos pastores merece o "gênio" das *mulheres*.<sup>14</sup> Elas se sentem credoras de uma grande dívida da parte da Igreja. Essa há de fazer de tudo para que elas voltem a ter o lugar e a ação que tiveram na vida e no ministério de Jesus e até em certos períodos passados da história da Igreja.

<sup>12</sup>Cf. Paul Barrau, *Pastorale*, em: *DSP*, t. XII, col. 376-387, no começo. O primeiro alargamento conceitual que sofreu a idéia de "pastoral" foi passar a entendê-la não só como tarefa dos pastores mas como responsabilidade geral de toda a Igreja. O segundo alargamento foi não reduzi-la apenas ao cultivo da fé dos fiéis, mas fazê-la incluir também a ação da Igreja para com os "de fora" através do primeiro anúncio da fé: o querigma.

<sup>13</sup>Cf. CNBB, *Missão e ministérios dos leigos e leigas cristãos*. Col. Estudos da CNBB 77, Paulus, São Paulo, 1988, especialmente nn. 75-83.

<sup>14</sup>Cf. Carta apostólica *Mulieris dignitatem* (1988), nn. 30 e 31,5, onde se refere ao "gênio" da mulher.

## Os movimentos leigos

A questão dos “movimentos”, que crescem na Igreja hoje, constitui um desafio particular, pela riqueza que trazem e pelos deslocamentos de acentos pastorais que produzem.

A história mostra que os diferentes movimentos de espiritualidade ou de apostolado não nascem em geral da hierarquia. São criações livres do Espírito, que é sempre surpreendente, “soprando onde quer” (Jo 3,8). O pastor não tem por que, de entrada, ser a favor ou contra esse ou aquele movimento. O que tem que fazer, sim, é *discernir* teologicamente e *acompanhar* pastoralmente, encorajando, se estiverem na direção do sopro do Espírito, e corrigindo, quando não.

De todos os modos, *o presbítero deve ter a sua espiritualidade própria alicerçada no exercício de seu ministério em comunhão com sua Igreja diocesana* e resistir às tentativas de se deixar “seqüestrar” por esses movimentos, embora possa, com proveito pessoal, participar deles e até exercer junto a eles uma missão especial no contexto da pastoral de conjunto. Mas ele não pode tornar-se pastor de uma parte apenas da Igreja, mas — como diz explicitamente a PDV — deve “permanecer sempre *pastor de todos em conjunto*” (68,7).

## Presbítero: um “mistagogo”

Uma tarefa importante do presbítero hoje é ser “mistagogo”, “educador para a oração” (PDV 47), “mestre da oração”.<sup>15</sup> Ele não é realmente mediador entre Deus e os homens. “Há um só mediador entre Deus e os homens,

<sup>15</sup>CNBB, *Vida e ministério do Presbítero*, op. cit., 299 e 324.

o homem Cristo Jesus" (1Tm 2,5). Só ele é o "mediador da Nova Aliança" (Hb 8,6; 9,15; 12,24). O sacerdote pode, sim, *participar* dessa função, como, aliás, todo cristão ou cristã e de modo particularíssimo Maria, Mãe de Jesus (cf. LG 60, 1; 62).

Enquanto participante da mediação *sacramental* de Cristo, o presbítero está mais *ao lado* dos irmãos, para levá-los diretamente a Cristo, do que *entre* eles e Deus. Ele é o "paraninfo" que leva a noiva ao noivo, como sugere Paulo (cf. 2Cor 11,2). Ele não é o noivo, mas apenas o "amigo do noivo", como se diz de João Batista (cf. Jo 3,29).

A relação dos cristãos com a Trindade é direta e imediata. É o que indica o símbolo do véu do Templo, rasgado de alto a abaixo na morte de Jesus (Mc 15,38). Depois da morte de Cristo, o acesso a Deus é aberto a todos (cf. Hb 6,19-20; 9,3.6-12). Para essa imediatez, o presbítero é simples facilitador. É "aproximador" e não intermediário.

De novo, aqui surge a eucaristia como o ato culminante em que a Igreja se auto-realiza e se automanifesta. Nela o presbítero se mostra no meio de seus irmãos e irmãs, indo ao encontro de Deus que vem. Lembra Moisés, ao pé do Sinai, antes da teofania da aliança, quando "Moisés fez o povo sair do acampamento para ir ao encontro de Deus" (Ex 19,17). Por isso "os cristãos esperam encontrar no sacerdote não só um homem que os acolhe, que os escuta com gosto e lhes testemunha sincera simpatia, mas também e sobretudo um homem que os ajuda a encontrar Deus, a chegar até ele" (PDV 47).

### **O entusiasmo do presbítero: "zelo apostólico"**

Que sentimentos fundamentalmente suscita esse "olhar" do presbítero à comunidade? Suscita sentimentos de amor ao povo, especialmente o chamado "zelo apos-

tólico". O presbítero há de ser homem apaixonado pelo seu povo e pelo seu ministério. Sem ardor apostólico, sem o entusiasmo do Espírito, nada se faz de grande e de santo. O presbítero precisa ser um homem que carrega dentro dele a chama que arde, o portador de fogo que ele anseia "se alastre sobre a terra" (Lc 12,49), homem impedido para a missão porque abrasado pelo Espírito, como os apóstolos depois do Pentecostes. O papa Paulo VI conclui a *Evangelii nuntiandi* descrevendo o "espírito da evangelização", no qual inclui uma passagem memorável sobre "o fervor dos santos" (EN 80)

A pastoral é movida à base de amor — e de amor ardoroso. Tal é o "amor pastoral", que leva o presbítero, por amor de Cristo, a se dedicar ao rebanho e humildemente servi-lo. A pastoral é, portanto, *officium amoris*, como diz Agostinho comentando a tríplice profissão de amor de Pedro (Jo 21,15-17).<sup>16</sup> É o que ensinam também outros presbíteros da Igreja, que foram grandes pastores, como são João Crisóstomo e são Gregório Magno.<sup>17</sup>

O apóstolo Paulo já dissera à comunidade de Corinto: "Somos servos vossos por amor de Jesus" (2Cor 4,5). Mais à frente confessa: "De muito bom grado gastarei (tudo) e me desgastarei a mim mesmo em favor de vós" (12,15). E acrescenta: "Também se, amando-vos mais, eu seja por isso mesmo menos amado" (v.15).

É Deus sabe que paciência e que humildade heróicas se exigem do presbítero, que tem que "lavar os pés" de seu povo, ocupando-se de suas pequenezas do dia-a-dia (é o pobre que inventa toda uma história para comover, é a mulher que vem para desabafar suas mágoas com o marido numa conversa interminável, é o problema de goteira no telhado da igreja, é o bêbado ou o doido — gê-

<sup>16</sup>*Tract. in Jo.*, 123,5; PL 35, 1967, ap. PO, 14, n. 23. Cf. PDV 23.

<sup>17</sup>Citados pelo PO nn.11, 68.

neros que não podem faltar em igreja nenhuma — e que vêm “aprontar” justamente durante a missa... ), e isso com aquele sentimento tremendo e enervante de estar “perdendo o tempo”, e, contudo, sabendo e acreditando, contra as evidências imediatas, que tudo isso, assim mesmo, “vale a pena”...<sup>18</sup>

Um “espelho do apóstolo” (ou seja, do próprio Paulo e de todo presbítero em geral) nos é apresentado no maravilhoso discurso que fez Paulo em Mileto aos presbíteros de Éfeso (At 20,18-35). Aí se vê sobretudo isto: que o Apóstolo “não reservou nada só para si mesmo” (v. 20), mostrando que para ele “a vida não tinha valor algum”, a não ser — como confessa — em função “do ministério que o Senhor Jesus me confiou” (v. 24). Aliás, para ele, a Igreja de Deus vale o dom da própria vida, uma vez que Deus mesmo a “adquiriu para si com seu próprio sangue” (v. 29).

Essa perspectiva *martirial* do ministério apostólico aparece ainda mais claramente no discurso do Bom Pastor, o qual “expõe a própria vida por suas ovelhas” (Jo 10,11), ao contrário do mercenário que sacrifica a vida das ovelhas no altar de seus interesses (cf. Jo 10,12-13). De fato, alhures dissera Jesus que seu “serviço”, como o do Servo Sofredor (Is 53,12), ia até o ponto de “dar a vida em favor da multidão” (Mc 10,45).

Por isso todo o presbítero deveria poder dizer o que dizia santo Agostinho à sua comunidade: “O Senhor nos dê a força de amar-vos a tal ponto que possamos morrer por vós, efetiva ou afetivamente (*aut effectu aut affectu*)”.<sup>19</sup>

<sup>18</sup>Assim também se passava com o grande Agostinho, em sua pastoral quotidiana, como lembra o Card. Joseph Ratzinger, *Il sale della terra*, Colloquio con Peter Seewald, San Paolo, Cinisello B., 1997, p. 220.

<sup>19</sup>Ap. PDV 25, n. 65.

## B) NOVO PRESBITERO: HOMEM "COLEGIAL"

### **Base teológico-sacramental do trabalho de equipe**

Falar em "colégio" é falar em "equipe". Mas não no sentido meramente funcional da administração moderna e das atuais dinâmicas de grupo. O colégio dos presbíteros ou o "Presbitério" é mais que órgão meramente instrumental. É realidade que pertence à ontologia da graça sacramental, precisamente ao sacramento da ordem.

O presbítero, mais que "trabalhar em equipe", é essencialmente "homem de equipe". Não está no presbitério; é ou constitui o presbitério. A "colegialidade sacramental" ou ontológica é a base da "colegialidade pastoral" ou operativa.

Isso significa que toda pastoral tem "forma comunitária" essencial; é "obra coletiva" (PDV 17,1). Mas é, por acaso, falar em outra coisa quando se fala na "pastoral de conjunto", ou "pastoral orgânica"?

Portanto, importa não esquecer nunca que a pastoral coletiva não se impõe apenas por injunções do momento histórico e da busca de eficácia, mas por exigências intrínsecas do próprio ser Igreja (que é *communio* teologal) e da essência do presbiterado (que é *ordo* sacramental).

### **Níveis de "colegialidade"**

Notemos que a colegialidade presbiteral se relaciona com os vários níveis de colegialidade da Igreja:

- Com os *presbíteros*. Todo presbítero é "presbítero". É em regime de presbitério que a pastoral tem de ser levada em frente. Felizmente, o Vaticano II resgatou o valor teológico-pastoral do presbitério, valor esse

que se tinha praticamente perdido desde a Idade média (cf. PO 8).<sup>20</sup>

- Com o *bispo*, presidente nato do presbitério (cf. PO7). E aqui se compreende a promessa de obediência que todo neo-ordenado faz ao bispo. Trata-se de obediência "apostólica" (PDV 27). De obediência co-responsável e dialogal. Agora, o "espírito" de obediência, como atitude teologal de fundo, deverá permear toda a vida do presbítero, como aliás de todo cristão, como foi com o próprio Cristo (cf. PO 16).

- Com o *laicato*, com suas associações e movimentos, com seus ministérios e serviços. A isso já nos referimos acima. Mas cabe aqui lembrar que o espírito colegial deverá levar o presbítero a valorizar as coordenações, os conselhos, as assembléias e todas as outras "estruturas de comunhão e participação", onde a presença dos leigos, *consagrados e de vida apostólica*, ao lado dos religiosos e religiosas, se faz sentir como parte integrante da *ekklesia* de Deus, reunida em assembléia, inclusive deliberante.

### **Questões internas aos presbíteros: convivência e organização**

No primeiro nível — o das relações internas ao presbitério — convém levantar algumas questões *mais exigentes*:

A primeira delas se refere à delicada questão da convivência de presbíteros de diferentes *mentalidades* e, em particular, de presbíteros de diferentes idades.

Nesse ponto, não é mais de nosso tempo criar polarizações artificiais e desgastantes. O que importa é dialogar com franqueza e ao mesmo tempo com respeito sobre pontos de vista e experiências distintas.

<sup>20</sup>Cf. Juan Esquerda Bifot, *Presbytérat*, in *DSp*, t. XII, col. 2087 e seq.

Mas isso naturalmente só é possível com base na mesma fé e na mesma responsabilidade pastoral. Pois quando falta essa base mínima, pode-se ainda falar em comunhão? Humana talvez, mas não eclesial e pastoral.

A convivência e intercâmbio entre presbíteros mais *novos* e presbíteros mais *idosos* são sentidos hoje não só como possíveis, mas até como proveitosos. Saber conciliar a experiência dos idosos com o entusiasmo dos novos. Temos atualmente maior consciência de quanto os novos podem crescer com a experiência e sabedoria dos mais idosos, e de como esses necessitam da novidade e criatividade dos novos.

Outra questão diz respeito à *organização dos próprios presbíteros*. Parece que se faz oportuno hoje um esforço por fortalecer a autonomia institucional dos presbíteros. Os bispos e também os leigos dispõem de organismos de comunhão atuantes. Já os presbíteros tendem a trabalhar de modo mais disperso ou em função dos dois pólos mencionados. Começa a ser implantada com muito proveito a *pastoral presbiteral* para cuidar da pessoa do presbítero e da sua formação integral e permanente. "*Cuidai de vós mesmos e de todo o rebanho*" (At 20,28), ordena Paulo aos presbíteros de Éfeso.

Uma organização nacional expressiva de presbíteros favorece a pastoral de conjunto, desde que não tome um viés meramente reivindicativo ou, pior, concorrencial às outras organizações eclesiais. Decididamente, a CNP (Comissão nacional dos presbíteros) e a ANPB (Associação nacional dos presbíteros do Brasil) vêm para somar e não para dividir.

## QUESTÕES PARA APROFUNDAR

1. Como você, presbítero, vê sua vocação e missão na Igreja? Você a vive sobretudo como chamado feito à sua pessoa, por parte de Deus, para exercer o ministério de

representar Cristo em face à comunidade? Ou você a vive antes de tudo como responsabilidade partilhada com o bispo e o presbitério, para juntos construírem a comunidade eclesial em que todos são iguais em dignidade e solidários na missão? Para você, todos os cristãos são realmente chamados a tornar-se Cristo (cf. CfL 17)?

2. Como você, presbítero, vê a participação dos leigos e das leigas na comunidade e na evangelização? Num papel subordinado ou numa linha complementar? Por que muitos padres não aceitam reconhecer a co-responsabilidade dos conselhos pastorais e não confiam aos leigos tarefas ministeriais que não são exclusivas do presbítero? Como avançar efetivamente na "promoção" dos leigos, no reconhecimento de seus direitos na Igreja?

3. Você está satisfeito com a fraternidade e solidariedade dos presbíteros em sua diocese ou região? A "pastoral presbiteral" deveria ser desenvolvida melhor? Como? Os padres estão satisfeitos com a remuneração que recebem ou são levados a procurarem outro emprego, fora do ministério pastoral, para se sustentarem? O que se poderia fazer para garantir aos presbíteros remuneração justa, seguro em caso de doença e aposentadoria digna?

## UM OLHAR PARA CRISTO

### **Jesus, único Pastor**

O presbítero é, em razão do sacramento da ordem, ministro de Cristo em favor do povo. É a "representação sacramental" de Cristo Pastor (PDV 15,4).

Na verdade, assim como só há um Senhor e uma Cabeça, na Igreja só há *um Pastor*: Cristo. De fato, olhando o Novo Testamento, vemos o seguinte quadro:

- Jesus se proclamou “o Bom Pastor” (*ho poimên ho kalós*: o “belo Pastor”; Jo 10,11).

- Pedro declara Cristo o “Pastor e supervisor (*episkopon*)” de nossas almas (1Pd 2,25).

- Mais: ele é o “Pastor-chefe” ou o “Pastor supremo” (hoje um título papal), ou “Arquipastor” (*archipóimenos*) de todos os presbíteros-pastores (1Pd 5,4).

- Por fim, a carta aos Hebreus chama Cristo de “o Grande Pastor das ovelhas” (Hb 13,20).

### **Presbíteros: pastores por participação**

Ora, acontece que alguns na Igreja são escolhidos para tomarem parte do pastoreio de Jesus. Esses são pastores apenas por delegação e, portanto, *por participação*.

- Assim Pedro, a quem Jesus ordena: “Apascenta os meus cordeiros..., apascenta as minhas ovelhas” (Jo 21,15-17).

- Assim também os presbíteros do NT em geral, segundo as palavras que lhes dirige o apóstolo Paulo: “Estai atentos a vós mesmos e a todo o rebanho de que o Espírito Santo vos constituiu guardiães, a fim de apascentardes a Igreja de Deus que ele adquiriu para si pelo preço do seu próprio Filho” (At 20,28).

- A função de “pastor” na carta aos Efésios passa mesmo a corresponder a um título específico de serviço. Ao lado das funções mais missionárias (apóstolos, profetas e evangelistas), temos funções de ministros mais estáveis: precisamente os *pastores*, ao lado dos doutores (Ef 4,1).

Isso tudo faz ver que o presbítero é homem todo *relativo a Cristo*. Está a seu serviço e à sua disposição. Sua vida é toda *subordinada* a Cristo-Pastor e voltada à *imitação* do Bom Pastor. "Nunca é demais alertar que o representante jamais ocupa o lugar do representado, na ausência visível dele. Cristo é quem está presente na pessoa e no ministério do presbítero. Quem dele se aproxima deve encontrar o *rostro, o coração, as atitudes e a prática do Bom Pastor*".<sup>21</sup>

### Que é "pastorear": no geral e no particular

Tal é o carisma-serviço geral do presbítero: o "pastoreio" ou a "pastoral". "Pastorear" significa efetivamente "cuidar" de modo geral, "tomar conta". É fazer tudo o que é necessário para que o rebanho tenha "vida e vida em abundância" (Jo 10,10), sem outras especificações.

Note-se, outrossim, que o pastor é, na linguagem bíblica, figura carregada da mais extrema *ternura*: possui as conotações mais delicadas de carinho, solicitude e *compaixão*.<sup>22</sup> "O horizonte da *terna misericórdia* do coração de nosso Deus" (Lc 1,78) e do "amor materno" de Javé revelam-se de modo pleno e definitivo naquele que se autointitulou Bom Pastor e ilumina a prática de quem é chamado a apascentar, em seu Nome, as multidões que vagueiam errantes e famintas pelos vales e montanhas, periferias de cidades e sertões de nossa terra".<sup>23</sup>

<sup>21</sup>Damian, Edson, "Espiritualidade do Presbítero Diocesano", in *Vida Pastoral* 182 (maio-junho)1995, p. 23.

<sup>22</sup>Cf. 2Sm 12,3; Is 40,11; Lc 15,5 Jo 10, especialmente vv. 2 e 14-15; Mc 6,34; 14,27; Mt 10,6; 15,24; 25,32; cf. Pierre Grelot, *Pasteur, em: Dictionnaire de Spiritualité*, Beauchesne, Paris 1984, t. XII, col. 361-371.

<sup>23</sup>Brasil, Antonio Reges, *Mística e Espiritualidade do Assessor da Pastoral Vocacional*, Cadernos Vocacionais 26, Loyola, São Paulo, 1991, pp. 62-63.

É preciso, portanto, tomar cuidado para interpretar segundo a ótica específica do NT a necessária tarefa de direção ou liderança do presbítero na comunidade. Essa liderança é sempre *serviço* e nunca *dominação*. Portanto, os presbíteros "dirigem o rebanho de Deus que lhes foi confiado, não por imposição, mas de *livre e espontânea vontade*; não por causa de lucro sujo, mas com *generosidade*; não como donos daqueles que lhes foram confiados, mas como *modelos* do rebanho" (1Pd 5 1-3). De resto, o Mestre já advertira contra a tentação mundana do mandonismo: "Entre vós não seja assim..." (cf. Mc 10,41-45).

### **Trindade: fonte última da identidade presbiteral**

O presbítero é "*sacramento*" e "*epifania*" do Bom Pastor. Mas, justamente por causa do mesmo Cristo, devemos remontar mais para o alto, e buscar a fonte última dessa identidade no Mistério trinitário. Pois o próprio Cristo só encontra sua identidade no contexto da Trindade. E é para dentro desse Mistério que ele nos leva como a nosso destino último.

É, com efeito, o amor do Pai que envia seu Filho ao mundo e esse, por sua vez, envia os apóstolos: "Como o Pai me enviou, eu também vos envio" (Jo 20,21). Ora, esse envio salvífico se prolonga na ordenação presbiteral. O presbítero é enviado do Pai, como Cristo, na força do Espírito Santo (cf. PDV 12; 18,5; e 82,3). E a própria comunidade que o presbítero ajuda a construir traz o selo da Trindade: ela deve refletir o mistério de comunhão de vida, de amor e de alegria que circula no seio da Trindade.<sup>34</sup>

<sup>34</sup>Cf. Bruno Forte, *A Igreja, ícone da Trindade*, Loyola, São Paulo, 1987.

Portanto, antes ainda de o presbítero olhar para Cristo, ele é "olhado" pelo Pai e por seu Filho Jesus Cristo. Efetivamente, os relatos de vocação têm esta estrutura: Jesus "viu" e então chamou (cf. Mc 1,16.19; 2,14), especialmente em relação ao rico: "Fitando-o, Jesus o amou..." (Mc 10,21).

Tudo isso significa que o presbítero é "apóstolo do Pai", "servo de Cristo", "consagrado do Espírito Santo". Exprime-o a investidura pneumático-carismática que recebeu pelo ordenação através da Igreja, que exerce a mediação de poder mais alto — o poder divino. "É no interior do mistério da Igreja como comunhão trinitária em tensão missionária, que se revela a identidade cristã de cada um e, portanto, a identidade específica do sacerdote e do seu ministério. O presbítero, de fato, em virtude da consagração que recebe do sacramento da ordem, é enviado pelo Pai, por meio de Jesus Cristo, ao qual como pastor do seu povo é configurado, de modo especial para viver e agir, na força do Espírito Santo, ao serviço da Igreja e para a salvação do mundo" (PDV 12).

### **O presbítero "perante" a comunidade: prioridade da graça**

Por isso mesmo, como ministro de Cristo, o presbítero está não apenas "dentro" da Igreja, mas "perante" a Igreja (cf. PDV 16 e 22). Nessa posição ele manifesta que na Igreja a graça e o amor de Deus têm a *prioridade* sobre o ser humano e sua ação (cf. PDV 16,6). Em outras palavras, a Igreja, antes de ser *ex hominibus*, é *de Trinitate*. O Concílio nos ensina que a Igreja não é simplesmente uma "sociedade" ao lado de outras, mas *mistério de comunhão*. A comunhão trinitária torna-se, então, *fonte* da vida e da

missão da Igreja, *modelo* de suas relações e *meta última* de sua peregrinação.

Assim, o presbítero representa a *alteridade soberana* do Senhor sobre sua Igreja. A Igreja não é principalmente o que ela faz de si mesma, mas é antes o que Deus opera nela. O presbítero representa o único Pastor que, a preço de seu próprio sangue, "adquiriu para si" seu rebanho (cf. At 20,28). Ele representa o Esposo que se preparou uma Esposa, "gloriosa, sem mancha nem ruga", "purificando-a com o banho da água e santificando-a pela Palavra" (Ef 5,26-27).<sup>25</sup>

Esse face-a-face com a comunidade, o presbítero o vive quando anuncia a *Palavra*, que é maior do que ele e sob cuja soberania ele opera; quando, com o vigor da mesma *Palavra*, ele convoca as pessoas a se reunirem em *comunidade*, criando assim a Igreja de Deus; e quando preside à celebração dos *sacramentos*, tornando presente a graça salvadora. Os presbíteros fazem a seu modo o que fizeram os apóstolos, na expressão de santo Agostinho: "Pregaram a Palavra da verdade e geraram Igrejas."<sup>26</sup>

A partir dessas propostas iniciais, podemos passar ao tratamento de questão importante para o "novo presbítero para novo milênio": a sua espiritualidade e, logo depois, sua integração afetiva em torno da figura de Cristo e de seu Reino.

<sup>25</sup>Essa idéia da PDV (22,3), de que o Padre representa Cristo-Esposo "face" à Comunidade é relativamente nova na teologia do presbiterado. É de aplicação delicada. E pode levar a deduções problemáticas, como a que argumenta pela incapacidade antropológica de a mulher aceder ao presbiterado por sua alegada incapacidade (sexual) de representar Cristo-Esposo frente à Igreja-Esposa: cf. João Paulo II, *Mulieris dignitatem* (1988), 26.

<sup>26</sup>Lembrado oportunamente pelo Decreto PO 4, nota 1.

## A) O NOVO PRESBITERO: HOMEM "ESPIRITUAL"

Para responder à sua identidade mais profunda, que é teo-ontológica, o presbítero é *chamado* a ser antes de tudo o que é: "*homem de Deus*" (1Tm 6,11). Um homem que vive profundamente imerso no mistério trinitário: abandonado e inteiramente disponível à vontade do Pai; empenhado no seguimento de Jesus e no prosseguimento do seu evangelho através da prática da caridade pastoral; conduzido pela liberdade do Espírito numa vida de comunhão e esperança. Isso não é idealismo, mas a verdade do "tesouro" de que o presbítero é portador, embora sendo "vaso de barro" (2Cor 4,7).

Jesus quis que os "Doze" por ele escolhidos "convivessem com ele", "permanecessem com ele", para depois mandá-los em missão (Mc 3,13-15 e Lc 6,12-16). Na verdade, só pode ter o título e a missão de "apóstolo" — como propôs Pedro — quem "acompanhou" o "Senhor Jesus todo o tempo em que entrou e saiu à nossa frente", para poder assim se tornar credível "testemunha de sua ressurreição" (cf. At 1,21-22). Só através dessa convivência como *discípulo*, o presbítero conhecerá o mistério de Jesus e poderá assim comunicá-lo aos outros como *apóstolo*.

Por toda a Bíblia, sabemos que só a *experiência* de Deus e o *chamado* carismático que lhe segue constituem de fato o apóstolo e o profeta. Eles são *testemunhas*: antes de serem pessoas que falam e anunciam, foram pessoas que *viram e ouviram*. Sem experiência de Jesus, não há anúncio realmente evangelizador, mas apenas transmissão de doutrinas abstratas ou propaganda mercantil. "As pessoas de hoje, marcadas pela cultura fragmentada e cética da pós-modernidade, solicitam dos evangelizadores não uma teoria, nem uma simples atestação da sua

fé, mas uma experiência de vida a ser comunicada e partilhada. Cobram o que João, em sua primeira carta, prometia aos seus discípulos: "Aquilo que existia desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com nossos olhos, o que contemplamos e o que nossas mãos apalparam: — falamos da Palavra, que é a Vida. Porque a Vida se manifestou, nós a vimos, dela damos testemunho e lhes anunciamos a Vida Eterna" (I Jo, 1,1-2).<sup>27</sup>

A essas razões de ordem teológica que priorizam a dimensão espiritual do presbítero, se agregam razões de ordem cultural: a situação atual de intensa busca espiritual, que leva a valorizar o *ministério sagrado do presbítero*, sem necessariamente com isso desencarná-lo.<sup>28</sup> Diante da busca da experiência de Deus, tão característica de nossa época e que, certamente marcará os albores do novo milênio, torna-se cada vez mais urgente a prática da profecia de Puebla: "O presbítero é homem de Deus. Todavia, só lhe é dado ser profeta à medida que tenha feito a experiência do Deus vivo. Só esta experiência o fará portador duma Palavra poderosa para transformar a vida pessoal e social das pessoas, de conformidade com o desígnio do Pai" (DP 693),

## Fundamentos da mística presbiteral

A raiz espiritual do ministério pastoral se manifesta no nexó íntimo que existe entre "*ministério*" e "*mistério*" e "*mística*". O "*ministério*" pastoral nasce do "*mistério*" da vocação e do envio divinos e por isso solicita "*mística*".

<sup>27</sup> Antoniazzi, Alberto, "Mística e Espiritualidade do Presbítero", in *Instrumento Preparatório para o 6º ENP*, 1996, p. 31.

<sup>28</sup> Cf. Clodovis Boff, *Perspectivas da experiência religiosa para o próximo Milênio*, em: Márcio Fabri dos Anjos (org.), *Sob o fogo do Espírito*, SOTER/ Paulinas, São Paulo, 1998, pp. 303-345.

Portanto, todo ministério, por haurir do mistério, porta uma mística. Assim, o ministro é consagrado do Espírito e é por isso místico ou espiritual.

Essa vocação mística ou espiritual do presbítero se manifesta de modo todo particular na unção sacramental da ordenação. Aí ele é plasmado pelo Espírito e transformado em "homem de Deus". Torna-se "consagrado" a partir de seu interior. Pois o Espírito, tudo o que toca, transforma e vivifica.

*Além do mais, na atual conjuntura e no clima cultural em que vivemos, o presbítero que atua como mero funcionário do sagrado, como profissional da religião ou o burocrata de uma instituição eclesial teria um valor mínimo. Ele não é simples "prestador de serviços", religiosos ou sociais que sejam. Ele é, sim, o alto "intendente dos mistérios de Deus" (1Cor 4,1). O que as pessoas de hoje admiram no presbítero é a alegria da sua doação, a beleza e a coerência da sua vida, a sinceridade e a autenticidade com que procura ser fiel, apesar das muitas dificuldades, à sua vocação de profeta, pastor e sacerdote.*

### **Toda a existência presbiteral é "ungida" pelo Espírito**

Desse modo, o presbítero não "administra" simplesmente os sacramentos: ele os *vive*. Não *faz* pastoral, mas *é* pastor. O presbítero *não* está presbítero; ele *é* presbítero. A unção sacramental o atinge em seu *ser* e não apenas em seu *fazer*.

Por isso, tudo nele é "sacerdotal". A pastoral por inteiro adquire dimensão como que *litúrgica*: é oferta a Deus. Assim via Paulo sua missão. Em seu próprio apostolado, entendia-se como "*oficiante* de Cristo Jesus, junto aos pagãos, *sacerdote* do evangelho de Deus, a fim

de que os pagãos se tornem *oferenda* agradável, santificada no Espírito" (Rm 15,16).

De resto, toda a vida de Cristo, também em sua dimensão profana, especialmente sua morte sacrificial na cruz, foi considerada pela carta aos Hebreus como exercício sacerdotal. Assim é a vida do presbítero (e de todo cristão em geral): em toda a sua extensão, ela é abraçada pelo Mistério salvífico e imantada por ele.

O ministério presbiteral por inteiro, também em suas expressões aparentemente mais seculares, é em si mesmo "ministério do Espírito" (2Cor 3,8). É-o à medida que move os corações, produz a vida da graça e revela o rosto glorioso de Deus (cf. 2Cor 3,6-11).

Por conseguinte, o próprio trabalho sociolibertador há de ser realizado com a unção do Espírito, ou seja, com sua marca espiritual. Assim foi que o Messias, que veio "para anunciar o evangelho aos pobres e libertar os cativos", sempre *a partir do Espírito*. Esse — como Jesus mesmo testemunhou — "está sobre mim, me ungiu e me enviou" (cf. Lc 4,18). Portanto, também no serviço aos pobres e nas atividades que abarcam a dimensão sociotransformadora, o presbítero é homem "espiritual".

Isso significa que, no trabalho apostólico, há que se atender, antes de mais nada, ao "trabalho escondido da graça" (PDV 26). Por consequência, é a construção de consciências que importa mais que tudo. Sem, contudo, descuidar dos frutos, inclusive sociais, desse trabalho. Pois é na exterioridade que se prova a força do Espírito.

Se o "cristão do século XXI será místico ou não será nada" (K. Rahner), isso vale *a fortiori* do "novo presbítero". Mais ainda: o presbítero não será só místico, mas também *mistagogo, como vimos na primeira parte*.

Por conseguinte, o presbítero que não responder à fome e sede de Deus do novo milênio, não estará à altura de seu tempo e menos ainda à altura de sua elevada vo-

cação e missão. As Diretrizes pastorais elaboradas para 1991-1994 já traziam essa preciosa e atual orientação: "O êxito da evangelização depende, em grande parte, da espiritualidade e da mística de quem evangeliza" (DGAP 45, n.º 186).

### **Linhas da espiritualidade presbiteral**

Mas como se vive concretamente a mística presbiteral? Daremos aqui três linhas, que correspondem, ademais, às três especificações do ministério do presbítero, enquanto participa do tríplice múnus de Cristo, respectivamente sacerdote (eucaristia), profeta (escritura) e pastor (caridade pastoral).

Portanto, a mística do presbítero será, em primeiro lugar, mística profundamente *eucarística*. Mística que tenha sua "fonte" e seu "cume" na eucaristia (cf. PO 5,1; 6,5; 14,2). Como ensina Tomás de Aquino, ela contém "todo o bem espiritual da Igreja" (PO 5,2). É efetivamente na Eucaristia que encontramos tudo: Cristo com o Pai e o Espírito, a comunidade com seus pastores, a oração da comunidade e toda a sua vida, trazida como matéria da oferenda, da intercessão e da ação de graças. A eucaristia, como sacramento da comunhão, realiza a síntese da Igreja e o mundo, da ação e contemplação, do ministério ordenado e dos leigos, de Deus e o gênero humano. Karl Rahner, numa homilia de primeira missa, dizia de modo inspirado:

"Sempre, nessa hora, está presente, como sacrificado e vitorioso ao mesmo tempo, aquele que é em si a unidade do enigma e da solução, a unidade da terra e do céu, a unidade do homem e de Deus — na celebração daquele instante único no qual, sobre a cruz, a extrema distân-

cia entre essas realidades tornou-se inseparável proximidade.<sup>29</sup>

Será, em seguida, *espiritualidade bíblica*, que se alimenta da palavra de Deus e nela se inspire sempre. O presbítero, antes de ser servidor da Palavra, será discípulo e ouvinte, abeirando-se dela com o coração dócil e orante. "Recebe o evangelho de Cristo, do qual foste constituído mensageiro; transforma em fé viva o que lês, ensina aquilo que crês, e procura realizar o que ensinas" (Rito da ordenação de diaconal). O presbítero deve ser o primeiro crente na Palavra, consciente de que as palavras do seu ministério não são suas, mas daquele que o enviou. Desta Palavra ele não é dono, mas servo. Não é o único possuidor, mas devedor em relação ao Povo de Deus.

Por fim, será *espiritualidade pastoral*, toda orientada para a missão (cf. PDV 12 e 33). Será, mais concretamente, *espiritualidade centrada na "caridade pastoral"*, vivida em sua dupla vertente: amor ao Bom Pastor e amor às pessoas que ele confia ao nosso ministério. Assim, além de promover a necessária integração entre vida interior e ação evangelizadora, santidade pessoal e ministério, a caridade pastoral aponta uma pista mais ampla: "Postula, pois, a caridade pastoral que os presbíteros — para não correrem em vão — trabalhem sempre em vínculo de comunhão com os bispos e com os demais irmãos no sacerdócio" (PO 14). A caridade pastoral não se limita ao aspecto subjetivo, pessoal, mas alcança dimensão objetiva, eclesial; apoia-se na comunhão com o bispo e com o presbitério e assume as decisões da pastoral de conjunto em âmbito nacional (Diretrizes da CNBB), diocesano (Plano diocesano) e paroquial.

<sup>29</sup>*Sul sacerdozio*, Col. Meditazioni teologiche 7, Queriniiana, Brescia, 1966, p. 25.

## Presbítero: "homem de oração"

De maneira simples e direta, o presbítero será "homem de oração". Sem isso, não passará de mero propagandista de doutrinas ou de negociante de coisas sagradas. O encontro pessoal com Cristo e a prática do ministério do amor pastoral com os "olhos fixos nele" (Lc 4,20) constituem a identidade profunda do presbítero. Ora, "só à força de olhá-lo, é que se acaba amando a Jesus Cristo; mas só o olhamos bem de joelhos".<sup>30</sup>

E depois: só amamos profundamente e até o fim o povo, especialmente os pobres e excluídos, se temos grande amor a Jesus Cristo. Assim se deu com Pedro, que foi convidado a apascentar os discípulos a partir de seu amor incondicional por Jesus (cf. Jo 21,15-17). E assim foi também com Paulo, para quem a paixão missionária ardia pelo fogo da caridade divina: "Para mim o viver é Cristo" (Fl 1,21) e "O amor de Cristo nos impulsiona" (2Cor 5,14).

Para que Deus se *sirva de nós*, devemos antes nós *servir a Deus*. Para falar bem *de Deus*, precisamos antes falar — e muito — *com ele*. Então nossa pastoral será não só ação *para Deus* (em seu favor) mas também ação *por Deus* (por meio dele). Para que Josué vença com as armas, na planície, é preciso que Moisés levante os braços em oração, na montanha (cf. Ex 17,8-16).

Mas aqui é preciso ser concreto e prático. Para nutrir robusta e sólida espiritualidade torna-se indispensável reativar os "meios" enumerados pelas atuais "Diretrizes da formação presbiteral": "O processo de crescimento espiritual é possível somente pelo esforço sincero e permanente de conversão, que significa dispo-

<sup>30</sup>Pe. Longhayé, ap. F. Cuttaz, *Apostolat*, em: *DSp*, Paris, 1937, t. I, col. 777.

nibilidade aos novos apelos de Deus e empenho em corrigir falhas e pecados do homem velho. Este processo encontra dinamismo:

- na escuta atenta da palavra de Deus;
- na sensibilidade aos "sinais dos tempos" e discernimento dos acontecimentos da vida;
- na vivência de todos os sacramentos e de toda a liturgia;
- no serviço ao povo pela caridade pastoral;
- na disponibilidade missionária;
- na partilha comunitária e comunhão eclesial;
- na oração pessoal, espontânea e contemplativa;
- na direção espiritual" (DBFP 126).

A santidade do presbítero irradia sem dúvida sobre a comunidade. O presbítero será para o povo o que João XXIII queria ser: "fonte na praça". Mas o que acontece quando essa fonte enfraquece e seca?

### **Espiritualidade a partir do ministério**

Sem dúvida, uma questão sempre recorrente na vida do presbítero, porque vital e ao mesmo tempo desafiadora, é *harmonizar contemplação e ação*.

Todos sabem que a espiritualidade alimenta o ministério. Mas não se dá também o oposto: o ministério alimentando a espiritualidade? Não é o presbítero homem de vida ativa? Não é ele chamado a ser *contemplativus in actione*? Pois, se a espiritualidade presbiteral é essencialmente voltada para a missão, essa deve poder *retroalimentar* a espiritualidade.

Convém, pois, que o presbítero busque metodologia que o ajude a ver a presença de Deus em seu próprio ministério. Pois é no e pelo exercício de seu próprio ministé-

rio que o presbítero encontra Deus e se santifica. "Imitai o que fazeis" — diz o rito da ordenação (cf. Po 13,3). E é assim, aliás, que o magistério repõe hoje a relação entre a espiritualidade e a pastoral na vida do presbítero (cf. PO 12-14; PDV 24-26; 78,4).<sup>31</sup> Pensa-se aqui numa espécie de "círculo virtuoso" pela qual a espiritualidade nutrirá o ministério e essa àquela.<sup>32</sup>

A verdade, porém, é que a vida ativa, também a presbiteral, é hoje tão dispersiva e tantas vezes extenuante que parece não "fornecer alimento indispensável" que o presbítero espera "para fomentar sua vida espiritual".<sup>33</sup> Onde está o "precioso alimento espiritual" (PVD 78,4) de que o presbítero precisa para seu crescimento espiritual? No fim de um "domingo cheio", o presbítero muitas vezes tem a sensação de grande desgaste interior, além de físico.

### **Para o ministério retroalimentar a espiritualidade**

Urge buscar caminhos concretos para que a pastoral possa retroalimentar a espiritualidade. Sugerimos aqui apenas algumas pistas.

1. *Beber no poço do nosso ministério como nos ensina o Vaticano II: "Caminho de santificação para o presbítero*

<sup>31</sup>Cf. Igualmente Sinodo dos bispos, (1971), *O sacerdócio ministerial*, 68 e 70. Para os Seminaristas o decreto *Optatum totius* dá a seguinte recomendação: "Aprendam a encontrar a Cristo nos homens, particularmente nos pobres..." (8,1); e ainda: "Aprendam a fortalecer sempre mais sua vida espiritual através da própria ação pastoral" (9,2). Cf. enfim para os Leigos: João Paulo II, *Christifideles laici* (1988), 59.

<sup>32</sup>O próprio Tomás de Aquino defende a possibilidade de a "ação favorecer a contemplação", não certamente por seu lado puramente exterior e — diríamos — de agitação, mas sim enquanto proporciona uma concentração interior, uma integração da mente: cf. *Summa Theologica*, II-II, q. 183, a. 3, toda.

<sup>33</sup>Sinodo dos bispos (1971), *O Sacerdócio Ministerial*, 70.

é o próprio exercício do seu ministério, de modo a tirar dele todo proveito espiritual" (PO 13). Levando à prática essa lúcida intuição, superaremos falsos dualismos que opõem contemplação e ação, oração e pastoral, pois ensinando, o presbítero também escuta e aprende com os fiéis; pregando a Palavra é também evangelizado; celebrando e santificando, o presbítero também ora e se santifica; servindo e coordenando a comunidade, torna-se epifania e sacramento do Bom Pastor. Vivido desse modo, o ministério torna-se fonte de espiritualidade, já que seu centro é o amor ao Deus do Reino e a caridade pastoral para os irmãos.

2. Realizar a ação evangelizadora com a devida serenidade, com unção, como uma ação religiosa. A pastoral toda deve ser vivida como grande celebração, como *preparação e prolongamento da eucaristia*. O presbítero não pode se entregar ao seu trabalho de modo tão obsessivo que pareça *workaholic*. O erro do ativismo não está na quantidade de atividades, mas no modo precipitado, irrefletido e desconexo de desenvolvê-las. *A evangelização exige ação refletida e conseqüente, disciplinada e exigente*.

3. Recuperar a antiga e eficaz prática das *jaculatórias*, que estamos reaprendendo dos orientais com a repetição de "mantras", de refrões contemplativos, de pequenos versículos da palavra de Deus. Desse modo, mesmo estando mergulhados nas atividades, podemos lançar a Deus um olhar rápido, ainda que furtivo, espiritualizando o que estamos fazendo.<sup>34</sup> Assim, "descobriremos a presença de Deus onde as pessoas vivem, traba-

<sup>34</sup>Prática dos Anacoretas da Tebaida e recomendada, entre outros, por Sto. Agostinho, *Carta a Proba*, sobre a oração: *Ep.* 120, 20; e por S. Francisco de Sales, *Filoteia*, parte II, cap. 13.

lham, amam, riem e choram. Essa experiência pessoal de Deus, essa vivência mística, não é destinada a ficar fechada no íntimo do indivíduo, mas se tornará a base do testemunho: não de vida abstrata, apenas proclamada em palavras, mas de verdade que se faz vida e expressa a comunhão com Deus na comunhão com os irmãos".<sup>35</sup>

4. Por fim, aproveitar de alguns *sinais* particularmente claros da presença de Deus dentro do próprio trabalho. Dentre esses sinais, existem dois particularmente fortes:

- os *santos* e outras pessoas evangélicas que encontramos no ministério e que nos tocam por sua fé, nos edificam e nos estimulam a seguir mais fielmente a Cristo. Frequentemente, "o presbítero é confortado pelo exemplo dos fiéis".<sup>36</sup> Trata-se de cristãos, imbuídos de profunda "experiência cristã", "simples", "enamorados" e "empenhados" (PDV 78,4);

- os *pobres*, que, por seu sofrimento e por sua paixão de viver, nos obrigam à oração e nos convocam à generosidade e ao amor. Como confidentes especiais dos segredos de Deus (cf. Mt 11,25-27), os pobres realmente nos evangelizam (cf. Puebla 1147). Dizia um discípulo de Charles de Foucauld, o Pe. Peyriguère: "Passar o dia cuidando da carne de Jesus sob as espécies dos irmãos infelizes: é isso tornar-se contemplativo."<sup>37</sup>

<sup>35</sup>VVAA, *Espiritualidade Sem Medo, Perspectivas da Implantação do PRNM*, Dom Bosco, São Paulo, 1996, pp. 20-21.

<sup>36</sup>Op. cit., nota 33.

<sup>37</sup>Ap. Marcello Magrassi, *Cativados por Cristo*, Paulinas, São Paulo, 1984, p. 191.

## Espiritualidade: questão de fundamento e de prioridade

Para fechar esse ponto, devemos insistir nisto: que a espiritualidade é de suprema importância para todo discípulo de Jesus e de modo particular para o presbítero. Trata-se aí com efeito de questão dos *fundamentos* de seu ministério. Vimos, efetivamente, que esse se funda numa investidura mistérico-sacramental: a unção do Espírito. Espiritualidade é questão do espírito: do Espírito Santo agindo no espírito humano. E de vez que o Espírito/espírito é vida, a oração representa "questão vital". "Sabe viver bem, quem sabe rezar bem" — disse santo Agostinho.<sup>38</sup>

A espiritualidade, por tanto, será a *prioridade* "número 1" do presbítero (cf. PDV 45). E isso por uma razão *de princípio*, pois o presbítero é o *oikonomos* do Reino, ou seja o "intendente de Deus" (Tt 1,7). E também por uma razão *conjuntural*: por causa da aguda demanda de Deus que as pessoas hoje dirigem aos ministros religiosos, ainda que de um modo confuso e ambíguo.

Ora, a prioridade do Espírito/espírito jamais pode ser dada por descontada. No mundo espiritual não se "vive de rendas". Há que sempre voltar ao Princípio originante de tudo. A "*vida no Espírito*" não é tanto o *próton* genético, que pode ser deixado para trás, mas é antes a *arché* estrutural, que é sempre vigente, como uma fonte que precisa jorrar continuamente para alimentar o rio e o lago, a chuva e o mar.

O presbítero que não reza não vai longe ou não vai fundo, nem na vida espiritual e nem na ação pastoral. A fidelidade na fé e no ministério só se mantém com base

<sup>38</sup>*Vere navit recte vivere, qui recte novit orare*: Hom. IV ex 50, ap. PIO X, *Haerent Animo*, 16.

na oração. Sejamos realistas: até entre os apóstolos Jesus contou com a possibilidade do abandono: "Também vós quereis ir?" (Jo 6,68). O "vigiai e orai" do Mestre vale especialmente para o presbítero. Escreveu K. Rahner estas palavras iluminadas: "Só ao rezar está o homem inteiro imediatamente presente diante de Deus. A fé do presbítero de hoje é fé de presbítero que reza, de presbítero misticamente contemplativo, ou não é fé nenhuma. (...) O presbítero será orante, se quiser ser crente e mensageiro da fé, (...) Temos que ser presbíteros que rezam. Que suportam rezando as trevas da vida. Também se sua prece for participação na agonia do Horto ou na súplica do Abandonado por Deus na cruz".<sup>39</sup>

## B) O NOVO PRESBÍTERO: CORAÇÃO CENTRADO EM CRISTO

Passemos agora da subjetividade espiritual para a subjetividade *emocional* ou afetiva do presbítero.<sup>40</sup> A pessoa do presbítero, em seus contatos e suas ações, como a pessoa de Jesus, deve se manifestar como convite a repor tudo em marcha na direção da vida. Trata-se de provocar conversões, ou seja, reabrir a capacidade de ir mais longe no rumo da comunhão com o Pai e da fraternidade universal. Nisto consiste a tarefa maior do pastoreio: revelar o Reino de Deus em ação, ajudar o Reino a dar-se.

Desta fonte, como vimos acima, brotam a espiritualidade do presbítero e, em consonância, sua integração

<sup>39</sup>Karl Rahner, *Novo Sacerdício*, Herder, São Paulo, 1968, pp. 23-24.

<sup>40</sup>Tema tratado também no VII Encontro Nacional de Presbíteros (1998), pelo Pe. João Edênio dos Reis Valle, *Dimensão psico-afetiva da vida e do ministério do presbítero*, em: REB, n. 231, v. 58 (1988) 683-690.

afetiva em torno da pessoa de Cristo e de seu Reino. E nesse campo nos encontramos com a opção do *celibato*. Não cabe aqui lançá-lo à discussão, pois o presente subsídio se atém à sua dimensão teológico-espiritual. Considera, pois, o celibato "por causa do Reino", e não por causa da lei.

Ora, o que sustenta maximamente o presbítero em sua consagração a Deus pelo celibato é o olhar em direção a Cristo. Cristo é modelo e mestre de vida toda centrada no amor do Pai e na causa do Reino.

### O presbítero: "homem"

Em nenhum outro campo o presbítero sente e revela tanto sua humanidade como nesse. Quando o povo diz: "O padre também é homem", é no duplo sentido: é gente como a gente, "vivendo em tudo a condição humana", como Cristo, que assumiu nossa "carne"; e é varão, com os sentimentos e as pulsões de todo ser sexuado. E é principalmente esse campo que põe grandes oportunidades e ao mesmo tempo enormes desafios à formação humana do presbítero.

Entre as oportunidades está a valorização do lugar da mulher na vida e ministério do presbítero, quer como mãe e irmã, quer como colaboradora e amiga.<sup>41</sup> Como fez o papa em nome de toda a Igreja, fechando a Carta apostólica "sobre a dignidade e a vocação da mulher", o presbítero também, examinando seu passado, pode certamente ver muitos motivos de ação de graças pelos dons que recebeu de tantas mulheres que passaram pela sua vida e ministério.<sup>42</sup>

<sup>41</sup>Cf. João Paulo II teve o mérito de encerrar de frente essa questão da importância da mulher na vida do padre em sua *Carta aos Sacerdotes por ocasião da Quinta-feira santa de 1995*.

<sup>42</sup>João Paulo II, *Mulieris dignitatem* (1988), 31: "A Igreja rende graças por todas e cada uma das mulheres... (...) A Igreja agradece toda manifestação do 'gênio' feminino surgida no curso da história..."

A *parceria homem/mulher*, que pertence tanto ao designio criacional de Deus (Adão/Eva) quanto ao plano da salvação (Cristo/Igreja), se realiza também, a seu modo, na vida do presbítero. Superando o estereótipo cultural que — falando direto — muitas vezes reduz essa parceria à cama, o presbítero hoje toma cada vez mais consciência da importância da parceria da mulher no campo pastoral, além do intelectual e espiritual.

### A solidão afetiva

De todos os modos, quem optou pelo celibato, deve enfrentar o problema da *solidão*. Essa mereceu na PDV algumas linhas bastante realistas e pertinentes (75,2).<sup>43</sup> Diz aí muito apropriadamente que se deve distinguir uma "solidão que faz parte da experiência de todos e que é algo de absolutamente normal" e uma "solidão que nasce de dificuldades" específicas.<sup>44</sup> Ensina que "aceita em espírito de oferta e procurada na intimidade com Jesus Cristo Senhor, a solidão pode ser oportunidade para a oração e o estudo, como também ajuda para a santificação e o crescimento humano. (...) A capacidade de agüentar uma boa solidão é condição indispensável para o cuidado da vida interior. (...) Não é capaz de verdadeira e fraterna comunhão, quem não sabe viver bem a própria solidão."

É inegável que a vida presbiteral envolve certa "carença afetiva", uma insatisfação sexual-genital impossi-

<sup>43</sup>Tema que já tinha sido abordado por Paulo VI na encíclica *Sacerdotalis coelibatus* (1967), 58-59.

<sup>44</sup>Cf. O interessante livro, baseado em entrevistas com mulheres de classe média, bem sucedidas no casamento, inclusive em termos sexuais: Belkis Morgado, *A solidão da mulher bem-casada*. Um estudo sobre a mulher brasileira, José Olympio Ed., Rio de Janeiro, 1987, 4ª ed.

vel de eludir. O celibato pelo Reino pede a fecunda "aceitação da solidão" (PDV 50).

Talvez, para alguns presbíteros, o contraponto deste tipo de solidão seria o enamoramento, uma paixão, ou uma situação equívoca de "quebra-galho". Situações que acarretariam a sensação de aconchego e proteção para aqueles que encaram o celibato como ruptura, perda, desamparo.

Acontece que o ser humano pode experimentar a solidão como possibilidade de *estar só com a própria verdade*: limites, possibilidades, originalidade. Solidão pode significar a plena aceitação da própria individuação. Se cada um é único e isso nos torna significantes, a solidão é meio para *ser boa companhia para si mesmo*, condição de florescer como pessoa que amadurece ao sol do viver. Tem a ver com a capacidade de espera, realismo e conhecimento de si e das urgências pastorais, no caso do presbítero.

Integrado com o povo das comunidades, vibrando com a evangelização, emocionando-se com o heroísmo de companheiros, satisfeito com alguns laços familiares, fomentando amizades saudáveis com casais e pessoas particularizadas, não precisaria o presbítero de manobras para sentir-se aconchegado.

O prazer de ser boa companhia para si mesmo é bem a ser desfrutado, virtude a se adquirir no caminho do amadurecimento afetivo. Revela *competência no cuidar de si*, no realizar um programa descontraído de leitura, música, cinema, passeio, visita, oração, convivência fraterna... A fortaleza do presbítero cresce como solidez, irmã gêmea da coragem e da firmeza das escolhas e condutas personalizadas e personalizadoras.

## As "crises afetivas" dos presbíteros

Contudo, nesse campo é preciso descer mais rente ao chão da vida e enfrentar a dimensão afetiva da relação presbítero/mulher, com suas implicações concretas.

Nessa linha, sabemos que a cultura de hoje, à medida que incorporou o progresso das ciências psicológicas, passou a considerar o sexo de modo um tanto despreconceituoso. Esse já não tem o caráter de tabu que tinha no passado, ao mesmo tempo que perdeu muito de seu mistério. Diz a esse propósito Paulo VI: "O mundo de hoje deu grande relevo ao valor positivo do amor nas relações entre os sexos. Mas multiplicou também as dificuldades e os riscos nesta matéria".<sup>45</sup>

Devido, por uma parte, aos contraceptivos, que dissociaram o sexo da fecundidade, e, por outro, à atual cultura hedonista, o sexo em grande parte se desconectou do amor nupcial e até do amor erótico-romântico, como de seu *contexto* natural, ficando muitas vezes reduzido ao mero prazer. Tudo isso contribuiu a certa *banalização da sexualidade*, reduzindo-a somente à prática da sexualidade genital.<sup>46</sup>

Ora, um contexto cultural, que francamente não encoraja a educação da sexualidade na forma da castidade, favorece menos ainda o apreço pelo celibato. E o magistério sabe disso (cf. PO 22 e PDV 29). Todavia, esse é desafio a mais para fazer desse valor evangélico um testemunho *contracultural*, contestação profética do *status quo*, inclusive em benefício do resgate da própria sexualidade em seu estatuto criacional.

<sup>45</sup>*Sacerdotalis coelibatus*, 73.

<sup>46</sup>(Frei) Ovídio Zanini, *Como viver a sexualidade*, Loyola, São Paulo 1991, onde distingue didaticamente entre: *sexualidade* (ou *sexo* antropológico): caráter global de toda a pessoa e da pessoa toda; *genitalidade* (sexo biológico): aspecto particular e regional (órgãos e atos); e *genitalismo* (sexo neurótico): redução perversa do sexo à genitalidade.

Se quisermos ser mais realistas e falar a linguagem da experiência, temos que abordar nesse campo a questão das "crises afetivas" que não deixam de envolver a vida emocional do presbítero, para não dizer de toda pessoa humana, inclusive dos casados. Pois, esses também não estão imunes a casos semelhantes e enfrentam, como todos, o labor de integrarem a própria pulsão sexual — coisa que muitas vezes não passa pela imaginação ingênua de muito celibatário. Pois, a castidade é para todos, e, na ótica cristã, o ágape deve informar qualquer forma de sexualidade.<sup>47</sup>

As crises afetivas não são as crises, em si mesmas, mais importantes da vida do presbítero, nem as mais frequentes. Mas são as mais *intensas* e as que produzem os efeitos mais decisivos, pois que podem interromper o exercício do ministério. É aí que está atualmente o "elo mais fraco" da vida do presbítero, o ponto em que a corda efetivamente arrebenta. Normalmente e de imediato, o ministério não vai a pique somente por falta de fé, por conflitos com a autoridade ou por desentendimentos com o povo, mas por questões de "envolvimento afetivo", eufemismo para dizer enamoramento ou paixão.

Para propor de modo claro esta questão, poder-se-ia perguntar: o que deve fazer o presbítero quando está afetivamente (e às vezes sexualmente) "envolvido com mulher"? O que lhe dizer num "caso de paixão" — esse "estado anormal do homem normal"?

Essa parece ser questão que não mereceu até hoje tratamento franco e do qual se pudesse extrair algumas lições mais gerais.<sup>48</sup> Seria possível fazê-lo? Antes ainda:

<sup>47</sup>Cf. CNBB, *Vida e Ministério do Presbítero*, *Op. cit.*, n. 215: "A plena realização de uma personalidade não depende tanto do casamento ou do celibato, como da vivência dos valores da oblatividade, vividos no contexto da interação familiar e social em que normalmente se realiza a complementação geral das personalidades masculina e feminina."

<sup>48</sup>Cf. Um tratamento psicológico da questão, a partir da ótica feminina: Jeannine Marroncle, *O homem proibido. Sobre a afetividade sacerdotal*, Vo-

seria conveniente? Ou essas coisas se resolvem na privacidade, "cada um do seu jeito"? Um pouco como as mães que no passado nada ensinavam do sexo às filhas, sob pretexto que a natureza se encarregava de instruí-las. Não seria preciso ter a coragem de ver de frente a questão e perguntar como se haver com ela?

### **Crises oriundas de lacunas**

Convém distinguir claramente as crises provindas de lacunas no processo formativo inicial das crises pertencentes ao caminho evolutivo, que integram os *ciclos vitais* do ser humano.

As crises relativas ao celibato que ocorrem dentro dos ciclos vitais podem ser assim enumeradas:

1. Crise de adequação e superação das ingenuidades: na década dos 30 anos.
2. Crise de realismo e de algumas convicções: na década dos 40 anos.
3. Crise dos balanços: na década dos 50 anos.
4. Crise das impotências: a partir dos 60.

Quando se é adolescente-jovem, aspirante ao sacerdócio, no início do caminho formativo, feliz de quem foi ajudado na correlação entre sua identidade sexual e sua identidade vocacional.

Identidade sexual diz respeito à identificação da pessoa com seu próprio sexo. Feliz se não foi barrado em sua capacidade de relacionamentos com as jovens. Pois uma

zes, Petrópolis, 1992. Ver também as reflexões, a partir da própria experiência de amizade com uma mulher, do Pe. Arturo Paoli, *Il sacerdote e la donna. L'esperienza della relazione con il femminile e la vertice della chiesa*, Marsilio Ed., Veneza, 1996 (trad. bras. *O Padre e a Mulher*, Paulus, São Paulo, 1998). Mas nenhum desses autores define linhas gerais de comportamento.

vocação que se sustentasse em alguma motivação menos elaborada em relação ao confronto com moças e mulheres (não mães ou irmãs) prepararia armadilhas críticas para si próprio.

Além do mais, não dá para assumir a vida celibatária com liberdade e como oferenda, com o intuito de desconsiderar (ou ignorar) a própria vida sexual ou para controlar alguma fraqueza sexual, sempre ocultada de si e dos formadores. O celibato quando serve para o disfarce utilitário é caldo de cultura para várias crises. O disfarce se dá porque o papel de presbítero pode ser vivido como *status* e com certa superioridade. Aqueles, então, que não perdem essa superioridade no trato com as pessoas e que acabam não se comprometendo com ninguém.

Quem ao longo de sua formação não se defrontou com uma razoável educação afetivo-sexual, paga um preço por não conhecer a própria dinâmica interior na qual a sexualidade se extravasa e oculta. Por ela ser errante, como diz Amadeu Cencini, apresenta duas características: a plasticidade e a onibrangência: a pessoa pode não identificar o seu real ponto frágil, que fica oculto e não aparece. Sem falar das vezes que a pessoa esconde um problema nascido em outras áreas da personalidade, mas que se extravasa no quadro da sexualidade.

### **Disposições práticas para lidar com as "crises afetivas"**

Embora o terreno dessa delicada problemática não esteja ainda bem balizado na Igreja, pode-se dizer que se dão aí duas grandes linhas de solução: *afastar-se* ou *enfrentar a situação*. No passado, aconselhava-se o afastamento; atualmente, procura-se enfrentar a situação, não sem riscos e dificuldades.

Em vez de romper, por "medo do sexo", prefere-se "trabalhar" a relação em questão. Dir-se-ia uma "estratégia de enfrentamento", e não de afastamento.

Parte da convicção de que o problema não está na mulher mas no próprio presbítero, na medida em que não sabe se relacionar corretamente com a mulher. Portanto, o perigo não é a mulher, mas o próprio coração, enquanto não respeita a identidade nem da outra pessoa e nem a sua própria.

A solução que entende assumir (para transformar) a relação de enamoramento tem a *vantagem* de constituir uma oportunidade especial para fortalecer a maturidade afetiva da pessoa como um todo.<sup>49</sup> Além disso, parece responder melhor às circunstâncias de hoje, em que a "exposição afetiva" é maior e em que a cultura vigente considera as relações homem/mulher de modo livre, múltiplo e flexível.

Contudo, existem também *desafios*: é menos segura, é mais lenta e trabalhosa (talvez mesmo tormentosa), embora seja de início a opção mais espontânea.

Essa solução apresenta, às vezes, o risco de passar por alto o fato de que o mundo erótico-sexual, além de *conflitivo*, é campo fértil para toda a sorte de *auto-enganos*, ainda que sob véus místicos e pastorais, como sucede frequentemente no fenômeno da transferência e contra-transferência. Para ilustrá-lo, poderíamos adaptar para os presbíteros um comentário irônico de Kierkegaard, referido aos teólogos: eles começam por serem pro-

<sup>49</sup>O "Centro Episcopal de Aconselhamento Matrimonial" de Münster estabeleceu os seguintes 10 critérios para aferir a maturidade afetiva de alguém: 1) Aceitar a própria sexualidade; 2) Tolerar frustrações; 3) Resolver os laços de dependência infantil com os pais; 4) Assumir responsabilidades; 5) Perceber a existência de sentimentos em si e no outro; 6) Aceitar a tensão entre o dar e o possuir; 7) Intuir os desejos e os ideais inconscientes; 8) Aceitar as qualidades e reações do outro; 9) Dialogar; 10) Amar. Ap. J. Bours — F. Kamphaus, *Fusión por Dios*, Sal Terrae, Santander, 1986, p. 63 (orig. alem. 1981).

fessores de suas prediletas; depois, se tornam seus diretores espirituais; em seguida seus namorados; e por fim seus maridos.<sup>50</sup>

Pois, como desconhecer, senão por ingenuidade, que a relação de enamoramento tem sua dinâmica própria que a leva, como num plano inclinado, para o lado da partilha sexual? O eros apela ao sexo. Se, em certas condições (como no casamento), a paixão evolui para a amizade, o mais fácil é a amizade evoluir para o lado da paixão.

Seja como for, oxalá o presbítero, às voltas com uma crise desse gênero, encontre em seu caminho um coração amigo e uma mão segura. Será que os presbíteros, em virtude da fraternidade ministerial, não deveriam sentir-se responsáveis pelos colegas perturbados por dificuldades semelhantes? Como sugeria Paulo VI, não caberia aqui a ajuda dos irmãos, incluindo a "correção fraterna"?<sup>51</sup> Ou ainda como nos diz o Pe. Dalton Barros: "Todos precisamos de um ombro amigo para chorar e partilhar nossas crises".

Mas se alguém imaginar — *quod Deus avertat!* — que pode superar as crises de que falamos sem a graça e, portanto, sem muita oração, está se iludindo por sua própria conta e perigo. Na verdade, só o ágape divino — nome originário da graça — poderá redimir e vencer o eros humano.

Com certeza, a graça supõe a natureza. O presbítero precisa ser homem afetivamente bem integrado. A formação pós-conciliar resgatou essa dimensão contra a educação "repressiva" da natureza que vigorava no passado. Contudo, mais recentemente, percebe-se a necessidade de incorporar, mas também de ultrapassar a perspectiva

<sup>50</sup>Soeren Kierkegaard, *Diário*, Col. BUR L34, Rizzoli, Milão, 1988, p. 113. Esse pensador evocava aí, por contraste, seu caso pessoal: tinha justamente rompido com a noiva que amava: Regina Olsen.

<sup>51</sup>Cf. Paulo VI, *Sacerdotalis coelibatus*, 81.

meramente humana ou "natural", para ascender à dimensão sobrenatural. Vindo ao nosso caso: para vencer uma crise afetiva, não basta equilíbrio psicológico; precisa apelar para uma fonte de energia mais alta: a espiritualidade.

Em parte, o segredo da vitória no campo da afetividade é a espiritualidade. Pois, o Senhor nos chama à santidade que assume e integra harmoniosamente a maturidade humana. Ora, se alguém tem um organismo espiritual bem nutrido (pela Palavra, oração e sacramentos), está em condições de enfrentar e superar suas "crises afetivas".

### Amizade heterossexual

Agora, num nível menos dramático que o da paixão, discute-se hoje se é realmente possível uma verdadeira *amizade heterossexual* na vida religiosa e na vida presbiteral. A conclusão parece ser: sem dúvida, é possível, mas com certa dificuldade. É o que ensina a experiência dos famosos "pares sagrados" da história da fé: são Francisco e santa Clara, Sta. Joana Francisca e S. Francisco de Sales e outros.<sup>52</sup> Igualmente, o Magistério atual parece não descartar essa possibilidade (cf. PDV 44).

Mas, certamente, na amizade heterossexual (e mais ainda na paixão) há uma condição *sine qua non* para que a relação se mantenha autêntica: que esteja toda polarizada num *terceiro termo*: Deus e seu Reino. As amizades são saudáveis, um tipo de fruto da solidão. Envolve a liberdade de trocas, apoio e convergência de perspectivas. Busca o bem um do outro, sem outras implicações. Sem dependências afetivo-sexuais, sem ambigüidades cultivadas no disfarce ou na misoginia.

<sup>52</sup>Cf. Egidio M. Gentili, *Amor y consagración*, em: L. Rossi — A. Valsecchi (dir.), *Diccionario enciclopédico de teología moral*, Paulinus, Madrid, 1978, 3ª ed., pp. 44-55 (com boa bibliografia).

Além disso, exagerando talvez um pouco, importa que, nesse ponto, a vida do presbítero seja como "casa de vidro". Daí porque ele precisa manter na relação a maior transparência possível — na verdade, uma tripla transparência: frente a *Deus*, o qual há de ser sempre seu "amor maior", de que falou Jesus a Pedro (cf. Jo 20,44): o presbítero é "homem comprometido" tanto ou mais que um casado; frente à *comunidade*, a quem ama e serve com amor sponsal como o Cristo ama a sua Igreja; e frente à *mulher*, no sentido de não ocultar a própria identidade e projeto de vida, não suscitar falsas expectativas e não brincar com os sentimentos alheios.

### **Fechando aqui esse ponto**

Sem dúvida, em todo coração humano há lugar para muitas paixões. Mas o lugar central no coração sacerdotal é reservado a Cristo e aos irmãos e irmãs que ele confia ao nosso amor pastoral.

Contudo, não se deve esquecer que abraçar a vida celibatária é, de certo modo, abraçar a cruz. Não é sem ascese e sem renúncias que se vive o celibato cristão. K. Rahner, evocando a figura do Coração de Jesus, chamou o presbítero de "o homem de coração atravessado".<sup>53</sup> E, todavia, de sua ferida também sai água de vida e sangue de libertação. Isso vale para todos os cristãos, como diz Paulo: "os que pertencem a Cristo (presbíteros ou leigos) crucificaram a carne com suas paixões e desejos" (Gl 5,24).

Finalmente, como Deus nada tira que não devolva cem vezes mais, o coração de quem se entrega todo a Deus ganha em sensibilidade, em fecundidade e em amor, também em relação às mulheres. Em suma, ganha em felici-

<sup>53</sup>*Novo Sacerdócio, op. cit.*, pp. 77-88.

dade já nesse mundo, expressa nas chamadas "alegrias da vida presbiteral", a que mais vezes se refere o Concílio (PO 22,1; cf. 11,2,14,3).

A tratativa desse tema visa somente a gerar indicações para a reflexão. A subjetividade de cada um e a diversidade de formação recebida, a correlação entre liberdade, graça, fidelidade, fragilidade e pecado... deixam em aberto qualquer sistematização, pois a maturação humana e espiritual é processual e histórica.

## QUESTÕES PARA APROFUNDAR

1. O presbítero vive uma tensão entre sua realização pessoal e a instituição (o conjunto de regras e injunções que a Igreja lhe impõe para o exercício do ministério)? De que forma a percebe e a interpreta? Na perspectiva tradicional, o ideal espiritual do presbítero era consagrar-se totalmente ao ministério, quase "esvaziando" sua personalidade. Hoje muitos padres escolhem o caminho *light*, que consiste em dedicar parte de seu tempo ao ministério e parte à realização pessoal, em atividades (trabalho, formação, recreação, lazer...) que cada um escolhe segundo o seu gosto. Como se pode pensar, no futuro, uma solução mais adequada — humana e teologicamente — da relação entre realização pessoal do presbítero e seu ministério?

2. Os presbíteros estão satisfeitos com a formação recebida no seminário? Quais as principais lacunas e os principais méritos que lhe atribuem? Estão dispostos à atualização ou reciclagem, a um programa sério de formação permanente? O que sugerem para a formação humano-afetiva dos futuros padres?

3. No campo da espiritualidade, que experiências têm ajudado a alimentar a vida e o ministério presbiteral? Já

descobrimos no exercício do ministério a fonte principal da nossa espiritualidade? A caridade pastoral está sendo o eixo integrador da vida espiritual e do ministério dos presbíteros?

## UM OLHAR PARA O MUNDO

O presbítero, como Cristo, não pode reduzir seu raio de ação à Igreja apenas. Tem que olhar para fora, para o mundo. A esse o envia o Espírito, para levar-lhe a Palavra do evangelho da graça e da salvação.

Portanto, o presbítero não é somente "homem de Deus" e "homem de Igreja", mas é também "homem do mundo", no sentido de que está a serviço de todos os homens e mulheres de hoje.

Ora, para o presbítero, o mundo de hoje se apresenta como imenso campo de trabalho, trabalho de *evangelização*. Para compreender esse trabalho, proporemos dois momentos de reflexão: A) um para *entender melhor a realidade*, sobretudo a realidade *emergente, nova*, que caracterizará o novo milênio; B) o outro para apresentar algumas pistas da ação e a reflexão sobre as diretrizes da pastoral e da evangelização no próximo futuro.

### A) "SINAIS DOS TEMPOS" E RECONHECIMENTO DA SUBJETIVIDADE

#### **O que desejamos ver?**

"As pessoas vêem o que desejam". Já os antigos sabiam disso. A psicologia moderna e a nossa experiência o confirmam. O que vemos, contemplando no mundo de

hoje? Entre os próprios cristãos católicos, há modos diferentes de olhar o mundo:

- uns vêem nele um *mundo "perdido"*, que odeia os discípulos de Jesus (cf. Jo 17,14) e do qual é preciso afastar-se o mais possível; o desejo deles é construir desde agora outro mundo, sociedade diferente daquela em que nós estamos; eles estão com pressa de ver o novo;

- uns vêem o mundo como *terreno inculto ou mal cultivado*, onde é importante plantar novas sementes (cf. Mt 13,3-8), para que cresça uma humanidade diferente, que tenha a sua lei no evangelho, no amor como Jesus nos ensinou;

- outros ainda vêem no mundo *realidade a ser transformada de dentro*, como sugere a parábola evangélica do fermento (cf. Mt 13,33), onde um punhado de fermento faz levedar toda a massa;

- outros enfim acreditam que, *no mundo, a graça de Deus já está trabalhando* para mudar as coisas e que não precisa ter pressa de separar o trigo do joio (cf. Mt 13,24-30); e toleram que o joio cresça com o trigo...

### **Por que não sabeis distinguir os sinais dos tempos?**

O ideal de todos é ter o olhar puro que permita ver o mundo como Deus o vê. Boa parte do esforço de Jesus foi ajudar as pessoas a enxergarem o que não viam ou não queriam ver (cf. Jo 9); igualmente as parábolas são todas construídas para que os ouvintes possam enxergar mais longe, possam reconhecer a vontade de Deus na ação de Jesus e naquilo que cada um é chamado a fazer.

Ora, o que Jesus nos faz ver nesse momento?

- um mundo mau, do qual fugir?

- um mundo onde bem e mal estão lado a lado e nós podemos nos acomodar e encontrar nosso cantinho, para viver sossegados?

- um mundo onde devemos discernir o bem do mal, reconhecer a ação do Espírito de Deus e fazer a vontade dele?

O Concílio Vaticano II, na constituição *Gaudium et spes*, o primeiro documento conciliar a fazer ampla reflexão sobre a presença da Igreja no mundo, levou a sério a advertência de Jesus:

“Quando vedes uma nuvem vinda do ocidente (ou seja: do mar), logo dizeis que vem chuva. E assim acontece. Quando sentis soprar o vento sul, logo dizeis que vai fazer calor. E assim acontece. Hipócritas! Sabeis avaliar o aspecto da terra e do céu. Como é que não sabeis avaliar o tempo presente? Por que não julgais por vós mesmos o que é justo?” (Lc 12,54-57).

“Para desempenhar [sua] missão, a Igreja, a todo momento, tem o dever de *perscrutar os sinais dos tempos* e interpretá-los à luz do evangelho, de tal modo que possa responder, de maneira adaptada a cada geração, às interrogações eternas sobre o significado da vida presente e futura e de suas relações mútuas. É necessário, por conseguinte, conhecer e entender o mundo no qual vivemos, suas esperanças, suas aspirações e sua índole frequentemente dramática” (GS 4 a).

Muitas “características do mundo moderno” descritas pela *Gaudium et Spes* são certamente válidas ainda hoje. Todavia muitas coisas mudaram, como o Concílio tinha previsto: “O gênero humano encontra-se hoje em fase nova de sua história, na qual mudanças profundas e rápidas se estendem progressivamente ao mundo inteiro” (GS 4 b).

## No limiar de um novo milênio...

Seria presunção nossa apontar aqui os novos "sinais dos tempos". Por outro lado, a tarefa de procurá-los é necessidade que se nos impõe. Se não fizermos nenhum esforço neste sentido, agiremos como cegos ou em poder do acaso. Devemos nos ajudar nesta tarefa. Ela é um dos desafios do 8º ENP, se quisermos apontar caminhos aos "novos presbíteros para o novo milênio".

O Concílio nos dá uma pista quando nos fala de mudanças "profundas e rápidas" que "se estendem progressivamente ao universo inteiro" (GS 4 b). Não se trata de profecia da globalização feita mais de trinta anos atrás!<sup>54</sup> Trata-se de observação preciosa para a nossa pesquisa. Sem nos preocupar por enquanto com o mundo inteiro — embora o Brasil tenha sido atingido intensamente nos últimos anos pela "globalização" — procuraremos *discernir o que no Brasil está mudando e vai se estendendo progressivamente*, geralmente a partir das grandes cidades, alcançando depois o interior ou os recantos mais protegidos e resistentes às inovações. Nosso objetivo é pensar o papel do presbítero no novo milênio. Não retomaremos situações e análises de fatos já bem conhecidos. Procuraremos entender o cenário do início do século XXI, o que condicionará a ação evangelizadora nos próximos anos.

## Olhando o presente, imaginando o futuro...

Como a maioria das pessoas, em particular dos jovens, sobretudo no meio urbano, vêem a sociedade atual? Cremos<sup>55</sup> que, mais ou menos conscientemente, as pes-

<sup>54</sup>A *Gaudium et Spes* foi concluída e publicada em dezembro de 1965, no final do Concílio Vaticano II.

<sup>55</sup>Expressamos aqui a convicção dos redatores do texto, que evidentemente-

soas sentem hoje a sociedade e a vida humana como *divididas*.

1) Por um lado, a *sociedade parece conduzida basicamente pelos senhores da economia*, por número pequeno e poderoso de empresas e empresários, financistas e banqueiros, em cujas mãos está o destino de nações inteiras e que, no interior do país, há vários anos, desde que o capitalismo neoliberal ou "flexível" descobriu novos caminhos de acumulação, aumentam ainda mais seu poder e roem as conquistas dos trabalhadores, *aprofundando as desigualdades*. Mesmo quando algo melhorou para os pobres (mas no Brasil a renda *per capita*, ou seja, por pessoa, está hoje praticamente no mesmo nível, pelo menos medida em dólares, dos anos 80!), muito maiores foram as vantagens que os ricos usufruíram dos anos das "crises".<sup>56</sup>

Uma consequência dessa situação é o grave descrédito da *política e dos políticos*, assim como menor interesse dos cidadãos em participar de movimentos sociais, sindicais, populares, a não ser em defesa de interesses imediatos e tangíveis de um grupo bem determinado (fenômeno do "corporativismo" e retorno do clientelismo na política).<sup>57</sup>

2) Por outro lado, quase como efeito dessa situação, *os cidadãos se refugiam no individualismo, na vida privada ou particular*. Embora haja exceções e situações diversas, não se pode deixar de constatar que *a sociedade de consumo* — que diminui ou anula as oportunidades

te não constitui um dogma de fé, mas uma hipótese a ser discutida e que vale tanto quanto os argumentos trazidos para apoiá-la. Outros argumentos, nas discussões preparatórias e durante o 8º ENP, poderão matizá-la, completá-la ou corrigi-la sensivelmente.

<sup>56</sup>A renda de 1991 era cerca de 5% inferior à de 1980; diminuiu ainda levemente em 1992 e 1993; entre 1994 e 1997, aumentou cerca de 14%; voltou a diminuir em 1998 e diminuirá mais, conforme tudo indica, em 1999.

<sup>57</sup>Também o interesse de bispos, padres e seminaristas para com a pastoral social diminuiu nos anos 90, conforme várias pesquisas constataram.

reais de participação política e de transformação das estruturas sociais — *oferece como compensação uma "liberdade" ilusória* no campo da vida pessoal: "Você decide... Cada um na sua... Não sou diferente de ninguém. Só não quero ser igual". Uma vez que o cidadão consiga, submetendo-se às leis do mercado, conseguir algum recurso econômico, ele pode escolher o que quiser em todos os campos que não ameaçam o sistema econômico-político: lazer, relacionamento amoroso, diversão, cultura, turismo, religião... ou até mesmo um dos partidos políticos que não querem mudar nada. Num mundo em que a televisão e a *internet* parecem pôr em contato com o mundo inteiro e oferecer oportunidades infinitas de informação ou conhecimento, a grande maioria dos jovens — em seu "tempo livre" — não vai além da panelinha de amigos (ou da gangue de rua) e do barzinho.

3) No meio dessa situação, por muitos aspectos dramática, que o papa descreveu como luta entre uma "cultura da vida" e uma "cultura da morte", desponta também a *esperança de novo milênio*, de nova era. Alguns pensam, de forma simplista e exageradamente otimista, que a Era de Peixes (a dos 2000 anos do cristianismo) está chegando a fim. Lêem nas estrelas e esperam uma "Era de Aquário", em que tudo milagrosamente se transformará: nada mais de violência, de injustiça, de guerra. Os cristãos sabem, ao contrário, que *a luta entre o bem e o mal continuará até o dia em que o Senhor voltar*, para afirmar definitivamente a sua vontade e a sua soberania, o seu Reino. Mas essa espera não torna os cristãos passivos e alienados. "A esperança de nova terra, longe de atenuar, antes deve impulsionar a solicitude pelo aperfeiçoamento desta terra" (GS 39 b). Esta convicção implica o *reconhecimento*, corajosamente expresso pelo papa João Paulo II na *Tertio millennio adve-*

niente e em muitos outros documentos,<sup>58</sup> de graves erros cometidos pelos cristãos, como as divisões na própria Igreja de Cristo, a intolerância religiosa, a imposição da verdade com a força, a invasão das terras indígenas e a destruição de suas culturas, as enormes injustiças sociais e os crimes bárbaros do nosso século, responsáveis por muitos genocídios. Implica também a percepção de que *as pessoas*, no limiar do novo milênio, não somente têm sonhos de paz, mas *querem efetivamente o reconhecimento da dignidade e do valor de todo ser humano*, em todos os campos. O *reconhecimento da subjetividade* — da capacidade da pessoa humana de ser responsável por suas ações e por suas opções, pela determinação livre de sua vida e do seu sentido — se impõe crescentemente como uma exigência que a sociedade não pode desatender. Este desejo de liberdade e dignidade não pode ser desatendido pela Igreja, que reconhece na dignidade de todo ser humano, filho de Deus, não apenas uma aspiração deste momento histórico, mas algo constitutivo do projeto de Deus. Até os historiadores reconhecem que a *valorização da subjetividade*, iniciada no Ocidente nos primeiros séculos de nossa era e agora explodindo em todos os campos, encontrou no cristianismo incentivo muito forte. Por que teríamos medo da liberdade verdadeira, se é “para a liberdade que Cristo vos libertou”? (cf. Paulo aos Gálatas 5,1). Por que temeríamos pela sorte do cristianismo, numa época sedenta de Deus?

### **Um novo espaço para a religiosidade**

Devemos, porém, ter consciência que o contexto atual é profundamente diferente das sociedades tradicionais e que ele pode levar não à verdadeira liberdade, mas ao

<sup>58</sup>Cf. Luigi Accattoli, *Quando o Papa pede perdão*. Paulinas, S. Paulo, 1997, 232 p.

subjetivismo individualista e ao relativismo ético. Na sociedade de outrora, a tradição ou a cultura determinavam a identidade e o papel de cada um, estabeleciam a identidade do indivíduo (quem eu sou?). Agora, a identidade se tornou questão particular. O indivíduo — sempre mais freqüentemente e mais conscientemente — escolhe quem ele é. (Pelo menos esta é a promessa que a sociedade lhe faz hoje). Por isso, a religião readquire papel muito importante, apesar de ter perdido — ao longo da época moderna — sua capacidade de influir sobre a economia, a política ou a ciência, sobre o conjunto do sistema social.<sup>59</sup>

O que o indivíduo, na sociedade moderna,<sup>60</sup> procura na religião? Podemos aceitar como indicação esquemática (portanto simplificada) aquela que descreve a função social da religião como dupla: 1) por um lado, *a religião tem função específica, "teológica", que é de dar sentido à vida do indivíduo, ajudá-lo a se situar no mundo complexo e pluralista como é o de hoje; a religião, neste aspecto, contribui para que o indivíduo possa construir sua identidade e seu papel no mundo, saindo do perigo (real) de estar simplesmente à deriva, jogado pra cá e pra lá pelas ondas da sociedade instável, mutável, cheia de novas e efêmeras modas; 2) por outro lado, a sociedade moderna, não cumpriu muitas de suas promessas e garante o bem-*

<sup>59</sup>É esta a efetiva "secularização" da sociedade moderna. Ela desvincula da religião e até, muitas vezes, da ética tradicional o "sistema", tornando economia, política, ciência, técnica... autônomas. Mas abre um espaço imenso para a religiosidade no campo da vida particular.

<sup>60</sup>É oportuno insistir sobre o fato que, no Brasil, em muitas áreas a "modernidade" ainda não chegou e a relação do povo com a religião, especialmente com a Igreja Católica, continua na forma tradicional. Numa área metropolitana do Sudeste, que conta cerca de 73% de católicos, cerca de 60% dos adultos já experimentaram mais de uma religião e podem ser considerados influenciados pela modernidade, enquanto os outros 40% ainda não colocaram em discussão seu catolicismo tradicional. Em outras metrópoles (Rio de Janeiro, S. Paulo) o processo de modernização parece estar mais avançado.

estar apenas a uma parte de seus cidadãos, excluindo parte importante da população dos benefícios do "progresso", de uma economia que está a serviço em primeiro lugar do capital e não da pessoa humana; daí que a sociedade moderna gera uma massa de excluídos, marginalizados, "feridos", que *procuram na religião e particularmente nas Igrejas cristãs a "diakonia", o serviço, a atitude do "bom samaritano"*, que acolhe aquele que foi deixado à margem da estrada mais morto do que vivo.

### **Também a religião não é mais aquela...**

Estas mudanças atingem a religião também internamente. A modernidade não se limita a acentuar certas *funções* da religião ou a concentrar sua ação na vida privada, reduzindo sua presença pública. A modernidade corrói a religião por dentro. Antes de tudo, como muitos observaram, o que se difunde hoje em todo lugar é a *religiosidade* mais que a *religião*. Ou seja, numa época de individualismo, a procura religiosa não se volta antes de tudo para as religiões organizadas ou institucionalizadas, as Igrejas, mas para a experiência religiosa pessoal, livre, na busca do que satisfaz. A grande maioria dos homens modernos acha que "cada religião vale tanto quanto as outras" e não hesita em "construir" ou "armar" sua própria religião. Pode continuar a se considerar católico (ou espírita, ou evangélico...), todavia com grandes restrições aos dogmas e às normas éticas de sua Igreja. O resultado, no Brasil, é um grande pluralismo tanto no exterior quanto no interior do catolicismo.<sup>61</sup>

<sup>61</sup>A pesquisa da *Datafolha* de 1994, entre mais de 20.000 eleitores, encontrou uma média de 75% de católicos, 20% de outras religiões e 5% de sem religião. Nas grandes cidades, o pluralismo é mais acentuado: a cidade de

Outras mudanças recentes no interior do catolicismo — e, em geral, da religiosidade brasileira — podem ser assinaladas, embora tenham sido pouco estudadas sistematicamente. É certo que *aumentou o número dos espectadores que acompanham as práticas religiosas apenas ou principalmente pela televisão*. Nos Estados Unidos, metade dos fiéis pertencem hoje às “igrejas eletrônicas”. Caminhamos no mesmo sentido também no Brasil? Pesquisas recentes, numa grande capital, mostram que o número dos que dizem assistir regularmente à missa dominical da TV é igual ao número dos que participam da mesma missa nas igrejas. A televisão tem dado grande espaço à religião no ano de 1998. Mas é importante uma reflexão crítica sobre os efeitos da TV no campo religioso. A TV quer alcançar o maior público possível e, por isso, tende a não ressaltar as diferenças e apresenta todas as religiões como iguais ou tendo o mesmo valor (tendência já presente na maioria da opinião pública). Além disso, pode “banalizar a religião”,<sup>62</sup> misturando ritos re-

Rio de Janeiro tinha 59,3% de católicos, 14,8% de evangélicos, 14,7% de outras religiões e 11,1% sem religião; as cidades de São Paulo e Salvador tinham, respectivamente, 65,2% e 65,3% de católicos. Cf. A.P. Pierucci — R. Prandi, *A realidade social das religiões no Brasil*. Hucitec, S. Paulo, 1996, p. 216. Quanto à diversidade interna do catolicismo, que se manifesta também nas divergências políticas (os dois autores citados analisam o voto dos católicos nas eleições presidenciais de 1994), a *Datafolha* encontrou 1,8% dos eleitores brasileiros ligados às comunidades eclesiais de base, 3,8% inseridos na Renovação Carismática Católica e 7,9% ligados a outros movimentos católicos (o que significa cerca de 14 milhões de católicos jovens e adultos ativamente empenhados) e 61,4% dos brasileiros classificados como “católicos tradicionais”. A diversificação interna dos católicos, porém, é mais acentuada nos Estados com maior porcentagem de católicos do que nas grandes cidades.

<sup>62</sup>Como banaliza o mal, o crime, a violência... Crianças e adolescentes assistem a um número extraordinário de homicídios e atos de violência graves sem perceber o sofrimento que provocam, as perdas humanas, a gravidade das faltas éticas que estão em jogo... Muitos críticos temem uma influência negativa sobre a consciência da nova geração. Alarmante é o número de violências e assassinatos cometidos por adolescentes, e até por crianças, no Estados Unidos e agora também no Brasil.

ligiosos com espetáculos imorais, missa e carnaval. Não faz participar de nenhum compromisso que exija esforço, sacrifício, decisão, mas só apresenta "video-tape" de algo que outros fizeram. Diminui o sentido de responsabilidade, infantiliza.

### **EXCURSUS: Presbíteros "midiático-carismáticos": nova geração de presbíteros?**

Para não simplificar demais as coisas, num debate que está apenas iniciando, e merece ponderação atenta dos lados positivos e negativos, transcrevemos a seguir uma parte do texto de Clodovis Boff redigido para compor esse subsídio:

Vemos surgir hoje um novo tipo de padre, que adota novas formas — dir-se-ia "carismáticas" — de anunciar Cristo e que, para isso, ocupa os "areópagos modernos" da mídia. Será que atualmente não estaria surgindo o gênero do "evangelista moderno"? É o que parecem indicar alguns presbíteros que estão recebendo razoável espaço nos meios de comunicação social, principalmente na TV.

A imagem pública desses presbíteros *pop star* deve mexer com a cabeça de muito seminarista e induzir à imitação. Os próprios fiéis, fascinados por esse tipo de culto e de linguagem, vividos com alta intensidade emocional, passam a cobrar dos outros presbíteros mudanças na maneira de celebrar e de se comunicar. E assim, o novo processo parece penetrar pelo corpo inteiro da igreja, causando naturalmente perplexidades.

Mas será que a questão dos presbíteros "midiáticos" não se liga mais amplamente ao fenômeno da Renovação carismática católica (RCC) em geral? E mais amplamente ainda, não se vincula à questão de um cristianismo "moderno" e "pós-moderno", surgindo como uma tentativa de "inculturação" do cristianismo na sociedade tal como se encontra?

Será esse o modelo de presbítero do futuro? Respondendo, deve-se dizer que é difícil que haja na Igreja católica, complexa como é, um modelo único. No futuro, certa-

mente não teremos apenas presbíteros "carismáticos", mas é possível que esse modelo, entre outros, vá se afirmando dentro do clero nos próximos anos, pelo menos como um dos "modelos" possíveis.

O tipo de presbítero "midiático-carismático" parece responder a demandas orgânicas que a sociedade de hoje faz à religião, entre as quais podemos contar:

- A demanda por uma fé mais *emocional* e por "comunidades emocionais" (M. Weber).<sup>43</sup> Os cultos "carismáticos" transmitem energia e vida. Estão longe da "chaticice" das celebrações tradicionais, do racionalismo das liturgias clássicas e do ambiente por vezes "carregado" das liturgias "comprometidas". Trata-se aí de liturgias alegres, joviais. São essencialmente cultos de louvor, funcionando até para alguns como alternativas de lazer.

- A demanda por *expressividade corporal*. É uma forma de Igreja que, em seu culto, não ignora um tipo de sociedade como a nossa, que privilegia a "cultura do corpo", através de toda o sorte de ginásticas, quer modernas, quer orientais, com suas academias próprias, através dos clubes de dança, dos grupos esportivos, tanto mais que a "cultura brasileira", por suas raízes afro, já é fortemente "corporal".

- A demanda de *identidade*, especificamente de identidade *católica*, corroída pelo processo de secularização e "provocada" pela avalanche "pentecostal".

- A demanda de afirmação da *subjetividade*. Trata-se de "sentir Deus", de "curtir a oração", de fazer "experiências religiosas". Para aquém de suas causas estruturais, aí se abordam os problemas que as pessoas enfrentam no seu

<sup>43</sup>"Comunidade emocional" é um conceito de Max Weber, significando a comunidade dos discípulos em torno do líder carismático. Tem os seguintes traços: 1) Centralidade do *afeto* nas relações comunitárias, fazendo com que a adesão seja voluntária e mesmo entusiástica; 2) Importância da *expressividade corporal* através da aproximação física, da linguagem não-verbal (dança, "falar em línguas"), do ambiente favorável; 3) Primado da *experiência*, com a conseqüente desconfiança em relação à formalização doutrinária e disciplinar; 4) Forma de *comunidade-rede*, com fronteiras flexíveis, porosas, constituída mais por laços subjetivos ("sentir-se bem", "estar ligado") e menos empenhativos; ap. Danièle Hervieu-Léger, "Representam os surtos emocionais contemporâneos o fim da secularização ou o fim da religião?", em: *Religião e Sociedade*, 18/9 (1997) 31-47, aqui 33-34.

dia-a-dia: desemprego, doença, violência, insegurança, drogas, desorientação existencial, desilusões afetivas etc., e para cuja solução as pessoas buscam um suplemento de "energia" (coragem, serenidade, confiança etc.).

Contudo, não faltam riscos, e graves, nessa pastoral "carismática" e "midiática":

- o emocionalismo, em que a fé acaba destituída de bases racionais e éticas,
- a banalização e o nivelamento da experiência religiosa,
- o subjetivismo religioso,
- a fuga da realidade,
- a alienação social ou o descompromisso para com a necessária transformação das estruturas da sociedade,
- a concessão a certa mundanidade da cultura "midiática" (roupas de grife, companhia de "colunáveis"),
- o vedetismo e todas as vaidades do estrelismo,
- as ambigüidades do "rio de dinheiro" que costuma acompanhar os sucessos midiáticos.

Ora, o imperativo de que o novo surto "midiático" da Igreja católica desdobre, a partir de dentro, a dimensão sociotransformadora da fé, não pode passar despercebido aos próprios presbíteros "midiático-carismáticos". Mas para isso seria certamente de grande valia a ajuda fraterna, inclusive crítica, dos outros presbíteros. Pois, afinal, trata-se de companheiros seus na graça do ministério e na responsabilidade da missão.<sup>64</sup>

## **Outras conseqüências para a paróquia e o presbítero**

*Algumas conseqüências desses fatos sobre as condições da ação pastoral e de evangelização são evidentes. Pensemos aqui no que sentem os párocos, que até agora*

Cf. Frei Betto, "Querido Padre Marcelo Rossi", em: *Folha de São Paulo*, 20 nov. 1998, p. 3.

(desde Trento, ou até desde os séculos XII e XIII) foram os principais protagonistas da ação pastoral. Hoje os párocos se sentem objetos (ou vítimas?) de *forte concorrência externa e interna*. Enquanto até há poucos anos atrás, sobretudo no ambiente rural (e às vezes ainda hoje, mesmo a poucos quilômetros dos grandes centros urbanos), não havia outra religião a não ser a católica — ou as poucas manifestações religiosas não-católicas eram escondidas ou disfarçadas —, agora as alternativas ao catolicismo são numerosas e desenvolvem uma intensa propaganda. De fato, atraíram numerosos católicos — provavelmente aqueles menos “ligados” à paróquia — nos anos 70 e 80. Mas além da concorrência “externa”, por parte de outras igrejas ou religiões, os párocos advertem hoje fortemente também uma concorrência “interna”, de movimentos católicos supraparóquiais ou mesmo internacionais, que têm boas metodologias de ação e recursos financeiros, diante dos quais o pároco se sente muitas vezes em condições de inferioridade e tem a impressão de perder algo (em recursos humanos e financeiros) que lhe caberia de direito. Também a televisão, como vimos, com seu poder de penetrar em todas as casas e de seduzir com programas espetaculares, ainda que efêmeros, parece ser concorrente desleal, contra a qual a paróquia mal pode se defender com armas desiguais.

A situação da paróquia é ainda mais grave, na avaliação de alguns, porque o pároco é, normalmente, no Brasil, responsável por *número excessivo de paroquianos*.<sup>63</sup> Nessa situação, as práticas sacramentais e administrativas da paróquia, além das numerosas e árduas responsabilidades no campo da assistência social e da educa-

<sup>63</sup>Há pouco mais de 8.000 paróquias para 160 milhões de habitantes. Um pároco, geralmente sozinho, deve ocupar-se de 20.000 habitantes em média ou, no menos, de 15.000 católicos.

ção, tornam-se *rotina pesada*, que não deixa nenhum espaço ao estudo, à criatividade, à inovação. O resultado pode ser crescente perda da capacidade de enfrentar os novos concorrentes e de responder satisfatoriamente às demandas do povo, particularmente dos jovens e dos grupos sociais mais dinâmicos — mesmo se o número de crianças e de pessoas idosas, a quem a paróquia atende, preenche todo o tempo do pároco e lhe impede de ver com clareza a mudança progressiva das situações.

### QUESTÕES PARA APROFUNDAR

1. Concorda com a descrição feita aqui acima das mudanças na sociedade atual, especialmente no campo da religião? O que, ao seu ver, deveria ser acrescentado ou alterado?

2. Como o presbítero vê seu relacionamento com as categorias sociais que têm papel decisivo na sociedade atual, mas, geralmente, participam pouco de nossas paróquias: técnicos, comunicadores, dirigentes econômicos e políticos, cientistas...? Estas pessoas vivem em ambiente secularizado, onde predominam critérios técnicos nas decisões, sem referências religiosas, às vezes sequer éticas. Os presbíteros estão se dedicando apenas aos que freqüentam a paróquia ou estão atentos também a essas lideranças da sociedade civil? É possível pensar uma ação evangelizadora e pastoral junto a essas pessoas? De que forma? Como articular a ação de padres e leigos neste desafio?

3. Como o presbítero deve concretizar sua opção preferencial pelos pobres e excluídos? O que a opção evangélica exige do presbítero na sociedade de hoje? Numa sociedade que multiplica o número dos desempregados e

dos excluídos, como a Igreja deve agir? Como tornar mais aguda a consciência ética de todos — padres e leigos, cristãos e não — diante dos problemas sociais de hoje, superando o individualismo?

4. A paróquia está se desgastando no mundo urbano; os habitantes da cidade escolhem a paróquia que frequentam, os movimentos ou as pastorais, ou ficam ligados apenas nos programas religiosos da mídia; o pároco perde o seu poder tradicional... Como o presbítero reage a esta situação? Percebe o que acontece ou não? Se não, por quê? Algo deverá mudar no papel do pároco, no futuro?

5. Estão se tornando numerosos os padres *pop star*, que tiram fiéis das paróquias ou se apresentam como modelos de visão diferente da fé católica, de liturgia própria, de práticas “milagreiras”... Como reagem os presbíteros em face a esse fenômeno? Têm consciência de que interfere em sua pastoral? Vislumbram conseqüências positivas ou negativas no futuro? Como regular o relacionamento entre os padres *pop star* e a instituição-Igreja, as Diretrizes da CNBB, a pastoral da Igreja local, o presbitério e os fiéis?

## B) OS DESAFIOS DA AÇÃO EVANGELIZADORA

### O que o mundo espera dos cristãos

Embora esta descrição da nossa sociedade — em suas tendências “modernizantes” — seja simplificada, ela ajuda a entender algo dos *nossos desafios pastorais* e das *nossas responsabilidades evangélicas*. Não proporemos tudo isto de uma única forma, pois não daria uma visão suficientemente ampla e matizada do desafio a enfren-

tar. Proporemos algumas abordagens complementares, que se enriquecem e completam mutuamente.

As mudanças na situação religiosa exigem que a *ação pastoral seja pensada de forma nova*. Não se pode fingir que as expectativas religiosas do povo continuam “mais ou menos” as mesmas de uns anos atrás. Não se pode continuar raciocinando com os modelos que tanto nos ajudaram nos anos 60 ou 70. É preciso reconhecer as mudanças socioculturais, os “sinais dos tempos” — que apareceram, tomaram pé e continuam crescendo. Poucos anos nos separam da época do Vaticano II; mas a distância percorrida parece ser a de muitos anos-luz.

Devemos imaginar as comunidades eclesiais não mais tendo como modelo a *comunidade rural*: pequena, de “dimensões humanas”, relativamente isolada, onde todos partilhavam com todos quase tudo. As relações no interior da Igreja mudaram. As pessoas, no mundo urbano, tecem relações em diversos níveis com uma multiplicidade de outras pessoas, lugares, funções e serviços, inclusive na Igreja. Devemos, portanto, *pensar uma “rede”* (no sentido da informática), ou seja, numa forma de relacionamento em que cada um está “conectado” — direta ou indiretamente — com todos? O cristão de hoje e de amanhã deve procurar multiplicar e manter vivas suas relações de comunhão na fé e na caridade com muitos outros, não apenas com seus vizinhos de residência.

Isto exigirá, provavelmente, mais uma *transformação da paróquia*, cuja reforma foi reconhecida necessária também pelo recente sínodo para a América.<sup>66</sup> Talvez, como no século de ouro dos Padres da Igreja (entre metade do século IV e metade do século V), dever-se-á dar mais visibilidade à presença do bispo e do seu presbitério na

<sup>66</sup>Cf. João Paulo II, *Ecclesia in America*, 41.

cidade, em lugar de dispersar os presbíteros em lugares isolados, como se fez na Idade média, quando os presbíteros foram enviados para as roças. De qualquer forma, algumas exigências da nova ação pastoral já estão claras. Exige-se, sobretudo no ambiente urbano:

- *atenção muito grande às pessoas*: atendimento personalizado, que procure ajudar a pessoa a *discernir* sua vocação, seus carismas, suas responsabilidades no momento e lugar em que vive; que procure orientar os cuidados pastorais para as *exigências específicas de cada um* (poder-se-ia até falar de "pastoral-centrada-no-cliente", em lugar da pastoral tridentina "centrada-na-instituição"). O presbítero é, por constituição, responsável por ajudar o povo cristão a *encontrar as referências autênticas* de sua experiência religiosa, guiada pela graça de Deus: na *palavra da sagrada Escritura*, especialmente no evangelho de Jesus; na celebração da *liturgia eucarística* e dos outros sacramentos; na relação de *comunhão com a Igreja* e de *solidariedade com os pobres*.<sup>67</sup> No mundo pluralista e confuso da religiosidade atual, considerado também o baixo nível de formação de muitos católicos, sobretudo onde o ambiente ou a família não mais transmitem a tradição religiosa popular, esta atenção às pessoas deve se traduzir em programas permanentes e amplos de *formação*, que por sua vez habilitem leigos e leigas católicos a serem evangelizadores, apóstolos;

- *a criação e o desenvolvimento contínuo de comunidades*, que não se apoiam mais sobre a vizinhança ou a tradição, mas sobre a *escolha pessoal* e portanto precisam manter vivos a amizade e a comunicação entre as pessoas, o sentimento de ser bem acolhido e o gosto de

<sup>67</sup>Cf. João Paulo II, *Ecclesia in America*, 12, que indica três principais lugares do encontro com Cristo: a Palavra, a Liturgia e as pessoas, especialmente os pobres.

participar, a valorização dos dons (ou carismas) de cada um, sem o monopólio clerical na vida eclesial; esta preocupação não destrói o cuidado com a tradição, onde ela subsiste;<sup>68</sup> antes, pode permitir valorizar em grupos específicos (segundo a etnia, a classe social, a procedência etc.) as diversas facetas da multiforme cultura brasileira [o Jubileu nos convida a abrir nossas comunidades para as expressões culturais indígenas, afro-brasileiras e populares, muito mais do que fizemos no passado, mostrando assim nosso empenho de “pagar as dívidas” que temos para com aqueles que foram despojados de quase tudo pela dominação colonial e a escravidão outrora, pela opressão e as injustiças sociais hoje];

• *uma organização mais articulada e envolvendo a cooperação de maior número de pessoas especializadas* nas tarefas exigidas pela presença pública da Igreja, que precisa de comunicadores para comunicar sua mensagem pela *mídia*, de economistas para discutir as políticas econômicas de interesse do povo, de políticos cristãos para traduzir em ato as políticas que visem ao bem-estar de todos, de teólogos que saibam dialogar com os intelectuais e cientistas, de um corpo presbiteral que unido e em diálogo com o laicato formule as diretrizes da presença da Igreja na cidade, nos grandes problemas humanos, até nos problemas internacionais que a globalização traz até nós (p. ex., a dívida externa dos países pobres).

A curto prazo, nossos esforços podem se concentrar na *celebração do Jubileu*, que oferece a oportunidade pri-

<sup>68</sup>As “comunidades emocionais” foram descritas brevemente acima, na nota 9. Elas são típicas dos movimentos carismáticos, mas estão se tornando uma exigência também das paróquias e comunidades de base, na medida em que as relações de vizinhança e a cultura tradicional não são mais suficientes a reunir e manter unidas as comunidades hoje. Repare-se, contudo, que estas comunidades — como as emoções — são fortemente instáveis e exigem um trabalho contínuo para mantê-las unidas e abertas a outros, com espírito missionário.

vilegiada para rever — em sintonia com o papa e em comunhão com todas as Igrejas locais — erros e pecados do segundo milênio e para retomar de novo — com o espírito das origens — o caminho para o Reino.

Junto, ou logo depois, é preciso pensar na *pastoral do futuro* — do ano 2001 e seguintes — que, como vimos, deverá cuidar com verdadeiro empenho dos excluídos, dos marginalizados, dos “feridos” da nossa sociedade, procurando descobrir o caminho para aproximar o homem da civilização tecnológica da redescoberta de si mesmo, de sua dignidade, de sua filiação divina, dos grandes valores humanos. Isto exigirá não somente a prática da ação evangelizadora e pastoral descrita brevemente acima, mas também o *cuidado de evitar aqueles “reduccionismos” pastorais* que empobrecem e distorcem a ação da Igreja. Hoje há algumas *tentações evidentes* para o pastor, diante da grandeza de sua tarefa:

- uns reduzem a pastoral a buscar consolar os aflitos ou aliviar a dor dos que sofrem, às vezes de tal forma que parecem merecer a velha acusação de “religião ópio do povo”, tendo renunciado a qualquer esforço para educar as pessoas e mudar a sociedade;

- outros escolhem o caminho, aliás facilmente apreciado pelo povo, das celebrações festivas, esteticamente cuidadas, que enchem de alegria olhos e coração, mas não vão além do espetáculo e da experiência fugaz;

- outros apresentam uma religiosidade vaga, toda otimista, que só promete paz, que ignora os conflitos da vida e a cruz de Cristo;

- outros ainda fazem bem o seu dever de pastores, como bons e devotados funcionários da casa de Deus, mas tem uma vida pessoal separada do ministério, em que cuidam de si mesmos, sem dar verdadeiro testemunho da unidade de fé e vida, que se espera não só do presbítero, mas de todo cristão.

## Por uma evangelização verdadeira

A necessidade de que o nosso trabalho pastoral vá além das festas religiosas e da religião de consolo está clara nos próprios textos do evangelho, em que a mensagem de Jesus exige que o sigamos na prática da lei do amor. "Nem todo aquele que me diz: 'Senhor! Senhor!', entrará no Reino dos céus, mas só aquele que põe em prática a vontade de meu Pai... Muitos me dirão: 'Senhor, Senhor, não foi em teu nome que profetizamos? Não foi em teu nome que expulsamos demônios? E não foi em teu nome que fizemos muitos milagres?' Então eu lhes declararei: 'Jamais vos conheci. Afastai-vos de mim, vós que rejeitais a Lei'" (Mt 7,21-23).

Dos documentos recentes da Igreja, podemos lembrar a Exortação com que o papa concluiu o sínodo para a América: ele propõe o encontro com Cristo como caminho da *conversão pessoal, da comunhão eclesial e da solidariedade com todos*.<sup>69</sup> São os três níveis, necessários e interligados, da ação evangelizadora: o nível da pessoa, chamada à *conversão*; o nível da comunidade eclesial, chamada à *comunhão*; o nível da sociedade humana, chamada à *solidariedade*.

Podemos principalmente procurar compreender melhor as *exigências da evangelização*, assim como o nosso episcopado as propõe nas *Diretrizes gerais da ação evangelizadora*, que estão sendo confirmadas e atualizadas para o período 1999-2002. Elas foram formuladas a partir da reflexão dos sínodos dos bispos, de 1971 ("A justiça no mundo") e 1974 ("A evangelização"), das orientações do papa João Paulo II sobre a "nova evangelização" e dos documentos latino-americanos de Medellín, Puebla e Santo Domingo. Foram colocadas na perspectiva da

<sup>69</sup> Cf. João Paulo II, *Ecclesia in America*, 3 e *passim*.

inculturação e formuladas com termos neotestamentários como:

## SERVIÇO - DIÁLOGO - ANÚNCIO - COMUNHÃO

Um breve aprofundamento teológico pode nos ajudar a ver a ordem e a conexão dessas quatro exigências. Representam, ao mesmo tempo, as *etapas fundamentais* da história da salvação e os *momentos constitutivos* de toda evangelização plena.

[**Serviço**] A salvação de Deus é oferecida aos seres humanos, que ele mesmo criou. E as condições naturais, de criatura, de todo ser humano, são a base indispensável para que o homem possa existir, crescer, abrir-se à revelação de Deus e tomar o caminho da comunhão plena com o Pai. A primeira exigência, portanto, de todo aquele que acolheu a palavra de Deus é participar da obra de Deus, procurando oferecer aos irmãos os *meios de viver e crescer*, exercendo a *solidariedade* com eles, pondo-se a seu *serviço*. Ícone dessa atitude que Jesus pede ao evangelizador é o convite do Senhor aos seus apóstolos diante do povo faminto: "Dai-lhes vós mesmos de comer!" (Mc 6, 37).

[**Diálogo**] O ser humano, satisfeita a necessidade dos meios materiais para viver, descobre outra fome e outra sede. Sede de infinito, fome de alimento para o espírito, desejo (consciente ou não) de encontrar a Deus... O caminho das diversas religiões testemunha isso. Em modo todo especial o caminho de Israel, o povo que se sentiu eleito por Deus, para receber e difundir sua palavra. Nesse nível, o evangelizador tem a responsabilidade do *diálogo*. Como Jesus se aproximou da samaritana (cf. Jo 4) e fez emergir a sede de água viva que o poço de Jacó não podia satisfazer, assim o evangelizador se aproxima

do irmão que está em busca de Deus, procura reconhecer a ação da graça ou do Espírito Santo já presente nele, procura revelar as potencialidades e os limites dessa busca. O diálogo é indispensável — ao evangelizando e ao evangelizador — para juntos descobrirem como adorar a Deus “em espírito e verdade” (Jo 4,23). A prática do *diálogo religioso* e da *oração comum* se torna ainda mais urgente no limiar do novo milênio, não só porque aumenta a porcentagem dos brasileiros que praticam religiões diferentes da católica, mas também porque — no seio do próprio catolicismo — cresce o número daqueles que querem uma experiência religiosa mais personalizada, não simples cópia ou repetição de um modelo institucional, e que buscam pessoas com quem partilhar suas experiências, suas perguntas e suas descobertas.

[Anúncio] Somente o diálogo religioso permite o anúncio de Cristo de forma correta e válida. Como anunciar, se não sabemos qual linguagem o outro fala, se não sabemos qual “pré-compreensão” do mundo ele tem? Paulo, nos “Atos dos apóstolos” é para nós o modelo do anúncio: fala de forma simples aos licaônios (camponeses do interior da Ásia Menor) a partir do sol e da chuva, evocando a providência divina que dispõe as estações e o clima para a agricultura (cf. At 14,15-17); fala aos judeus, recordando a história de Israel e a esperança do Messias por parte deste povo, citando muitos trechos da Bíblia (cf. At 13,16-41); fala aos atenienses, citando poetas e filósofos, numa linguagem que procura tornar inteligível aos gregos a inaudita novidade da ressurreição de Cristo (cf. At 17,22-31). Uma análise mais atenta dos Atos e das Cartas de Paulo mostra que a pregação paulina, o seu “*kerygma*”, foi aceito mais fácil e rapidamente onde seus ouvintes estavam preparados, sobretudo os “prosélitos e tementes a Deus”, que já conheciam a Bíblia e aspiravam a uma religião mais universal que o judaísmo. Ao

contrário, os pagãos de cultura grega tiveram muito mais dificuldade em aceitar a "loucura" de um Deus encarnado e crucificado.

O diálogo inter-religioso, hoje tão necessário, não substitui o *anúncio* decidido da salvação em Cristo. O diálogo funciona como o *contexto* em que tal anúncio se dá. Pois o diálogo, se, de uma parte, implica no *respeito* mais incondicional à consciência e à liberdade do outro, supõe outrossim a *sinceridade* mais aberta sobre o que se tem a dizer e comunicar.<sup>70</sup> "Que Deus salve independentemente de nós, isso é lá com ele. Essa verdade não enfraquece em nada o dever dos cristãos de obedecerem à ordem claríssima e terminante de Cristo de ir em missão e anunciar a salvação nele e por ele. É na força dessa convicção que pregaram os apóstolos, que testemunharam os mártires pagando com seu sangue e que viveram os confessores e as virgens. Na verdade, o amor não sofre demoras e hesitações. Quem ama não pode ficar tranqüilo, sabendo que muitos ignoram o amor de Deus, que custou o sangue de Cristo (cf. RMI 86,4)".<sup>71</sup>

Concluindo esse item, é preciso recordar com o papa Paulo VI: "Os homens poder-se-ão salvar por outras vias..., mas não nós, se nos omitirmos de anunciar o evangelho" (EN 80,7). Ou, como lembra o Concílio: "A evangelização conterá sempre — como base, centro e, ao mesmo tempo, vértice do seu dinamismo — uma proclamação clara de que, em Jesus Cristo (...) a salvação é oferecida a cada homem, como dom de graça e de misericórdia do próprio Deus".<sup>72</sup>

**[Comunhão]** Quando o anúncio é acolhido, suscita ou faz crescer uma comunidade de fé, que dá testemunho

<sup>70</sup>Cf. O belo documento da Santa Sé: Pont. Cons. para o diálogo inter-religioso - Congr. para a evangelização dos povos, *Diálogo e Anúncio* (1991), Col. Doc. Pontifícios 242, Vozes, Petrópolis, 1991.

<sup>71</sup>Clodovis Boff.

<sup>72</sup>*Ad Gentes*, 13. Citado também por RMI 44.

de *comunhão fraterna*, comunhão que se alimenta da Palavra e da Eucaristia, comunhão com Deus e com os irmãos, espiritual e material.<sup>73</sup> Dessa forma os evangelizadores podem dar novo testemunho: não simplesmente de serviço e solidariedade com todos, não somente de respeito e diálogo com as religiões de todos, não somente de sua fé e amor pela pessoa do Cristo vivo, mas também de vida nova, que de algum modo antecipa, é germe e sinal do *Reino de Deus*. Este Reino é o destino último da caminhada do evangelizador e de toda a humanidade. A ele tudo está subordinado, até que o evangelizador possa ver realizado o seu sonho — como o de Paulo: “Deus seja tudo em todos” (1 Cor 15,25).

### **A tarefa é grande demais?**

A missão dos presbíteros hoje pode parecer *grande demais* a muitos. Não apenas grande quantitativamente (e de fato o é!), mas também *árdua, arriscada, complexa* talvez *obscura*. Entrando no novo milênio, entramos em terreno novo, desconhecido.

Diante disso, devemos repetir antes de tudo o que, iniciando o projeto “Rumo ao novo milênio”, escrevíamos no início do livrinho “Espiritualidade sem medo”:

“Os cristãos estão se preparando para ingressar no terceiro milênio da sua história. O novo milênio se apresenta como *novo* em vários sentidos. É, antes de tudo, um tempo *desconhecido*. Todo futuro é desconhecido. Mas, no passado, havia uma razoável previsão de continuidade e de mudanças lentas. Hoje, ao contrário, as mudan-

<sup>73</sup> Cf. At 2,42-47: este trecho é o ícone da comunidade cristã modelo da Igreja primitiva, que se reúne para ouvir a tradição apostólica, para partilhar o pão e os bens, para louvar e orar a Deus.

ças são rápidas e a complexidade da sociedade é tal que torna imprevisível o seu futuro. Mais do que isso, o terceiro milênio se anuncia *novo* porque as pessoas têm a impressão de que exigirá delas mudança profunda de atitudes, a aprendizagem do uso de novos instrumentos, a busca de novas referências.

Pode-se comparar, de certo modo, o ingresso no novo milênio à entrada do povo hebreu na terra prometida. As primeiras reações diante da *novidade* são contadas no livro dos Números (13,1-14,9) e no Deuteronômio (1,19-30). Os hebreus enviam exploradores à terra de Canaã e estes trazem notícias contraditórias: "A terra que Javé nosso Deus nos dará é boa", mas também: "É um povo mais numeroso e de estatura mais alta do que nós, as cidades são grandes e fortificadas até o céu" (Dt 1,25b.28). Moisés procura encorajar o seu povo: "Não tenhais medo! Javé vosso Deus é quem vai à vossa frente. Ele combaterá a vosso favor" (Dt 1,29-30).

Nós estamos numa situação semelhante. Os cristãos de hoje são, muitas vezes, tomados pelo medo da modernidade, das novidades, do futuro. Prefeririam voltar para trás, para o deserto, até para a escravidão do Egito. Mas Deus nos envia novamente uma palavra profética que nos exorta: "Não tenhais medo!" A nossa missão é levar o evangelho e a fé cristã ao novo milênio e até o fim dos tempos, certos de que Cristo é a única fonte de salvação".

## **A tarefa deve ser repartida**

*A tarefa seria impossível, se cada um trabalhasse sozinho.* Mas não é esta a nossa proposta, o nosso caminho. Aqui — depois de termos refletido sobre os desafios que a terra do "novo milênio" traz consigo — tornam-se

mais verdadeiras e oportunas as reflexões da parte I e II desse documento.

Não trabalharemos sozinhos, porque *a nossa ação será trabalho de equipe*: no presbitério diocesano, nas paróquias e comunidades, nas pastorais. A nossa ação será sempre "sinodal" (*syn-odos*: caminhar juntos, reunir-se). É vontade de Cristo, é da natureza da Igreja, como mostrou a parte I deste documento. É também exigência da modernidade: todo sujeito aspira a participar, a ser co-responsável, a assumir conscientemente a missão. Não queremos nos deixar levar pelos vícios da modernidade, como o de manipular as pessoas pela sedução do espetáculo e pelo engano da desinformação. Os cristãos não são chamados a ser rebanho de carneiros, ou turma de escravos. "Irmãos, não somos filhos de escrava; somos filhos da mulher livre" (Gl 4,31).

Sobretudo, *não trabalharemos sozinhos, porque Deus está à nossa frente* e o Espírito é o protagonista da missão que Cristo nos confiou. Se não mais eu vivo, mas "Cristo vive em mim" (Gl 2,20), quem poderá me separar dele? "Tenho certeza de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem as potências celestes, nem o presente, nem o futuro, nem a altura, nem a profundidade, nem outra criatura qualquer será capaz de nos separar do amor de Deus, que está no Cristo Jesus, nosso Senhor" (Rm 8,38-39). Como mostrou a II parte do nosso documento, somente a experiência pessoal do mistério, da comunhão com Cristo, de todo o coração, poderá nos sustentar no caminho.

Numa época em que a tentação de cada um agir a seu bel-prazer, por sua conta, às vezes até de ser a estrela que brilha sozinha, concluiremos meditando as palavras de São Bernardo, comentando no "Cântico dos Cânticos" o versículo: "*Ele ordenou em mim o amor...*":

"Se cada um se deixa arrastar por seu espírito pessoal e vai em busca daquilo que o agrada, sem consultar

o juízo da razão; ainda mais se cada um está insatisfeito com a função que lhe foi confiada, e todos querem se ocupar de tudo conforme o seu próprio arbítrio, num exercício indiscreto de sua atividade, então isso não será com certeza a unidade, mas uma confusão desordenada. Possa, pois, o Senhor Jesus ordenar em mim aquele pouco de amor que me concedeu: a fim de que o todo, que a ele pertence, seja para mim tão amado que em cada coisa eu me preocupe da parte que me foi confiada na divisão das tarefas, e que a prioridade dada a esta parte não me impeça de guardar um grande interesse também para as muitas outras tarefas que não dizem respeito diretamente à minha função. Porque nem sempre se deve amar mais aquilo de que devemos nos ocupar. Muitas vezes acontece que aquilo de que devemos nos preocupar em primeiro lugar é algo menos importante em si mesmo, e por conseguinte não devemos nele colocar o nosso maior interesse".<sup>74</sup>

## QUESTÕES PARA APROFUNDAR

1. Quais são as prioridades reais do meu ministério? Elas correspondem àquilo que a missão de evangelizar exige de mim neste momento, no limiar do novo Milênio?

2. Quais tarefas urgentes do ministério presbiteral não foram consideradas neste documento e sobre as quais você gostaria de refletir e discutir no 8º ENP? Sugira temas e pessoas para aprofundar o debate sobre a missão do presbítero no início do novo Milênio.

<sup>74</sup>Citado por Henri de Lubac, *Catolicismo*, Roma, Studium, 1948, p. 404 (nossa tradução).

RETRATO DO PRESBÍTERO  
(de um manuscrito medieval)

O presbítero deve ser, ao mesmo tempo, pequeno e grande,  
de espírito nobre, como de sangue real,  
simples e espontâneo como um lavrador,  
herói no domínio de si,  
homem que lutou com Deus,  
fonte de santificação,  
pecador que Deus perdoou,  
senhor de seus desejos,  
servidor humilde para os tímidos e fracos,  
que não se rebaixa diante dos poderosos  
mas se curva diante dos pobres,  
discípulo de seu Senhor,  
chefe de seu rebanho,  
mendigo de mãos largamente abertas,  
portador de inumeráveis dons,  
homem no campo de batalha,  
mãe para confortar os doentes,  
com a sabedoria da idade  
e a confiança de um menino,  
voltado para o alto,  
os pés na terra,  
feito para a alegria,  
experimentado no sofrimento,  
imune a toda a inveja,  
que vê longe,  
que fala com franqueza,  
um inimigo da preguiça,  
uma pessoa que se mantém sempre fiel.

**9º Encontro Nacional de Presbíteros do Brasil**  
Indaiatuba, SP, 01 a 06 de fevereiro de 2002

**PRESBÍTERO: PESSOA E MISSÃO**  
**A pessoa e a função do presbítero**  
**no início do milênio**

*"Revesti-vos do homem novo." (Ef 4,24)*

## CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO DO 9º ENP

1. Os delegados eleitos democraticamente pelo presbitério diocesano, preenchidos os critérios abaixo, são os legítimos participantes do 9º ENP.

2. Devido às dificuldades que temos encontrado para acomodar bem um número maior de presbíteros na casa de Itaici, a Comissão nacional de presbíteros decidiu alterar o número de representantes, ficando assim definidos os critérios:

- Dioceses com até 20 padres: 1 representante
- De 21 a 100 padres: 2 representantes
- Mais de 101 padres: 3 representantes.

3. Não serão aceitos os presbíteros indicados apenas pelo bispo ou pelo conselho presbiteral.

4. Os delegados diocesanos deverão ter participado do Encontro regional de presbíteros.

5. O presbitério escolherá um suplente para cada delegado diocesano que também fará a sua inscrição, a fim de substituir, eventualmente, os impedidos de participar, por motivos vários.

6. Somente serão aceitas as inscrições dos delegados e suplentes cuja ficha de inscrição tiver a assinatura do presidente da Comissão regional de presbíteros (CRP).

7. O tempo limite para as inscrições ao 9º ENP será 30 de novembro do 2001.

8. *Os delegados inscritos e confirmados para o 9º ENP devem estar preparados para debater o tema tratado no presente "instrumento preparatório".*

9. *Esperamos que as dioceses e regionais levem a sério estes critérios. Com isso, evitaremos confusões de última hora e dissabores, quando poderão ficar impedidos de participar delegados não devidamente credenciados para o 9º ENP.*

10. *Falem ao povo de Deus sobre o nosso encontro, e promovam nas comunidades e dioceses orações pelo bom êxito deste tão importante momento.*

## MOMENTO DE GRAÇA

Os Encontros nacionais de presbíteros do Brasil têm sido momento de graça para os presbitérios, dioceses, para a Pátria!

Agora, estamos nos preparando para o 9º ENP, voltado à missão e vida do presbítero. A recomendação de Paulo aos Efésios (Ef 4,4) é passada, com insistência, de presbítero a presbítero: "Revistam-se do homem novo". E nada de ilusões, somente quem está em Cristo é nova criatura. João XXIII continua a nos lembrar: "Tudo muda de sentido, na vida, quando no centro está Jesus". João Paulo II, por sua vez, chama a nossa atenção para a urgência de sermos santos, homens de oração, promotores da espiritualidade de comunhão, vigorosos missionários do Reino de Deus!

Este opúsculo é "instrumento de trabalho", escrito por pessoas comprometidas com o Reino de Deus, com a formação permanente dos padres! Deve, pois, ser usado como "instrumento de trabalho", para suscitar reflexões, debates, aprofundamentos em reuniões dos presbitérios. Nada de tomá-lo como texto definitivo; muito menos de-

seja ser lido, com lupa, na obcecação de buscar erros, impropriedades... Afinal de contas, presbíteros, como a palavra indica, são adultos, não crianças! Que a ordem de Jesus agarrada por João Paulo II, "no início do novo milênio": "avancem para águas mais profundas, lancem as redes para a pesca": "*Duc in altum*" (Lc 5,6), leve, inclusive, certos presbitérios — poucos felizmente — que olham o ENP com desconfiança e temor, à mudança de atitude! Mais do que falar em comunhão, no vigor do *Espírito* que socorre nossa fraqueza, precisamos construí-la, testemunhá-la, no concreto da vida.

No campo da "vida e missão" do presbítero necessitamos, também, de "nova fantasia da caridade".

D. Angélico Sândalo Bernardino

Bispo responsável pelo SVM

## INTRODUÇÃO

*"Imaginemos alguém caminhando no calor do meio-dia. A cabeça queimada pelo sol, que aspira toda a umidade do corpo. Rude é o sol que queima os pés. A estrada é difícil e árida. De repente, eis uma fonte. As águas correm límpidas e transparentes. Em abundância, as ondas se oferecem docemente para saciar a sede. Será que ele vai se sentar sobre esta fonte e se pôr a filosofar sobre sua natureza, sua origem, o como, o porquê e o tudo mais? Ou melhor, não vai ele deixar de lado tudo aquilo e, se inclinando para aproximar seus lábios das fontes vivas, agradecer Aquele que lhe deu este dom e beber? Imitemos, pois, este sedento."*

*(Gregório de Nissa, séc. IV, no sermão de sua ordenação presbiteral, n. 3)*

Para "ser Igreja no novo milênio" e enfrentar com fidelidade os desafios da missão presbiteral no mundo que se modificou tão rapidamente, precisamos avaliar a realidade atual do presbiterato católico no Brasil para, juntos, refletirmos o que Deus pede de nós, neste momento da Igreja e do mundo e, finalmente, delinear-mos algumas pistas de ação para enfrentarmos os desafios e aprofundarmos a graça própria deste tempo novo. Estes serão os passos deste documento de consulta e preparação para o 9º Encontro nacional dos presbíteros. Retomaremos o método consagrado pela teologia latino-americana: partir da realidade (ver), aprofundar os desafios e questões (julgar) e discernir pistas e propostas de conclusão (agir).

## I PARTE

### UM RÁPIDO OLHAR SOBRE A REALIDADE ATUAL DOS PRESBÍTEROS

(Esboço para um questionamento  
pessoal e comunitário)

1.1. A realidade dos presbíteros na Igreja de hoje pode ser analisada de diversos modos e através dos mais diferentes prismas.

O primeiro é o *estatístico*. Bispos e padres divulgam dados, segundo os quais a crise do pós-Concílio, quando muitos padres deixaram o presbitério e as vocações diminuíram, continua forte no primeiro mundo, mas, na América Latina e países pobres, foi, de algum modo, supera-

da. Enquanto em certos países europeus a média de idade dos padres alcança 64 anos, esta não é a realidade brasileira. Vários seminários, há anos vazios, estão novamente cheios e não faltam candidatos à ordenação nos próximos anos.

No mês de dezembro de 2000, foi publicado pelo CERIS (Rio de Janeiro) o último volume do *Anuário Católico*. Ele oferece, além de todos os outros dados, quadros estatísticos (às páginas 74-88), que dão uma visão de conjunto dos recursos humanos da Igreja católica nos diversos regionais e no plano nacional. Analisemos os dados relativos aos presbíteros.

### **Os padres: continua o rápido crescimento dos diocesanos**

O Anuário escolheu comparar a situação de 1970 (quando começava a crise das vocações e dos abandonos do ministério, crise que durou mais intensamente até 1975) com a situação de 2000. O quadro é o seguinte:

Clero	1970	2000	Diferença
Diocesano	5.040	8.938	+ 77, 3%
Religioso (ou de Institutos)	8.052	7.579	- 5,9%
TOTAL	13.092	16.517	+ 23,4%

Em poucas palavras, os padres diocesanos aumentaram, em trinta anos, 77%. Os religiosos, depois da "crise", ainda não se recuperaram e hoje são cerca de 6% a menos que em 1970. A diminuição dos religiosos se deve em grande parte ao regresso à pátria de muitos missio-

nários estrangeiros, que foram substituídos por mais vocações brasileiras. Além disso, a vocação para a vida consagrada, na sua condição de "sinal permanente" da radicalidade evangélica, é muito mais exigente. Por isso, sob este aspecto, a diminuição de "padres religiosos" pode ser vista como positiva; mostra que está havendo mais seriedade no discernimento vocacional por parte das congregações. Também porque, nos últimos anos, com a experiência da formação intercongregacional, tem-se insistido muito no *específico* da vida consagrada, destacando-se inclusive o valor do homem consagrado enquanto tal, independentemente do ministério ordenado.

### **Padres (sobretudo religiosos): mais brasileiros**

Embora o CERIS não tenha separado religiosos e diocesanos no quadro seguinte, é sabido que a maior parte dos padres nascidos no exterior pertence a congregações ou institutos.

Clero	1970	2000	Diferença
Brasileiro	7.650	13.309	+ 74%
Estrangeiro	5.535	3.201	- 42%
Sem formação	83	7	-
TOTAL	13.092	16.517	+ 23,4%

Em consequência dessa mudança, os padres de origem estrangeira eram 40,9% do clero residente no Brasil em 1970 e hoje são menos de 20% (19,4%). O que mostra que os padres brasileiros cresceram, no conjunto, 74% nos últimos 30 anos. O aumento da população, porém, foi maior ainda: de 93.139.037 em 1970 para

169.544.443 (2000, segundo último censo do IBGE), o que equivale a aumento de 82%. Logo, havia um padre para 7.114 habitantes em 1970 e há um padre para 10.265 habitantes em 2000. O número de habitantes por padre cresceu nos anos 70 e 80, mas se estabilizou nos últimos 7-8 anos. De fato, os padres eram 14.198 em 1990; cresceram desde então 16%, próximos do ritmo de crescimento da população.

### Muitos padres jovens entre os diocesanos

Finalmente o CERIS publica dados sobre a idade do clero. Considerando apenas o clero diocesano, é possível verificar que o número dos padres até 45 anos cresceu muito, enquanto a faixa etária entre 46 e 65 anos (a mais atingida pela crise dos anos 70) está estável. Cresceu também o número dos padres idosos (de 66 anos para cima). Veja o quadro seguinte:

Idade	1970	2000	Diferença
Até 35 anos	1.005	2.102	+ 109%
36-45 anos	1.423	2.684	+ 89%
46-55 anos	1.122	1.412	+ 26%
56-65 anos	835	1.100	+ 32%
66-75 anos	364	1.005	+ 176%
76 ou mais	141	592	+ 320%
Sem informação	150	51	-
Total	5.040	8.938	+ 77%

Se considerarmos também os padres religiosos, as diferenças das faixas etárias entre 1970 e 2000 quase desaparecem e, no fim, a média de idade do clero passa

de 46,7 anos (1970) para 51,2 (2000). Pois os religiosos têm em média 54,6 anos e os diocesanos, 48,2 anos.

Em suma, o clero no Brasil se tornou, nos últimos 30 anos, mais diocesano, mais brasileiro (sobretudo entre os religiosos) e mais jovem (sobretudo entre os diocesanos).

**1.2.** Outro modo de olhar a realidade dos presbíteros pode ser mais *qualitativo e teológico*. Neste caso, procuramos captar o mais característico da vida e do trabalho dos padres, hoje, no Brasil, e nos perguntamos: A que visão de Deus e de Igreja, corresponde o modelo de presbítero que temos e vivemos? Qual a cristologia e eclesiologia subjacentes à missão e figura que a maioria dos padres executa?

Não é fácil responder a tais questões. As respostas contêm elementos complexos e devem juntar partes, teoricamente não unidas. Vários modelos de sociedade e de Igreja se cruzam e se interpenetram.<sup>1</sup> É possível discernir na atual figura de padre qual modelo de Igreja é mais forte ou preponderante e para que tipo de sociedade se destina?

### 1.3. *A pastoral em um mundo sem rumo*

Além deste olhar mais teológico, podemos também privilegiar uma análise mais pastoral e funcional da missão presbiteral. Neste caso, a pergunta fundamental será: Qual a missão do padre neste começo de século?

Evidentemente, uma resposta profunda a esta questão supõe não somente olhar a pessoa e a função dos presbíteros, mas a análise da sociedade na qual o padre quer atuar. A sociedade se apresenta de modo diverso no campo e na cidade e, mesmo nesta, é diferente a realida-

<sup>1</sup>Neste sentido, vale a pena ler o livro *Cenários da Igreja*, do Pe. João B. Libânio, editado pela Loyola.

de do centro e das periferias, ou se se trata do sul do Brasil ou da Amazônia.

De qualquer modo, há certos elementos cada vez mais comuns nos diversos lugares e ambientes sociais. Também se há lugares mais atingidos e outros menos, os meios de comunicação de massa criaram uma cultura de massa que não podemos desconhecer.

Esta sociedade pluralista une um caráter secularizado das estruturas do mundo com a busca do sagrado, do religioso que, cada vez, atinge mais gente. Em geral, trata-se de espiritualidade individualista e sem compromisso comunitário. As pessoas procuram uma mística livre e solta, sem referências diretas à tradição religiosa. Neste tipo de ambiente, o padre começa a se sentir estranho e com uma missão que, nos centros urbanos, não recebe mais a mesma valorização que no interior.<sup>2</sup> Numa Igreja em diáspora, a missão do presbítero é menos reconhecida, enfrenta desafios novos e pede segurança e equilíbrio muito exigentes.

Esta realidade provoca situação de pluralismo dentro da própria Igreja. Esta diversidade de grupos e tendências tem muito de positivo e enriquecedor, mas, muitas vezes, pode também aparecer como algo confuso, fragmentador; falta de linha comum e clara que se pode tornar causa de perplexidade, inclusive entre os presbíteros.

Neste mundo pluralista e numa Igreja tão diversificada, a pergunta importante é se o atual perfil do presbítero "multifuncional" continua adequado a esta nova realidade. Até agora, o ministério do padre cobre todas as funções ministeriais na Igreja. É uma espécie de agente

<sup>2</sup>O impacto da cidade sobre a fé (e portanto sobre muitos dos atuais problemas dos presbíteros) é o tema do recente livro do pe. João Batista Libânio, *As lógicas da cidade*, Loyola, S. Paulo, 2001, 229 pp.

“genérico”, sem especializações. É bom refletir se não deveríamos ser mais “diretos” e aceitar vocações “dirigidas” para pastorais e missões específicas, como o rapaz que tem vocação para pároco, o outro que já seria preparado para evangelizador da juventude, formador bíblico, animador de pastoral familiar, ministro de comunidades de periferia, pastorais sociais, agente da pastoral ecumênica e assim por diante.

#### 1.4. *Padres no Brasil neoliberal*

Qualquer seja a opção de análise, alguns elementos aparecerão e devem ser levados em conta para fazermos uma abordagem profunda da situação dos presbíteros neste início de século.

Neste momento, as conseqüências do neoliberalismo se espalham por todo o mundo e se aprofundam as exclusões sociais. A pobreza triplicou. Na análise da ONU, o Brasil mostrou agravo no seu nível de pobreza e de diferenças sociais escandalosas. Com exceção da África do Sul, o Brasil é o país campeão em diferenças sociais e em concentração de renda nas mãos de poucos privilegiados, dos quais alguns se dizem bons católicos.<sup>3</sup> Politicamente, a queda do comunismo real e o fortalecimento do “império único” favorecem no mundo e também nas Igrejas uma sensibilidade menos ligada aos problemas sociais que, entretanto, só se agravaram. Na vigília de santo Ambrósio de 1999, o cardeal Martini, arcebispo de Milão, dizia: “Quero lhes falar uma coisa particularmente terrível, um mal obscuro e difícil até de nomear, talvez porque também difícil de reconhecer, como um vírus latente, entretanto onipresente. Poderemos chamá-lo de ‘acídia públi-

<sup>3</sup>Os dados foram publicados na imprensa, e confirmados no último levantamento do IBGE, publicado pelos principais jornais do Brasil no dia 5 de abril de 2001.

ca' ou 'acídia política'. É o contrário daquilo que a tradição clássica grega, bem como o Novo Testamento, chama de 'parrésia', liberdade de chamar as coisas pelo próprio nome. Trata-se de neutralidade apática, do medo de avaliar objetivamente as propostas conforme critérios éticos. A consequência disso é o decaimento da sapiencialidade política".<sup>4</sup>

### 1.5. *Em uma Igreja tentada pelo neo-liberalismo teológico e espiritual*

A realidade que atinge a sociedade influenciou no próprio caminho da Igreja. Não se pode negar que atitudes e pronunciamentos do magistério privilegiaram um modelo de vida eclesial e de ação pastoral mais conservadora e espiritualista do que fiel às opções da teologia e pastoral latino-americanas entre Medellín (1968) e Puebla (1979).

Em alguns escritos nos últimos anos (por exemplo, o artigo do padre José Marins antes do 10º Encontro intereclesial) e em vários lugares do Brasil, muita gente ligada às comunidades eclesiais de base diz que houve mudança significativa no clero. A queixa mais freqüente é de que quando mudam os párocos, muda a linha da pastoral, de uma Igreja mais servidora do povo para uma Igreja que se vê a si mesma como espaço sagrado e não tem a mesma abertura ao social.

No Brasil, a Igreja católica continua assumindo algumas pastorais sociais, prega a solidariedade e promove a Campanha da Fraternidade. Entretanto, em muitos lugares, a teologia e a espiritualidade dominantes se acomodam mal com este quadro. Os padres estão mais ligados a movimentos e grupos que aceitam dar esmolas e

<sup>4</sup>Carlo Maria, Cardinal Martini, *Discorsi alla città, 1999: Discorso del 7/12/1999*. Ed. Arquidiocese de Milano (à disposição na internet).

rezar pelos oprimidos, mas vêem estes movimentos como trabalho social e não como pastoral. Constatam-se que paróquias, dioceses e regionais, quando sentem a necessidade de cortar despesas, começam a fazê-lo pelas pastorais sociais.

É verdade que a pastoral da terra ou o trabalho com sofrendores de rua não decorrem do mesmo modelo eclesial que o movimento carismático ou a pastoral da primeira eucaristia para as crianças.

Em um mundo pluralista, a diversidade e até heterogeneidade de atenções e serviços faz parte da pastoral. Pede, entretanto, uma linha de pensamento que veja claras prioridades e tenha critérios claros.

Cada vez mais, na sociedade, a formação escolar e universitária tende a desenraizar a juventude de suas raízes populares e alienar os jovens de sua missão na sociedade, formando uma casta de pessoas privilegiadas. Diante disso, como está sendo a formação nos seminários e institutos religiosos? A maioria das vocações ao presbiterato, diferentemente do que ocorria há 50 anos, vem das camadas pobres. Será que a formação no seminário não acaba afastando o jovem de suas raízes familiares e sociais? Será que os ministros, atualmente formados nestas casas, recebem o incentivo para continuar a história da nossa Igreja latino-americana que, conforme alguns teólogos, alcançou sua identidade própria a partir da Conferência dos bispos em Medellín?

É verdade que muitos formadores se preocupam em evitar a crise de identidade do padre, incentivando, talvez inconscientemente, o eclesiasticismo, o gosto por distintivos clericais e vestes litúrgicas triunfalistas e ordenações pomposas? Hoje, quem serve mais de referência ou modelo de ação pastoral para os padres, principalmente jovens? As testemunhas que nos estimulam na fidelidade à vocação continuam sendo padre Josimo, Ezequiel

Ramin ou Gabriel Maire, dom Oscar Romero, dom Hélder Câmara e dom Pedro Casaldáliga, ou seriam mais sacerdotes, astros de missas-show, preocupados em conquistar mais gente para as celebrações e fortalecer a Igreja da neocristandade?

Seria lamentável que a Igreja católica, seguindo o estilo pós-moderno de mais apreço pela estética do que pela ética, visse reduzido o seu papel à função litúrgica, exercida de modo que, nos tempos do Concílio, era considerado "sacramentalismo". As celebrações perdem seu caráter profético, característica do evangelho e se tornam atos religiosos quase folclóricos.

#### *1.6. Lembrando algumas pesquisas sociológicas*

Há poucos anos, o setor Vocações e Ministérios da CNBB publicou o resultado de uma pesquisa sobre como o povo vê o padre.

O relatório constata que há padres fiéis ao chamado apostólico, verdadeiros pastores no meio do povo, gastando a vida numa doação contínua, não medindo esforços para atender às demandas das comunidades e esforçando-se para se inculturar e partilhar a vida do povo. Os bispos também resumem o resultado de uma sondagem na qual os leigos opinam sobre os padres. A maioria das pessoas nas comunidades está satisfeita com os seus presbíteros. Entretanto, há também um lado mais crítico e negativo. Muitas pessoas, consultadas, opinaram que percebem estar aumentando o número de padres autoritários que gostam de concentrar o poder em suas mãos e não se engajam. "Conforme estes católicos, tais presbíteros não mostram interesse pela pastoral. Demonstam excessiva preocupação com a exterioridade das celebrações litúrgicas ou, ao contrário, se limitam a celebrações rotineiras, sem valorizar o mistério celebrado. Apresentam-se

mais como funcionários da instituição do que como homens de Deus".<sup>5</sup>

Luiz Roberto Benedetti publicou na REB uma pesquisa sociológica sobre "O novo clero: arcaico ou moderno?"<sup>6</sup> Embora tenha se dedicado mais especificamente ao "clero jovem", a pesquisa parte de textos dos Encontros nacionais de presbíteros sobre a missão dos padres. O autor adverte para o risco de generalizações, mas destaca alguns traços dominantes na figura do presbítero hoje. A pesquisa confirma "o gosto dos padres novos pelos sinais distintivos de sua condição: festas, vestes, poderes e ausência de inquietação com relação ao destino da sociedade (e até da Igreja), pouco (ou nenhum?) gosto pelos estudos, nenhuma paixão pelo ecumenismo e pela justiça social. Presbíteros mais preocupados com seu caráter e poder sagrados do que com uma presença significativa no mundo, com o diálogo com a sociedade, com um serviço competente ao homem de hoje".<sup>7</sup>

Aqui transcrevemos alguns testemunhos e reações de padres e de grupos presbiterais.

Um padre de 60 anos, vigário-geral de uma diocese do Centro-oeste, afirma: "Por mais que o padre deseje uma Igreja-comunhão, a que existe no dia-a-dia é de outro jeito. A hierarquia cobra do padre atitudes contraditórias e o próprio povo espera do padre uma função que não corresponde àquela para a qual hoje somos chamados. Mesmo nós, padres, formados na linha do Concílio e que optamos por um novo modo de ser da Igreja, sonhamos com a Igreja feita de um jeito e somos obrigados a atuar numa realidade que consiste em batismos e casamentos de rotina, bênçãos de todo tipo de imagens religi-

<sup>5</sup>Cit. por Luiz Roberto Benedetti, *O novo clero: arcaico ou moderno*, in REB 233/ março 1999, p. 100.

<sup>6</sup>Idem, *ibidem*, p. 88 ss.

<sup>7</sup>Idem, *ibidem*, p. 89.

osas, bênçãos de bancos e instituições comerciais e missas para defuntos, muitos dos quais nunca gostaram de missa e cujos parentes só querem a missa para sua autoafirmação".<sup>8</sup>

Um jovem que deixou o ministério confessa:

"Eu me sentia um executivo de empresa, fazendo um trabalho burocrático. Percebia que incentivava os ministérios dos leigos, mas os coordenadores de comunidade sabem que na Igreja católica, em qualquer tipo de ministério não ordenado, o leigo nunca recebe mandato pleno. O papel dele é sempre pela metade e sujeito a ser suspenso, a qualquer momento. Na Igreja católica, quem trabalha na pastoral e não é padre vive sempre como estudante fazendo estágio, sob observação. E quando o bispo ou os padres atendem rigorosamente às diretrizes romanas, o ministério do leigo é suspenso todas as vezes que aparece um padre que pode substituí-lo."

### 1.7. *O desafio da saúde e da esperança*

Uma das conseqüências das mudanças recentes é a crise — não só para os presbíteros, mas para toda a sociedade — da esperança, da confiança num futuro diferente (sonho ou utopia), crise que traz consigo desestímulo no trabalho pela transformação da sociedade e concentração no "cuidado de si mesmo".

Entre os presbíteros, a reação a essa situação varia. Alguns encontraram, até rapidamente demais, a maneira de separar o ministério (desempenhado até com certo "profissionalismo" e empenho) e a vida pessoal *light*, em que o presbítero concede à sua própria pessoa freqüentes oportunidades de diversão, descanso e até evasão... Outros, a maioria, tentam vencer os aspectos negativos da

<sup>8</sup>Carta-resposta à primeira redação deste artigo.

situação, redobrando seus esforços pessoais (e, às vezes, muito isolados) de trabalhar numa mudança, da qual a própria comunidade parece fugir sempre mais, buscando firmas espiritualistas e consolatórias de religião. O pluralismo de idéias e até de opções pastorais torna esses esforços, às vezes quase heróicos, ainda mais dispersos e menos eficazes. A maioria dos padres resulta assim sobrecarregada, também porque, como vimos, a “carga pastoral” aumentou: o número dos padres permanece estável, enquanto a população aumenta e a sociedade se torna mais complexa e exigente.

Uma conseqüência que merece toda a nossa atenção é a questão da saúde psicofísica do padre. Ele conduz uma vida estressante, com poucos cuidados para com a saúde, muitas vezes isolado e até com a impressão de estar abandonado à própria sorte, com excesso de trabalho e — pior! — com trabalho disperso, que não dá a impressão de realizações efetivas e permanentes, que desgasta e deixa a pessoa do padre numa situação psicologicamente frágil. Abre-se aqui o desafio — para o bispo e o presbitério — de rever seriamente as condições de vida da maioria dos padres e de ajudá-los a terem vida pessoal mais equilibrada física e psicologicamente, como condição para que a nossa “carne” (que é fraca) possa ser o sustento de espiritualidade mais plena e mais evangélica.

### *1.8. O desafio da espiritualidade*

Hoje, quase todos os estudos sobre a pessoa e função do presbítero neste início de século sublinham a questão da espiritualidade. Repete-se incansavelmente que “o cristão do século XXI, e portanto mais ainda o presbítero, ou será místico ou não terá sentido de existir”. Muitos estudos sublinham a urgência desta “nova espiritualidade do presbítero”, mas parece que as refe-

rências de método e de critérios para alimentar tal caminho espiritual ainda são antigas e continuam insistindo nos mesmos problemas pelos quais a geração anterior entrou em crise.

Como falar em "espiritualidade" sem cuidar, em primeiro lugar, da "autenticidade" da vida no sentido mais simples: ser pessoa humana em seu processo de amadurecimento normal, com os problemas que qualquer ser humano tem; poder ser verdadeiro e assumir o processo de crescimento interior. Os ambientes clericais favorecem isso?

Toda a espiritualidade antiga insistia no pressuposto da "unificação interior" como condição para o caminho de intimidade com Deus. O estilo das relações nas dioceses e paróquias favorece isso?

A base teológica da espiritualidade mais espalhada em nossos ambientes parece ter aprofundado pouco uma visão mais bíblica da Trindade, as conseqüências de um caminho espiritual baseado no evangelho e assim por diante...

Além disso, a vida do padre, hoje, é mais solitária do que antigamente e ele parece menos acompanhado e apoiado do que há vinte ou trinta anos. Como viver este aprofundamento espiritual sem contar com o apoio forte de um irmão que o oriente e permanentemente o acompanhe?

## PERGUNTAS

- 1) Você concorda com estes testemunhos?
- 2) O que você completaria neste quadro?

## II PARTE

# PERFIL TEOLÓGICO E PASTORAL DO PRESBÍTERO PARA O NOVO MILÊNIO

Mais do que nunca, a reflexão sobre a pessoa e a missão dos presbíteros deve partir do aprofundamento teológico e espiritual sobre a vocação de todo o povo de Deus. Nesta reflexão, o que nos interessa é descobrir o que, hoje, Deus quer de nós, presbíteros, para que possamos, junto com os outros ministros e ministras do povo de Deus, colaborar na construção de Igreja que seja realmente sinal e instrumento do seu Reino no mundo.

É para tornar a Igreja, cada vez mais, ministerial e missionária, que nós, presbíteros, valorizamos e aprofundamos o dom próprio do nosso serviço como dom de Deus, dado não apenas a nós como pessoas, mas a toda a comunidade e a serviço dela.

### *2.1. Padre em que modelo eclesiológico?*

A forma de ser padre depende do modelo de Igreja vigente para a pessoa e para a comunidade na qual ele exerce o ministério.

Uma Igreja que vive o espírito do Concílio Vaticano II define-se como "Igreja-comunhão", compreende que toda Igreja é essencialmente local e, neste sentido, inculturada e ministerial: "Igreja-serviço".

Como síntese do Sínodo sobre a Ásia (1998), um documento da Federação das conferências episcopais da Ásia declara: "A compreensão que a Igreja tem de si mesma é a de ser verdadeiramente igreja local, encarnada em um povo, autóctona e inculturada. É o corpo do Cristo feito

real e encarnado em um povo particular, no tempo e no espaço" (cap I, 1).<sup>9</sup>

Há mais de trinta anos, em Medellín, os bispos latino-americanos escreveram: "Que se apresente cada vez mais nítido, na América Latina, o rosto de Igreja autenticamente pobre, missionária e pascal, desligada de todo o poder temporal e corajosamente comprometida na libertação de todo o ser humano e de toda a humanidade" (Med. 5,15 a).

Evidentemente, ser presbítero neste modelo de Igreja é diferente de ser padre em uma Igreja de neocristandade. Embora na prática pastoral, geralmente, estes diversos modelos coexistam e se sobreponham, em sua concepção de vida, o presbítero precisa partir de uma referência fundamental. Para tomar um exemplo: ele sabe que recebeu a ordenação das mãos do bispo que também o nomeou para determinada paróquia, em geral, sem que o povo tivesse participação direta. Apesar disso, pode encarar seu ministério de forma a testemunhar que todos os ministérios vêm do Cristo através da comunidade e não como algo sobreposto ao povo.

Quase 20 anos depois que, em Lima, o Conselho mundial de igrejas e a Igreja católica publicaram um documento de convergência sobre "Batismo, eucaristia e ministério" (BEM, 1982), o apelo ecumênico se tornou mais urgente e profundo. Hoje, mais do que nunca, podemos repetir o desafio lançado pelo documento: "As Igrejas devem procurar uma resposta comum à questão seguinte: De que modo, segundo a vontade de Deus e sob a conduta do Espírito, deve a vida da Igreja ser concebida e

<sup>9</sup>Cf. Federação das conferências episcopais da Ásia, *O que o Espírito diz às Igrejas, Documento de síntese*, feito na ocasião do Sinodo sobre a Ásia, publicado pela FABC em 1999. Tradução brasileira in SEDOC 281/ julho-agosto de 2000, p. 39.

estruturada, a fim de que o evangelho possa ser difundido e a comunidade edificada no amor?<sup>10</sup>

## 2.2. O ministério presbiteral em Igreja-comunhão

A concepção verdadeiramente cristã do ministério ordenado exclui qualquer forma de clericalismo, ou seja, assumir o *status* de padre como profissão e fazer do que seria o colégio dos presbíteros uma espécie de casta burocrática que se apresenta como “especialista” nas coisas de Deus e usa o nome divino em benefício do seu poder ou prestígio, tentação comum a sacerdotes e profissionais de todas as religiões. Ao contrário do clericalismo, o ministério pastoral é de inserção amorosa como a encarnação de Jesus, verdadeiro Pastor, e como Jesus jamais usa o nome de Deus em proveito próprio.

Alguns autores fazem a distinção entre a estrutura e a figura do presbítero. A estrutura seria a natureza do ministério e esta cremos ser permanente e imutável. A figura ou o modo de ser do padre é mutável e adapta-se a cada tempo.<sup>11</sup> Procuramos a nova figura, adequada a este começo de milênio.

Elementos fundamentais da renovação conciliar, como João XXIII propôs, foram: “voltar às fontes”, isto é, ao evangelho, e atualizar a mensagem ao mundo de hoje (*aggiornamento*).

Hoje, a maioria das pessoas que estudam a história da Igreja e as fontes da nossa fé concorda que a atual organização dos ministérios de coordenação eclesial não vem diretamente dos evangelhos nem da comunidade de

<sup>10</sup>Conselho Mundial de Igrejas e Comissão de Fé e Constituição, *Batismo, eucaristia, ministério*, tradução e edição brasileira CONIC/ CEDI, 1983, Capítulo Ministério, n. 6, p. 36.

<sup>11</sup>Cf. Bernard Seshoué, *Não tenham medo! (Os ministérios na Igreja de hoje)*, São Paulo, Paulus, 1998, p. 78.

Jesus. O documento ecumênico de Lima diz textualmente: "A realidade fundamental de um ministério ordenado existia desde o princípio. As formas atuais de ordenação de ministério evoluíram no decurso de desenvolvimento histórico complicado. As Igrejas devem, pois, evitar atribuir as suas formas particulares do ministério ordenado diretamente à vontade e à instituição do próprio Jesus Cristo" (comentário ao n. 12 do cap. Ministério).

Nas Igrejas apostólicas, toda a comunidade se via como diaconal, comunidade de serviço em nome de Deus. Ninguém era chamado de "sacerdote" (hiereus), a não ser Jesus, nosso Sumo-sacerdote. "O termo "carisma" se refere aos dons do Espírito Santo para cada membro do Corpo do Cristo, em vista da edificação da comunidade e do cumprimento de sua vocação. A palavra "ministério" refere-se, em sentido lato, ao serviço que todo o povo de Deus é chamado a cumprir, quer por intermédio de pessoas, quer pela comunidade local, quer como Igreja universal".<sup>12</sup>

Os ministérios de coordenação não estão ainda claramente distintos. Organizam-se de acordo com a cultura das comunidades: as de origem judaica têm "presbíteros" (anciãos) e as do mundo grego, "diáconos", cuja função se confunde com a dos presbíteros e episcopos.<sup>13</sup> Estas distinções vão se determinando a partir do final do século I, quando as comunidades começam a se adaptar às estruturas do Império, ou se inspiram na linguagem sacerdotal do sacerdócio levítico (ver Carta de Clemente Romano aos Coríntios). Esta inculturação à cultura do Império e busca de "equiparação" com outras religiões é legítima, mas significa que o atual modelo de ministérios de coordenação eclesial vem de uma inspiração judaico-

<sup>12</sup>BEM, capítulo sobre Ministério, n. 7.

<sup>13</sup>Alberto Antoniazzi, *Os ministérios na Igreja hoje*. Vozes, 1977, p. 15.

levítica (isso ainda aparece até nas orações do ritual de ordenação), mas também da adaptação do cristianismo às estruturas do império romano. Perceber isso deveria nos fazer procurar outros modelos, mais de acordo com as fontes evangélicas e mais inculturados na humanidade de hoje.<sup>14</sup>

O Concílio Vaticano II centrou a reflexão sobre o ministério presbiteral a partir da vocação ministerial do povo de Deus e do sacerdócio do batismo. Afirma que há um só sacerdócio, o do Cristo. Todos os fiéis e ministros participam deste único sacerdócio em suas três dimensões: a palavra, o culto e a realeza, ou seja a liberdade para viver na justiça e solidariedade no mundo. Do sacerdócio do Cristo, há duas participações distintas: a existencial (a dos fiéis pelo batismo) e a ministerial, cuja função é permitir a cada batizado viver seu sacerdócio como dom recebido.

O Concílio começou a fazer uma distinção entre sacerdócio e episcopado ou, melhor, presbiterato. A linguagem não é neutra e o fato de que em documentos recentes e na linguagem eclesial, novamente, os padres são simplesmente chamados de sacerdotes e não mais de ministros ou presbíteros revela uma teologia. (Exemplo: o decreto *Presbyterorum ordinis* emprega o termo "presbíteros" 125 vezes contra 32 vezes em que aparece o termo "sacerdote").<sup>15</sup>

Outra redescoberta do Concílio, decorrente da "Igreja-comunhão" e inspirada na Igreja antiga, foi a "colegialidade" do ministério. Foi mais enfatizada (e, às vezes, combatida) a colegialidade *episcopal*, que o papa volta a recomendar na recente *Carta Novo millennio ineunte* (cf.

<sup>14</sup>Cf. J. Delorme et alii, *Le ministère et les ministères dans le Nouveau Testament*, Ed Seuil, Paris, 1974.

<sup>15</sup>Neste parágrafo resumi um texto de Bernard Sesboué, *Não tenham medo*, Paulus, 1998, pp. 80-87.

n. 44). Mas o Concílio propôs também a colegialidade *presbiteral*, retomando a antiga concepção do presbitério que no seu conjunto (incluindo o bispo) é responsável pela coordenação e o serviço da Igreja local ou particular.<sup>16</sup> O papa João Paulo II, na *Pastores dabo vobis*, insiste que “o ministério ordenado tem ‘*forma comunitária*’ radical e só pode ser assumido como ‘*obra coletiva*’ (n. 17)”. A proposta do Concílio não foi muito bem compreendida e acolhida pelos próprios padres e se expressou de forma incompleta em algumas instituições novas, das quais o próprio Direito Canônico limitou a força e a competência. Mas o Conselho Presbiteral, as Associações de Presbíteros, iniciativas como o Encontro Nacional (ENP), são altamente válidas e merecedoras de maior consideração, para se tornarem instrumentos eficazes da co-responsabilidade presbiteral no governo da Igreja.

O Espírito nos chama à volta ao espírito evangélico e à forma de serviço eclesial que corresponda melhor ao modelo comunal e aos desafios novos do mundo atual.

### 2.3. *Presbíteros como testemunhas do Reino de Deus*

A base de uma Igreja servidora do povo é a mística do Reino que alimentou a teologia e a pastoral latino-americanas após Medellín e fundamentou o testemunho de nossos mártires. Hoje, esta mística do Reino de Deus pode ser o coração de uma pastoral e ministério presbiteral menos eclesiocêntrico e mais verdadeiramente espiritual.

Nesta linha, a forma de ser padre precisa recuperar mais profundamente a dimensão profética do ministério

<sup>16</sup>Cf. Alberto Antoniazzi, *Teologia e espiritualidade do presbítero*, “Rogato”, n. 69, jan/fev. de 1989, 23-32 (ou fascículo do Regional CNBB Leste II - Belo Horizonte, novembro de 1988) [a conferência trata amplamente do presbitério e remete a vasta bibliografia]. Sobre os conselhos presbiterais, cf. Alberto Antoniazzi, *Conselhos Presbiterais em face dos desafios atuais*, “Vida Pastoral” n. 217 (março-abril 2001), 22-28, e n. 218 (maio-junho 2001), 23-29.

presbiteral e atualizar a sua concretização pastoral (ver documento conclusivo do 3º Encontro nacional dos presbíteros, em 1989<sup>17</sup>).

Faz parte desta profecia o exercício da liberdade e da crítica fraterna, inclusive com relação à hierarquia. O próprio papa João Paulo II, quando arcebispo de Cracóvia, declarou: "Para qualquer comunidade, a lei da conformidade significa a morte. Toda comunidade precisa aceitar uma oposição leal". Em 1979, já como papa, afirmou: "A verdade é a força da paz... Que poderíamos dizer da prática de combater ou silenciar as pessoas que não partilham os mesmos pontos de vista nossos?"<sup>18</sup>

Por trás deste testemunho do Reino, está a imagem do Deus que pregamos e com o qual nos relacionamos e que tipo de diálogo mantemos com o mundo de hoje.

Qual a face de Deus que revelamos no nosso modo de tratar os irmãos e irmãs que, por alguma razão, deixaram o ministério? Quanta coragem profética e testemunho de caridade manifestaram os bispos em Medellín quando encerraram o documento sobre os presbíteros (Medellín II) com uma mensagem aos irmãos que deixaram o ministério:

"Aos presbíteros que, com ou sem o consentimento da autoridade competente, como resultado de uma crise, que, em última instância, só a Deus compete julgar, afastaram-se do ministério, dizemos que os reconhecemos marcados pelo caráter do sacerdócio e os respeitamos como irmãos, amando-os como filhos.

Encontrarão sempre nosso coração aberto para qualquer ajuda na medida de nossas possibilidades, para que, conservando e recuperando o vínculo visível da unidade

<sup>17</sup>Cf. SEDOC Brasil, vol 23 n. 221, julho/agosto 1990, p. 89 ss.

<sup>18</sup>Citados por Gerald A. Arbuckle, *Refundar la Iglesia*, Col. Presencia Teológica, Santander, Ed. Sal Terrae, 1998, p. 16.

essencial na Igreja de Cristo, dêem testemunho do Reino para o qual foram consagrados".<sup>19</sup>

Independentemente de quantos de nossos bispos atuais assinariam a mesma mensagem da geração de dom Hélder Câmara, dom Leônidas Proaño, dom Sérgio Mendes Arceo e outros profetas, é importante que os presbíteros sejam solidários e abertos aos seus irmãos e companheiros no mesmo ministério.

#### 2.4. *Presbíteros, vivendo no Espírito Santo*

O presbítero é, antes de tudo, cristão, ou seja, alguém que se encontrou profundamente com o Deus de Jesus Cristo e se deixou seduzir e conduzir por ele, lançando-se existencialmente no seu caminho, como discípulo. A comunhão com Deus, Pai-Mãe de amor, significa aderir à fontalidade do amor e da vida, sendo ele próprio fonte de amor e de vida para a Igreja, para a comunidade da qual o padre estiver a serviço, para o presbitério no qual for sacramentalmente inserido, para a sociedade como um todo, mas, particularmente, para os pobres, pequenos e pecadores, que, livre e gratuitamente, são os preferidos de Deus.

Este caminho se faz no seguimento de Jesus Cristo, como discípulo, fazendo caminho com ele, sem nunca deixar de ser discípulo.

- Isto significa, conseqüentemente, viver a própria existência e o próprio ministério na perspectiva do Reino de Deus, que é luta contra todo poder desumanizante e alienante (Mc), justiça superior à dos escribas e fariseus (Mt), amor misericordioso sobretudo pelos pobres e pecadores (Lc), vida em plenitude (Jo), liberdade (Paulo), fé que se traduz em boas obras (Tg).

<sup>19</sup>Conclusões de Medellín, *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio*, Vozes, 1969, documento 11, n. 30, p. 122.

- Na prática, isto consiste em viver o amor-serviço como opção radical e fundamental de vida, que se concretizará — na forma cristã comum a todos e na forma cristã-ministerial específica do ministério pastoral — no serviço da palavra, no serviço da liturgia, no serviço da caridade pastoral, estando na comunidade como aquele que serve (cf. Jo), esvaziando-se a si mesmo (cf. Fl 2, 5-11).

- A força do Espírito se manifestará, antes de tudo, na vivência dos “frutos” do Espírito que são o amor, a alegria, a paciência, a bondade, a benevolência, a fé, a doçura, o domínio de si, “andando sob o impulso do Espírito” (cf. Ef 5,22-25).

- De maneira toda particular, deverá concretizar-se na vivência da fé, da esperança e — acima de tudo — da *caridade*, que é o “dom supremo” (1Cor 13,1-13). O Vaticano II faz da “caridade pastoral” o eixo da vida do presbítero e da unidade entre vida e ministério. O princípio está formulado no n. 14 da *Presbyterorum ordinis*: “Cristo, para continuar no mundo a fazer incessantemente a vontade do Pai mediante a Igreja, atua realmente pelos seus ministros, e assim fica sempre o princípio e a fonte de unidade da sua vida. Portanto, os presbíteros alcançarão a unidade da sua vida, unindo-se a Cristo no conhecimento da vontade do Pai e no dom de si mesmos pelo rebanho que lhes foi confiado. Assim, fazendo as vezes do Bom Pastor, encontrarão no próprio exercício da caridade pastoral o vínculo da perfeição sacerdotal, que conduz à unidade de vida e ação”. O que decorre desse princípio é explicitado ao longo de toda a PO.

Lembremos algumas palavras-chaves que, de algum modo, sintetizem esta reflexão teológico-pastoral:

Propomos que o perfil do presbítero no novo milênio seja de ministro integrado entre outros ministérios em modelo de Igreja-comunhão.

Concretamente, isso significa:

- Despojarmo-nos de qualquer tentação de clericalismo que sempre nos ronda.
- Vivermos o ministério como pertencente, não a nós como pessoas, e sim à comunidade na qual exercemos o ministério. Vivermos o ministério de forma "colegial", ou seja, com solidariedade efetiva e ativa com os colegas.
- Sermos ministros, cuja missão fundamental é a de testemunharmos o Reino de Deus, solidários com o povo que sofre e enfrenta os graves problemas do mundo de hoje, problemas que não são alheios ao nosso ministério e preocupação pastoral.
- Para vivermos isso, pedimos a Deus a graça de ser presbíteros animados pelo Espírito Santo, discípulos de Jesus Cristo como membros da comunidade eclesial, pon-do toda a Igreja a serviço do Reino de Deus, com memó-ria profética.

## PERGUNTAS

- 1) Qual é sua visão teológica do presbiterato? Quais as principais dificuldades para vivê-la efetivamente na Igreja e no mundo de hoje?
- 2) O que mais o motiva teológica e espiritualmente no exercício do seu ministério?

## III PARTE

### PROPOSTAS PARA ESTE TEMPO NOVO (AGIR)

*"O que eu sou para vocês me apavora. É o que sou junto com vocês que me consola. Pois, para vocês eu sou bispo e com vocês sou cristão. Ser bispo é dever, ser cristão*

*é graça. O primeiro é perigo, o segundo é a salvação*" (Santo Agostinho).<sup>20</sup>

Cabe à assembléia dos presbíteros reunidos neste encontro tirar conclusões e propor linhas de conduta a partir desta reflexão. Os elementos sugeridos na primeira parte do estudo nos levam na direção de assumir com mais clareza o momento complexo que a Igreja vive e fortalecer a comunhão dos presbíteros na linha comum de pensamento e ação, que respeite as diversidades, mas nos ajude a caminhar juntos.

### 3.1. *O pós-jubileu como "tempo para reavivar a memória"*

*"Crer é se lembrar."* (rabino Abraão Heschel)

Durante o Jubileu do ano 2000 e na carta *Novo milênio ineunte*, o papa João Paulo II insiste no dar graças pelo tempo vivido e no pedido de perdão pelas faltas cometidas na história: *a purificação da memória* (NMI 6).

Parece que, no Brasil, estamos precisando com urgência reavivar a memória do que foi o tempo de graça do Concílio e a experiência profética da Conferência de Medellín, além do caminho próprio e belo, percorrido pela Igreja católica no Brasil, ao menos, nos últimos 30 anos.

É importante que cada Encontro nacional dos presbíteros não seja como momento isolado de caminhada que já vem de tantos anos. Nos encontros de CEBs, um elemento sempre lembrado é o famoso "trem das CEBs" que, a cada encontro, recebe novo vagão. Do mesmo modo, é importante resgatar e valorizar as conclusões de nossos encontros anteriores e retomar delas tudo o que sentimos atual e necessário.

<sup>20</sup>Agostinho de Hipona, *Sermão 340, I*; P. I. 38, 1483, citado pelo Concílio Vaticano II, *Lumen Gentium*, n. 32.

### 3.2. Tempo para aprofundar o caminho espiritual

É preciso repetir que, para cumprir sua missão, neste novo tempo, o presbítero precisa ser, mais do que nunca, alguém de profunda e constante oração pessoal, comunitária, social e ecológica, incorporando no seu dia-a-dia e nos seus relacionamentos o hábito da oração da vida e na vida, procurando viver em seu dia-a-dia relações, decisões, orações — em comunhão com o Pai (qual é a sua vontade?), através do Filho (assimilando e explicitando a forma filial-fraternal-serviçal-martirial da vida do Filho encarnado), na força do Espírito Santo (vivenciando seus dons e sintonizando com os seus impulsos).

É muito difícil realizar isso por simples decisão da vontade. Pede-se um método comunitário e pessoal. Supõe-se que os padres aceitem ser acompanhados por um companheiro experiente e amigo e, no dia-a-dia, aceitem um mínimo de disciplina pessoal e se vejam mais como discípulos do que apenas como mestres dos outros.

Conforme todos os antigos mestres espirituais, um elemento básico para percorrer este caminho espiritual é a *humildade* que, em escritos dos "pais", significa mais do que nada a veracidade — humildade vem do húmus da terra, do "ter os pés no chão" — assumir com honestidade sua verdade pessoal. É esta postura humilde — de quem se assume como irmão e discípulo — elemento fundamental para o diálogo tanto pastoral com o povo quanto o diálogo, tão urgente e pedido pelo papa, com as outras Igrejas e outras religiões. Hoje, a verdadeira espiritualidade terá de ser ecumênica e aproveitar as imensas riquezas do que Deus revela para nós através dos outros.

De acordo com a visão do Concílio e principalmente aqui no Brasil, em meio a um povo cujas religiões populares autóctones são iniciáticas e altamente culturais, a espiritualidade do presbítero deve ser fortemente litúr-

gica. Ela pode ser alimentada pelas celebrações do ano litúrgico, pela espiritualidade eucarística mais profunda que não se define apenas pelo gosto de celebrar missa diariamente ou pela devoção ao Santíssimo Sacramento. É muito mais do que isso: entrar no espírito com o qual Jesus nos deu a eucaristia e fazer de cada celebração um ato de comunhão e de compaixão de Deus sobre o mundo, especialmente as pessoas sofridas e que se sentem perdidas.

Faz parte desta mística tornar a eucaristia cada vez mais sacramento da unidade, celebração da igualdade de todo o Corpo do Cristo. Nada mais escandaloso do que quando a eucaristia se torna "ato de poder clerical" e instrumento de discriminação e de desamor a irmãos, no lugar de significar sacramentalmente a Ceia de Jesus que foi criticado por comer com pecadores e gente de má vida.

### *3.3. Presbíteros a serviço do Reino de Deus*

O presbítero não pode ceder à tentação de pôr-se a salvo diante dos desafios que a vida humana enfrenta, pois, desde o fim dos anos 70, multiplicam-se as vozes segundo as quais nossa sociedade não pode "ir para a frente" como antes, se quisermos que o futuro da vida na terra seja humanamente digno. Nos países do então chamado terceiro mundo, fazia-se necessária e urgente uma revolução econômica profunda, política e social. Nos países do então primeiro mundo, começava-se a falar em "sociedade pós-industrial", ficando cada vez mais claro que, neste mundo "globalizado", só poderá haver futuro se, antes, ocorrer profunda mudança de paradigmas, nas idéias de fundo, nos grandes modelos, nas cosmovisões, nos megaobjetivos civilizacionais, considerando que estamos não simplesmente numa "época de mudanças", mas numa "mudança de época".

Esta "mudança epocal" deve tocar mais profundamente a prática de nossa Igreja e dos presbíteros, a menos que optemos por dedicar-nos tão miopemente às conjunturas presentes ou — pior que isso — às nossas mazelas internas e clericais, que não tenhamos mais energias disponíveis para ocupar-nos com as questões que a construção de um futuro humanamente digno e sustentável propõe.

Mais do que em outras épocas, a realidade atual do mundo pede que o presbítero não se feche apenas no serviço interno da comunidade eclesial, mas "em nome da comunidade e do Cristo" possa também dedicar-se ao diálogo com outros segmentos da sociedade, em busca de um mundo diferente. A "quase esquizofrenia" da reflexão que manda o presbítero, como homem sagrado, restringir-se ao altar e *ad intra* e os leigos cuidarem da relação da Igreja com o mundo, nunca foi verdadeira na prática, e hoje também não é, ainda que haja insinuações de que deveria ser. Atualmente, esta forma do presbítero estar no mundo e de se relacionar com o mundo é diferente de outros tempos, não pode ser alimentada pelo sonho de uma neocristandade. Não é no estilo do que se imaginava quando se fazia esta distinção. O presbítero se situa no serviço do povo como testemunha do Cristo e do Reino.

#### 3.4. *Presbíteros a serviço da paz e da unidade*

(Para concretizar mais o ponto anterior e aplicá-lo à pastoral cotidiana.)

No documento de complementação brasileira ao 1º Diretório ecumênico (1969), a CNBB fazia uma importante distinção entre "a pastoral ecumênica" e o que, então, se chamou: "ecumenismo da pastoral", preocupação fundamental de dar a toda a pastoral uma dimensão de ecumenicidade. De nada valeria a pastoral ecumênica pro-

priamente dita se não se cuidasse no dia-a-dia da vida da Igreja daquilo que o papa João XXIII recomendou quando propunha: "apresentar a fé e vivê-la de modo que nos una e não de modo que reforce as separações".

Neste caminho, o papa João Paulo II pediu dedicação especial aos ministros, responsáveis pelos diversos setores da pastoral.

Atualmente, uma das mais constantes e profundas razões do encontro entre religiões é a preocupação e a responsabilidade comum pela "paz, justiça e defesa da criação". A credibilidade de qualquer grupo religioso, hoje, está ligada à possibilidade que este grupo revela de colaborar para a paz e a construção de tempo novo para a humanidade.

Hoje, fora do cristianismo, se desenvolve toda uma mística de pacifismo, reação justa e profética contra o militarismo e o comércio internacional de armas, uma cultura que propõe a objeção de consciência e contra o serviço militar obrigatório, uma espiritualidade ecológica que se responsabiliza por todo o universo. É importante que os padres testemunhem que esta causa tão importante e tão dentro do espírito evangélico não lhes é estranha nem indiferente, senão parece que "o sal se torna inosso e a luz escondida debaixo da mesa". É urgente que cada presbítero ponha esta mística no centro da sua vida de oração e da sua atividade pastoral.

O presbítero precisa estar consciente dos grandes desafios que o presente e o futuro da vida humana na terra propõem:

a) distribuição mais justa dos recursos naturais, tecnológicos e econômicos entre todos os habitantes da terra, diminuindo o escandaloso fosso entre as classes, as regiões Norte e Sul;

b) o resgate da dignidade e dos direitos da mulher, propiciando a distribuição mais justa das oportunidades entre os sexos, também dentro da Igreja;

c) a paz diante da ameaça da destruição da terra por um arsenal inimaginável de armas de toda espécie;

d) a crise ecológica, que põe em perigo a própria vida humana no planeta;

e) a crescente informatização, com todas as suas conseqüências no campo da comunicação, no mundo do trabalho, no alcance do controle do Estado e de outras agências na vida dos indivíduos...

Este contexto deve alimentar a discussão sobre a responsabilidade social e política da Igreja e, dentro dela, dos presbíteros, que, evidentemente, não são chamados a um protagonismo direto no âmbito da política partidária, mas da formação das pessoas e das comunidades, visando à sensibilização social, à participação política, à construção de economia solidária no lugar de economia predatória, consumista e dissimétrica.

O compromisso social e político da Igreja na construção de uma civilização fisicamente e humanamente ecológica repropõe a questão da pobreza da Igreja e da pobreza na Igreja, tanto dos indivíduos quanto da instituição: o ideal de vida sóbria (sob todos os aspectos), o uso de meios pobres e a solidariedade com todos os pobres do mundo, a partir de cuja esperança e de cujas lutas se pode visualizar a construção da utopia do Reino neste início de milênio.

## PERGUNTAS

O que fazer para:

1) Fortalecer a vida espiritual e a realização pessoal do presbítero na caridade pastoral?

2) Tornar o ministério fonte de dinamismo e incentivo à participação de toda a comunidade eclesial?

3) Tornar o ministério sinal do Reino de Deus e presença evangélica na sociedade?

## ÍNDICE

- 5 Presbíteros do Brasil construindo história
- 9 Abreviaturas
- 11 *1º encontro*  
Presbítero na Igreja, povo de Deus, servidora do mundo
- 47 *2º encontro*  
Ser padre: novos desafios para uma vocação que permanece
- 109 *3º encontro*  
Presbíteros: fraternidade e serviço
- 159 *4º encontro*  
Os desafios da evangelização para o presbítero hoje
- 207 *5º encontro*  
O presbítero no processo de urbanização
- 249 *6º encontro*  
O prebítero: Missionário, profeta e pastor no mundo urbano
- 335 *7º encontro*  
Presbíteros rumo ao novo milênio
- 377 *8º encontro*  
Novo milênio, novo presbítero?
- 459 *9º encontro*  
Presbítero: pessoa e missão



O presente volume quer ser uma síntese de um pequeno espaço de tempo, a partir de 1985 até nossos dias, registrando os passos de um caminho que se vai delineando segundo objetivos propostos, projetando um futuro de maior consciência do Ser Presbítero. Estes instrumentos preparatórios aos Encontros Nacionais de Presbíteros exprimem enorme riqueza de cunho espiritual e pastoral para a vida do Presbítero. Redigidos em épocas e contextos diferentes, por autores diferentes, quase sempre em mutirão, falam em sua essência do que é perene na vida do Presbítero, sem desmerecer o contexto existencial por que estão passando a sociedade civil e a Igreja da qual somos uma parte. Concretiza-se assim o sonho de muitos articuladores e assessores dos encontros nacionais de ter em um só volume todos os instrumentos preparatórios até aqui editados.



4000

ISBN 85-349-1873-2

